
NOVA GUIA
THEORICA E PRATICA
DOS
JUIZES MUNICIPAES E DE ORPHÃOS
OU
COMPENDIO

O MAIS PERFEITO, CLARO E IMPORTANTE DE TODAS AS ATTRIBUIÇÕES
QUE ESTÃO A CARGO DESTAS AUTORIDADES, QUER EM RELAÇÃO
Á PARTE CIVIL, CRIMINAL E COMMERCIAL, QUER EM RELAÇÃO
Á, PARTE ADMINISTRATIVA E ORPHANOLOGICA;

Seguido da fórmula de muitos processos,
do modelo de varios mappas, e de tudo quanto se acha
em execução a respeito de ausentes; dos deveres dos mesmos juizes
nos conselhos de revista da Guarda Nacional, etc., etc.

POR

José Marcellino Pereira de Vasconcellos

TERCEIRA EDIÇÃO, MELHORADA E CONSIDERAVELMENTE AUGMENTADA

De conformidade com a Novissima Legislação

por

Miguel Thomaz Pessoa

Bacharel em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade de Direito
de S. Paulo, e Juiz Municipal e de Orphãos.

TOMO II

RIO DE JANEIRO

Em casa dos Editores-proprietarios

EDUARDO & HENRIQUE LAEMMERT

66, Rua do Ouvidor, 66

1878

NOVA GUIA
THEORICA E PRATICA
DOS
JUIZES MUNICIAPES E DE ORPHÃOS

JUIZO DE ORPHÃOS

CAPITULO I.

Da attribuição de conhecer e julgar administrativamente processos de Inventarios, partilhas, tutelas, curadorias, contas de tutores, e curadores¹.

Inventario.

Inventario é a descripção dos bens que possuia o defunto ao tempo de sua morte².

O processo do inventario póde iniciar-se ou por meio de uma portaria do juiz, ou a requerimento do curador geral, ou a requerimento da parte, ou finalmente por meio de comunicação dirigida ao juiz de orphãos.

É, porém, essencial que haja algum menor, interessado na herança, pois é isto que dá ao juiz de orphãos competencia para proceder ao inventario³.

¹ Art. 4º do Reg. de 15 de Março de 1842.

² Ramalho *Instituições Orphanologicas* § 78.

³ Ord Liv. 1º tit. 88 §§ 4º e 7º; art. 83 do Decr. n. 4824 de 1871.

No numero dos menores comprehendemos os furiosos, os mentecaptos, os prodigos julgados por sentença, os desasizados, ausentes, sardos e mudos e todos aquelles a quem a lei manda dar curador⁴.

Tambem consideramos na categoria dos menores os que obtiverão carta de supplemento de idade, os casados, os emancipados por seu pai, ou demittidos do patrio poder nas condições legaes, se não têm a idade completa de 21 annos⁵.

Tempo do inventario. Em regra a Ord. determina que nos inventarios em que ha orphãos interessados, ou pessoas a elles equiparadas, deve ser intimado o cabeça do casal, aquelle que deve ser o inventariante, para fazer a descripção dos bens dentro do prazo de um mez, a contar da data do fallecimento ou da noticia desse fallecimento⁶.

Quando, porém, haja omissão da parte do juiz em mandar fazer o inventario, a Ord. concede o prazo de dous mezes para que o pai, mãe, ou outro ascendente fação a descripção dos bens⁷.

Esse tempo, em regra, não póde ultrapassar o prazo de seis mezes, segundo determina a lei de 22 de Setembro de 1828.

Mas como podem dar-se casos em que circumstancias especiaes constituão causa legitima de não confecção do inventario, como quando os herdeiros se achão em logares remotos, o que torna demorada a citação; neste caso, ou quando ha férias, prolonga-se o espaço de tempo em que deve ultimar-se o inventario. Essa prolongação tem ido muitas vezes além de seis mezes.

⁴ Ord. liv. 1º tit. 78 § 7º; tit. 90 e liv. 4º tit. 103.

⁵ Ord. liv. 3º tit. 42 § 5º; Prov. de 25 de Setembro de 1787.

⁶ Ord. liv. 1º tit. 88 §§ 6º e 8º.

⁷ Idem. O pai ou avô que assim o não faz, perde o direito de succeder a seus filhos ou netos que nesse tempo tiver; a isto accresce que o pai dos menores fica privado do usufructo dos bens do filho; e a mãe ou avó, além de incorrerem na pena de desberdação, não poderão servir de tutoras: Ord. cit. e § 9º Consulte Ramalho, *Instituições Orphanologicas*, nota 567. — Não deve começar-se o inventario dentro dos nove dias do luto, nem dentro dos nove dias da molestia de algum dos coherdeiros, sendo o juiz certificado della por um modo attendivel: Ord. liv. 3º tit. 9º §§ 9º e 10.

O Decr. n. 5618 de 2 de Maio de 1874 diz no art. 10 § 4º que compete às Relações conceder prorrogação do prazo até 6 meses para se proceder a inventario. Vide sobre o processo da prorrogação o art. 134 desse Decreto.

Lugar do inventario. O inventario deve ser feito no fôro do domicilio do finado, embora não seja o da residencia dos herdeiros⁸, mesmo quando as propriedades da herança estejam situadas em diverso districto⁹; devendo-se neste caso deprecar ao juiz do lugar onde estão, para que as faça avaliar.

Se o finado não tinha domicilio certo, o juiz competente para fazer o inventario é o do lugar do fallecimento.

Se tinha dous ou mais domicilios, prevalece o do lugar do fallecimento, caso seja um dos seus domicilios.

Se acontece que alguém fallece em lugar que não é seu domicilio, então o juiz do lugar do fallecimento fará a arrecadação provisoria dos bens até que a ella proceda o juiz competente¹⁰.

A regra, pois, que se adopta é que é competente para proceder ao inventario o juiz que exerce jurisdicção no fôro do domicilio do defunto, embora nesse lugar não estejam os seus herdeiros, nem a maior parte de seus bens.

Pereira e Souza nota 1021, Menezes pag. 311, Per. de Carvalho nota 14, são accordes em sustentar que é competente o juiz do fôro do domicilio do defunto.

Adoptando a opinião desses jurisconsultos temos entre nós o Av. de 1º de Julho de 1834.

⁸ Ord. liv. 3º tit. 11 § 2º. Ahi declara o legislador que os herdeiros seguem o fôro do finado.

⁹ Ord. liv. 1º tit. 88 § 4º.

¹⁰ Reg. de 15 de Junho de 1859.

Póde-se ainda invocar as disposições seguintes: Ord. liv. 1º tit. 88 § 4º e 45: liv. 3º tit. 5º. Essas Ords., comquanto não offereção argumentos que resistão á analyse, comtudo auxiliadas pela pratica que é o melhor interprete das leis, dispõem que deve o inventario fazer-se no fôro do domicilio do defunto e não no dos orphãos.

E em verdade os Accs. da Rel. do Rio, de 2 de Julho de 1872¹¹, de 24 de Setembro de 1872¹², e de 27 de Fevereiro de 1874¹³, apoião a doutrina que temos sustentado.

Inventario por dependencia. — Tratando da competencia do juiz quando se faz um segundo inventario, Pereira e Souza nota 1021, Menezes, *Pratica dos inventarios* e Mello Freire, dizem que é competente para fazer o segundo inventario o juiz de orphãos, quando o primeiro inventario foi feito no juizo de orphãos, isto pela connexão das materias.

Assim se falleceu um conjuge deixando filhos menores, e se daqui a oito annos fallecer o outro conjuge, embora os filhos que por occasião do primeiro inventario erão menores sejam actualmente maiores, devem ser subordinados á jurisdicção do juiz de orphãos.

Pereira e Souza e Menezes basêo-se na Provisão de 13 de Maio de 1534 e no Ass. de 17 de Junho de 1651.

Mas Lobão, 3º vol. *Notas a Mello*, Liv. 6º tit. 11 nota, combate essa opinião dizendo que, se se attender á propria letra das disposições citadas, vêr-se-ha que ellas não autorizão a doutrina de Pereira e Souza.

Em 2º logar observa Lobão que o que rege o assumpto não é a Prov. e o Ass. cit. e sim a Ord. liv. 1º tit. 88.

¹¹ *Gazeta Juridica* vol. 1º pag. 389 col. 1ª e 2ª.

¹² Cit. *Gazeta* vol. 3º pag. 47.

¹³ Cit. *Gazeta* pag. 97. A mesma doutrina encontra-se no Acc. da Rel. de Porto-Alegre de 17 de Julho de 1874, no *Direito*, vol. 5º pag. 422.

Em 3º lugar diz que, no tempo decorrido desde o primeiro inventario, cessou a razão de sujeição ao juiz de orphãos. No primeiro inventario, feita a descripção dos bens, deu-se a metade ao conjuge sobrevivente e a outra metade aos herdeiros. Liquidado isto, creou-se nova situação. No fim de alguns annos, quando morre o viuvo, não ha connexão de materia: essa situação nova, produzida pelo primeiro inventario, quebra a connexão.

Assim, entende Lobão que no segundo inventario deve o juiz regular-se pelos mesmos principios que dominão no primeiro: se apparecerem orphãos interessados, deve-se recorrer ao juiz de orphãos, do contrario não.

Mas a opinião de Lobão não tem vingado na pratica, como se vê no Acc. de 2 de Julho de 1872 (*Gazeta Juridica* vol. 1º pag. 389) e Acc. da Rel. do Rio, de 24 de Setembro de 1873 (*Direito* vol. 1º pag. 362).

Arrolamento. — Nos arrolamentos não se observão todas as regras ensinadas pelos praxistas em relação aos inventarios.

Os inventarios são feitos em beneficio dos orphãos, e por consequencia, quando se tratar de insignificantes acervos, é de justiça que se evite custas tanto quanto possivel, de modo que a herança não seja absorvida por ellas.

Assim as notificações devem ser feitas pelo escrivão por meio de carta, e não por mandado e official de justiça com custas de ida e volta, estada e conducção.

O processo dos arrolamentos deve ser muito simples basta que os pequenos acervos sejam arrolados, avaliados e partilhados pelo juiz e escrivão, em um só auto, com assistencia do curador geral e dos interessados, sem custas pela avaliação e partilha, e sem intervenção de

avaliadores e partidores, lavrando-se lambem o termo de tutela, e fazendo-se a inscripção da hypotheca legal¹⁴.

¹⁴ Sentença do Dr. Francisco Luiz Corrêa de Andrade, no *Direito* vol. 4º pag. 377.

Seja-nos licito transcrever aqui a opinião que, sobre este assumpto manifestou o Dr. A. J. de Macedo Soares. Escreveu elle no *Direito* vol. 4º pag. 247 o seguinte importante artigo:

“No vol. 3º desta revista pag. 66 discute o Sr. Dr. Cunha Maciel, Juiz de Orphãos da villa de Garanhuns, a seguinte questão: — Se no arrolamento de bens, tão poucos que não valha a pena inventariar regularmente, deve o juiz partilha-los ou não.

O Sr. Dr. Medeiros Furtado, juiz de direito da respectiva comarca, decidio pela affirmativa, em sentença bem fundamentada, que o illustrado autor do artigo, em discussão transcreve na integra.

Sempre segui a opinião deste magistrado; e como juiz dos orphãos de Araruama, tive uma especie que se resolveu assim:

Concluida a avaliação, conheci que era o caso de arrolamento; mandei fazer os autos conclusos, por despacho procedi á divisão dos bens pelos herdeiros, e terminei julgando-a por sentença. Verbalmente ordenei ao escrivão que, em vez de fórmal daquella partilha, desse ás partes simples certidões, com as quaes podião ir pedir ao inventariante os seus parvulos quinhões.

Desisti dos meus emolumentos, o escrivão desistio dos seus, e me parece ficou preenchido o fim da lei, o qual, em definitiva, vem a ser que o juiz faça o inventario dos pobres, mais depressa e mais barato ainda que os dos ricos.

Nem sei que de outro modo se possa responder á mencionada questão.

Não sendo o juiz quem partilhe os bens, e não devendo ahi intervir os partidores, porque então já não é o processo do arrolamento, quem os ha de partir? Donde virá a autoridade de uma partilha, feita sem o concurso do juiz? Ficará ao acaso, a força, a divisão dos bens? Cada um herdeiro tomará o que quizer? O inventariante disporá os quinhões a seu bel prazer?

Fiquem os bens em communhão, decide o digno juiz de orphãos de Garanhuns. Em commum já elles estavam; porque então se procedeu ao arrolamento?

Não passa o arrolamento de um inventario summarissimo sem as solemnidades deste processo; e se o fim do inventario é a partilha, a partilha é o fim do arrolamento. *Si familiae erciscundoe judicio actum sit, singulas res singulis heredibus adjudicare debet*, § 4º Inst. Liv. 4º tit 17. Eis em que consiste o juizo divisorio na especie; e quer se trate de inventario de bens sufficientes, quer de arrolamento de pequeninas heranças, é sempre o juizo *familiae erciscundoe* que está em questão.

É a herança um dos meios de transmissão da propriedade; mas é a partilha o titulo pelo qual cada herdeiro se immitte na posse do seu quinhão: *singulas res singulis heredibus adjudicare*. Antes della, permanecem os bens em communhão sob a guarda do inventariante; e como é o inventariante quem representa e guarda os bens do casal em communhão, segue-se que, não se podendo fazer a partilha, ficão elles eternamente em poder do inventarante, com exclusão dos herdeiros, que jámais receberão o que de direito lhes pertence.

Cumpré notar que o processo do arrolamento só se applica em casal pauperrimo; mas, para esses herdeiros pobres, uma cadeira, uma roça de mandioca, um rodete, uma vacca, uma caixa de pinho, são bens de certa valia. É preciso parti-los; e então:

Ou o inventariante os reparte se quizer, quando e como quizer: o que importa a negação do direito hereditario dos pobres;

Ou os herdeiros carregão o que podem: solução absurda que consagra o direito da força;

Ou é a autoridade publica quem faz a partilha: é o juiz (Ord. liv. 1º tit. 88 § 4º), quando ha orphãos (Liv. 4º tit. 96); em geral.

Inventariante. — Este encargo pertence ao cônjuge sobrevivente (Ord. liv. 4º tit. 95 pr.), excepto se estavam separados perpetuamente.

Em falta dos conjuges, deve ser inventariante o herdeiro que se achar na posse e administração dos bens da herança (Ord. liv. 4º tit. 96 § 9º, liv. 1º tit. 88 § 4º; Pereira de Carvalho § 24 nota 59; Pereira e Souza nota 1021; Consolidação arts. 1143 e 1148).

Segundo o illustre julgador, cuja opinião combatemos, repugna á dignidade do juiz o *descer a representar o papel de partidor*. É porventura alguma cousa indecorosa o officio de partidor? Á parte a graduação das attribuições para mais ou menos importantes, não é um officio de justiça como o de juiz, ou outro qualquer?

O autor chega a considerar incurso no art. 139 do Cod. Crim., por exceder os limites das funcções proprias do emprego, o juiz que por si só procede á partilha na especie sujeita. É resolver a questão pela questão.

Em toda e qualquer partilha sempre o juiz faz o officio de partidor. É da Ord. liv. 4º tit. 96 § 1º, *verbis*: *devem os juizes... dar ao que pede a partilha outra tamanha parte*; § 13 *ibi*: *o juiz dos orphãos e mais julgadores que fazem partilhas*; § 25: *procederão nas ditas partilhas*, etc.

Quem delinea a partilha e distribue os bens, guardando a regra suprema da igualdade, é o juiz. Aos partidores só incumbe a parte executiva da deliberação do juiz, *ex vi* da Ord. liv. 3º tit. 66 § 5º: *liquidão o monte; sommaõ os bens distribuidos por cada um quinhão; acertão os quinhões por meio de tornas*, etc.

Ora, se é tal a parcuidade do monte que dispensa a intervenção dos partidores, como é da indole dos arrolamentos, por que é que o juiz não n'a ha de fazer sozinho e por um simples despacho?

Tambem não colhe a objecção tirada da avaliação.

Cumpra não perder de vista que se trata de um processo especialissimo, deixado a discricção e prudente arbitrio do juiz, e ao qual por isso mesmo não se póde applicar o rigor das fórmulas. *Ex bono et aequo*, não *stricto jure*, se hão de decidir estas questões.

Reunidos os herdeiros, por que não hão de elles mesmos avaliar os bens dividendos? Vê-se muito disto nos inventarios amigaveis; e nenhum juiz se lembraria de annullar uma partilha amigavel porque os bens não fôrão avaliados segundo a Ord. liv. 3º tit. 17, que *ex adverso* se invoca.

De ordinario prestão-se os vizinhos facil e gratuitamente a esses actos de boa vizinhança; e fundando-se nisto, decidio o Av. de 24 de Março de 1856 (citado no *Consultor Juridico* do Sr. Vasconcellos) que a louvados ou testemunhas infórmanes não se deve contar vencimento algum; porque quasi sempre são vizinhos que voluntariamente se prestão a essa tarefa. O Aviso devia decidir que se não contasse quando se dêsse esta hypothese; cito-o, porém, porque reconhece o facto a que alludi.

E em ultimo caso faça o inventariante a avaliação, procurando acerca dos valores o accordo dos demais interessados, accordo em que repousa toda a boa partilha.

E se preciso fôr, vá o juiz, e não cobre custas. Saiba ser juiz, o pai dos orphãos, o protector dos pobres, que nisso está o character sagrado, o sacerdocio do seu altissimo ministerio. Assim se resolve a objecção deduzida das despesas de conducção, caminho e estada.

Mas deixar de fazer a avaliação e partilha, porque os bens são poucos, e depois de os ter arrolado, é contentar-se com ter praticado um acto inutil, posto por obra um meio sem intenção de chegar ao fim.

Se ficção muitos filhos em commum, o juiz póde designar o mais idoneo (Pereira e Souza nota 1021; Coelho da Rocha § 474).

Não póde ser inventariante aquelle que, além de ter uma minima parte na herança, é estrangeiro, sem meios conhecidos de vida, não possuindo bens seus que possam servir de garantia aos interessados da herança (*Gazeta Juridica* vol. 1º pag., 355).

O inventariante não póde por acção ordinaria pedir o pagamento de despesas que se fizerão por sua ordem sem achar-se devidamente autorizado para faze-las pelo juiz competente; nem outrosim haver o que sem autorização pagou por conta da ultima enfermidade da pessoa de cujos bens é inventariante (*Direito*, vol. 5º pag. 589).

O inventariante deve dar juramento pessoalmente e não por procurador¹⁵. Tambem o juiz o deve receber pessoalmente, e não por commissão.

¹⁵ Guerr. liv. 1º cap. 2º n. 75. Na *Revista Juridica* pag. 176 do 1º volume, encontrámos o seguinte artigo a respeito do juramento do cabeça de casal para facção do inventario:

I. É controverso se o juramento ao cabeça de casal para fazer inventario e dar partilha póde ser deferido ao seu procurador, ainda munido de poderes especiaes para o acto.

Pela negativa, estão Pegas, *ad Ord.* L. 1º tit. 88 § 8º n. 12 *in fine*; Guerreiro de Muner. *Judic. Orphanol.* tit. 1º liv. 1º cap. 8º n. 15; Paiva e Pona, *Orphanol. Prat.* cap. 2º n. 40; Lobão. *Fascic.* tom. 1º diss. 1º; Pereira de Carvalho *Proc. Orphanol.* part. 1º not. 61.

Pela affirmativa, o desembargador Oliveira, not. *ao Repert. das Ord.* vb. *Inventario, quando se fizer, se fará*; Phoebo, *Decis.* 165, n. 10; França *ad Mendes*, tom. 2º *lib.* 1º cap. 2º § 8º.

Julgados antigos ha para uma e outra parte; e os refere Guerreiro, *loc. cit.*

Borges Carneiro, *Dir. Civ.* tom. 3º tit. 27 do liv. 1º § 236 n. 4, parece conciliar os divergentes, admittindo o procurador *ao menos com justa causa*, isto é, provado o impedimento do cabeça de casal.

II. Compendiemos como Lobão, *obr. cit.*, os fundamentos da primeira opinião.

1º A lei requer *pro forma* que o cabeça de casal jure pessoalmente, para que o juramento lhe estimule a consciencia. E assim é que a *Ord.* liv. 2º tit. 43, manda jurar pessoalmente de calumnia; que ninguem póde ser admitido a depor na causa por procurador; que a testemunha deve jurar pessoalmente, etc. Lobão, *ibid.* § 1º.

2º A. *Ord.* liv. 1º tit. 88 § 4, assento da materia, determina que o juiz dará juramento *á pessoa em cujo poder ficarem os bens*, que faça inventario de todos eiles bem e verdadeiramente, etc. A lei quer que a pessoa mesma jure; e não o procurador *em cujo poder os bens não ficarão*, e quando ella exige o juramento pessoal, este não se cumpre por procurador. *Id.* § 4º.

3º O juramento é um acto personalissimo; e absurdo seria que alguém jurasse na alma, ou na consciencia de outrem, § 5º; onde cita Strykio, de *Cantel. Juram.*, part. 2º sect. 1ª cap. 4º n. 313.

4º Ha muito mais facilidade e audacia de perjurar no ausente que manda outro jurar por elle do que no presente; o juiz, póde pela physionomia, e pela vacillação do que jura, descobrir o perjurio, ou o animo propenso a elle, e dissuadi-lo desse mão intento. Ora as advertencias do juiz pouco moverião o procurador, que jurando na alma do constituinte, não deve temer que a sua vá para o inferno, §§ 6º e 7º.

5º A regra, *qui per alium facit, per se ipsum facere videtur*, só procede em qualquer outro acto que não pessoal, qual é o receber de quasi todas as cousas sagradas a confecção de umas e a administração de outras.

III. Não me parecem recebiveis esses fundamentos:

O 1º porque sendo a lei omissa neste ponto, é menos curial dizer que ella requer *pro forma* o juramento pessoal do inventariante para estímulo da consciencia.

Nem aproveita o argumento tirado de logares semelhantes.

A Ord. liv. 3º tit. 43 § 3º admite o procurador a prestar juramento de calúnia, *contanto que tenha para uso especial mandado*.

O juramento d'alma e o suppletorio podem ser dados ao procurador, tendo para isso poderes especiaes. Pereira e Souza, *Linh. Civ.* nots. 509, 515 e 971.

Se o depor na causa só é concedido á propria parte (Mendes *Prax.* part. 1º liv. 3º cap. 12 n. 23), e a testemunha deve jurar em pessoa é porque regularmente ellas têm de responder a perguntas que não lhes é dado prever, pela impossibilidade de perscrutar a animo do inquiridor.

Ora o juramento do inventariante não é para depor sobre factos de cuja existencia elle saberá ou não; é simplesmente para *bem e verdadeiramente dar os bens* em rol, e á descripção.

IV. No segundo fundamento, tirado da Ord, liv. 1º tit. 88 § 4º; emquanto manda dar juramento á *pessoa em cujo poder ficarem os bens*, ha uma petição de principio. Justamente o que se questiona é o que nelle se dá por provado, isto é, se essas palavras da lei excluem o procurador ainda sufficiente.

V. O argumento deduzido da personalidade do juramento nenhum valor tem em quanto se não provar que todo e qualquer juramento, só, póde ser deferido á propria parte.

Mas, ao contrario, todo o juramento é recebivel por procurador investido de poderes para isso: é regra (Pereira e Souza *cit.* not. 505) e já citei em apoio della a Ord. liv. 3º tit. 43.

VI. O quarto fundamento (ver *supra*, n. 2) é futil, e acha resistencia na lei patria.

É futil porque o juramento, segundo o espirito do seculo, é mais um appello á honra e a sã consciencia do jurante, do que uma invocação da divindade, sob as penas do inferno.

E resiste á Ord. liv. 3º tit. 66 § 7º, combinada com a do tit. 63 pr., suscitada e explicada pela Port. de 31 de Março de 1824 (Coll. Nab.) segundo a qual o juiz deve fundamentar sua sentença com o que achar allegado e provado nos autos. Ora, a physionomia do jurante, sua vacillação e tibieza, esse *animo propenso a perjurar*, não ficão estampados nos autos, nem delles constão de um modo positivo. O tribunal superior vêr-se-hia bem embaraçado no apreciar de semelhante fundamento de uma sentença da 1ª instancia.

Demais, a razão aqui dada por Lobão só procederia no depoente de um facto, e jámais no inventariante, cujo juramento apenas é uma canção, e contra quem a lei dá os remedios muito efficazes de remoção do cargo, de sequestro dos bens, da acção de sonogados, etc.

VII. Finalmente, a regra *qui per alium facit, per se ipsum facere videtur* applica-se não menos no juramento como acima fica demonstrado. A limitação de Gilberto *Corp. Jur. Canon.* tom. 1º pag. 382, que a regra só procede *in gravis aliá actione quam personali, quali, omnium fere est sacrarum rerum receptio, quorundam confectio nec non et administratio*, está reduzida aos seus verdadeiros termos por essas sublimitações *omnium fere et quorundam*. Na excepção da excepção, isto é, na regra, está comprehendido o juramento.

Nem me parece exacta a limitação de Gilberto, quando o mais importante dos sacramentos (*sacrarum rerum*), o matrimonio, póde ser contraindo por procurador.

VIII. A. opinião afirmativa (*supra*. n. 1) basêa-se em razões mais solidas.

O inventariante deve prestar juramento, lavrando-se disto um termo por elle assignado. Nesse termo consigna-se que o inventariante em boa consciencia declarará e descreverá todos os bens, dando a inventario os moveis com os signaes que os distinguem, e os de raiz com as suas confrontações, e com declaração do logar em que estão para serem conhecidos a todo o tempo, e não haver confusão ou duvida acerca delles; e bem assim todas as dividas que deverem aos orphãos e herdeiros, ou em que elles fôrem devedores a outrem, e quaes as contas alheias que ha no casal e fôrem achadas, dizendo de quem são; e outrosim as escripturas e ttulos que pertenção ao casal, com o nome do tabellião, o dia, mez e anno, e o que contém cada escriptura, para se saber a todo o tempo quaes e quantas ficárão, e para o cabeça de casal ou o inventariante dar conta dellas. E, aceitando o juramento, fica o

Todos os actos, ainda os mais graves da vida civil, podem ser expedidos por procurador. Nem ha nisso inconveniente desde que o mandato não se presume, e dentro nas suas forças estão os limites da acção do mandatario, e desde que a lei tem premunido o constituinte de acções contra o procurador.

Entre esses actos está o juramento.

IX. O juramento não é meio de contrahir obrigação, é sim meio de provar a obrigação preexistente (Moraes Carvalho, Prax. For. § 572) ou de cauciona-la.

O de cabeça de casal para facção de inventario, não podendo ser meio de prova, é uma caução garante do bom desempenho do cargo de inventariante. Ora, toda caução póde ser prestada por procurador especial, seja fideijussoria, pignoratícia, promissoria, ou juratoria.

X. O cargo de inventariante póde ser considerado um *munus publicum*, tanto como a tutela, a testamentaria, a curatoria *ad litem*, etc. Então o juramento é o acto pelo qual o cabeça de casal toma posse do cargo de inventariante. Ora, de todos os cargos publicos, civis, militares e ecclesiasticos se póde tomar posse prestando juramento por procurador, habilitado com poderes especiaes.

XI. Quando a Ord. liv. 1º tit. 88 § 4 manda deferir juramento *á pessoa em cujo poder estiverem os bens*, não exclue o procurador por não ter os bens em si, como pareceu a Lobão. Ella não entra nessa questão, não prevê essa hypothese, que deve ser resolvida pelo principio geral: todos os actos civis podem, em regra, ser praticados por procurador. Naquellas palavras — *em cujo poder estiverem os bens* — a lei determina a pessoa a quem incumbe o cargo de inventariante, e é aquella que está na posse dos bens, como melhor definem e explicão as Ords. liv. 4º tit. 95 pr. e § 1º e tit. 96 pr. e *passim*.

XII. Um acto personalissimo parece ser a prestação de contas pelo tutor suspeito, *ex vi* da Ord. liv. 1º tit. 88 § 50. Entretanto a praxe tem admittido o procurador na tomada de contas.

XIII. Acho, pois, mais razoavel, e como juiz tenho posto em pratica neste fôro, a opinião que o juramento de inventariante ao cabeça de casal póde ser deferido ao seu procurador com poderes especiaes, ainda sem a prova da justa causa, lembrada por Borges Carneiro. Araruama, 14 de Outubro de 1865. — A. J. de Macedo Soares.

A opinião de que o juramento do inventariante deve ser prestado pessoalmente foi adoptada pelo Dr. Perdigão Malheiro, Additamento ao *Manual do Procurador* nota 594 e pela Consol. das Leis Civis, notas ao art. 1142.

inventariante sujeito ás penas de perjuro, de sonegados e as mais das leis pelas omissões ou faltas em que fôr achado. Neste termo declara o escrivão o dia, mez e anno e o logar em que foi prestado o juramento; e para authenticidade do acto assigna o juiz com o inventariante (Ramalho, *Instituições Orphanologicas* § 90).

No mesmo termo se declara o nome e sobrenome do inventariado, seu estado, officio, ou emprego que exercia, quando e onde falleceu, se fez ou não testamento, e que parente esteja em melhor circumstancia de ser tutor dos menores. Em seguida sob o *titulo de herdeiros* se indica os nomes delles, sua idade, filiação e gráo de parentesco como o inventariado.

Em seguida o escrivão faz os autos conclusos ao juiz que por seu despacho determina que *cite-se os herdeiros e mais interessados e o curador geral para no dia... proceder-se á nomeação de avaliadores que dêem valor aos bens da herança, notificando-se os avaliadores para prestarem seus laudos*. Nomeará tambem o juiz para tutor dos menores (ao menos interinamente até haver melhor infórmação) o parente mais proximo¹⁶.

Louvação. — As partes interessadas louvão-se em avaliadores de sua escolha¹⁷, representando aos menores, no acto da louvação, seus respectivos tutores ou curadores, e o curador geral.

Juramento. — Os avaliadores prestão juramento de *bem e fielmente, sem dolo, nem malicia, avaliarem e estimarem, conforme o uso do paiz, as cousas que lhes fôrem apresentadas*. Lavra-se disto um termo rubricado pelo juiz e assignado pelos louvados.

¹⁶ Ord. liv. 4º tit. 102 pr.

¹⁷ Ord. liv. 3º tit. 17. Não podem ser avaliadores os cegos, os mudos, os menores, os dementes, os parentes proximos, os inimigos capitaes e os partidores: *Per. de Carv.* nota 89, e Lei de 21 de Junho de 1759. — O Av. de 6 de Fevereiro de 1871 declarou que deve ser mantida a pratica da nomeação de avaliadores do juiz de orphãos a aprazimento das partes interessadas.

Descrição. — Serão descriptos no inventario os bens immoveis pelas suas confrontações e situação; os moveis por seus signaes distinctivos; e, se houverem bens alheios, deve-se declarar a quem pertencem, e se nelles têm os menores algum direito¹⁸. Tambem serão descriptas todas as dividas activas e passivas, declarando-se as respectivas escripturas pelo seu objecto, e nome do tabellião que as lavrou¹⁹.

Bens moveis são aquelles que podem ser levados inteiros, sem se desfazer a sua fôrma, de um para outro logar; semoventes são escravos e animaes, que por si mesmos se movem²⁰.

São bens de raiz os carros, bois, lavouras annexas ás fabricas, pegadas no terreno, e todos os instrumentos e utensilios dellas; assim como tambem o usufructo dellas, as servidões, e as acções que tendem a reivindicar algum bem immovel²¹.

As dividas activas e passivas declaram-se no inventario para constar quem os credores, e quem os devedores do defunto, mas é conveniente fazer citar os devedores para verem descrever as suas dividas, afim de que, oppondo-se elles, ou acquiescendo, se possão na partilha reputar liquidas ou illiquidas, e então as liquidas se cobrarão executivamente em virtude da sentença de partilhas, e para as illiquidas os herdeiros usarão de suas acções.

Não se devem descrever no inventario as roupas do uso a cama da viuva e o annel ou joia nupcial²².

Avaliação. — Descriptos os bens, são avaliados pelos peritos juramentados, escrevendo-se no inventario os preços de tudo²³. Os dotes, no caso de os haver, vêm tambem á collação e avaliação do inventario.

¹⁸ Ord. liv. 1º tit. 88 §4º.

¹⁹ Ord. liv. 1º tit. 88 § 4º.

²⁰ Pereira e Souza. Lin. Civ. not. 790.

²¹ Provisão de 8 de Janeiro de 1819.

²² Per. de Carv. nota 105; Per. e Souza nota 1021.

Os avaliadores regulão-se no valor das fazendas frugiferas ao equivalente do rendimento de 20 annos, tiradas as despesas²⁴. O justo preço das não frugiferas é a commum e geral estimação. O valor dos prazos particulares póde estimar-se em 20 pensões e um laudemio.

As peças de ouro, prata e pedras preciosas devem-se avaliar pelo peso e valor do metal, e metade do seu feitio²⁵.

Os bens de raiz devem ser avaliados conforme os titulos delles, que devem ser apresentados, e com attenção á sua situação, qualidade, estado e rendimento que dão²⁶.

Discordando os avaliadores, as partes escolhem um terceiro, o qual deve concordar com um dos dous, e não querendo as partes escolher, o juiz escolha a aprazimento dellas.

Sobre *avaliadores vid.* tambem o cap. 3º da parte administrativa do 1º vol.

Encerramento do inventario. — Feita a avaliação, lavra-se o termo de encerramento, no qual os inventariantes fazem suas declarações, mencionando a existencia de mais alguns bens que lhes tenham vindo á noticia; e depois disto são os autos conclusos ao juiz, que por seu despacho manda dar vista ás partes e ao curador geral.

Partilha. — Levados de novo os autos ao juiz de orphãos, este dá seu despacho mandando proceder á partilha com citação dos interessados. A respeito deste despacho foi expedido o seguinte Aviso:

“Rio de Janeiro, em 15 de Outubro de 1872. — Illm. e Exm.Sr. — Com officio de 5 do mez proximo findo o antecessor de V. Ex. transmittio cópia do que lhe dirigira o

²³ Ord. liv. 1º tit. 88 § 5º — Nos inventarios de grande importancia convém que o juiz vá pessoalmente assistir á avaliação: Pegas á Ord. liv. 1º tit. 87 § 4 n. 43.

²⁴ Decreto de 17 de Julho de 1778; Per. de Carv. nota 125.

²⁵ Lei de 20 de Junho de 1774 § 10.

²⁶ Lei de 14 de Outubro de 1773 § 1º, e de 25 de Agosto de 1774 § 30.

juiz de direito da comarca de Vassouras acerca da doutrina do Aviso de 9 de Agosto ultimo.

Entende esse magistrado que, á vista do art. 71 do Decreto n. 4824, de 22 de Novembro de 1871, o qual contém disposição commum aos juizes municipaes e de direito, conforme a epigraphe da secção respectiva, pertence aos juizes de direito, nas comarcas geraes, não simplesmente o julgamento, mas tambem o preparo das partilhas de mais de 500\$; além de que, o julgamento neste caso começa do despacho de deliberação da partilha, porque é então que o juiz, determinando o modo de faze-la, decide as questões que a ella se prendem.

Em resposta declaro a V. Ex. que o art. 71 do Decreto n. 4824 deve ser entendido de accordo com os arts. 23, §§ 1º e 2º e 24, § 1º da lei n. 2033 de 20 de Setembro do anno passado, e com os arts. 64 e 66, §§ 1º e 2º do mesmo Decreto.

Na conformidade das disposições desses artigos, são os juizes municipaes os preparadores de todos os feitos civeis, que nas comarcas geraes cabe aos juizes de direito julgar, incluída a partilha excedente de 500\$, como explicou o Aviso de 27 de Maio do corrente anno, a que se refere o de 9 de Agosto.

O preparo em taes comarcas é sempre dos juizes municipaes; nas comarcas especiaes, porém, compete aos juizes de direito, que poderão ser nelle auxiliados pelos seus substitutos (art. 24, § 1º, e art. 25 da citada lei).

Quanto ao despacho de deliberação da partilha, é por sua natureza interlocutorio; não admitte recurso, e não póde constituir julgamento.

O que V. Ex. fará constar ao juiz de direito de Vassouras, recommendando-lhe a observancia dos mencionados Avisos.

Deus guarde a V. Ex. — *Manoel Antonio Duarte de Azevedo.*
— Sr. presidente da provincia do Rio de Janeiro."

Feita e assignada a partilha, se o monte não exceder a 500\$, o juiz de orphãos julga-a por sentença; excedendo, é julgada pelo juiz de direito. Assim o determina a Lei de 20 de Setembro de 1871 art. 24 § 1º.

Observações. — O processo de inventario é summarissimo, nelle se procede sem estrepito e figura de juizo²⁷, mas não se deve omittir aquillo que é da essencia do processo natural. O processo de inventario exclue as questões de alta indagação²⁸, porque o juizo do inventario não é contencioso, e porque taes questões ás mais das vezes devem ser tratadas por meio de acção ordinaria²⁹.

Não se póde tratar em férias destes processos³⁰; e só cabe delles o agravo de petição ou instrumento em poucos casos³¹, e a appellação, a qual se admite mesmo quando interposta pelo credor, como foi decidido pelo Acc. da Rel. da Côrte de 6 de Março de 1874.

No processo de inventario póde occorrer a licitação — a justificação das dividas — e a suspeição³². Não póde ser dispensado o inventario, nem havendo expressa prohibição do defunto³³, nem havendo este feito em sua vida partilha com seus filhos³⁴.

O que sonegar ao inventario qualquer cousa, que ao defunto pertença, perderá para os menores tudo o que sonegar, sem mais haver nisso parte alguma, e pagará mais o dôbro, e a pena de perjuro. Mas é preciso que o inventariante seja convencido por citação, comminação, e sentença, para ser obrigado á perda e valor duplo dos bens sonegados^{34a}.

Licitação. — A licitação deve ser opposta antes da deliberação da partilha; alguns jurisconsultos opinão em favor della, outros em contrario; alguns avanção que recebo-la, ou não, é arbitrario ao juiz,

²⁷ Ord. liv. 3º tit. 48, Alm. e Souza, Acç. Summ. caps. 2º e 3º.

²⁸ Ord. Liv. 1º tit. 88, dito § 317.

²⁹ Vide Dig. Portug. vol. 2º art. 1030; Per. e Souz. nota 465.

³⁰ Decreto de 30 de Novembro de 1853.

³¹ Reg. de 15 de Março de 1842 art. 15 §§ 1º, 8º e 9º e Decreto n. 1010 de 8 de Julho de 1852.

³² Per. de Carv. Proc. Orphan. § 5º nota 10.

³³ Idem § 6º nota 11.

³⁴ Idem.

^{34a} Ord. liv. 1º tit. 88.

porque não ha lei expressa que a mande, e sómente existe a pratica em diversos juizos. *Corrêa Telles*³⁵ diz que é sómente admissivel em dous casos: 1º, para corrigir a má avaliação, e neste caso, ou os outros herdeiros convêm que os bens licitados sejam adjudicados ao licitante em concurrente quantia de seu quinhão, e adjudicação-se-lhe pelo preço que elle offerece, ou sómente concordão nesse preço, e então o juiz os póde adjudicar, ou repartir com cada um dos que convem, com igualdade de direito; 2º, quando, sendo cousa indivisivel³⁶, cada um a queira, e nenhum tenha direito de preferir senão offerecendo mais por ella; e neste caso dá o mais moço o seu lanço de estima, e seguem os outros até o mais velho, e fica decidido pelo que offereceu mais; e não se admite segundo lanço a nenhum herdeiro, para não se tornar interminavel a licitação, quanto mais que não deve ser admittida além do importe do quinhão do herdeiro licitante, nem com tal excesso que a cousa licitada venha a ficar por mais do dôbro da avaliação dos louvados.

Os bens dotados que vêm á collação podem ser tambem licitados; mas preferirá tanto por tanto o herdeiro dotado³⁷.

Suspeição. — A materia de suspeição não tem lugar, depois de se consentir no juizo; e por isso deve ser allegada primeiro que qualquer outra excepção, ainda mesmo a de incompetencia, salvo se sobreveio de novo.

O *juiz de orphãos*, averbado de suspeito nas causas de inventarios, se não reconhecer a suspeição, deve chamar para adjunto, quando sua jurisdicção estiver reunida á *municipal*, e dado o caso de não achar-se no termo o juiz de direito, o supplente do juiz municipal e de orphãos. Esta hypothese acha-se quasi litteralmente figurada na Ord, liv. 4º tit. 96 § 25 *in fine*, a qual manda ao juiz da partilha tomar por adjunto

³⁵ Doutr. § 149 not. Sobre as licitações *vide* Per. e Souz. nota 1021; Almeida e Souza *Acções Summarias*; Appendice Dissert. 7ª; Gouvêa Pinto, *Testamentos* cap. 23; Coelho da Rocha, *Direito Civil*, §§ 484 e 485; Per. de Carv. § 92; Cod. Phil. pag. 957 col. 2ª.

³⁶ Ord. liv. 4º tit. 96 § 5º.

³⁷ Guerr. de Inv. liv. 2º cap. 3º n. 19, Vall. cap. 1º n. 7.

um dos vereadores do logar, que seja mais sem suspeita, disposição esta firmada na razão de serem os vereadores substitutos immediatos dos juizes de fóra e ordinarios³⁸.

Dividas. — Ao juiz de orphãos compete admittir as justificações de dividas activas ou passivas dos casaes de que fizer os inventarios, quando ellas por sua insignificancia, ou incontestavel clareza, dispensarem discussão contenciosa³⁹, devendo apurar-se perante as justiças ordinarias todas as vezes que admittirem contestação⁴⁰, ou que excederem á taxa da Ord. liv. 3º tit. 59, não estando a divida

³⁸ Argum. do Alvará de 23 de Outubro de 1813, Disp. prov. art. 10, e Avisos de 20 de Outubro de 1837, 24 de Setembro de 1838 e 4 de Setembro de 1861.

³⁹ *Vide* Lobão, *Acções Summarias*, § 337. — A praxe que tenho observado na pratica é esta: apresentada ao juiz a petição documentada ao credor, o juiz de orphãos manda ouvir os interessados e o curador geral; se estes não impugnam a divida, o juiz manda appensar aos autos para ser attendida como fôr de direito; e no despacho de deliberação da partilha determina que se separe bens para pagamento, caso reconheça como admissivel a divida em questão. Muitas vezes é de grande conveniencia que a divida seja justificada com o depoimento de testemunhas.

Questão. — Separados bens em um inventario de orphãos para pagamento de um credor, a aprazimento dos interessados, tem-se o credor por pago e satisfeito do seu credito, qualquer que seja o valor dos ditos bens, ou devem ir estes á praça para serem vendidos pelo seu valor real, restituindo-se ao monte o que de mais fôr apurado, ou inteirando-se por elle o que for ainda preciso para integral pagamento do credor?

O Acc. da Rel. de S. Paulo de 28 de Julho de 1674 decidio que deve inteirar-se o pagamento devido ao credor, uma vez que os bens separados não pudêrão em praça alcançar o valor preciso para solução total da divida do casal.

Para assim decidir baseou-se o citado Accordão nos seguintes considerandos:

“Por maior que seja o favor com que a lei tenha querido soccorrer o interesse dos orphãos, nunca póde chegar ao ponto de pretender sacrificar o legitimo interesse e reconhecido direito do credor que no inventario procura o pagamento do que se lhe deve; que, destinados bens para esse fim, a propria conveniencia dos orphãos exige que se apure o respectivo valor em praça, porque só ella póde determinar o valor real do objecto, sem prejuizo dos orphãos nem do credor; que na opinião dos jurisconsultos e na pratica do fóro se tem entendido (como se vê na nota 138 addição 59 do Proc. Orphanol. de Per. de Carv. (8ª edição); Menezes, *Juizo Divis.* cap. 2º § 14; Coelho da Rocha, *Direito Civil* § 489, e *Consol. das leis civis* nota ao art. 1151), que a separação de bens no inventario e partilha para pagamento de credores não é verdadeiro pagamento, e nem são os credores obrigados a aceita-los, quer pela avaliação, quer com abatimento, mas devem ser sempre vendidos em praça por conta dos herdeiros, fazendo-se com o producto pagamento aos credores, e restituindo-se a sobra, quando haja, aos herdeiros; que neste sentido se vê julgado, entre outros, no Acc. da Rel. da Côrte de 26 de Setembro de 1856, Apell. n. 6746.”

⁴⁰ Av. de 13 de Agosto de 1834.

documentada com instrumento publico: assim se pratica na maior parte dos juizos de orphãos, apesar das opiniões que rejeitão essa praxe⁴¹.

A declaração dos herdeiros no juizo de orphãos não tem força de confissão judicial para prova da divida: assim o decidio o Acc. da Rel. do Rio de 12 de Dezembro de 1871.

Successão. — A successão ab-intestado defere-se: 1º, aos descendentes⁴²; 2º, na falta destes, aos ascendentes⁴³; 3º, na falta de uns

⁴¹ A pratica de alguns juizes, que não admittem confissão em divida de orphãos, e remetem as partes para a acção competente, me parece não só não fundada em lei, como que susceptivel de muitos inconvenientes.

Diz-se que os tutores não podem transigir, e quer-se dahi tirar argumento contra a confissão das dividas nos inventarios, em que são interessados alguns menores, e só se tolera uma excepção a esta regra, segundo affirma o annotador do Proc. Orph. de Pereira de Carvalho, n. 136, quando a divida não excede á taxa da lei.

Ora, tendo as leis providenciado por todos os meios que os menores não soffressem prejuizo, nem desfalque em seus bens, annullando todos os contratos, em que elles não sejam ouvidos por seus tutores, ou curadores, e dando-lhes o direito de restituição (Ord. liv. 4º tit. 1º), não podião de maneira alguma tolerar que fossem obrigados por uma mera fôrmalidade ás despesas de um processo, e outros inconvenientes da demora de uma justificação de divida, quando cada um delles está intimamente convencido da veracidade delia, e pode, por uma simples confissão por si, ou representados por quem legitimamente os protege, prevenir sem lhantes prejuizos e delongas no inventario.

Não havendo inconveniente algum, antes muita vantagem, que os menores por seus tutores ou curadores confessem em juizo aquellas dividas de que esta intimamente convencidos, e tendo elles além disto o direito de restituição, caso em algum tempo se julguem lesados, parece que bem se póde admittir a pratica da confissão das dividas nos inventarios contra o das justificações das mesmas pelos modos ordinarios, a menos que haja contestação por parte de algum dos interessados.

Tanto mais que isto mesmo parece estar nas vistas dos praxistas que têm escripto sobre a materia; porquanto, se é válida a sentença dada em negocio, em que é interessado um menor sem intervenção do tutor ou curador, uma vez que a sentença seja a seu favor, B. Carnº, Dir. Civ. § 227 n. 15, se se póde com consentimento ou confissão de todos os interessados por termo nos autos alcançar o mesmo effeito que o de uma justificação pela regra — *Quod omnes tangit, ab omnibus approbari debet* — ; se póde mesmo o juiz deixar de fazer inventario, onde se faça mais gastos do que proveito aos orphãos, Coucer. 3 variar, cap. 2º n. 112. L. Tutor fl. de Admistr. tut. — : como admittir uma pratica contra todos estes principios, com prejuizo dos orphãos e menores, e só por uma mera fôrmalidade?

Entendo, pois, que sempre que se tiver de justificar alguma divida de um casal, em que fôrem interessados orphãos ou menores, bem se poderá admittir a confissão dos mesmos por seus tutores ou curadores, e que, havendo zelo no juiz, é este o meio de mais proveito aos orphãos, cujos interesses devem ser zelados, do que o meio ordinario com as muitas despesas que sobre elles carrega, sem necessidade alguma.

É este o meu parecer, que sujeito ao dos doutos. — O conselheiro, *Bernardo de Souza Franco*.

⁴² Ord. liv. 4º tit. 96 pr.

⁴³ Idem.

e outros, aos collateraes até o decimo gráo, segundo o direito civil⁴⁴; 4º, na falta de todos, ao conjuge sobrevivente⁴⁵; 5º, ao Estado em ultimo logar⁴⁶.

Na ordem dos herdeiros descendentes succedem: 1º, os filhos legitimos e os illegitimos que devão herdar por direito⁴⁷; 2º, na falta de filhos, os netos, ou outros descendentes⁴⁸. Os filhos illegitimos admittidos á successão paterna são unicamente os naturaes, reconhecidos por escriptura publica, e cujo pai e mãe ao tempo do coito não tinham entre si parentesco ou outro impedimento para casarem⁴⁹. E esta escriptura não é só por si bastante para que os filhos naturaes hajão a herança; elles devem competentemente habilitar-se, provando a qualidade de simplesmente naturaes⁵⁰.

Concorrendo filhos naturaes com filhos legitimos, é indispensavel o reconhecimento do pai feito por escriptura publica, antes de seu casamento, e a habilitação, de que se trata, pelo juizo de orphãos, no caso de estar arrecadada a herança, ou pelo juizo dos feitos da fazenda, no caso de não estar, para que possão elles ter parte na herança

⁴⁴ Idem. e tit. 94, e Assento de 16 de Fevereiro de 1786. — Comquanto tenha havido grande controversia sobre a maneira de se fazer a divisão de bens, quando concorrem sómente sobrinhos, filhos de irmãos e irmãs fallecidos, a pratica ultimamente seguida é fazer-se *per stirpes*, porque neste caso os sobrinhos chamão a si a herança, não *jure proprio*, mas *jure parentis*, isto é, por direito dos pais fallecidos, o qual lhes é transmittido. Esta é a verdadeira intelligencia da Novella 118 cap. 3º, que regula a materia, como opinão Mello Freire, Coelho da Rocha, Corrêa Telles (Digesto Portuguez), Pereira de Carvalho (Proc. Orphanol.) e outros. E assim está estabelecido no Cod. Civ. Fr. e no de outras nações; cumprindo notar que a Relação do Rio e o Sup. Trib. de Just. tem julgado deste modo. A isto accresce que o Assento das Cortes de 15 de Março de 1641, que tambem regula a successão dos bens dos particulares, faz cessar toda a duvida nas palavras — E ainda que concorressem, etc., etc., etc. *Accordão da Relação do Rio de 19 de Dezembro de 1871*. — Vide sobre a questão um artigo do Conselheiro Rebouças, no *Direito*, vol. 4º, pag. 761.

⁴⁵ Ord. liv. 4º tit. 94.

⁴⁶ Ord. liv. 1º tit. 90 § 1º liv. 4º tit. 94, e Reg. de 15 de Junho de 1859.

⁴⁷ Ord. liv. 4º tit. 96 pr.

⁴⁸ Ord. liv. 4º tit. 96 pr., e tit. 82 § 4, tit. 91 § 2º.

⁴⁹ Ord. liv. 4º tit. 92 pr., e Decr. de 9 de Setembro de 1847, arts, 1º e 3º, e Decis. n. 180 de 13 de Julho de 1849.

⁵⁰ Prov. n. 29 de 23 de Fevereiro de 1848, e Av. n. 279 de 17 de Dezembro de 1853.

paterna. E esta habilitação tem por fim isentar aos herdeiros do pagamento da decima⁵¹.

Quanto á herança materna, os filhos naturaes são admittidos á successão mostrando-se habilitados pela certidão de baptismo, sem dependerem de escriptura de reconhecimento⁵².

Na ordem dos herdeiros ascendentes, succedem com exclusão dos irmãos do intestado, o pai e mãe, ou qualquer delles, que vivo fôr⁵³, e na falta destes, os ascendentes mais chegados em gráo, excluindo o mais proximo ao mais remoto⁵⁴.

No caso, porém, de passarem o pai ou mãe a segundas nupcias, existindo filhos do primeiro matrimonio, terão sómente o usufructo vitalicio dos bens em que vierem a succeder, ou já houverem succedido por fallecimento de qualquer dos ditos filhos⁵⁵.

Esta limitação do direito de successão dos ascendentes só procede: 1º, a respeito de pai, ou da mãe, e não dos avós, que segunda vez casarem⁵⁶; 2º, existindo filho ou filhos do primeiro matrimonio, ou neto de outro filho já morto, que concorra, com o tio vivo, e não quando só existem netos⁵⁷; 3º, tratando-se da successão do pai, a respeito dos bens que o filho fallecido adquirio por herança da mãe, ou dos avós maternos⁵⁸; 4º, e tratando-se da successão da mãe, a respeito dos bens que o filho fallecido adquirio por herança do pai, ou avô paterno⁵⁹.

⁵¹ Resol. de 2 de Julho de 1819, confirmada pela Ord. de 19 de Dezembro de 1839, e pela de 13 de Julho de 1849.

⁵² Prov. de 23 de Fevereiro de 1843, e Av. de 17 de Dezembro de 1853.

⁵³ Ord. liv. 4º tit. 91 princ.

⁵⁴ Ord. liv. 4º, tit. 96 princ.

⁵⁵ Idem tit. 91 §§ 2º e 4º.

⁵⁶ Ord. tit. 91 § 4º.

⁵⁷ Idem § 2º.

⁵⁸ Idem § 4º.

⁵⁹ Idem § 2º.

Os bens assim deferidos ao pai e mãe, como usufructuarios, não podem ser alienados e hypothecados, nem se communicão no segundo matrimonio⁶⁰.

Transmitem-se esses bens, por morte do pai ou mãe, para os filhos do primeiro matrimonio, com exclusão absoluta dos filhos do segundo matrimonio⁶¹.

Para garantia dos filhos do primeiro matrimonio a mãe deverá dar fiança aos bens da herança do filho fallecido, se taes bens fôrem moveis, ou dinheiro, mas o pai não será obrigado a prestar fiança alguma⁶².

O pai ou mãe não succedem aos filhos de damnado e punivel coito, como os sacrilegos, adulterinos, e incestuosos⁶³.

Entretanto, como é reciproco o direito de successão, tambem não podem estes filhos succeder aos pais⁶⁴.

Na ordem dos collateraes, os irmãos illegitimos, e mais parentes por parle da mãe, succedem entre si, ainda que sejam nascidos de illicito e damnado coito⁶⁵.

A successão do Estado, em falta de parente até o decimo gráo, segundo o direito civil, verifica-se do mesmo modo, quando os herdeiros não querem aceitar a herança, e esta fica vaga⁶⁶.

Na linha recta ascendente e descendente, os grãos de parentesco se contão (tanto por direito civil, como por direito canonico)

⁶⁰ Ord. liv 4º tit. 91 § 2º.

⁶¹ Idem.

⁶² Idem §§ 3º e 4º.

⁶³ Idem tit. 93.

⁶⁴ Mas se não podem succeder *abintestado*, é permittido aos paes institui-los em testamento, comtanto que não prejudiquem os legitimos: *Dec. de 11 de Agosto de 1831*. Consulte-se o *Direito*, vol. 3º, pag. 257, artigo do Dr. João Carlos de Oliva Maia.

⁶⁵ Ord. Liv. 4º tit. 93.

⁶⁶ Regim. de 11 de Maio de 1560 § 8º, Ord. liv. 1º tit. 90 § 1º, liv. 3º tit. 18 § 9º, Lei de 4 de Dezembro de 1775 § 1º, Alv. de 28 de Janeiro de 1788, Alv. de 26 de Agosto de 1801, Reg. de 15 de Junho de 1859.

sempre começando de um tronco commum, e sendo pai e filho um gráo, neto segundo gráo, bisneto terceiro gráo, e assim por diante em cada geração um gráo.

Na linha lateral, por direito civil, os filhos todos estão para com o pai, tronco commum, em segundo gráo; — *irmãos*; — os netos, filhos destes, estão a respeito do avô, tronco commum, em terceiro gráo; — *sobrinhos*, primos irmãos ; — os bisnetos em quarto gráo; — *segundos sobrinhos*, *primos segundos*, e assim por diante. Mas, por direito cananico, os irmãos, filhos do pai, tronco commum, estão cada um por si em primeiro gráo; — os sobrinhos, filhos destes, em segundo; — e os sobrinhos segundos primos segundos, em terceiro, etc., e sempre cada um por si faz um gráo. Concorrendo, porém, o tio, parente do primeiro gráo, com o sobrinho, parente do segundo, estão em segundo mixto com o primeiro; — o tio irmão do avô, tronco commum, e o filho do sobrinho, estão em terceiro gráo mixto com o primeiro, etc. Isto porque o direito civil attende aos laços de sangue, e o canonico aos laços das familias.

Na successão *ab-intestado* a posse civil dos fallecidos transmite-se logo a seus herdeiros com todos os effeitos da posse natural, não sendo necessario que esta se tome⁶⁷.

Mas quando não houver conjuge sobrevivente, a quem compete ficar em posse e cabeça do casal para proceder ao inventario e partilhas, e os herdeiros fôrem collateraes, ainda que notoriamente conhecidos, a herança reputa-se jacente, até que os mesmos herdeiros se habilitem competentemente⁶⁸.

Não podem succeder *ab-intestado*:

⁶⁷ Alvará de 9 de Novembro de 1754.

⁶⁸ Reg. de 27 de Junho de 1845 art. 1º § 1º, alterando o art. 11 do Reg. de 9 de Maio de 1842, e Aviso n. 257 de 23 de Novembro de 1853, e Reg. de 15 de Junho de 1859.

1° Os religiosos e religiosas que professarem, ainda naquellas comunidades que podem possuir bens em commum⁶⁹.

2° Os religiosos secularizados, enquanto houverem parentes chamados pela lei, ou conjuge; de maneira que só venhão a excluir a successão do Estado⁷⁰.

3° Aquelles que por força ou engano estorvárão os fallecidos de dispor livremente de seus bens em testamento⁷¹.

4° Os descendentes e ascendentes solememente desbordados por justa causa⁷².

5° Os ascendentes excluidos de succeder aos descendentes⁷³.

6° Os herdeiros que fôrão remissos e negligentes em procurar o restabelecimento da saúde de seus ascendentes e parentes que vierão a fallecer no estado de alienação mental⁷⁴.

7° Os que se escusarem á tutela dos parentes⁷⁵.

8° As filhas familias que incorrem na pena de desherdação, ou por se terem casado antes de 21 annos sem consentimento dos pais, ou por se terem deshonestado⁷⁶.

A incapacidade de succeder, no caso deste paragrapho póde cessar se os pais, perdoando as injurias das filhas, as instituirem

⁶⁹ Lei de 9 de Setembro de 1769 § 10.

⁷⁰ Lei de 19 de Novembro de 1821, autorizada pela Lei 6ª de 20 de Outubro de 1823.

⁷¹ Ord. liv. 4º tit. 84 pr., e tit. 88 § 13.

⁷² Ord. liv. 4º tit. 82 §§ 2º e 4º, tits. 88 e 89, e Ass. 4º de 20 de Julho de 1780. Verifica-se este caso quando a desherdação é feita e julgada em vida, e não quando se faz em testamento, como é de costume.

⁷³ Ord. liv. 1º tit. 8 § 8º, e Ass. 3º de 20 de Julho de 1780.

⁷⁴ Ord. liv. 4º tit. 88 § 14.

⁷⁵ Ord. liv. 4º tit 102 §§ 5 e 6.

⁷⁶ Ord. liv. 4º tit. 88 § 1º, Lei de 19 de Junho de 1775 §§ 4º e 5º, Lei de 29 de Novembro do mesmo anno, Ass. de 9 de Abril de 1772 § 2º, confirmado pelo Alvará de 29 de Agosto de 1776, e Lei de 6 de Outubro de 1784 § 6º.

herdeiras; — mas é necessario que ao tempo da morte dos pais não hajão outros filhos ou descendentes legitimos⁷⁷.

Havendo outros filhos legitimos, não podem os pais, contra a vontade delles, instituir herdeira a filha incursa na pena de desherdação⁷⁸.

Não fica a filha desherdada excluida de toda sua legitima, quando se tenha casado com marido notoriamente conhecido por melhor do que seria aquelle com quem o pai póde-la-hia casar⁷⁹.

Em tal caso, está no arbitrio do pai desherda-la sómente de metade da legitima; e, não a desherdando expressamente dessa metade, a filha herdará livremente, ainda que hajão outros descendentes legitimos⁸⁰.

Quando os clérigos e regulares secularisados não tiverem disposto de seus bens, serão succedidos, como qualquer outro individuo, por seus parentes, segundo a ordem a que são chamados pela lei⁸¹.

Os conventos são legitimos proprietarios dos bens adquiridos e deixados pelos seus religiosos⁸².

Quando, porém, taes bens fôrem achados em logares distantes dos ditos conventos, e da residencia dos seus syndicos, terá logar a judicial arrecadação na fórmula da lei; e a entrega não se deverá fazer sem que os mesmos conventos se habilitem⁸³.

Partidores. — Os partidores são nomeados por louvação das partes nos logares, em que os não ha de officio publico, por não estarem creados⁸⁴. Vid. tambem o cap. 3º in fin. da Part. adm. no vol. 1º.

⁷⁷ Ord. liv. 4º tit. 88 § 2º, e Ass. de 9 de Abril de 1772 § 2º.

⁷⁸ Idem.

⁷⁹ Ord. dita § 3º, e Ass. cit.

⁸⁰ Ord. liv. 2º tit. 88 § 3º, e Ass. de 9 de Abril de 1772 § 2º.

⁸¹ Ord. liv. 4º tit. 18 § 7º, e Lei de 19 de Novembro de 1821 § 4º.

⁸² Aviso de 5 de Setembro de 1839, e Ord. de 5 de Novembro de 1840.

⁸³ Ordem de 5 de Novembro de 1840.

⁸⁴ Aviso de 19 de Outubro de 1854.

Usufructo. — Por morte da mãe, o pai é legitimo administrador e usufructuario dos bens dos filhos, emquanto estiverem sob seu poder, e esses bens deve o juiz dos orphãos deixar em poder do pai depois do inventario e partilha.⁸⁵

Tambem é o pai usufructuario, emquanto os filhos estiverem sob o seu poder, dos bens que elles adquirirem, ou ganharem por qualquer modo⁸⁶. E póde o pai gastar e dispor dos rendimentos de seus filhos, emquanto os tiver em seu poder, sem ter de dar contas a ninguém, porque esses rendimentos são seus, e só é obrigado a conservar a propriedade dos ditos bens⁸⁷. O juiz de orphãos póde apenas obrigar o pai a garantir com hypotheca a conservação de taes bens.

Não haverá o pai o usufructo dos bens dos filhos:

1° Quando alguma coisa fôr doada ou deixada aos filhos com a condição de não ter o pai o usufructo della, ou outro algum proveito⁸⁸.

2° Se o pai renunciar o usufructo⁸⁹.

3° Se o pai negar faculdade aos filhos para haverem a coisa que lhes fôr deixada ou doada, e os filhos a houverem sem o seu consentimento⁹⁰.

4° Se fôr doado ou deixado aos filhos algum usufructo⁹¹.

5° Quando o pai não fizer inventario dos bens do casal dentro de dous mezes, contados do dia do fallecimento da mãe⁹².

⁸⁵ Ord. liv. 1º tit. 88 § 6º.

⁸⁶ Ord. liv. 4º tit. 97 § 19, e tit. 98 § 7º.

⁸⁷ Ord. liv. 1º tit. 88 § 6º, e liv. 4º tit. 97 § 19.

⁸⁸ Ord. liv. 4º tit. 99 § 1º.

⁸⁹ Idem, § 2º.

⁹⁰ Idem, § 3º.

⁹¹ Idem, § 4º.

⁹² Ord. liv. 4º tit. 99 § 6º.

Estas e outras penas impostas ao pai, que não faz inventario no prazo legal, devem ser julgadas por sentença em processo, que por elle tenha sido contestado⁹³.

Embargos de terceiro. — Concluido o processo de inventario e partilha, deve ser admittido o terceiro senhor e possuidor a offerecer os seus embargos, não só porque a vista para embargos, por conter defesa natural, a ninguém se nega, como porque o juiz póde depois de concedida a vista recebe-los ou despreza-los, segundo achar de justiça⁹⁴.

No appendice (em n. 1) damos a fórma de proceder a um inventario pelo juizo de orphãos, a qual tem sido aceita era muitos juizos.

Curador geral de orphãos. — Vid. o cap. 3º do 1º vol., na parte administrativa.

Criação de orphãos.

Á mãe pertence criar o filho de leite sómente até á idade de tres annos, ou este seja orphão emquanto ella se não casar⁹⁵, ou se tenha o matrimonio dissolvido por qualquer motivo⁹⁶.

⁹³ Ass. 3º de 20 de Julho de 1780.

⁹⁴ Acc. da Rel. de Porto-Alegre de 13 de Junho de 1874. Mas a doutrina desse Acc. foi combatida pela sentença do Sup. Trib. de Just. de 18 de Novembro de 1874, que diz o seguinte:

“Procedendo-se pelo Juizo da Provedoria ao inventario dos bens do fallecido Domingos Joaquim do Costa, não era admissivel, o meio de embargos de terceiro senhor e possuidor, e mesmo outro que fosse empregado pelo recorrido para suspender o inventario, e tratar-se de uma questão de alta indagação, como a de filiação naquelle juizo, quando devêra ter logar no fôro commum, e por acção ordinaria. Além disso, esse embargo de terceiro senhor e possuidor, tendo cabimento só em certas circumstancias dadas, como de um julgamento sobre bens cuja posse e dominio se reclama, ou que este julgamento esteja sendo posto em execução, ou finalmente comparecimento do terceiro embargante antes de ser emittido na posse o exequente, era por isso inadmissivel; e ainda mais porque, sendo a embargada, D. Maria Rita do Carmo, reconhecida como unica herdeira necessaria do seu filho já no testamento de fls. 4, já pela habilitação a fls. 19, é fóra de duvida que a posse civil com todos os effeitos da posse natural ficou encorporada na pessoa della embargada em virtude do Alv. de 9 de Setembro de 1754 e Ass. de 16 de Fevereiro de 1786: e tanto reconheceu isso o proprio embargante que logo em principio desse inventario, muito tempo antes de se apresentar em juizo com os embargos de terceiro, autorizou seu advogado para receber os legados que por aquelle testamento lhe forão deixados pelo testador, como se vê da procuração a fls. 15; consequentemente tão incompetente foi o juizo por onde correrão taes embargos, como o meio de que usou o recorrido.”

⁹⁵ Ord. liv. 1º tit. 88 § 10, e liv. 4º tit. 99 § 3º.

Se a mãe fôr de tal qualidade, ou tiver algum impedimento, que não deva criar o filho aos peitos, far-se-ha a criação de leite á custa do pai⁹⁷.

Sendo o pai fallecido, ou não tendo meios, nem possuindo o filho bens proprios, concorrerá a mãe com todas as despesas da criação⁹⁸.

Tendo o filho bens seus, a mãe poderá repetir toda a despesa que na criação houver feito, além da criação de leite, e posto que tal despesa fizesse sem o protesto de cobra-la pelos bens do filho⁹⁹.

Depois dos tres annos da criação, a mãe póde haver sem protesto outra qualquer despesa que haja feito com a pessoa do filho, se fôr sua tutora, ou curadora¹⁰⁰.

Não sendo tutora ou curadora do filho, nem tendo protestado, nada poderá repetir, salvo se fôr o filho rico, e ella pobre¹⁰¹.

O que criar orphão de graça até á idade de sete annos, o terá outro tanto tempo como o criou, sem lhe pagar soldada¹⁰².

Quando o orphão tem sele annos, o juiz ordena que se apregõe no fim da audiencia que o dá por soldada, ou por obrigação de o casarem, sem nomear quem é o orphão; e quem o quizer, compareça a toma-lo, dando-o o juiz a quem mais soldada offerecer, e lavrando-se uma *escriptura* ou termo do contrato com fiadores, a qual é passada pelo escrivão de orphãos, e vale como escriptura publica, sem ser preciso ir ao tabellião, como em alguns juizos se pratica¹⁰³.

⁹⁶ Ord. liv. 4º tit. 99 pr.

⁹⁷ Ord. liv. 1º tit. 88 § 10, e liv. 4º tit. 99 pr., e §§ 2º e 3º.

⁹⁸ Ord. cit.

⁹⁹ Ord. liv. 4º tit. 99 § 4º.

¹⁰⁰ Idem, §§ 4º e 6º.

¹⁰¹ Idem.

¹⁰² Ord. liv. 1º tit. 88 § 12, e liv. 4º tit. 31 § 8º.

¹⁰³ Ord. liv. 4º tit. 102 § 3º.

Ao juiz e escrivão é prohibido tomar orphão para si por soldadas sob pena de responsabilidade¹⁰⁴.

Sendo o orphão de qualidade tal que não se deva dar á soldada, o juiz assignará uma quantia annual para seus alimentos, a qual deixará em mão dos tutores para ser-lhes levada em conta, devendo o arbitramento da despeza ser feito pelo juiz com os partidores. Mandará ensinar-lhe a lêr e escrever, e o que fôr compativel com sua qualidade e fazenda. E nunca deve exceder ao rendimento da legitima do orphão no arbitramento dos alimentos que se lhe devem prestar¹⁰⁵.

A filhos de officiaes mecanicos mandará o juiz ensinar o officio de seus pais, ou outro a que elles se inclinem, por termo em que os mestres se obriguem por seus bens a darem-os ensinados dentro de certo tempo¹⁰⁶.

Fugindo o orphão por trata-lo mal o amo, pagar-lhe-ha este o tempo que elle servio, sem que o orphão seja obrigado a concluir o tempo; mas, não havendo culpa do patrão, será o orphão obrigado a concluir o tempo, e mais outro tanto quanto deixou de servir por andar fugido; não passando, porém, de seis mezes o tempo da pena¹⁰⁷.

Bens — Dinheiros — Cofre de orphãos.

É prohibido vender os bens dos orphãos, porque a isso se oppõe a lei¹⁰⁸. Excepto:

1º Quando o interesse publico assim o pedir, porque o commodo do povo deve prevalecer a outro qualquer, por mais privilegiado que seja¹⁰⁹.

¹⁰⁴ Ord. liv. 1º tit. 88 § 14 e tit. 89 § 8º.

¹⁰⁵ Ord. liv. 1º tit. 88 § 15, e Alv. de 26 de Outubro de 1814 § 6º, e Reg. de 2 de Outubro de 1851.

¹⁰⁶ Ord. cit. § 16.

¹⁰⁷ Ord. cit. § 17.

¹⁰⁸ Ord. liv. 1º tit. 88 §§ 12, 23 e 26.

¹⁰⁹ Const. art. 179 § 22, Lei de 9 de Setembro de 1826, e Lei de 12 de Agosto de 1834 art. 10 § 3º.

2º Quando a conservação do bem fôr repugnante á disposição de direito, como a respeito dos prazos hereditarios, quando não convém entre si os co-herdeiros no que deve ficar encabeçado, porque então se devem vender a um estranho, e o preço dividir-se entre os coherdeiros¹¹⁰.

3º Quando o orphão dever, e os credores instarem pelo embolso, não bastando que se provem as dividas, mas sendo essencialmente necessario que os credores instem pelo seu embolso¹¹¹.

Para serem válidas estas vendas, é necessário: 1º, que se justifique a necessidade dellas, ouvido o tutor e o curador geral¹¹²; 2º, que em primeiro lugar sejam vendidos os moveis, depois os semoventes, e que se entreguem aos seus credores os nomes e obrigações dos devedores¹¹³; 3º, que enquanto se puderem pagar as dividas com os rendimentos das propriedades, se não devem estas vender, porque o beneficio da Lei de 20 de Junho de 1774 nos §§ 24 e 25, concedido ás execuções¹¹⁴, é applicavel para a venda dos bens de orphãos, pois excedendo o valor da propriedade ao dôbro da quantia da divida, já se não poderá vender, mas se consignarão aos credores os rendimentos annuaes, até ser inteiramente paga; 4º, que na venda dos bens de raiz devem preferir aquelles que fôrem menos proveitosos ao orphão¹¹⁵; 5º, que intervenha autoridade do tutor, porque, sendo estes dados como guardas e defensores dos bens dos orphãos, para que se não damnifiquem, devem exactamente vigiar sobre os commodos e interesse

¹¹⁰ Ord. liv. 4º tit. 36 § 7, e *Alv. de 6 de Março de 1669*.

¹¹¹ Peg. á Ord. liv. 1º tit. 88 § 26.

¹¹² Borges Carneiro, *Direito Civil*, liv. 1º tit. 27 § 239 n. 23.

¹¹³ Argum. da Ord. liv. 3º tit. 86 §§ 7º, 8º e 9º.

¹¹⁴ Se os bens valerem o dobro da divida, v. g., sendo a divida cinco e valendo os bens dez, o juiz mande avaliar o rendimento delles, e por sentença adjudique ao credor pelo tempo que bastar para ficar pago; e findo o tempo, torne o dono pela mesma sentença á posse e fruição dos seus rendimentos, ficando imputavel ao credor o que deixar de receber por sua culpa, ou omissão e negligencia. *Art. 24.* Ficão reprovadas e proscriptas do fôro as opiniões e doutrinas de que os pagamentos não se fação por parcellas. *Art. 25.*

¹¹⁵ Ord. liv. 1º tit. 88 § 26.

dos mesmos¹¹⁶; 6º, que haja licença do juiz de orphãos, a qual deve ser por escripto; 7º, que depois de intervir a licença do juiz, com a precedência dos outros requisitos, sejam os bens vendidos em praça publica¹¹⁷. Antes de se effectuar a venda os bens serão estimados por homens intelligentes, e devem andar a pregão por espaço de oito dias os moveis, e os de raiz por vinte dias, não sendo vendidos por menor preço que a estimação arbitrada.

As preciosidades pertencentes a orphãos devem ser arrematadas nos districtos dos respectivos juizes, e debaixo de sua inspecção e ordens, para ser o producto recolhido á thesouraria¹¹⁸.

Os predios rusticos e urbanos pertencentes a orphãos devem ser arrendados em hasta publica.

No arrendamento devem observar-se os seguintes requisitos: 1º, que andem a pregão; 2º, que se arrendem a quem por elles mais dê; 3º, que sejam arrendados em praça publica; 4º, que preceda a autoridade do juiz de orphãos; 5º, que, não havendo quem lance nelles, ou não sendo a renda equivalente aos juros que os mesmos bens merecem, o tutor os deve mandar grangear por conta do orphão, e dar conta de seus rendimentos, depois de abatidas as despesas, e do liquido lhe fará carga, quando se lhe tomar contas¹¹⁹.

Os arrendamentos se fazem por tempo de tres annos; e os que são feitos pelos tutores e curadores devem ser observados á risca pelos orphãos. Não só se devem sustentar quanto aos arrendatarios, mas tambem quanto aos seus herdeiros.

¹¹⁶ Idem § 3º.

¹¹⁷ Borges Carneiro, *Direito Civil*, § 239 ns. 25 e 26, diz que não ha lei que mande os bens serem vendidos em praça, e que portanto esta questão deve decidir-se pelo estylo do logar.

¹¹⁸ Aviso de 12 de Julho de 1844.

¹¹⁹ Ord. liv. 1º tit. 88 § 23, e liv. 4º tit. 102 pr. Vide T. de Freitas, nota ao art. 289.

Feito o arrendamento, não póde o juiz mandar passar editaes de praça para serem arrematados os prédios com que fôrão aquinhoados os menores, embora os ditos predios careção de reparos; por isso que a arrematação neste caso é uma transgressão da Ord. liv. 1º tit. 88 § 26^{119a}.

Sob pretexto de proprietario legitimo, não póde o inventariante arrendar por tempo bens de raiz que ainda existem *pro indiviso*, embora haja sciencia e consentimento de alguns interessados, não sendo ouvido um terceiro tambem interessado¹²⁰.

É permittida a troca de bens de raiz, pertencentes a menores, por outros de igual natureza, provando-se que estes serão para o futuro de maior vantagem aos ditos menores, e precedendo licença do juiz de orphãos¹²¹.

O escrivão do inventario póde comprar qualquer bem, descripto no mesmo inventario, sem incorrer na Ord. do liv. 1º tit. 88 § 30, comtanto que seja esse bem lançado á meiação da inventariante meieira. *Accord. da Rel. de 13 de Abril de 1866 no 3º vol. da Rev. Jur. pag. 205.*

Não se póde fazer a arrematação de bens de raiz existentes em paiz estrangeiro, nem mesmo proceder-se a respeito delles de qualquer modo; — por isso não são sujeitos á jurisdicção do juiz de orphãos, nem ás leis do Brazil; devendo a sua arrecadação e administração ser feita conforme as leis do paiz em que se achão: *Aviso de 23 de Dezembro de 1844.*

As hypothecas *legaes* especializadas dos menores cessão um anno depois da cessação da tutela, ou curatela, salvo havendo questões

^{119a} Acc. da Rel. do Rio de Janeiro de 7 de Outubro de 1873.

¹²⁰ Acc. de 1 de Fevereiro de 1855.

¹²¹ Acc. de 16 de Fevereiro de 1856 no *Corr. Merc.* n. 179. — A permuta de bens de orphãos com os bens do curador é prohibida pela Ord. liv. 1º tit. 88 §§ 25 e 29, e não deve ser tolerada nem mesmo quando tenha o curador sido removido: *Acc. da Rel. do Rio de 20 de Agosto de 1872 na Gaz. Jur.* vol. 2º pag. 347. Este Acc. foi confirmado pela Rev. de 4 de Março de 1874.

A mesma disposição applica-se aos tutores. *Ord. cit. e Cod. Crim. arts. 146 e 147; Dir.* vol. 6º pag. 301.

pendentes. *Art. 9º § 3º da Lei de 24 de Setembro de 1864, e art. 110 § 1º, arts. 118, 123 e 125 do Reg. de 26 de Abril de 1865.*

O que seja hypotheca *legal* ensina o art. 3º da Lei dita.

A inscrição da tutela ou curatela deve ser requerida pelo tutor ou curador oito dias depois de assignado o termo, e ainda mesmo antes do exercicio, e pelo testamenteiro. *Art. 9º § 12 da Lei e art. 136 §§ 1 a 4; 199, e 204 do Reg. de 26 de Abril de 1865.*

Póde ser requerida por qualquer parente do orphão, ou interdicto. *Art. 9º § 13 da Lei e 200 do Reg. de 26 de Abril de 1865.*

Incumbe ao escrivão dos orphãos, ou da provedoria, ao curador geral, ao juiz de orphãos ou da provedoria. *Art. 9º § 14 da Lei, e arts. 157 §§ 1 e 3, arts. 160, 167, 168 e 177 do Reg. de 26 de Abril de 1865.*

O tutor e curador ficão sujeitos ás penas de estellionato pela omissão da inscrição, verificada a fraude. *Art. 9º § 22 da Lei e 212 do Reg. de 26 de Abril de 1865.*

A hypotheca legal garante não só o capital, como os rendimentos e juros dos mesmos orphãos. *Dir. vol. 1º pag. 136.*

O Av. do Sr. Alencar, n. 319 de 18 de Agosto de 1868, decidiu que quando um pai não tem bens de raiz para garantir as legitimas de seus filhos menores, deve, não obstante, proceder á inscrição de sua hypotheca no tempo e pelo modo marcado nos §§ 17 e 22 do art. 9º da mesma Lei, e nos arts. 199 e 212 do Reg. de 26 de Abril de 1835, inscrição cujo effeito é affectar desde logo quaesquer immoveis que venha a adquirir para o futuro.

Os dinheiros pertencentes aos cofres de orphãos não podem ser emprestados a particulares; e tanto os que existião em cofre, como os que vão para elles entrando, só podem ser emprestados ao Governo,

sendo immediatamente remettidos aos cofres publicos, e escripturados como se dirá¹²².

Pelas sommas que se hão de tomar por emprestimo do cofre dos orphãos, sómente se entendem as que nelle se acharem em moeda corrente, e quando as hajão em prata e ouro, ou obras e pedras preciosas, só poderão ser tomadas depois que fôrem reduzidas a moeda, sob a inspecção e por ordem dos respectivos juizes, que, a respeito da venda de taes generos, se dirigirão pelas leis que regulão as suas attribuições¹²³.

Na disposição de tomar por emprestimo todo o dinheiro do cofre dos orphãos, não se comprehendem as sommas que estavam emprestadas a particulares com as fórmalidades e seguranças legaes, mas sim quando fôrem recolhidas aos ditos cofres dos orphãos, logo que findem, ou por qualquer modo se dissolvão os contratos em vigor¹²⁴.

Porém, se essas sommas emprestadas, que houverem de entrar para o cofre por ter findado o tempo dos contratos pelos quaes fôrão emprestadas, não puderem ser pagas em totalidade, sem grave detrimento dos que as tomárão, os juizes respectivos arbitrarão a estes (precedendo approvação do tribunal do thesouro na côrte, e das thesourarias nas provincias) as quotas parciaes, e prazos razoaveis, dentro dos quaes fação a entrega total das referidas sommas e seus juros, até que a assembléa geral resolva a respeito¹²⁵.

Na côrte e nas capitaes das provincias entrarão directamente no thesouro e nas thesourarias os dinheiros dos orphãos, e ahi serão escripturados debaixo do titulo — *Emprestimo do cofre dos orphãos*. Nos mais logares entrarão nas estações, de arrecadação das villas ou cidades em que residir o juizo, donde serão remettidas ás thesourarias, da mesma fórma por que o são as rendas ahi arrecadadas. Os administradores das

¹²² Art 1º das Inst. n. 51 de 12 de Maio de 1842.

¹²³ Art. 2º das Inst. dito, e Av. de 12 de Julho de 1844.

¹²⁴ Art. 3º das Inst n. 51 de 12 de Maio de 1842.

¹²⁵ Art. 4º das Instrs.

mesas de rendas e collectores não perceberão porcentagem alguma por esta arrecadação, e terão tão sómente uma commissão pela remessa, que não excederá de um por cento¹²⁶.

Esta porcentagem é para os collectores de dous terços, e para os escrivães de um terço¹²⁷.

Os juros deste emprestimo e as sommas exigidas para alimentos, ou para serem entregues aos orphãos emancipados, serão pagos pela estação de arrecadação do logar onde entrárão, independente de precatorio judicial e autorização da thesouraria, e tão sómente á vista de requisição official do juiz de orphãos¹²⁸.

A entrega será abonada pela thesouraria como despesa ao collector, á vista do officio do juiz e recibo do thesoureiro dos orphãos, devendo, porém, nas coletorias escripturar-se com distincção o capital e os juros, que por conta do mesmo se pagarem¹²⁹. E não se pagão juros por prazo menor de um anno, a menos que o capital respectivo não seja retirado conjunctamente¹³⁰.

Bastão simples officios dos juizes aos chefes das estações para a entrega das sommas que fôrem requisitadas aos thesoureiros de

¹²⁶ Art. 5º das Instrs. O dinheiro que coube aos orphãos que têm pai vivo não vai para o cofre dos orphãos; deve ficar em poder do pai; *Ord. liv. 1º tit. 88 § 6; Borges Carneiro, Direito Civil § 237.*

¹²⁷ Aviso de 12 de Março de 1851.

¹²⁸ Art. 6º das Instrs. de 12 de Maio de 1862. A Ordem n. 367 de 3 de Outubro de 1872 declara que, conforme já foi explicado pela Ordem n. 31 de 31 de Março de 1846, a disposição do art. 6º § 4º da Lei n. 231 de 13 de Novembro de 1841 teve sómente em vista evitar que os dinheiros de orphãos estejam parados e improductivos no cofre competente, ou sejam menos segura e vantajosamente dados por emprestimo a particulares, sem assistir por isso ao thesouro o direito de fiscalisar os actos dos juizes que requisitão a entrega de quantias por conta dos ditos dinheiros, pois cabe-lhes avaliar as vantagens da applicação dessas quantias, assim como a responsabilidade pelos prejuizos que dahi resultem; não podendo, portanto, deixar de serem consideradas exemplificativas as palavras — *ou sejam para alimentos, ou para serem entregues aos orphãos, por se acharem emancipados*, empregadas no art. 6º das Instrs. n. 51 de 12 de Maio de 1842. A mesma doutrina encontra-se na Ord. n. 407 de 26 do mesmo mez e anno.

¹²⁹ Art. 7º das Instrs.

¹³⁰ Aviso de 3 de Abril de 1860 e Ord. de 26 de Março de 1836.

orphãos pela repartição onde tiverem entrado, independentemente de se examinar a quaes dos orphãos pertencem, pois que isso é objecto economico do juizo, onde deve existir a conta particular de cada um¹³¹.

E estas requisições, em fórmula de officio, deprecando a entrega do empréstimo do cofre de orphãos, não estão sujeitas a sello, assim como não estão as contas do respectivo capital e juros, os recibos e quitações, e os extractos das folhas dos livros de taes empréstimos¹³².

Havendo falta de thesoureiro de orphãos em qualquer termo, será admissivel fazer a entrega dos dinheiros á pessoa a favor de quem fôr expedido o officio ou precatorio, com recibo ou quitação, passada pelo escrivão do juizo, e assignada por quem receber¹³³.

Mas será abusiva, e contra a lei, a pratica de se fazer sempre na thesouraria as entregas dos dinheiros, seja qual fôr o lugar por onde elles tenham entrado, ás pessoas indicadas pelo *juiz* nos precatorios ou requisições, passando os recebedores um simples recibo¹³⁴.

A entrega do dinheiro de orphãos basta que o juiz de orphãos a requisição do collector do respectivo districto, cumprindo a este effectual, ou pedir immediatamente ao thesouro ou thesourarias os fundos necessarios para esse fim, caso não os tenha na collectoria¹³⁵.

As sommas dos cofres dos orphãos, que passarem por emprestimo para o governo, serão remetidas englobadamente pelo juizo sem declaração dos individuos a quem pertencem, e da mesma fórmula serão feitos por elle os pedidos de entrega; devendo, porém,

¹³¹ Ordem de 5 de Dezembro de 1844.

¹³² Ordem n. 504 de 2 de Novembro de 1861.

¹³³ Ordem de 28 de Fevereiro de 1848, e Aviso de 30 de Maio de 1856.

¹³⁴ Ordem de 19 de Fevereiro de 1858.

¹³⁵ Ordem de 8 de Março de 1853, art. 9º das Instrs. de 12 de Maio de 1842, e Ordem de 28 de Novembro de 1857. — Na requisição do juiz de orphãos deve-se discriminar a quantia do capital e a de juros que se pretende levantar, e tambem declarar os empréstimos. *Ordem n. 397 de 4 de Dezembro de 1871.*

muito explicadamente declarar-se nos officios a importancia do capital e juros reclamados¹³⁶.

Nas thesourarias que, por falta de renda propria, recebem supprimento do thesouro, farão parte delle as sommas entradas dos cofres dos orphãos, emquanto não fôrem reclamadas; e quando o fôrem, e não tiverem fundos para fazerem a entrega, sacarão contra o thesouro pela importancia da somma que assim houverem de entregar ao juizo de orphãos.¹³⁷

O juro do dinheiro de orphãos passou a ser de 5% desde o 1º de Julho de 1855, tendo direito ao juro de 6% os dinheiros entrados nos cofres do Estado até 30 de Junho de 1855¹³⁸. E esses juros devem ser pagos, ou quando fôrem reclamados por precisão que delles tenham os orphãos, para seus alimentos e outras despezas legaes, ou quando tiverem de receber o capital, por se acharem emancipados ou casados¹³⁹; não sendo curial, nem autorizada por lei, antes não devendo ser tolerada, a entrada de juros de dinheiro de orphãos para vencerem tambem juro com os capitaes primitivos, todas as vezes que se reconhecer que os dinheiros entrados para os cofres publicos são os proprios juros annuaes, delles retirados¹⁴⁰.

A contar da data do fallecimento do orphão, cujo dinheiro tiver entrado por emprestimo nos cofres do Estado, deve cessar o vencimento dos juros, e ser o mesmo dinheiro recolhido considerado como simples deposito de defuntos e ausentes, como já foi declarado pelos Avisos de 19 de Janeiro de 1859, e n. 99 de 7 de Março de 1862, achando-se

¹³⁶ Art. 8º das Instrs. de 12 de Maio de 1842, e Ordem de 28 de Outubro de 1857. Como tambem a data do emprestimo, ou emprestimos, que pretenderem levantar. Av. de 10 de Setembro de 1864.

¹³⁷ Art. 10 das Instrs. de 12 de Maio de 1842.

¹³⁸ Ordem n. 407 de 15 de Dezembro de 1856.

¹³⁹ Provisão n. 126 de 26 de Março de 1856.

¹⁴⁰ Circular n. 442 de 7 de Dezembro de 1857. *Vide* nota 41.

virtualmente revogada por estes Avisos a Ordem n. 141 de 30 de Setembro de 1850¹⁴¹.

Os collectores e administradores de mesas de rendas, quando receberem dinheiros de orphãos, darão ao thesoureiro do respectivo juizo recibo extraíndo de livros de talão, que serão fornecidos do mesmo modo e na mesma occasião em que são os demais livros de sua escripturação¹⁴².

Os juizes de orphãos são obrigados a remetter no fim de cada trimestre, na provincia do Rio de Janeiro directamente ao thesouro, e nas demais provincias ás respectivas thesourarias de fazenda, uma demonstração dos dinheiros de orphãos, que no decurso do mesmo trimestre houverem entregado aos ditos funcçionarios do termo ou termos de sua jurisdição, com declaração da importancia entregue e da data da entrega. Se durante o trimestre não tiver havido entrega alguma, isso mesmo declararáão os juizes¹⁴³.

No caso de ficarem extinctas as collectorias e agencias pelo facto de se arrematarem as rendas publicas, poderão ser os arrematantes autorizados para receber o dinheiro dos orphãos, e bem assim para fazer a entrega dos que fôrem deprecados pelos juizes de orphãos¹⁴⁴.

O dinheiro dos orphãos póde ser empregado em apólices dos fundos publicos, isto no caso em que o dinheiro de um só orphão seja sufficiente para este emprego, e não para se comprar uma ou mais apolices com quantias pertencentes a diversos menores¹⁴⁵, comtanto que

¹⁴¹ Ordem de 3 de Dezembro de 1863. — Os dinheiros de orphãos recolhidos aos cofres nacionaes só vencem juros até que os mesmos orphãos se emancipão ou fallecem, como tem sido declarado pelas ordens do thesouro n. 99 de 7 de Março de 1862, ns. 290 e 532 de 2 de Julho e 3 de Dezembro de 1863 e n. 4 de 5 de Janeiro de 1867; não se deve, portanto, contar juros senão até o dia anterior ao do casamento da orphã que, contrahindo matrimonio sem licença do juiz, não pôde obter logo da autoridade o levantamento das quantias recolhidas aos cofres. *Ord. n. 841 de 25 de Agosto de 1868.*

¹⁴² Art. 1º da Circular de 30 de Abril de 1855.

¹⁴³ Art. 2º da cit. circular.

¹⁴⁴ Ordem de 11 de Outubro de 1845.

¹⁴⁵ Aviso de 31 de Março de 1846.

haja autorização do juizo para emprego de dinheiro em apolices¹⁴⁶. E tambem se podem empregar em acções da estrada de ferro — Pedro II — os dinheiros que ainda não estiverem recolhidos aos cofres, e não tiverem sido emprestados ao Governo¹⁴⁷.

Os bens encontrados no cofre dos orphãos, sem se saber de senhor ou dono a quem pertencem, entrão na classe dos vagos, e são da nação¹⁴⁸.

O cofre para guardar o dinheiro é feito á custa dos orphãos, deduzindo-se um oitavo por cento das quantias recolhidas ao respectivo cofre para essa e outras despesas, inclusive livros para escripturação¹⁴⁹.

O dinheiro dos prodigos e desassisados, recolhido aos cofres das thesourarias, vence juros¹⁵⁰. Não assim as quantias recolhidas aos cofres e pertencentes a maiores de 21 annos, porque não podem ser consideradas como emprestimo de orphãos para vencerem juros¹⁵¹.

A guarda dos cofres de orphãos póde ser commettida aos collectores das rendas publicas, quando não haja quem, com a condição de prestar fiança, aceite o encargo de thesoureiro dos ditos cofres¹⁵². E estes thesoureiros não estão sujeitos aos juros de 9% como os outros collectores e outros empregados pela mora de dinheiros em seu poder¹⁵³. A escripturação dos collectores, quando encarregados do cofre de orphãos, não se deve confundir com a escripturação da fazenda publica, e,

¹⁴⁶ Ordem de 3 de Junho de 1853.

¹⁴⁷ Aviso de 26 de Março de 1856.

¹⁴⁸ Aviso do 1º de Julho de 1854.

¹⁴⁹ Aviso de 11 de Outubro de 1854, e de 15 de Julho de 1863.

¹⁵⁰ Ordem n. 124 de 30 de Setembro de 1847. — A mesma doutrina encontra-se na Ord. n. 473 de 5 de Novembro de 1868 (do Visconde de Itaborahy), que assim se exprime: “Sendo os loucos *de todo o genero* (expressão generica mais apropriada, e que se encontra no art. 10 § 2º do Cod. Crim.) equiparados aos menores e favorecidos pela Lei do mesmo modo (Ord. liv. 4º tit. 103, Lei de 3 de Novembro de 1830 art. 4º e Dec. n. 831 de 2 de Outubro de 1851 cap. 5º secç. 1ª) devem os dinheiros aos ditos loucos pertencentes gozar dos mesmos favores e garantias concedidos aos dos menores, tendo portanto na especie inteira applicação a Lei n. 231 de 13 de Novembro de 1841 e Provisão de 12 de Maio de 1842.

¹⁵¹ Ordem de 12 de Julho de 1856.

¹⁵² Circular de 20 de Julho de 1857.

¹⁵³ Aviso de 8 de Agosto de 1857.

para solução de quaesquer duvidas que occorrerem, se devem dirigir ás autoridades competentes, isto é, ao juizo¹⁵⁴. E dos collectores não se deve exigir fiança para este novo encargo¹⁵⁵.

Só devem ser recebidos nos cofres das collectorias os dinheiros dos orphãos, desde que são recolhidos por emprestimo ao Governo; porque, como deposito, esse dinheiro tem seu cofre e thesoureiro especiaes¹⁵⁶.

O cofre de orphãos deve guardar-se na casa da camara municipal, ou thesouraria, ou casa publica mais forte, que houver no logar¹⁵⁷. E ao juiz de orphãos pertence a nomeação de thesoureiro de seu

¹⁵⁴ Circular de 4 de Setembro de 1857.

¹⁵⁵ Ordem de 11 de Setembro de 1857. — A thesouraria de Sergipe, no intuito de obviar duvidas que lhe occorrem relativamente ao pagamento de juro dos emprestimos do cofre de orphãos, consultou:

1º Se o juizo de orphãos é obrigado a deprecar a entrega do capital e juros vencidos provenientes de taes emprestimos, apenas o orphão chegue á maioridade ou se emancipe.

2º Até que época a fazenda nacional deve contar e pagar os juros do capital emprestado, dando-se demora na requisição do juizo para entrega do mesmo capital, depois de verificada a maioridade ou emancipação do orphão.

3º Se, tendo a thesouraria conhecimento de que o orphão está emancipado, e não havendo requisição do juizo respectivo para a entrega do emprestimo, deve avisar o mesmo juizo para fazer a requisição, ou deverá antes proceder á escripturação competente, considerando o dinheiro do dito empréstimo como de ausentes, conforme a decisão n. 99 de 7 de Março de 1862, ácerca dos orphãos fallecidos.

Em resposta declarou a ordem de 2 de Julho de 1863:

1º Que o juizo de orphãos não é obrigado a deprecar a entrega de dinheiro dos orphãos, logo que estes se emancipem ou cheguem á maioridade.

2º Que se deve contar e pagar os juros do capital recebido por emprestimo do cofre de orphãos até o tempo em que estes entrarem na maioridade ou se emanciparem, comtanto que isto conste na thesouraria por modo authenticico.

3º Que, sendo devido, os juros do emprestimo do cofre de orphãos sómente durante a menoridade e tutela destes, não ha necessidade de avisar o juizo, na hypothese figurada na consulta; como tambem não é o facto da maioridade ou da emancipação do orphão razão bastante para se proceder na escripturação respectiva ao estorno do dinheiro do seu emprestimo para o de bens de ausentes, o que só deve ter logar no caso de fallecimento daquelle a quem o dinheiro pertencer.

¹⁵⁶ Officio de 21 de Outubro de 1857.

¹⁵⁷ Alvará de 24 de Outubro de 1814 § 6, e Aviso de 31 de Janeiro de 1834. Tendo sido o Governo consultado sobre a conveniencia de extinguir-se o cofre de orphãos no termo de Itaguahy, declarou o Av. n. 323 de 6 de Outubro de 1871 que só por Lei pôde ser decretada a extincção do cofre de orphãos; mas que, no intuito de evitarem abusos, cumpre que as autoridades competentes tenham a maior solicitude não só em dar sem demora o devido destino aos bens dos orphãos, em vez de se retardarem no respectivo cofre os que ahi são guardados, mas tambem em exercer a necessaria fiscalisação sobre os encarregados da guarda de taes bens, procedendo-se nos termos de direito contra os que infringirem as disposições legaes acerca deste assumpto.

juizo¹⁵⁸. O cofre terá tres chaves differentes, uma das quaes terá o juiz, outra o escrivão, e outra o thesoureiro. Dentro do cofre haverão dous livros de receita e despesa, do que entrar e sahir do mesmo cofre, ambos numerados e rubricados, em um dos quaes se lançará por modo de titulo o nome de cada orphão, seu pai e mãe, tutor, onde morão, e a sua receita. No livro da despesa, no titulo competente de cada orphão, se fará, com declaração do dia, mez, e anno, a descarga do que se tirou do cofre por conta d'elle, declarando para que, por ordem de quem, e a quem se entregar, assignando o juiz e as partes.

CAPITULO II.

Da attribuição de conceder cartas de emancipação¹⁵⁹.

Aos vinte e um annos completos termina a menoridade, e se é habilitado para todos os actos da vida civil¹⁶⁰.

Existia antes a pratica de obrigar os que se tornavão maiores a prestar uma justificação inutil de capacidade, e a tirar carta de emancipação, pratica que tem desaparecido¹⁶¹.

Pela emancipação acaba o patrio poder¹⁶², assim como acaba pelo casamento com licença do tutor e do juiz¹⁶³, e por servir o filho officio publico, ainda que esteja em companhia do pai¹⁶⁴.

O pai póde ser compellido a emancipar o filho nos casos que vão expressos, e para esse fim o filho o póde demandar com venia do juiz¹⁶⁵.

¹⁵⁸ Aviso de 8 de Junho de 1833.

¹⁵⁹ Lei de 22 de Setembro de 1828, art. 2º, § 4; e art. 5, § 1º do Regul. de 15 de Março de 1842.

¹⁶⁰ Resol. de 31 de Outubro de 1831, e Av. de 28 de Novembro de 1834.

¹⁶¹ Avisos de 23 de Novembro de 1855, e de 8 de Janeiro de 1856. Se, porém, se proceder á justificação para obter-se carta de emancipação, o juiz competente para proferir a sentença não é o juiz de orphãos e sim o de direito, visto se tratar de uma questão sobre o estado das pessoas. Av. de 5 de Julho de 1873; Pereira e Souza, nota 1006; Silva á Ord. liv. 3º, tit. 70, § 6º, ns. 24 e 25.

¹⁶² Ord. liv. 1º, tit. 88, § 6º; liv. 4º, tit. 50, § 2º, tit. 87, § 7º, e tit. 97, § 19.

¹⁶³ Ord. liv. 1º, tit. 88, §§ 19, 20, 21, 27 e 28.

¹⁶⁴ Art. 92, § 2º da Const. e Decis. do 1º de Fevereiro de 1848.

Presume-se tambem consentimento do pai para emancipação, quando este não se oppõe á separação do filho, deixando-o governar-se livremente¹⁶⁶.

CAPITULO III

Da attribuição de conceder supplemento de idade¹⁶⁷.

Antes de terminada a menoridade, é licito aos menores requerer provisão de supplemento de idade, se tiverem chegado a vinte annos sendo varões, e a dezoito sendo de outro sexo¹⁶⁸.

Para o menor poder alcançar o supplemento de idade, deve requerer ao juiz de orphãos uma justificação, cuja sentença compete ao juiz de direito. Antes de mandar que os autos sejam conclusos ao juiz de direito, o juiz de orphãos procederá ás diligencias e informações necessarias, ouvindo o tutor e o curador geral sobre a capacidade do menor para reger seus bens¹⁶⁹.

O menor que obtiver supprimento de idade, ou fôr casado, e de idade de 20 annos, será de então em diante havido por maior; mas não se lhe permite, sem consentimento do juiz, alienar, ou hypothecar bens de raiz, pena de nullidade dos contratos¹⁷⁰, excepto se estes menores fôrem commerciantes¹⁷¹.

O casamento habilita o orphão menor para receber seus bens, e estes ser-lhe-hão entregues, tendo elle 18 annos, se houver casado com autorização do juiz¹⁷².

¹⁶⁵ Ord. Liv. 3º, tit. 9º, § 4º, e Prov. de 24 de Maio de 1823.

¹⁶⁶ Corr. Tell. Doutr., § 45, not.

¹⁶⁷ Reg. de 15 de Março de 1842, art. 5º, § 2º; Pereira e Souza, nota 1006.

¹⁶⁸ Ord. liv. 1º, tit. 3º, § 7º, tit. 88, §§ 27 e 28, liv. 3º, tit. 42 pr., e § 1º; Regim. do Desem. do Paço, § 13, e Alv. de 24 de Julho de 1713.

¹⁶⁹ Lei de 22 de Setembro de 1828 art. 2º § 4º; Avs. de 15 de Fevereiro de 1838, de 5 de Novembro de 1849 e de 5 de Julho de 1873.

¹⁷⁰ Ord. liv. 1º tit. 88 § 28, liv. 3º tit. 42 §§ 1º e 2º, Regim. do Des. do Paço § 93.

¹⁷¹ Cod. Comm. art. 26.

¹⁷² Ord. liv. 1º tit. 88 § 27.

As cartas de supplemento de idade pagão 30\$ de sello fixo, tantas vezes quantas as pessoas contempladas¹⁷³. Mas não pagão mais os novos e velhos direitos da tabella annexa á Lei de 30 de Novembro de 1841, que nesse ponto foi declarada sem vigor pelo art. 72 do Decr. n. 4354 de 17 de Abril de 1869.

CAPITULO IV

Da attribuição de conceder licença a mulheres menores para venderem bens de raiz, consentindo os maridos¹⁷⁴.

Realizando-se o casamento sem convenção, entende-se que os esposos adoptarão o regimen da communhão em todos os bens, segundo o costume geral do Imperio¹⁷⁵.

Os bens de raiz do casal podem ser alienados pelo marido com consentimento da mulher; mas, no caso de ser a mulher de menor idade, determinou a lei, para prevenir abusos, que fôsse o juiz quem concedesse licença para venda de bens de raiz. Esta disposição teve sem duvida por fim prevenir prejuizos que poderião provir ao casal e á prole, se a inexperiencia de uma mulher menor, o arbitrio e mesmo a má fé de um marido não ficassem dependentes da licença de um terceiro em caso tão grave como é a venda de bens.

Com autorização do marido, e, não annuindo este, com autorização do juizo, póde a mulher, ainda de menor idade, demandar a reivindicção dos immoveis do casal que fôrem alienados sem seu expresso consentimento.

Os juizes de orphãos procederão regularmente deferindo a qualquer supplica, que lhes fôr feita no sentido de conceder licença ás mulheres menores para a venda de bens de raiz, consentindo os maridos,

¹⁷³ Art. 13 § 12 do Dec. de 9 de Abril de 1870.

¹⁷⁴ Art. 5º § 3º do Reg. de 15 de Março de 1842, e art. 2º § 4 da Lei de 22 de Setembro de 1828.

¹⁷⁵ Ord. liv. 4º tit. 46 pr., e § 1º.

quando dessa venda reconhecer que resulta utilidade ao casal, depois de precedidas as diligencias, que lhes parecerem necessarias.

CAPITULO V

Da attribuição de dar tutores aos orphãos em todos os casos mareados nas leis.

O juiz de orphãos é obrigado a dar tutores e curadores a todos os menores no prazo de um mez, que correrá do dia em que ficarem orphãos¹⁷⁶; essa nomeação deve fazer-se mesmo em tempo de férias¹⁷⁷.

Sendo o juiz de orphãos omisso no cumprimento deste dever, sujeita-se a processo de responsabilidade, que lhe será em correição promovido pelo juiz de direito¹⁷⁸.

Os tutores e curadores dos menores são testamentarios, legitimos ou dativos¹⁷⁹.

Tutella testamentaria. — Em primeiro logar são admittidos os tutores e curadores que o pai ou avô deixarem em testamento válido e solemne a seus filhos e netos, a mãe a seus filhos, e o pai a seu filho natural¹⁸⁰, recahindo tal nomeação em pessoas que possam exercer tal encargo¹⁸¹. Sendo deixados pelo pai ou avô, não são taes tutores testamentarios obrigados a prestar fiança¹⁸². Não assim se são deixados

¹⁷⁶ Ord. liv. 4º tit. 102 pr., e Lei de 22 de Setembro de 1828, art. 2º § 4º — No caso de ser demandado algum menor ou orphão, seja-lhe dado tutor, e com elle e com um curador á lide corrão os termos da causa até final decisão, sob pena de nullidade do processo ou sentença: Ord. liv. 3º tit. 29 § 1º; tit. 41 §§ 8º e 9º; tit. 63 § 5º. Deve a nomeação ser feita pelo juiz de orphãos, e não pelo da causa. Ord. liv. 4º tit. 102. Mas a nomeação do curador á lide compete ao juiz do feito.

¹⁷⁷ Ord. liv. 3º tit. 18 § 5, e Decr. n. 1285 de 30 de Novembro de 1853 art. 3º § 3º.

¹⁷⁸ Ord. liv. 1º, tit. 62, § 32, Reg. n. 834 de 2 de Outubro de 1851, art. 32, § 3º, e art. 154 do Cod. Crim.

¹⁷⁹ Ord. liv. 4º, tit. 102, §§ 1º, 5º e 7º, e tit. 104, § 6º.

¹⁸⁰ Ord. liv. 4º, tit. 102, §§ 1º e 2º.

¹⁸¹ Ord. liv. 4º, tit. 102, §§ 1º e 2º.

¹⁸² Idem.

pela mãe, ou pelo pai a seu filho natural, porque neste caso devem ser confirmados pelo juiz, se entender que são idoneos¹⁸³.

Tutella legitima. — Em segundo lugar, na falta de tutores e curadores testamentarios, são admittidos os legitimos, a saber:

A mãe ou avó do menor, se o quizerem ser, vivendo honestamente, e não tendo passado a segundas nupcias¹⁸⁴.

Depois da mãe ou avó, o parente mais chegado que houver no lugar ou seu termo, onde se acharem os bens; elegendo o juiz, e constringendo a servir, se o menor tiver muitos parentes em igual gráo, aquelle que fôr mais idoneo e habilitado¹⁸⁵.

A mãe ou avó devem obrigar-se perante o juiz a administrar com fidelidade e zelo as pessoas e bens de seus filhos e netos; e a pedir, antes que se casem, a nomeação de outros tutores ou curadores¹⁸⁶.

Devem outrosim renunciar o beneficio do *velleiano*, e todos os direitos e privilegios introduzidos em favor das mulheres¹⁸⁷; e fazer a inscripção da hypotheca, juntando-se aos autos a respectiva certidão.

Em processo apartado, que depois se appensa aos autos de inventario, está em uso prestar a mãe ou avó uma justificação de sua idoneidade, a qual é julgada por sentença do juiz de direito. Toma-se o termo de obrigação e de renuncia da chamada *lei do velleiano*, e depois disto o termo da tutella em um livro para esse fim destinado. Assim dessas tutellas, como das mais, lançadas no mencionado livro, extrahe-se certidão, que se junta aos autos de inventario.

¹⁸³ Idem, § 2º.

¹⁸⁴ Ord. liv. 4º, tit. 102, § 3º; Borges Carneiro, *Direito Civil*, § 249, ns. 2 e segs.

¹⁸⁵ Idem, § 5º. A proximidade do gráo se computa aqui pelo Direito Civil: Fragoso, de Regim. Reip. Parte 1ª, liv. 6º, Disp. 16, n. 4.

¹⁸⁶ Idem, § 3º.

¹⁸⁷ Ord. liv. 4º, tit. 102, § 3º.

Não tendo a mãe ou avó bens de raiz sufficientes para segurança dos orphãos, prestarão fiança idonea e abonada, que será tomada e assignada nos inventarios com testemunhas, e valerá como escriptura publica¹⁸⁸. Na corte, e nos juizos de outros logares, toma-se esta fiança por termo no appenso de que temos tratado.

Passando a segundas nupcias, a mãe ou avó serão removidas da tutela ou curatela, e não a recobrarão mais ainda que viuvem¹⁸⁹.

Tambem prestarão fiança abonada os outros tutores e curadores legitimos, e além disto prestarão juramento por onde se obriguem a zelar as pessoas dos orphãos, e administrar fielmente seus bens¹⁹⁰.

O parente mais proximo que se escusar da tutela não herdará os bens do orphão, se este vier a fallecer antes dos 14 annos, sendo varão, ou dos 12, sendo do outro sexo¹⁹¹. Fallecendo de idade superior, não ha tal exclusão de successão¹⁹². Esta pena não é applicavel aos que têm isenção legal para deixarem de ser tutores¹⁹³.

Tutella dativa. — Em ultimo logar, na falta de tutores ou curadores legitimos que sejam idoneos, obrigará o juiz a servir um homem bom do logar, que seja abonado, discreto e digno de fé; e entregar-lhe-ha o orphão e todos os seus bens¹⁹⁴.

Os tutores e curadores dativos não são obrigados a servir mais de dous annos¹⁹⁵, e, querendo elles continuar além desse tempo, o juiz annuirá emquanto bem servirem¹⁹⁶.

¹⁸⁸ Ord. liv. 4º tit. 102 § 3º. Na justificação da fiança a sentença compete ao juiz de direito: Av. de 5 de Julho de 1873.

¹⁸⁹ Ord. liv. 4º tit. 102 §§ 3º e 4º.

¹⁹⁰ Idem, § 5º.

¹⁹¹ Ord. liv. 4º tit. 102, § 6º.

¹⁹² Idem.

¹⁹³ Idem, tit. 104, § 5º.

¹⁹⁴ Ord. liv. 4º, tit. 102, § 5, in fine, e § 7º, e Alv. de 7 de Dezembro de 1689.

¹⁹⁵ Ord. liv. 4º, tit. 102, § 9º; Per. de Carv., nota 228.

¹⁹⁶ Idem, § 10.

Dos que não podem ser tutores. — Não podem ser tutores e curadores:

1° As mulheres, excepto as mãis e avós¹⁹⁷.

2° Os menores de 21 annos, ainda que tenham supprimento de idade¹⁹⁸.

3° Os loucos, os prodigos e os impedidos por qualquer impedimento perpetuo¹⁹⁹.

4° Os pobres e os escravos.

5° Os religiosos²⁰⁰.

6° Os inimigos do menor²⁰¹.

Os *padrastos* fôrão sempre excluidos de tutela, mas o § 112 do Regim. do Desembargo do Paço os admittia, e um *Accórdão*²⁰² declarou que podião ser tutores de seus enteados, uma vez que nada se provasse contra sua moralidade e comportamento.

7° Os doutores em leis, canones ou medicina²⁰³.

Escusas. — Podem escusar-se:

1° Os que tiverem a seu cargo cinco filhos legitimos, ou cinco netos, de um ou de outro sexo, contando-se neste numero os que morrerão na guerra, ou indo para ella²⁰⁴.

2° Os desembargadores, juizes de direito e municipaes, mas não os supplentes dos juizes municipaes²⁰⁵.

¹⁹⁷ Ord. liv. 4º, tit. 102, § 3º in fine.

¹⁹⁸ Ord. dita, § 1º e tit. 104, § 3º; e Res. de 31 de Outubro de 1831; B. Carn., § 246, n. 5; Per. de Carv., nota 241.

¹⁹⁹ Ord. liv. 4º, tit. 102, § 1º.

²⁰⁰ Idem.

²⁰¹ Idem.

²⁰² Accord. da Rel. de 8 de Novembro de 1851; Per. de Carv. nota 254.

²⁰³ Ord. liv. 4º, tit. 104, § 5º.

²⁰⁴ Ord. liv. 4º, tit. 104 in pr. Vide Lobão, *Acções Summarias*, vol. 1º, pag. 282.

²⁰⁵ Idem, § 1º; B. Carneiro, § 247, n. 3.

3° Os escrivães, procuradores, contadores, carcereiros, porteiros e mais officiaes de justiça²⁰⁶.

4° Os empregados das repartições de fazenda²⁰⁷.

5° Os vereadores das camaras, menos quando já tiverem as tutorias antes de sua eleição²⁰⁸.

6° Os maiores de 70 annos²⁰⁹.

7° Os impossibilitados por enfermidade, enquanto esta durar²¹⁰.

Vintena. — Os tutores e curadores, testamentarios, legitimos e dativos, vencem pelo trabalho de sua administração a vintena do que os bens renderem, não excedendo de 50\$ annualmente²¹¹.

A vintena é 5%, vigesima parte do rendimento liquido.

Não receberão a dita vintena senão por alvarás assignados pelo juiz; e não a podem haver das soldadas que o menor ganhar²¹².

Se aos tutores e curadores se deixar premio em testamento, permite-se a opção do premio ou da vintena²¹³.

Contas de tutela. Deve-se tomar contas aos tutores ou curadores testamentarios e legitimos, de quatro em quatro annos; e aos dativos, e á mãe ou avó, de dous em dous annos²¹⁴.

A uns e outros toma-se contas no fim das tutorias ou curadorias, e bem assim quando se tornão suspeitos de má administração²¹⁵.

²⁰⁶ Idem.

²⁰⁷ Ord. liv. 4º tit. 104 in pr. § 2º.

²⁰⁸ Idem, § 1º.

²⁰⁹ Idem, § 3º.

²¹⁰ Idem, § 4º.

²¹¹ Ord. liv. 1º, tit. 88, § 53; T. de Freitas, nota ao art. 298.

²¹² Idem.

²¹³ Idem.

²¹⁴ Ord. l. 1º tit. 62 § 37, e tit. 88 § 49.

Remoção dos tutores. — Devem ser removidos (para o que não ha férias), todos os tutores ou curadores que fôrem convencidos de prevaricação ou negligencia, e em tal caso o juiz nomeará outros, mandando os removidos entregar ao nomeado os bens do orphão e condemnando-o á indemnização de todas as perdas e danos²¹⁶.

Os tutores e curadores devem entregar os bens do menor, e qualquer alcance, dentro de nove dias, depois que se tomar a conta, sob pena de prisão²¹⁷.

Se elles não tiverem bens para o pagamento do que deverem, proceder-se-ha contra seus fiadores ou juizes, ou contra quem obrigado fôr²¹⁸.

Os alcances das contas serão pagos com os juros respectivos²¹⁹.

Aos loucos e prodigos tambem se dão curadores²²⁰. Tambem aos ausentes, como trataremos no logar competente.

Os consules estrangeiros não são competentes para nomear tutores. (Circular de 13 de Janeiro de 1865, e Aviso do ministro de estrangeiros de 23 de Dezembro de 1864).

CAPITULO VI.

Da attribuição de supprir o consentimento do pai ou tutor para casamento²²¹.

²¹⁵ Ord. l. 1º, tit. 88, § 49 in fine, e § 50.

²¹⁶ Ord. dita § 50, e l. 4º tit. 102 § 1º — A quitação passada pelo orphão não dispensa a prestação de contas, sobre as quaes não póde o orphão transigir: *B. Carneiro Liv. 1º, tit. 27 § 243 n. 5.* E essa obrigação perdura, ainda mesmo no caso de achar-se emancipado o menor.

²¹⁷ Ord. l. 4º tit. 102 § 9º, e Reg. de 2 de Outubro de 1851 art. 32 § 7º.

²¹⁸ Ord. l. 1º tit. 62 § 37, e Reg. de 2 de Outubro de 1851 art. 32 § 8º.

²¹⁹ Reg. art. e § ditos.

²²⁰ Ord. l. 4º tit. 103 pr. — Depois de feita a justificação, e ouvido o parecer do curador geral, dá o juiz de direito a sentença de interdicção, e o juiz de orphãos manda publicar editaes na fórmula da Ord. liv. 4º it. 103 § 6º. A competencia do juiz de direito parar a sentença funda-se no Av. de 5 de Julho de 1873. É de toda a conveniencia que neste processo se faça um exame medico, quando se tratar da interdicção dos loucos.

²²¹ Reg. de 15 de Março de 1842 art. 5º § 5º. Tratando da attribuição constante da epigraphie deste capitulo, não me parece descabido investigar se é necessario ao orphão impetrar o consentimento do respectivo juiz para poder contrahir matrimonio.

O Governo, confórmando-se com o parecer da secção de justiça do Conselho de Estado, declarou ao presidente de S. Paulo que — “para verificar-se o casamento dos orphãos, é necessaria a licença do juiz de orphãos, ainda que a haja da mãe, quer esta se conserve viuva, quer passe a segundas nupcias, ou seja delles tutora; e outro sim que não é da competencia do juizo ecclesiastico conhecer das vantagens ou desvantagens dos casamentos dos menores.”

Este Av. de 19 de Julho de 1866, expedido pelo Sr. Fernandes Torres, foi confirmado pelo de 13 de Novembro de 1858.

O Av. n. 312 de 20 de Outubro de 1859 diz que a menor, filha de pai incognito, e que tem mãe viva, deve ser considerada orphã, e portanto o seu casamento não pôde ser effectuado sem licença do respectivo juiz.

E ainda o Av. de 16 de Outubro de 1869, do Sr. José de Alencar, declarou que as disposições dos Avisos de 1846 e de 1858 não comprehendem sómente os orphãos de que trata a Ord. liv. 1º tit. 88 § 19, mas que são extensivas a todos os orphãos, até mesmo aos indigentes, incorrendo por isso nas penas do art. 247 do Cod. Crim. os parochos que os casarem sem licença do respectivo juiz.

A opinião que acabamos de mencionar foi abraçada pelo Acc. da Rel. do Rio de 3 de Março de 1874, entre partes a justiça e o padre João Baptista de Miranda, que foi julgado incurso nas penas do art. 247 do Cod. Crim.

Mas esta doutrina não me parece boa, pois que contra ella militão argumentos de algum peso.

Com effeito, dizendo a Lei de 22 de Setembro de 1828 que compete ao juiz de orphãos *supprir* o consentimento do pai ou *tutor* para o casamento, é claro que, para o menor celebrar matrimonio, basta que consinta o seu tutor, e só na falta do consentimento deste é que o orphão deve recorrer ao juiz.

Entendo, pois, que além do consentimento do tutor não é essencial o consentimento do juiz, sendo que este consentimento tem apenas como resultado a pena assignalada na Ord. liv. 1º tit 88 § 19, isto é, ficar o orphão inhibido de entrar logo na administração de seus bens.

E é esta a opinião que encontro apoiada no Av. n. 182 de 23 de Julho de 1859, e no Acc. da Rel. do Rio de 19 de Dezembro de 1871, appellante o juizo, appellado o padre José Vasques Gonçalves, vigario do Palmar.

Este Accordão subscripto pelos desembargadores Firmino Monteiro, Queiroz, Camara e Rezende, considerou o facto isento de criminalidade por não ter cabimento no caso o art. cit. 247; e além disto reconheceu ser o crime desse artigo meramente particular, no que concordão o Acc. de 26 de Julho de 1859 e a consulta do Conselho de Estado de 23 de Abril de 1857.

O Acc. do Sup. Trib. de Just. de 15 de Julho de 1874 diz o seguinte: — “Não se podendo contestar a natureza particular do crime classificado no art. 247, part. 3º do Cod. Crim., que se inscreve *dos crimes particulares* e que seu julgamento pertence ao jury, attenta a pena nelle comminada, não podia ser processado pela fórmula estabelecida para os crimes de responsabilidade e julgado pelo juiz de direito, sem incorrer em nulidade por incompetencia de juizo e de processo.”

Estudada esta questão, cumpre-nos indagar a quem compete a concessão ou denegação da licença.

Outr’ora era ponto incontroverso que pertencia esta attribuição ao juiz de orphãos; mas actualmente é questão sujeita a duvidas.

Argumentando-se com o Av. de 5 de Julho de 1873 entendem alguns que o juiz de direito é o competente, visto como na concessão ou denegação da licença trata-se de uma questão relativa ao estado da pessoa, e questões desta ordem os juristas concordão em dizer que excedem sempre a alçada.

Tenho, porém, adoptado a praxe seguinte: requerida a concessão da licença, mando que digão o tutor e o curador geral, e determino que o escrivão informe qual o valor da

Querendo algum menor casar-se, deve pedir e obter o consentimento paterno ou o do tutor.

Seu pai ou tutor oppuzer-se, não prestando a autorização, então póde o menor requerer ao juiz de orphãos para ser supprido o consentimento. (Lei de 22 de Setembro de 1828 art. 2º § 4º e Reg. de 15 de Março de 1842 art. 5º).

A Lei de 6 de Outubro de 1784, comprehendendo a gravidade e importancia desta materia, que o filho sujeita á apreciação do juiz; prevendo que as razões de recusa do pai podem affectar a honra da futura esposa ou da familia desta: determinou que os processos para supprimento do consentimento paterno fossem secretos, e que só sahissessem do cartorio do escrivão para as mãos do juiz.

A acção começa por uma petição em que o petionario expõe o que pretende, pede a nomeação de um curador *ad hoc* e de um depositario, e que seja a menor trazida á presença do juiz, afira de ser interrogada sobre o allegado pelo supplicante.

O juiz de orphãos despacha, escrevendo no alto da petição a interlocutoria seguinte: — *Distribuida* (se fôr caso de distribuição), *como requer; nomeio depositario a F... e curador ad hoc o advogado F..., devendo a menor comparecer neste juizo no dia.... ds... horas. Data e rubrica.*

O juiz deve ter todo o cuidado na escolha do depositario, que deve ser, um pai de familia honesto.

Trazida a menor á presença do juiz, é interrogada e depois faz-se o deposito.

legitima do orphão; se ella não excede a 500\$, dou a decisão, se excede, remette-se os autos ao juiz de direito.

Parece-me mais curial esta pratica; por isso que ella se confórma com o art. 4º pr. e § 6º do Dec n. 5467 de 12 de Novembro de 1873 nas palavras — “nas causas que lhes compete julgar” —; accrescendo a isto que nenhuma repugnancia existe em que continue a competir aos juizes de orphãos a concessão ou denegação da licença por ser este um acto de jurisdição administrativa.

Em seguida será intimado o pai para, em prazo fixo, dar as razões por que se oppõe ao casamento.

Se o pai quer sustentar seus direitos, deve no prazo marcado dar as razões de sua opposição, o que fará em uma petição, allegando desigualdade de fortuna, pouca idade, falta de discernimento deste, alliciação do pai do pretendente, etc. (Vide Doutr. das Acçs. § 61 e Borges Carneiro, *Direito Civil*, § 109, n. 3, tomo 2º.) O juiz manda-a juntar aos autos.

A resposta do pai é considerada como contestação da acção; a ella segue-se a dilação probatoria, depois da qual arrazoão as partes e o Curador Geral.

Cumpre advertir que nestes processos não se dá vista aos advogados, os quaes apresentam em cartorio suas allegações. Se as partes ou seus advogados quizerem examinar o processo, não o poderão levar para suas casas, mas tão sómente vê-lo no cartorio, onde poderão tomar seus apontamentos. (Lei citada de 1784 § 5º).

Finda a prova e arrazoada a causa, são os autos conclusos ao juiz de orphãos, que deve por seu despacho mandar sella-los e remette-los ao juiz de direito, que dá então a sentença. (Dec. de 12 de Novembro de 1873, art. 4º § 6º e Av. de 5 de Julho de 1873).

A Ord. Liv. 3º Tit. 66 § 7º ordena que o juiz fundamente sua sentença, mas a Lei citada de 6 de Outubro de 1784, no § 5º n. 2, determina que nas acções de supprimento do consentimento paterno, o juiz não cumpra o preceito daquela Ord., isto é, não deve fundamentar sua decisão, mas conceder ou denegar simplesmente a licença sem dar as razões por que assim decide.

Desta sentença cabe appellação, conforme foi decidido nos Accórdãos citados no Direito vol. 2º pagina 213; devendo o aggravo ser

interposto para a Relação, conforme determina o Reg. de 12 de Novembro de 1873 art. 1º e art. 3º § 1º.

Para que não reste memoria da discussão que houve, e que póde ser muitas vezes um escandalo de familia, determinou a citada Lei de 1784 no § 5º que, passados seis mezes depois da sentença, o juiz mande queimar o processo.

Consulte-se Pereira e Souza, nota 1031; Consolidação arts. 81 e seg. e 105 e seg. *Novo Advogado do Povo* parte 2ª, Almeida e Souza *Acções Summarias* vol. 2º Diss. 14.

Os Alvarás de supprimento de licença do pai ou tutor para casamento pagão 30\$000 de sello (art. 13 § 12 do Reg. de 9 Abril de 1870). Mas não pagão mais os 20\$000 de novos e velhos direitos do § 41 da Tabella annexa á Lei de 30 de Novembro de 1841, pois este paragrapho foi declarado sem vigor pelo art. 72 do Dec. n. 4354 de 17 de Abril de 1869.

Tendo os filhos mais de 21 annos, devem ainda assim pedir o consentimento dos pais; mas, se estes o recusarem, depois de satisfeito o offlcio da obediencia e respeito, a celebração do casamento póde ser effectuada independente de consentimento²²².

CAPITULO VII.

Da attribuição de fazer entregar bens de orphãos a sua mãe, avós, tios, etc. — E tambem a seus maridos, quando casarem sem licença do juiz²²³.

Fallecendo o orphão, a mãe, avó ou tio, etc., que seja seu herdeiro, requererá com certidão do obito ao juiz do inventario que lhe mande entregar, no caso de estar este concluido, ou partilhar pelos herdeiros, no caso de estar em andamento, os bens do orphão; e o juiz,

²²² Lei de 6 de Outubro de 1784 § 6º.

²²³ Art. 5º, §§ 6º e 8º do Reg. de 15 de Março de 1842, e Lei de 22 de Setembro de 1828, art. 2º, § 4º.

mandando que o escrivão informe pelo inventario quem são os herdeiros do orphão, e que responda depois o tutor e o curador geral, mandará entregar ou partilhar os bens, estando liquidados os herdeiros; e, não estando liquidados, mandará primeiramente que se habilitem.

Esta regra tem limitação a respeito da mãe, no caso de haver ella passado a segundas nupcias; porque então os herdeiros são os irmãos, sendo ella usufructuaria dos bens de seus filhos fallecidos, no caso de serem elles orphãos²²⁴.

Os menores orphãos não podem casar sem licença de seu juiz, sob pena de lhes ser negada a posse e administração dos bens, antes de chegarem á idade de 20 annos, sendo que o casamento fosse desvantajoso, segundo a qualidade do menor e sua fortuna²²⁵, ainda mesmo que tivesse a licença da mãe, quer esta se conserve no estado de viuva, quer passe a segundas nupcias, ou seja delles tutora²²⁶. Casando com autorização do juiz, fica habilitado para receber seus bens, tendo 18 annos de idade²²⁷.

Á mesma pena de negação de posse e administração dos bens fica sujeito aquelle que, sem autorização do juiz, casar com alguma orphã, salvo se o juiz ordenar que lhe sejam os bens entregues, justificando o pretendente capacidade para regê-los, e merecendo por sua probidade e bôa conducta tal concessão²²⁸.

²²⁴ Na hypothese vertente deve entregar-se sómente os bens de raiz, sob a garantia da inscripção da hypotheca; quanto ao dinheiro, deve conservar-se na estação competente, vencendo os juros da Lei. Consulte-se a Ord. liv. 4º tit. 91, § 2º.

²²⁵ Ord. liv. 1º, tit. 88, § 19. O Aviso de 9 de Março de 1860 declarou que os filhos menores que obtêm licença de seus pais para se casarem não precisam de consentimento do juiz de orphãos, devendo assim entender-se a Ord. liv. 1º, tit. 88, §§ 19 e 27 — porque — segundo a legislação em vigor, o pai é o tutor natural de seus filhos, e enquanto estão estes debaixo do patrio poder nenhuma autoridade judicial ou administrativa tem jurisdicção para intervir no que entre elles occorrer nos negocios domesticos e de familia.

²²⁶ Idem e § 27, e Av. n. 70 de 18 de Julho de 1846.

²²⁷ Ord. liv. 1º, tit. 88, § 27.

²²⁸ Ord. cit., Regim. do Desemb. do Paço, § 79, Lei de 22 de Setembro de 1828, art. 2º § 4º, Reg. de 15 de Março de 1842, art. 5º, § 8º, Av. n. 271 de 16 de Dezembro de 1852. A sentença nesta justificação compete ao juiz de direito: Av. de 5 de Julho de 1873.

As ordens para entrega de bens de orphão, casado sem licença, pagão o sello proporcional da 1ª classe do art. 1º do Reg. de 9 de Abril de 1870²²⁹. E esta disposição tanto se entende para os orphãos, como para as orphãs²³⁰.

Se o casamento desigual do orphão lhe fôr urdido por engano ou induzimento de terceiro, será este constrangido a perfazer tanto quanto o orphão poderia achar se casasse com igualdade²³¹.

Se o proprio tutor ou curador induzir o orphão, e o casar sem autorização do juiz, havendo para si directa ou indirectamente, em todo ou em parte, os bens do pupillo, ou entrando em alguma especulação de lucro relativamente aos ditos bens, incorrerá nas penas do art. 147 do Cod. Crim.²³²

CAPITULO VIII.

Da attribuição de dispensar os tutores de obrigarem seus proprios bens á fiança da tutela para que forão nomeados, ainda que os bens estejam fóra do districto onde se obrigão²³³.

O juiz de orphãos póde permittir que os tutores obriguem seus proprios bens á fiança, que são obrigados a prestar para segurança dos seus tutelados, posto que os bens estejam fora do districto onde a obrigação contrahirem²³⁴.

E podem tambem dispensar a fiança, se esses tutores e curadores possuirem bens de raiz, equivalentes á fortuna e rendas dos

²²⁹ Outr'ora, em virtude do § 40 da Tab. annexa á Lei de 30 de Novembro de 1841, pagava-se meio por cento do valor dos bens entregues; mas esse § 40 foi declarado sem vigor pelo art. 72 do Decr. n. 4354 de 17 de Abril de 1869.

²³⁰ Av. de 22 de Junho de 1857.

²³¹ Ord. liv. 1º, tit. 88, § 20.

²³² Idem, § 21, harmonisado com este artigo do Cod.

²³³ Art. 5º, § 9º do Reg. de 15 de Março de 1842.

²³⁴ Alv. de 24 de Julho de 1713, e Lei de 22 de Setembro de 1828.

orphãos; ou se jurarem que não podem achar fiador, sendo elles pessoas de probidade e dignas de confiança²³⁵.

Emquanto houver parente do orphão, abonado para ser tutor, o juiz não constrangerá a servir o que não fór abonado, posto que mais proximo em gráo²³⁶.

CAPITULO IX.

Da attribuição de conhecer das causas que nascem dos inventarios, partilhas e contas de tutores; e bem assim as causas que fôrem dependencias de cada uma destas, revogada a Ord. liv.

1º tit. 88, § 45²³⁷.

Pela Ord. liv. 1º, tit. 88, § 45, que foi revogada pelo art. 20 da Dispos. Provis., dava-se ao juiz de orphãos a jurisdicção de decidir todos os feitos civeis em que os orphãos fossem autores ou réos. Mas na actualidade a jurisdicção contenciosa do juiz de orphãos limita-se aos inventarios, partilhas, contas de tutores e curadores, habilitações de herdeiros, assim como as que nascem dessas causas ou dellas dependem²³⁸.

Todas as questões de alta indagação devem correr, como se disse no Cap. 1º, no juizo ordinario; mas o juiz de orphãos, no acto de inventario, póde decidir as questões consistentes em direito, como v. g.: 1º, se a herança se deve dividir *in capita*, ou *in stirpes*; 2º, se vale, e até quanto, a doação; 3º, se se deve ou não attender á disposição do testamento; 4º, se se deve ou não pagar pelo monte, ou pela meiação do defunto, o funeral e bem da alma; 5º se cabe ou não a licitação²³⁹.

²³⁵ Ord. liv. 4º, tit. 102, § 5º.

²³⁶ Idem.

²³⁷ Art. 5º, § 10 do Reg. de 15 de Março de 1842, e Disp. Prov., art. 20.

²³⁸ Lei de 22 de Setembro de 1828, art. 2º § 4º, e de 3 de Novembro de 1830, art. 2º; Disp. prov., art. 20, Avs. de 25 de Fevereiro e de 17 de Abril de 1834.

²³⁹ Alm. Ac. Summ. § 318; Lin. Orph. § 3º, not. 6.

O juiz de orphãos é competente para dar execução aos fórmaes de partilhas feitas em seu juizo²⁴⁰, ainda mesmo que seja medição de quinhões, que couberão em terras²⁴¹.

Acerca da competencia do juizo de orphãos para proceder á divisão e demarcação de terras, quando existem orphãos interessados, o Sr. Desembargador Aquino e Castro, na Relação de S. Paulo, em seu parecer de 25 de Julho de 1874, opinou do seguinte modo:

“A divisão ou demarcação de terras, objecto deste processo, foi requerida e effectuada entre os herdeiros de Manoel Francisco de Souza, entre os quaes um menor e diversos successores por titulo singular, segundo as escripturas de compra e venda juntas á fl. 44 e seg.

A divisão teve por base a sentença de partilha do juiz de orphãos, que havia dado a cada herdeiro uma parte do immovel commum.

Em que juizo devêra ser feita a divisão? Tal é a questão que, por prejudicial, e de competencia, deve ser antes de tudo apreciada por este Superior Tribunal.

Parece-me que, não se tratando de simples execução de fórmaes de partilha; para separação de quinhões em terras, entre os proprios orphãos e os co-herdeiros interessados no inventario, o juizo competente para a divisão e demarcação é o Municipal, e não o de Orphãos.

Neste sentido ha diversas decisões e pareceres conhecidos no fôro. A demarcação de terras não é causa nascida do inventario ou partilha, nem dependencia delles; não está, pois, comprehendida na jurisdicção contenciosa do juizo de orphãos, de que falla o art. 20 da Disp. Prov. E, se se permite que a demarcação se faça em alguns casos neste juizo, é sómente quando se trata de simples homologação de accôrdo feito pelos interessados, ou de execução de partilhas entre os proprios herdeiros, e não entre elles e terceiros interessados. Uma demarcação que não é entre

²⁴⁰ Aviso de 15 de Fevereiro de 1838. O Av. de 13 de Agosto de 1834 diz tambem que ao juiz de orphãos compete a divisão de terras que houver de ser feita em execução de sentença de partilhas, sejam ou não apresentados os fórmaes, comtanto que essa divisão tenha lugar entre os proprios interessados nas partilhas, e não entre alguns delles e terceiros confinantes.

²⁴¹ Aviso de 26 de Julho de 1838; *Direito* 1º, 197.

orphãos, mas na qual são interessados ou prejudicados terceiros, pessoas estranhas, não póde ser da competencia do juizo de orphãos.

Quer-se firmar essa competencia na supposta connexão e dependencia dos negocios; convem, porém, lembrar que só se considerão para esse fim connexos e dependentes uns dos outros os negocios que se não podem separar sem inconveniente, *causoe sunt connexoe ut commode separari non possint, cum una alteri prejudicium facit; quo casu in eodem judicio omnes tractanda*. (Mello Freire, Dir. Civ., Liv. 4º Tit. 7º § 19; Per. e Souza, Proc. Civ. nota 44).

Feito o inventario e julgadas as partilhas, entrão os herdeiros na posse dos seus quinhões, são con-senhores das terras *pro-indiviso*; ou sobrevenha a necessidade da demarcação de limites, *finium regundorum*, ou divisão da cousa commum, *communi dividundo*, é sempre o fôro commum o competente para conhecer da acção, pouco importando que a communhão ou parceria provenha de partilha, sociedade, compra da acção, ou outro qualquer titulo. Não se trata mais de dividir herança commum, *familioe erciscundoe*, e sim herança partilhada, cousa commum, que os con-senhores já possuem por titulo singular, e em que tem *jus in re*, que se não dá na herança por partir, onde se attende apenas á posse civil, com effeitos da natural, segundo os Alvarás de 9 de Novembro de 1751 e 16 de Fevereiro de 1786.

É o que se deduz: dos Accord. da Relação da Côrte de 7 de Fevereiro de 1852, na appellação civil n. 4351, e 15 de Março de 1859 na appellação civil n. 7982; dos Avisos de 13 de Agosto de 1834, e 15 de Fevereiro e 26 de Julho de 1838, 12 de Outubro de 1840, 30 de Abril de 1851, 19 de Outubro de 1859 e 21 de Outubro de 1869, e das publicações feitas na *Gazeta dos Tribunaes* ns. 99, 198, 203, 214, 220, 249, e *Revista dos Tribunaes* ns. 37, 69, 75, 77, e 82. Nesta ultima *Revista* diz mais o autor da *Consolidação das leis civis*: As divisões de terras, ainda mesmo quando ha menores interessados, são sempre feitas perante o juiz municipal. O juizo de orphãos constitue uma jurisdicção especial, cuja competencia se acha definida no art. 20 da Disp. Prov.; ahi não se póde comprehender a attribuição de presidir as divisões e julga-las por sentença. O art. 4º do Reg. de 15 de Março de 1842 diz: aos juizes de orphãos compete conhecer e julgar administrativamente os processos de inventario, partilha, tutela, etc. § 10º Conhecer e julgar contenciosamente as causas que nascem de inventários, partilhas, etc. Ora, a divisão de terras em glebas, assignando-se a cada um dos co-proprietarios o seu quinhão, não é processo de inventario, nem de partilha, nem

tão pouco causa contenciosa, nascida de inventario ou partilha, ou della dependente. Demais, mesmo no tempo em que vigorava em toda a sua plenitude a Ord. Liv. 1º Tit. 88 § 45 (hoje revogada, como declara o cit. § 10), tendo immensa amplidão a jurisdição do juiz de orphãos, não era da competencia desse juizo a divisão de terras, em que figuravão menores interessados: Menezes, *Pratica dos Tombos*, Cap. 1º.

Finalmente, a pratica illustrada, que é o melhor dos interpretes, consagra invariavelmente a incompetencia dos juizes de orphãos para divisões. Não ha caso em que o juiz de orphãos seja competente para presidir e julgar divisões de terras.

Está, pois, nullo todo o processado."

Com este parecer conformou-se a Relação de S. Paulo no Accórdão seguinte:

"Accórdão em relação, etc., julgão nullos o processo e a sentença appellada de fls. 61 v., por incompetencia de acção e de juizo, e condemnão os appellados nas custas. S. Paulo, 1º de Settembro de 1874. — *J. N. dos Santos*, Presidente. — *Cerqueira Lima*, vencido. — *Trigo de Loureiro*. — *S. J. Pereira*."

Estudadas estas questões, cumpre-nos ponderar o seguinte:

Dos juizes de orphãos se recorre por agravo ou appellação.

As appellações das sentenças definitivas ou interlocutorias com força de definitivas, proferidas pelos juizes de orphãos, são processadas e julgadas pelos juizes de direito²⁴².

A parte vencida em um feito póde embargar a sentença nos proprios autos²⁴³.

Não se admittem embargos antes da sentença final de quaesquer despachos ou sentenças interlocutorias, comprehendidos os

²⁴² Lei n. 2033 de 1871 art. 23 § 2º, Dec. n. 4824 de 1871 art. 64 § 2º e Dec. de 12 de Novembro de 1873.

²⁴³ Dec. de 4 de Março de 1841.

lançamentos e as decisões sobre agravos, quer proferidos pelas Relações, quer pelos juizes de direito^{243a}.

Sobre os agravos, remettemos o leitor para o Cap. 4º da Parte Civil (vol. 1º), onde comprehendemos todos os casos delles.

CAPITULO X.

Bens de Indios.

Pelo Decreto de 3 de Junho de 1833, e Aviso de 18 de Outubro do mesmo anno, competia aos juizes de Orphãos a administração dos bens pertencentes aos Indios, applicando-se o producto dos arrendamentos ao sustento, vestuario e curativo dos Indios mais pobres, e á educação de seus filhos; porém tal attribuição parece haver caducado desde a promulgação do Decreto de 24 de Julho de 1845, que creou um director geral, sob cuja inspecção administração os directores de aldêa todos os dinheiros e bens dos Indios²⁴⁴.

CAPITULO XI.

Disposições Diversas.

Sello do papel.

É devido sello proporcional das escripturas publicas de hypotheca, ou doação, arrendamento ou locação, e quaesquer titulos de

^{243a} Art. 33 do Regulamento de 15 de Março de 1842.

²⁴⁴ A respeito das contas do thesoureiro dos Indios, foi expedido o seguinte Aviso:

Rio de Janeiro, em 14 de Setembro de 1872. — Illm. e Ex. Sr. — O juiz municipal do termo de Cabo-Frio consultou a essa presidencia se devia continuar a julgar as contas do thesoureiro dos Indios, de mais de 500\$, e V. Ex. respondeu-lhe que, na conformidade os arts. 23 e 24 da Lei n. 2,033 de 20 de Setembro de 1871, pertence sómente aos juizes municipaes o julgamento de taes contas até a referida quantia.

S. M. o Imperador, a cuja presença levei o officio de V. Ex. de 3 do corrente mez, houve por bem approvar aquella decisão, que está igualmente de accordo com os arts. 64, 66 e 71 do Decreto n. 4,824 de 22 de Novembro do anno passado.

Deus guarde a V. Ex — *Manoel Antonio Duarte de Azevedo*. — Sr. presidente da provincia do Rio de Janeiro.

transmissão de uso e gozo de bens immoveis, moveis e semoventes, e bem assim os termos de fiança na seguinte proporção²⁴⁵:

Não excedendo de 200\$..... 200 réis.

De mais de 200\$ até 400\$ 400 réis

De 400\$ a 600\$ 600 réis

De 600\$ a 800\$ 800 réis

De 800\$ a 1:000\$ 1\$000 réis

E assim por diante, cobrando-se mais 1\$000 por conto ou fracção de conto de réis os recibos ou quitações, particulares de 50\$ para cima pagão 200 rs. de sello fixo²⁴⁶.

Tambem pagão sello proporcional os titulos de transferencia não sujeita ao imposto de transmissão de propriedade²⁴⁷.

São isentas do sello proporcional as quitações de dinheiro provenientes de contratos que tenham pago o sello proporcional²⁴⁸, excepto as que comprehendão pagamento de juro ou de quantia não computada no titulo principal, as quaes pagarão sello de accrescimo²⁴⁹.

Tambem são isentas do sello proporcional as transferencias de apolices em consequencia de transmissão por titulo oneroso ou gratuito, de que se tenha pago sello proporcional ou imposto de transmissão de propriedade²⁵⁰.

Como se revalidão os titulos que pagarem sello inferior ao devido, ou que o não pagarem?²⁵¹

²⁴⁵ Art. 1º do Reg. de 9 de Abril de 1870.

²⁴⁶ Art. 13 § 3º do Reg. de 9 de Abril de 1870.

²⁴⁷ Art. 1º do Reg. cit.

²⁴⁸ Art. 10 n. 16 do Reg. cit.

²⁴⁹ Idem.

²⁵⁰ Art. 10 n. 8 do cit. Reg.

²⁵¹ Art. 31 e seg. do Reg. cit.

O sello fixo dos autos e papeis é o mesmo que já está notado na parte civil.

Os livros dos cofres de orphãos pagão 100 réis por meia folha, não excedendo de 33 centímetros de comprimento e 22 de largura²⁵².

Cartas de supplemento de idade paga-se o sello de 30\$, assim como os alvarás de supprimento de licença de pai ou tutor para casamento²⁵³.

O juiz, a quem fôr presente algum processo administrativo ou judicial, no qual existão papeis que não tenham pago o sello ou a revalidação nos prazos legaes, exigirá por despacho no mesmo processo, antes de lhe dar andamento, que a falta seja supprida²⁵⁴.

Os requerimentos devem ser sellados antes de despachados; os autos judiciaes, antes da conclusão para sentença final, ou interlocutoria com força de definitiva; os titulos extrahidos de processos, certidões e outros documentos officiaes, antes de subscriptos; os demais papeis assignados por particulares, antes de juntados a autos e a requerimentos, ou de apresentações á autoridade²⁵⁵.

Imposto de transmissão de propriedade. — O Dec. n. 5581 de 28 de Março de 1874 substituiu pelo imposto de transmissão de propriedade a siza dos bens de raiz, a meia siza dos escravos, a taxa de heranças e legados, o imposto de venda de embarcações nacionaes e estrangeiras, e os novos direitos de dispensa da Lei da amortização, de habilitação para haver heranças, de insinuações de doações, da licença, para subrogação de bens inalienaveis.

Da taxa de heranças e legados já tratámos largamente no vol. 1º desta obra.

²⁵² Art. 13 § 2º do cit. Reg.

²⁵³ Art. 13 § 12 do Reg. de 9 de Abril de 1870.

²⁵⁴ Art. 37 do cit. Reg.

²⁵⁵ Art. 23 do cit. Reg.

Não nos occuparemos com a meia siza de escravos, porque é imposto provincial.

Tambem poremos de parte os novos direitos de dispensa da Lei da amortização, por não ser este o logar apropriado para tal assumpto.

Nas transmissões *inter vivos* é devido o imposto:

1º Das doações *inter vivos*²⁵⁶.

2º Das compras e vendas, ou actos equivalentes de bens immoveis situados no Imperio²⁵⁷.

3º Das compras e vendas, ou actos equivalentes, de embarcações nacionaes ou estrangeiras²⁵⁸.

4º Dos direitos e acções relativas aos bens dos ns. antecedentes²⁵⁹.

5º Da aquisição de immoveis pelas corporações de mão morta com licença do poder competente²⁶⁰.

6º Da constituição da emphyteuse e sub-emphyteuse²⁶¹.

7º De todos os actos e contractos translativos de immoveis sujeitos á transcrição em conformidade da legislação hypothecaria²⁶².

São immoveis para esse effeito:

²⁵⁶ Art. 14 n. 1 do Dec. de 31 de Março de 1874; Coelho da Rocha § 751; *Digesto Portuguez* tomo 3º art. 159 e seg.

²⁵⁷ Art. 14 n. 2 do cit. Dec. Correspondente ao antigo imposto de sisa, de que trata o Alv. de 3 de Junho de 1809.

²⁵⁸ Art. 14 n. 3 do cit. Dec.

²⁵⁹ Art. 14 n. 5 do cit. Dec.

²⁶⁰ Art. 11 n.6 do cit. Dec. Const. art. 15 § 8º. Consulte-se o art. 44 da Lei n. 369 de 18 de Setembro de 1845, o Dec. n. 1225 de 20 de Agosto de 1864, e o Dec. n. 4453 de 12 de Janeiro de 1870.

²⁶¹ Art. 14 n. 7 do cit. Dec. de 31 de Março de 1874, Coelho da Rocha § 532.

²⁶² Art. 14 § 10 do cit. Dec. Veja-se os arts. 256 a 267 do Reg. n. 3453 de 26 de Abril de 1865.

1º Os bens de raiz por sua natureza (Prov. de 8 de Janeiro de 1819; Instr. do 1º de Setembro de 1836 art. 5º; Ordem n. 251 de 19 de Novembro de 1853).

2º Os reputados taes por destino (Prov. e Instr. citadas; Ordem n. 143 do 4 de Outubro de 1847).

3º Os que pelo objecto a que se applicão participão dessa natureza (disposições citadas).²⁶³

Nas permutações de bens da mesma especie, em igualdade de valor, pagar-se-ha o imposto na proporção sómente de um dos bens permutados²⁶⁴.

Da differença dos valores, entre bens da mesma especie, cobrar-se-ha a taxa estabelecida para os contratos de compra e venda²⁶⁵.

Quando os bens permutados fôrem de diversa especie, cobrar-se-ha a taxa correspondente á especie e ao valor de cada um delles (Ordem n. 42 de 16 de Janeiro de 1836).²⁶⁶

Nas transacções simultaneas de immoveis e moveis, ainda quando estes não se reputem immoveis por direito, o imposto será cobrado na razão da taxa dos bens de raiz sobre o valor ou preço total²⁶⁷.

Quando na transmissão se comprehenderem navios, será observada a mesma regra, cobrando-se a taxa de maior valor²⁶⁸.

Exceptuão-se:

Os contratos ou actos em que se estipular designada e especificadamente um preço para os moveis²⁶⁹.

²⁶³ Art. 15 do Dec. de 31 de Março de 1874.

²⁶⁴ Lei n. 1507 de 26 de Setembro de 1867; Dec. cit. de 1874 art. 16 pr.

²⁶⁵ Dec. cit. art. 16 § 1º.

²⁶⁶ Dec. cit. art. 16 § 2º.

²⁶⁷ Dec. cit. art. 17 pr.

²⁶⁸ Dec. de 31 de Março de 1874, art. 17 pr.

Mas não fôrão exceptuados os contratos de compra e venda de direito e acção de heranças²⁷⁰.

Quando houver transmissão secreta de bens, inscrevendo-os o possuidor nos arrolamentos da decima urbana geral ou provincial, e de outros impostos, arrendando-os ou por qualquer modo exercendo actos relativos á propriedade ou usufructo, cobrar-se-ha o imposto de compra e venda (Ordem n. 283 de 10 de Outubro de 1835)²⁷¹.

Fica salvo o direito á restituição do imposto no caso de reivindicação²⁷².

Da adjudicação a herdeiros de qualquer especie que tenham remido ou se obriguem a remir divida do casal, ou para indemnização de legados e despesas, é devido o imposto de transmissão correspondente á compra e venda²⁷³. Esta disposição é applicavel aos conjuges meeiros, sendo, no caso de remissão de dividas, deduzido o imposto da metade do valor dos bens adjudicados²⁷⁴.

O imposto de permutação de immoveis das corporações de mão-morta por apolices da divida publica será de metade, sempre que o valor se realizar logo em apolices (Lei n. 369 de 18 de Setembro de 1845 art. 44)²⁷⁵.

É devido o imposto da cessão ou venda de bemfeitorias em terrenos arrendados, ou actos equivalentes²⁷⁶. Exceptua-se a indemnização de bemfeitorias pelo proprietario ao locatario²⁷⁷.

²⁶⁹ Dec. cit. art 17 § 1º n. 1.

²⁷⁰ Dec. cit. art. 17 § 2º.

²⁷¹ Art. 18 do cit. Dec.

²⁷² Art. 18 § unico do cit. Dec.

²⁷³ Art. 19 § unico do cit. Dec.

²⁷⁴ Art. 19 § unico do cit. Dec.

²⁷⁵ Art. 20 do Dec. de 31 de Março de 1874.

²⁷⁶ Reg. de 31 de Março de 1874 art. 21 pr.

²⁷⁷ Av. n. 200 de 16 de Abril de 1869; Reg. cit. art. 21 § unico.

Nas doações *inter vivos* a parentes affins, cobrar-se-ha o imposto segundo a regra do art. 5º do Reg. de 28 de Março de 1874²⁷⁸.

Isenções do imposto na transmissão inter vivos.

— São isentos:

1º Os actos translativos de bens de ou para o Estado, provincia ou municipio²⁷⁹.

2º Os actos de desapropriação para o Estado, Provincia ou Municipio²⁸⁰.

3º As tornas ou reposições em dinheiro, pelo excesso de bens lançados a um herdeiro ou socio, excepto se os bens fôrem partiveis, ou se houver concerto para que uma das partes fique com bens de valor superior ao seu quinhão, pagando-se nestes casos o imposto de compra e venda (cap. 6º § 4º dos artigos das sizas de 27 de Setembro de 1476)²⁸¹.

A aquisição feita por algum herdeiro no acto da partilha dos bens do espolio, como indemnização do pagamento do imposto de que trata o art. 2º do Reg. de 28 de Março de 1874²⁸².

²⁷⁸ Reg. cit. art. 22. O art. 5º supra-citado diz o seguinte: — “A herança ou legado de affim de qualquer gráo a conjuge sujeito ao regimen da communhão pagará taxa segundo o gráo de parentesco entre o instituidor e o instituido, cobrando-se a que for applicavel a estranhos quando o instituido for casado por outra fórmula (Dec. de 15 de Dezembro de 1860), art. 3º § 2º combinado com o art. 19 da Lei de 26 de Setembro de 1867).”

²⁷⁹ Art. 23 § 1º do Reg. de 31 de Março de 1874. — A Ordem n. 312 de 2 de Outubro de 1871 declarou que a Fazenda Provincial não está sujeita a insinuar as doações que lhe fôrem feitas, as quaes são isentas do imposto de transmissão de propriedade. — A Ord. n. 364 de 3 de Novembro do 1871 diz que não é devido o imposto de transmissão nos casos de arrematação dos bens do Estado, e dos provinciaes e municipaes. — O Av. n. 423 de 8 de Novembro de 1872 diz que, embora as aquisições de bens de raiz pelas provincias não paguem o imposto de transmissão, devem pagar sello proporcional nos contratos em que figurão como simples particulares. O mesmo dispõe a Ord. n. 492 de 30 de Dezembro de 1872.

²⁸⁰ Art. 23 § 2º do cit. Reg. de 1874. Vide Const. art. 179 § 22; Lei de 9 de Setembro de 1826; Acto Add. art. 10 § 3º.

²⁸¹ Art. 28 § 3º do cit. Reg. de 1874.

²⁸² Art. 23 § 4º do cit. Reg.; Dec. de 28 Abril de 1842 art. 5º; Dec. de 15 de Dezembro de 1860 art. 12.

As vendas a colonos, e a primeira venda por estes feita a outros colonos, que se estabelecerem no Imperio, de immoveis situados fóra das cidades e villas, bem como nos mesmos casos a constituição da emphyteuse e sub-emphyteuse²⁸³.

Os contratos de sociedade, não havendo transmissão de bens entre os socios²⁸⁴.

Os actos que fazem cessar entre socios ou ex-socios a indivisibilidade dos bens communs, salva a disposição correspondente á nota 281²⁸⁵.

As compras de jangadas e barcos de pescaria nacionaes (Alv. de 20 de Outubro de 1812 § 4º)²⁸⁶.

As de barcas de vapor, ainda que construidas no estrangeiro, destinadas ao serviço de companhias autorizadas por Lei e existentes no Imperio. (Lei n. 243 de 30 de Novembro de 1841 art. 27)²⁸⁷.

As de quaesquer embarcações que por lei especial gozarem de isenção²⁸⁸.

A primeira venda de embarcação construida em estaleiro nacional (Lei n. 2348 de 25 de Agosto de 1873 art. 11 § 5º)²⁸⁹.

Os actos de transmissão de propriedade litteraria ou artistica²⁹⁰.

²⁸³ Art. 23 § 5º do Reg. de 31 de Março de 1874.

²⁸⁴ Art 23 § 6º do Reg. de 31 de Março de 1874.

²⁸⁵ Art. 23 § 7º do cit. Reg. Logo, é devido o Imposto, quando um dos socios fica com todo o activo e passivo da sociedade, obrigando-se a pagar aos outros a respectiva quota.

²⁸⁶ Art. 23 § 8º do cit. Reg.

²⁸⁷ Art. 23 § 9º do cit. Reg.

²⁸⁸ Art. 23 § 10 do cit. Reg. Taes são as embarcações compradas para o Estado (Port. n. 18 de 24 de Fevereiro de 1846), as embarcações para uso da colonia de D. Francisca, em S. Catharina (Lei de 15 de Maio de 1850), e os vapores para a companhia do Amazonas (Decr. n. 1445 de 2 de Outubro de 1254; Av. n. 137 de 5 de Abril de 1857.)

²⁸⁹ Art. 23 § 11 do cit. Reg.

²⁹⁰ Art. 23 § 12 do cit. Reg.

As alforrias, quer gratuitas, quer a titulo oneroso (Lei n. 2040 de 28 de Setembro de 1871 art. 4º § 6º)²⁹¹.

A compra de terrenos para corporações, a quem esta isenção tenha sido concedida por Lei²⁹².

A arrematação e adjudicação de immoveis para pagamento de sociedade de credito real (Lei n. 1237 de 24 de Setembro de 1864 art. 13 § 12)²⁹³.

A aquisição de terreno para estabelecimentos de emancipação de escravos, e de educação de menores ingenuos, filhos de escravas (Decr. n. 5135 de 13 de Novembro de 1872, arts. 64 e 69)²⁹⁴.

Valor dos bens para pagamento do imposto. — Para pagamento do imposto o valor dos bens transmittidos será²⁹⁵:

1º Nas heranças e legados, o dos inventarios.

2º Nas doações, o valor declarado ou arbitrado.

3º Nas compras e vendas, subrogações e actos equivalentes, o preço dos contratos, quer consista em dinheiro, quer em acções de companhias, ou titulos de divida publica.

4º Nas arrematações e adjudicações, o preço da arrematação ou o valor da adjudicação.

5º Nas acções *in solutum*, o dos bens dados em pagamento.

6º Na constituição da emphyteuse ou sub-emphyteuse, o valor do dominio util.

²⁹¹ Art. 23 § 13 do Reg. de 31 de Março de 1874.

²⁹² Art. 23 § 14 do cit. Reg.

²⁹³ Art. 23 § 15 do cit. Reg.

²⁹⁴ Art. 23 § 16 do cit. Reg.

²⁹⁵ Art. 24 do cit. Reg.

7° Nas permutações de bens da mesma especie, o valor de um dos bens permutados, se fôrem iguaes, e mais o da differença, se o não fôrem.

Nas de bens de diversa especie, o valor de cada um delles.

8° Nas cessões de privilegios, o preço da cessão.

9° Nas renunciias, o preço pago ao renunciante ou cedente, ou o valor do objecto que elle receber.

Quando a transmissão se effectuar por titulo gratuito, deduzir-se-ha do valor liquidado a importancia das dividas passivas e a do imposto das pensões, a que ficar obrigada a pessoa para quem fôr feita a transmissão.

A liquidação do preço, quando este não puder ser calculado a vista dos titulos de aquisição, ou das declarações da parte, ou havendo fundada suspeita de fraude, regular-se-ha pelas disposições seguintes²⁹⁶:

1° O valor dos bens livres em geral será arbitrado por peritos.

2° O da constituição da emphyteuse ou sub-emphyteuse será a importancia de 20 foros e da jóia, se a houver (Coelho da Rocha § 541 e seg.).

3° Do dominio directo, o de 20 fôros e um laudemio (Coelho da Rocha §§ 552 e 553).

4° Dos bens emphyteuticos, o do predio livre, deduzido o dominio directo; e dos bens sub-emphyteuticos, esse mesmo valor, deduzidas 20 pensões sub-emphyteuticas, equivalentes ao dominio do emphyteuta principal.

5° Do usufracto vitalicio, o producto do rendimento de um anno multiplicado por 5; e do temporario, o producto do rendimento de

²⁹⁶ Art. 25 do Dec. de 31 de Marco de 1874.

um anno multiplicado por tantos quantos fôrem os do usufructo, nunca excedendo de 5.

6° Da propriedade separada do usufructo, o producto do rendimento de um anno multiplicado por 10.

7° Das pensões vitalicias, o producto da pensão de um anno multiplicado por 5.

8° Das acções de companhias e dos titulos da divida publica, o médio do mercado.

O arbitramento do valor dos bens será feito por dous peritos, nomeados um pela parte interessada e outro pelo chefe da repartição fiscal. Se houver empate, decidirá um terceiro, por accôrdo do chefe da repartição fiscal e da parte; e na falta deste accôrdo, o perito que fôr tirado á sorte dentre dous nomeados pela fórmula indicada²⁹⁷.

Do arbitramento, bem como da liquidação, haverá recurso para o Ministro da Fazenda e Thesourarias, na fórmula da Lei²⁹⁸.

Os peritos perceberão da parte que os nomear, inclusivamente da Fazenda Nacional, os emolumentos do regimento das custas judiciaes, sendo civil e criminalmente responsaveis pelos prejuizos que causarem por dolo ou negligencia²⁹⁹.

Disposições geraes. — O imposto de transmissão será pago por inteiro pelos adquirentes dos bens; nas execuções será pago metade por conta do executado e metade pelo arrematante ou adjudicatario³⁰⁰.

²⁹⁷ Art. 26 do Reg. de 31 de Março de 1874.

²⁹⁸ Art. 26 § 1º do Reg. cit. O recurso é o de que tratão o Dec. n. 2343 de 29 de Janeiro de 1859, e Dec. n. 5537 de 31 de Janeiro de 1874.

²⁹⁹ Art. 26 § 2º do cit. Reg. de 31 de Março de 1874.

³⁰⁰ Art. 27 do cit. Reg.; *Manual do Procurador* nota 1113: ahi se diz que essa regra se observa mesmo nas execuções particulares, pagando o arrematante por inteiro e descontando no preço.

Sendo os bens immoveis, o imposto constitue onus real (Lei n. 1237 de 24 de Setembro de 1864 art. 6º § 4º)³⁰¹.

Os co-herdeiros respondem solidariamente pelo pagamento do imposto de transmissão *causa mortis*³⁰².

O pagamento do imposto realizar-se-ha³⁰³:

1º Da compra e venda, ou actos equivalentes, de immoveis, na estação fiscal do lugar em que estes fôrem situados, excepto se os contratos versarem sobre bens que estejam em differentes districtos, ou se a transmissão effectuar-se judicialmente, casos em que poderá ser pago em qualquer dos ditos districtos ou onde lavrarem-se os contratos e actos.

2º Da transmissão *causa-mortis* de apolices da divida publica interna, no lugar da repartição encarregada da transferencia, ou no do inventario. (Dec. n. 4,113 de 4 de Março de 1868, art. 2º).

3º Da transmissão *causa-mortis* de titulos de divida publica estrangeira, acções de companhias nacionaes e estrangeiras, creditos e dividas activas, cujo transmissor ou credor tiver domicilio no municipio da côrte, na recebedoria do Rio de Janeiro, ou na estação fiscal do districto em que proceder-se ao inventario.

4º Nos demais casos, em qualquer estação fiscal.

A favor da fazenda publica contar-se-hão os juros legaes desde que decorrer um anno completo do fallecimento do testado ou intestado; salvo se houver maior prazo para o cumprimento do testamento, ou se fôr prorogado o tempo da conclusão do inventario^{303a}.

³⁰¹ Art. 27 § 1º do cit. Reg.

³⁰² Art. 27 § 2º do cit. Reg.; Coelho da Rocha § 116 e seg.

³⁰³ Art. 28 n. 1 do cit. Reg.

^{303a} Art. 31 do Reg. de 28 de Março de 1874.

Os juros do imposto da propriedade separada do usufructo são devidos depois de um anno da extinctão do usufructo, no caso de fideicommisso, depois de igual prazo contado do dia em que a propriedade passar do dominio do fiduciario para o do seu successor³⁰⁴.

O testamenteiro ou inventariante moroso é pessoal e solidariamente responsavel pelo imposto e respectivos juros, guardada a disposição dos dous periodos antecedentes³⁰⁵.

O pagamento do imposto na transmissão *inter-vivos* effectuar-se-ha antes de celebrado o acto que a realiza, mediante guia dada pelos tabelliães, escrivães e outros officiaes publicos, ou escripta pelas partes interessadas³⁰⁶.

O imposto de transmissão, quando devidamente cobrado, não poderá ser restituído; salvo:

1º Quando o contrato ou acto de que se tiver pago o imposto não se effectuar³⁰⁷.

2º No caso de nullidade de pleno direito do contrato ou acto, fôrmalmente pronunciada pela Lei em razão de preterição de solemnidades, visível pelo mesmo instrumento ou prova litteral³⁰⁸.

3º Nos outros casos de nullidade absoluta do contrato ou acto, sendo decretada pela autoridade judiciaria, depois de regular e contradictoria discussão entre as partes³⁰⁹.

³⁰⁴ Idem.

³⁰⁵ Art. 32 do cit. Reg.

³⁰⁶ Reg. de 28 de Março de 1874 art. 33. O novo regimento de custas diz no art. 117 n. 2 que, se as guias contiverem o calculo feito nos autos para pagamento do imposto e as declarações exigidas pelo art. 43 do Dec de 15 de Dezembro de 1860, estão sujeitas ao emolumento de 1\$000.

³⁰⁷ Art. 34 n. 1 do Reg. de 28 de Março de 1874.

³⁰⁸ Art. 34 n. 2 do cit. Reg. O Reg. n. 737 de 25 de Novembro de 1850 diz o seguinte:

Art. 683. As nullidades ou são de pleno direito, ou dependentes de rescisão.

Art. 684. São nullidades de pleno direito:

§ 1º Aquellas que a Lei fôrmalmente pronuncia em razão da manifesta preterição de solemnidades, visíveis pelo mesmo instrumento ou por prova litteral.

As reclamações devem ser intentadas dentro do prazo de cinco annos; interrompendo-se, porém, a prescripção pelas questões judiciais que sobrevierem³¹⁰.

A decisão é da exclusiva competencia da autoridade administrativa³¹¹.

Das decisões proferidas pelos chefes das repartições fiscaes, sobre questões relativas ao imposto e ás multas de que trata o regulamento do imposto de transmissão e o de 15 de Dezembro de 1860, arts. 30, 32 e 46, caberão os recursos facultados pelo Dec. n. 2343 de 29 de Janeiro de 1859, art. 3º §§ 1º e 2º³¹².

As multas em que incorrem os juizes, conforme o citado Dec. de 1860, art. 29, serão impostas pelo ministro da fazenda, com recurso para o conselho de Estado³¹³.

Os collectores e administradores da mesa de rendas recorrerão *ex-officio* para as thesourarias de fazenda das decisões favoraveis ás partes em materia de restituição do imposto ou das multas³¹⁴.

Os recursos, tanto voluntarios como necessarios, serão interpostos dentro do prazo de 30 dias, contados da intimação ou publicação das decisões, tendo effeito suspensivo os que versarem sobre restituição³¹⁵.

No caso de denuncia por sonegação do imposto, os interessados deverão justificar o facto em juizo, exhibindo depois os

³⁰⁹ Art.34 n. 3 do cit. Reg. de 1874.

³¹⁰ Art. 34 § 1º do cit. Reg.

³¹¹ Art. 34 § 2º do cit. Reg.

³¹² Art. 35 do Reg. de 28 de Março de 1874.

³¹³ Art. 35 § unico do cit. Reg.

³¹⁴ Art. 36 do cit. Reg.

³¹⁵ Idem.

documentos necessarios perante a autoridade administrativa competente, que procederá como de direito fôr³¹⁶.

Os tabelliães e escrivães que tiverem de lavrar instrumentos, termos ou escripturas de contratos ou actos judiciaes, ou de extrahir instrumentos, que por qualquer motivo effectuem ou venhão a effectuar transmissão de propriedade ou usufructo, sujeita ao imposto, exigirão prova do pagamento deste³¹⁷.

O conhecimento do imposto será transcripto lilteralmente na escriptura, no termo de convenção ou instrumento³¹⁸.

Não se poderá fazer inscripção ou transcripção de titulos sujeitos ao registro hypothecario, sem que se mostre que estes fôrão pagos³¹⁹.

Os tabelliães e escrivães, sob as penas comminadas nas Leis n. 779 de 6 de Setembro de 1854, art. 16, e n. 939 de 26 de Setembro de 1857, art. 11, são obrigados a remetter, de Janeiro a Junho de cada anno, no municipio da côrte e provincia do Rio de Janeiro, ao director geral da tomada de contas do thesouro nacional, e nas outras provincias ás thesourarias de fazenda, certidões do pagamento do imposto das transmissões de immoveis por titulo oneroso, lavradas nos seus cartorios no anno antecedente³²⁰.

A defraudação do imposto será punida com a multa de 10 a 30% do valor dos bens repartidamente entre o comprador e o vendedor, e nos mais casos entre os interessados que tenham concorrido para a fraude³²¹.

³¹⁶ Art. 37 do cit. Reg.

³¹⁷ Art. 38 do Reg. de 31 de Março de 1874, e Av. de 14 de Janeiro de 1875.

³¹⁸ Idem.

³¹⁹ Art. 39 do cit. Reg.

³²⁰ Art. 40 do cit. Reg.

³²¹ Art. 42 do cit. Reg.

No caso de imposição de multa, por sonegação do imposto de transmissão de heranças e legados, não se pagarão os juros de que trata o art. 31³²².

Tabella annexa ao Reg. de 28 de Março de 1874.

I. Transmissão por titulo successivo ou testamentario:

Em linha recta	{	sendo herdeiros necessarios	1/10%
		não sendo necessarios	5%
		Entre os conjuges por testamento	5%
		A irmãos, tios irmãos dos pais e sobrinhos filhos dos irmãos	5%
		A primos filhos dos tios irmãos dos pais, tios irmãos dos avós e sobrinhos netos de irmãos	10%
		Entre os mais parentes até o 10° gráo contado por direito civil....	15%
		Entre os conjuges <i>ab intestato</i>	15%
		A religiosos professos e secularizados, qualquer que seja o gráo ou a linha de parentesco	15%
		Entre estranhos	20%

II. Doações *inter vivos*:

Em linha recta	{	sendo herdeiros necessarios	1/10%
		não sendo necessarios	2%

³²² Idem.

Entre noivos, por escriptura antenupcial.....	1/10%
Entre os conjuges	2%
A irmãos, tios irmãos dos pais e sobrinhos filhos dos irmãos	2%
A primos filhos dos tios irmãos dos pais, tios irmãos dos avós, e sobrinhos netos de irmãos	3%
Entre os mais parentes até o 10° gráo contado por direito civil.....	4%
Entre estranhos	6%
III. Compra e venda, arrematação, adjudicação, dação <i>in solutum</i> e actos equivalentes de immoveis, quer por sua natureza, quer por seu destino, quer pelo objecto a que se applicão	
As permutações pagarão do menor dos valores permutados ou de qualquer delles se fôrem iguaes	1/10%
Da differença, se houver, mais.....	6%
IV. Compra e venda, arrematação, adjudicação, dação <i>in solutum</i> e actos equivalentes de embarcações nacionaes e estrangeiras	
As permutações pagarão do menor dos valores permutados ou de qualquer delles, se fôrem iguaes.....	1/10%
Da differença, se houver, mais.....	5%
V. Compra e venda, arrematação, adjudicação, dação <i>in solutum</i> e actos equivalentes de escravos, no município da côrte	
As permutações pagarão do menor dos valores permutados ou de qualquer delles, se fôrem iguaes.....	1/10%
Da differença, se houver, mais.....	2%

VI. A aquisição de immoveis pelas, corporações de mão morta mediante licença do poder competente, além dos direitos, que devidos fôrem do titulo de transmissão, na conformidade da presente tabella:

Por titulo gratuito.....5%

Por titulo oneroso4%

VII. A constituição de emphyteuse ou de sub-emphyteuse 1/10%

Da joia, se houver, mais1%

VIII. Cessão de privilegio de qualquer empreza com autorização do poder competente, antes de realisada a empreza ou de seu effectivo gozo, excepto a dos assegurados pela Lei de 28 de Agosto de 1830 10%

IX. Da subrogação de bens inalienaveis, na conformidade das Leis, além dos direitos que devidos fôrem da transmissão2%

Sendo de bens não dotaes e a subrogação destes não se fizer por apolices..... 10%

X. Todos os actos translativos de immoveis sujeitos á transcrição, na conformidade da legislação hypothecaria, além dos direitos que devidos fôrem do titulo de transmissão 1/10%

Decima de heranças e legados.

No vol. 1º, Cap. unico, da Provedoria dos Residuos, tratámos deste assumpto.

Novos e velhos direitos.

A tabella dos novos e velhos direitos, que se encontra annexa á Lei de 30 de Novembro de 1841, está revogada: os §§ 1º a 4º dessa tabella fôrão substituidos pelas disposições do Dec. n. 4721 de 29 de Abril de 1871; os §§ 5º a 31 fôrão declarados sem vigor pelo art. 72 do Reg. do

sello de 1869; o § 32 deixou de vigorar em face do actual regulamento do imposto de transmissão de propriedade; os §§ 33 a 41 fôrão declarados sem vigor pelo citado regulamento do sello; os §§ 42 a 44 estão nullificados pelas disposições do regulamento de transmissão de propriedade; e finalmente os §§ 45 a 48 fôrão tambem declarados sem vigor pelo citado regul. do sello de 1869.

Emolumentos.

Os juizes de orphãos têm 5\$000 de assignatura de cartas de emancipação ou supplemento de idade.

Pelas provisões de tutela4\$000

Por alvará de supplemento de licença para casamento, ou
autorização para esse fim5\$000

Por alvará de qualquer outra autorização³²³2\$000

Do julgamento das contas de tutellas, segundo os rendimentos
anuaes:

Até 500\$.....1\$000

Até 2:000\$.....2\$000

Até 4:000\$.....3\$000

Até 8:000\$.....5\$000

Até 12:000\$8\$000

Até 20:000\$12\$000

Dahi para cima20\$000

³²³ Art. 32 do Reg. de 2 de Setembro de 1874.

Aos juizes só competem emolumentos pelo julgamento das contas de tutellas, mas não pelo respectivo processo ou preparo³²⁴.

Aos juizes de orphãos nunca se poderá contar maior estada que de tres dias, qualquer que seja o excesso desse numero de dias que gastem em inventario fóra de suas residências.³²⁵ Em tudo o mais se regularão pelo que vai marcado para os juizes municipaes no fim do Cap. 1º, vol. 1º, Parte Civil³²⁶.

Feriados.

As férias do Natal começarão do dia 21 de Dezembro até o ultimo de Janeiro; as da semana santa de quarta-feira de trévas até se completarem quinze dias; e as do Espirito-Santo desde domingo do Espirito-Santo até o da Trindade³²⁷.

Serão tambem feriados nos juizos da 1ª e 2ª instancia os dias 25 de Março e 7 de Setembro, 2 de Novembro e 2 de Dezembro, assim como em cada provincia os dias de festividade que fôrem anniversario da adhesão da mesma provincia á Independencia Nacional³²⁸.

Podem ser tratados durante as férias, e não se suspendem durante a superveniencia dellas:

A dação e remoção de tutores e curadores;

Os arrestos, sequestros, penhoras, depositos, prisões civis e suspeições;

³²⁴ Aviso de 10 de Fevereiro de 1875.

³²⁵ Art. 34 do Reg. de 2 de Setembro de 1874.

³²⁶ Art. 34 cit. Ahi se determina tambem que, nas causas cujo valor não exceder a 500\$, perceberão sómente a metade dos emolumentos, salvo os que vão especialmente attribuidos a essas causas.

³²⁷ Dec. n. 1285 de 30 de Novembro de 1853, art. 1º.

³²⁸ Dec. cit., art. 2º.

As causas de alimento provisionaes, soldadas, e interdictos possessorios³²⁹.

Os juizes não podem, durante as férias, sem licença do Governo, residir em logar donde não lhes seja possivel vir aos tribunaes e audiencias em 24 horas³³⁰.

Uma vez ao menos por semana, devem os juizes comparecer no logar em que costumão despachar³³¹.

Aos juizes de orphãos compete tambem:

Arrematar as soldadas das expostas de cõr³³².

Fórmarm culpa aos officiaes que perante elles servirem³³³.

Remetter para os arsenaes, por todos os meios a seu alcance, todos aquelles orphãos que no seu termo se acharem em estado de se applicarem a um officio³³⁴.

Fornecer o livro em que tem de se fazer a carga dos actos dos poderes legislativo e executivo³³⁵.

³²⁹ Decreto n. 1285 de 30 de Novembro de 1853, art. 3º.

³³⁰ Idem, art. 4º.

³³¹ Idem, art. 5º, e Aviso de 8 de Março de 1860.

³³² Portaria de 19 de Janeiro de 1835.

³³³ Art. 156 do Cod. do Proc. Crim., e Avisos de 26 de Agosto e 34 de Novembro de 1834.

³³⁴ Portaria de 21 de Novembro de 1833, e Aviso de 23 de Agosto de 1834. — A respeito dos aprendizes marinheiros, temos o Av. n. 121 de 21 de Março de 1867; o Dec. n. 1517 de 4 de Janeiro de 1855 art. 10 § 2º; Dec. n. 2745 de 13 de Fevereiro de 1861 art. 1º § 1º Ord. Liv. 1º Tit. 88 § 13; o Av. n. 85 de 28 de Janeiro de 1871, e o Dec. de 30 de Setembro de 1357.

³³⁵ Avisos de 23 de Setembro e 14 de Outubro de 1839.

Alforrias pelo fundo de emancipação.

No prazo de 15 dias, depois de concluidos os trabalhos da junta de classificação, o livro della será remettido ao juiz de orphãos, devendo tambem ser remettida ao mesmo juiz uma cópia da classificação³³⁶.

Perante o juiz de orphãos deverão os interessados apresentar suas reclamações dentro do prazo de um mez, depois de concluidos os trabalhos da junta. As reclamações versarão sómente sobre a ordem de preferencia ou preterição na classificação³³⁷.

Se houver reclamações, o juiz de orphãos as decidirá dentro do prazo de 15 dias³³⁸.

Não havendo reclamações, ou decididas estas pelo juiz de orphãos, considerar-se-ha concluida a classificação³³⁹.

São competentes para reclamar e recorrer:

I. O senhor ou o possuidor do escravo;

II. O escravo, representado por um curador *ad hoc*³⁴⁰.

As reclamações são isentas de sello e de emolumentos³⁴¹.

Concluida a classificação do modo acima prescripto, o collector ou o empregado fiscal por este designado promoverá ante o juiz municipal o arbitramento da indemnização, se esta não houver sido declarada pelo senhor, ou se, declarada, não houver sido julgada razoavel pelo mesmo agente fiscal, ou se não houver avaliação judicial que o dispense³⁴².

São partes para o arbitramento o senhor e o empregado fiscal.

³³⁶ Art. 33 do Reg. de 13 de Novembro de 1872.

³³⁷ Art. 34 do Reg. cit.

³³⁸ Art. 34 § unico do Reg. cit.

³³⁹ Art. 35 do Reg. cit.

³⁴⁰ Art. 36 do Reg. cit.

³⁴¹ Art. 36 un. do Reg. cit.

³⁴² Art. 37 do Reg. de 13 de Novembro de 1872.

No caso de condominos, os condominos presentes deverão combinar entre si para que uma só pessoa os represente, sob pena de serem considerados revéis. Assim, nos casos de usufructo e de *fidei-commisso*.

Nos casos de penhor com ou sem clausula de *constituti*, e de *hypotheca* convencional ou judicial, o credor ou exequente tem preferencia ao senhor para ser parte no arbitramento. Se fôrem mais de um credor ou exequente, procederão como os condominos.

Nas massas fallidas, o curador fiscal e depois a administração representará o senhor. Assim, na cessão civil de bens³⁴³.

O processo de arbitramento consistirá sómente na nomeação de louvados, na decisão de suspeição de algum delles, se fôr allegada, e na resolução dos arbitradores, seguindo-se o disposto nos arts. 192, 193, 195, 196, 197, 201 e 202 do Reg. n. 737 de 25 de Novembro de 1850³⁴⁴.

O juiz nomeará arbitradores á revelia das partes, na ausencia do senhor, credor e exequente fóra do termo, sem ter deixado procurador, e bem assim no caso de litigio sobre o do ninio. O terceiro arbitrador é o obrigado a concordar com qualquer dos louvados divergentes, se não houver accôrdo³⁴⁵.

Feito o arbitramento, o juiz municipal remetterá immediatamente ao de orphãos³⁴⁶.

Os juizes de orphãos, em audiencia previamente annunciada, declararão libertos, e por editaes o farão constar, todos os escravos que, segundo a ordem da classificação, possão ser alforriados pela respectiva quota de emancipação; e entregar-lhes-hão suas cartas pelo intermedio dos senhores; assim como remetterão aos presidentes nas províncias, e ao ministerio da agricultura, commercio e obras publicas, na corte, uma

³⁴³ Art. 38 do Reg. cit.

³⁴⁴ Art. 39 do Reg. cit.

³⁴⁵ Art. 38 do Reg. de 13 de Novembro de 1872.

³⁴⁶ Idem.

relação em duplicata, afim de ser ordenado o pagamento, publicando-se os nomes do senhor e do liberto por edital impresso nas gazetas do lugar e affixado na porta da matriz de cada parochia, com antecedencia de um mez para garantir direitos de quem quer que os tenha sobre o preço do mesmo liberto³⁴⁷.

³⁴⁷ Art. 42 do Reg. cit. Sobre as alforrias escrevemos um minucioso trabalho intitulado *Manual do Elemento Servil*, para o que remettemos o leitor.

JUIZO DE AUSENTES

CAPITULO UNICO

**Entrega de bens de ausentes a seus parentes mais chegados.
Arrecadação e administração de bens desta natureza, nos termos
da Ord. e mais legislação a respeito³⁴⁸.**

Dos bens de defuntos e ausentes, e dos bens vagos.

São bens de defuntos e ausentes:

1° Os dos fallecidos testados ou intestados de quem sabe-se ou presume-se haver herdeiros ausentes.

2° Os de pessoas ausentes, sem se saber se são mortas, se vivas³⁴⁹.

Uns e outros se devem arrecadar, inventariar e administrar até serem entregues a seus donos, se apparecerem, ou a seus herdeiros successores, legitimamente habilitados, ou até se haverem por vagos e devolutos ao Estado³⁵⁰.

³⁴⁸ Sobre arrecadação dos espolios dos Bispos, e impostos devidos, vide os Avisos de 4 e de 12 de Dezembro de 1864.

³⁴⁹ Art. 1° do Reg. de 15 de Junho de 1859.

³⁵⁰ Art. 2° do Reg. de 15 de Junho de 1859, e Av. de 21 de Janeiro de 1860.

Por Circular da fazenda de 13 de Maio de 1861, em virtude de declaração do ministerio de estrangeiros, por Av. de 26 de Abril do mesmo anno, fez-se constar ás thesourarias que ao fisco brasileiro compete succeder, no caso de não existirem herdeiros que reclamem o espolio de um estrangeiro fallecido no Brazil: — porquanto, sendo a successão por sua ordem, á vista da nossa legislação, deferida ao Estado em 5° e ultimo logar, a saber: na falta de descendentes, de ascendentes, de collateraes até ao 10° gráo, e do conjuge (Ord. liv. 1° tit. 90 § 1° liv. 4° tit. 94 *a contrario sensu*), a mesma legislação comprehende tambem, porque a não exclue, os bens dos estrangeiros que são sujeitos ás leis do paiz; e nem semelhante exclusão, que constituiria uma excepção importante, poderia ter logar, senão fazendo-a a Lei muito expressamente.

— O facto de ignorar-se, se existe ou não agente consular da nação a que pertence o estrangeiro fallecido, cujo espolio se arrecadar pelo juizo de ausentes, não é motivo para se proceder nos termos do Reg. de 8 de Novembro de 1851; pelo contrario, na duvida, o que se deve observar é a regra geral nas arrecadações, que é o Reg. de 15 de Junho de

A disposição do artigo antecedente não terá logar:

1º A respeito dos bens do defunto testado ou intestado, que deixar na terra conjuge ou herdeiros presentes, descendentes ou ascendentes, ou collateraes dentro do 2º gráo por direito canonico, notoriamente conhecidos³⁵¹.

1859, deixando a quem de direito for reclamar o que entender de justiça em presença da arrecadação nos termos do ultimo dos citados regulamentos. *Av. de 29 de Maio de 1861.*

Não se deve expedir mandado algum para entrega de bens de ausentes sem que os herdeiros ou legatarios tenham prestado fiança idonea da restituição dos mesmos bens, e seus rendimentos, aos legitimos proprietarios, logo que definitivamente tenham terminado o pleito, extinctos quaesquer recursos. *Circ. de 31 de Janeiro de 1863.*

Sendo fallecido um missionario capuchinho estrangeiro, deixando bens no Imperio, e não podendo ser applicavel a Lei da amortização, não se pode devolver á fazenda nacional como vagos os bens de raiz por elle deixados, nem tambem observar-se a respeito delle o disposto nos arts. 2, 6 e 7 do Reg. n. 855 de 8 de Novembro de 1851; visto como, na fórma do art. 24 deste Reg. n. 855, não se dá reciprocidade entre Brazil e os Estados Pontificios, onde existe o convento a que pertencem o religioso fallecido, cumprindo que se promova a arrecadação dos bens, como de ausentes, nos termos do Reg. de 15 de Junho de 1859. *Av. de 16 de Maio de 1863.*

Este Aviso trata tambem ácerca da arrecadação de escravos libertados por escriptura publica, recommendando, com bons fundamentos, que não se promova a arrecadação de taes escravos.

³⁵¹ Ministerio dos negocios da fazenda. — Rio de Janeiro, em 31 de Julho de 1861. (*Vid.* tambem a Ordem de 9 de Dezembro de 1864).

Póde V. S. declarar ao procurador fiscal da thesouraria de fazenda de S. Pedro, em resposta ao officio que elle dirigio a essa directoria geral em 18 de Julho de 1859, consultando: 1º, se, tendo sido deixados na capital daquela provincia por um individuo, que ali fallecêra repentinamente, alguns bens, podem estes ser entregues á sua viuva, cabeça do casal, sem embargo dese estar procedendo á arrecadação dos ditos bens pelo juizo de ausentes, uma vez que ella prove a identidade de pessoa, a qualidade de conjuge, e que está procedendo a inventario no logar do domicilio do defunto, dentro do Imperio, para dar partilhas a herdeiros; e 2º, se a palavra — terra — empregada no § 1º do art. 1º do Reg. de 27 de Junho de 1845 e outros, significa o municipio do domicilio do defunto testado ou intestado: que Sua Magestade o Imperador, confórmando-se por sua immediata e imperial resolução de 13 do corrente com o parecer de consulta das secções reunidas de justiça e fazenda do conselho de Estado, que fôrão ouvidas sobre a questão, houve por bem determinar, quanto á 1ª questão, que, dispondo o art. 3º, § 1º do Reg. de 15 Junho de 1859 que não haja arrecadação se ficção na terra conjuge ou herdeiros presentes, e os arts. 5º e 6º que, ainda começada a arrecadação, cessará, sem deducção de porcentagem, se o conjuge ou herdeiros justificarem o seu direito certo e indubitavel á herança, devia ter-se logo effectuado a entrega dos bens de que se trata sem deducção de porcentagem, uma vez que se não duvidava na parte reclamante a qualidade de viuva e cabeça do casal, e desde que se reconheceu o procurador legalmente constituido para reclamar a entrega dos bens existentes no logar do subito falecimento; e, quanto á 2ª questão, que as palavras — presentes na terra — não carecem de definição, nem explicação; porquanto, desde que o conjuge ou herdeiros estão presentes em distancia tal que possuão bem acautelar a arrecadação e inventario dos bens, pouco importa que sejam moradores do termo ou de outro vizinho.

Deus guarde a V. S. — *José Maria da Silva Paranhos*. — Sr. director geral interino do Contencioso.

2° A respeito dos bens de defunto testado, que deixar na terra, presente, herdeiro instituido nomeadamente no testamento.

Se estiver ausente, observar-se-ha o disposto no paragrapho seguinte:

3° A respeito dos bens do defunto com testamento, que tiver deixado testamenteiro, que esteja presente, na terra, e aceite a testamentaria.

Se ao tempo do fallecimento estiver ausente o testamenteiro, far-se-ha a arrecadação judicial; mas, se acontecer apresentar-se o testamenteiro antes de feita a entrega aos herdeiros, ou recolhido o producto dos bens ao thesouro e thesourarias, lhe será tudo entregue para cumprimento do testamento.

4° A respeito dos quinhões pertencentes aos herdeiros ausentes dos defuntos testados ou intestados, quando estiverem no lugar procuradores legalmente autorizados para receber o que lhes pertencer³⁵².

Se os collateraes dentro do 2° gráo não fôrem notoriamente conhecidos, far-se-ha a arrecadarão judicial, que todavia cessará, sem deducção de porcentagens, se justificarem em prazo razoavel, assignado pelo juiz, a sua qualidade hereditaria³⁵³.

Em identico sentido foi expedido o Aviso de 11 de Agosto de 1862, a respeito de collateraes, dentro do 2° gráo por direito canonico, notoriamente conhecidos.

Vide tambem a ordem de 17 de Setembro de 1864.

A ordem n. 219 de 17 de Junho de 1872 declarou que foi regular a arrecadação judicial, feita pelo juizo de ausentes, da herança do intestado Duarte Eugenio do Carmo e Mello; porquanto, achando-se no Paraguay o capitão Pio Guilherme Corrêa de Mello, pai do dito intestado, e não tendo este deixado, no lugar do fallecimento, conjuge ou herdeiro descendente ou ascendente, collateral ou qualquer outro, que ficasse em posse e cabeça do casal, e pudesse arrecadar o seu espolio; nem achando-se para isso autorizada, por disposição alguma legal, a mulher daquelle capitão, em segundas nupcias, não devêra o mencionado espolio ser entregue a quem de direito fosse sem a competente habilitação; sendo, portanto, inapplicavel ao caso de que se trata a doutrina da ordem n. 75 de 25 de Fevereiro de 1857.

³⁵² Art. 3° do Reg. de 15 de Junho de 1859.

³⁵³ Art. 4° do Reg. dito, e Aviso de 11 de Agosto de 1862.

Se os herdeiros a que se refere o § 1º do art. 3º fôrem filhos legitimos e houver fundamento para contestar-se a qualidade hereditaria, tambem terá logar a arrecadação judicial, que cessará, sem deducção de porcentagem, se elles justificarem o seu direito certo e indubitavel á herança, proseguindo-se nos ultteriores termos della, para serem os bens entregues a quem de direito pertencerem, se não fôr concludente a justificação³⁵⁴.

A disposição do artigo antecedente é extensiva ao caso em que se duvidar da legitimidade do casamento pelo que respeita ao conjugue e filhos legitimos³⁵⁵.

Das justificações de que tratão os arts. precedentes não haverá recurso, ficando salvo o direito de habilitação, na fórma do presente regulamento³⁵⁶.

O conjugue herdeiro *ab-intestado* nos termos de direito não poderá entrar na posse dos bens herdados, sem prévia habilitação³⁵⁷.

Em qualquer caso, se houver herdeiros ausentes, o juiz de orphãos nomeará sempre curador que assista ao processo do inventario e partilhas, arrecade e administre os bens, se, findo o tempo da conta ou julgada a partilha, não tiverem os herdeiros entrado na posse da herança por qualquer motivo³⁵⁸.

³⁵⁴ Art. 5º dito. Vid. as notas penultimas.

³⁵⁵ Art. 6º do Reg. de 15 de Junho de 1859.

³⁵⁶ Art. 7º do Reg. cit.

³⁵⁷ Art. 8º dito.

³⁵⁸ Art. 9º dito, e Aviso de 20 de Agosto de 1862, que é o seguinte:

1º Os lanços a prazos nos bens de raiz, admittidos pelo art. 63 do Reg. de 15 de Junho de 1859, se referem aos bens que estiverem arrecadados judicialmente, circumstancia esta incompativel com a presença de testamenteiro devidamente instituido, visto que quando ha testamenteiro que esteja presente, e aceite a testamentaria, não ha arrecadação.

2º Que, sempre que haja herdeiros ausentes, ainda quando não se tenha feito a arrecadação, por não ser caso desta, deve-se nomear curador, que assista ao processo de inventario e partilhas. Havendo testamento, e findo o tempo da conta da testamentaria, esteja ou não a mesma conta prestada, ou a partilha já julgada, o curador

A respeito dos que fallecerem nas circumstancias dos arts. 309 e 310 do Codigo do Commercio, e quanto aos bens dos fallidos, observar-se-ha o que se acha disposto no mesmo Codigo e seus regulamentos³⁵⁹.

São bens vagos, que na conformidade das Leis vigentes se devolvem á fazenda nacional:

1° Os móveis e de raiz a que não é achado senhorio certo.

2° Os bens dos infestados que não deixarem parentes ou conjuge herdeiros, nos termos de direito, ou dos fallecidos com testamento ou sem elle, cujos herdeiros, mesmo *ab-intestado*, repudiarem a herança³⁶⁰.

3° Os denominados do evento no municipio da côrte.

4° O producto de todos os predios e quaesquer bens vagos ou heranças jacentes, ainda litigiosas, que por falta de senhores ou herdeiros certos se devolvem ao Estado.

5° Todas as embarcações ou navios que se perderem ou derem á costa nas praias do Imperio e seus carregamentos, sendo de inimigos ou corsarios, salvo accôrdo ou convenção em contrario³⁶¹.

Todos estes bens se devem arrecadar, inventariar, avaliar e arrematar, recolhendo-se o producto aos cofres publicos, na conformidade deste regulamento.

passará a administrar os bens, se os herdeiros não tiverem entrado na posse da herança por qualquer motivo (art. 9°).

Nesta hypothese, se tiver logar alguma arrematação de bens de raiz, vigora a disposição do art. 63 do Reg., e nada mais tem que ver o testamenteiro, que, se não houver prestado contas, será a isso chamado pelo juizo competente.

3° Seja qual fôr a importancia dos bens de raiz, podem os mesmos ser arrematados a prazos.

³⁵⁹ Art. 10 do Reg. de 15 de Junho de 1859.

³⁶⁰ Vide o Aviso de 29 de Agosto de 1863.

³⁶¹ Art. 11 do Reg. de 15 de Junho de 1859.

Todavia, se algum ou alguns destes bens fôrem proprios para o serviço do Estado, o Governo pelo ministerio da fazenda poderá ordenar que não sejam arrematados, para destina-los ao referido serviço³⁶².

Da contabilidade e escripturação.

A contabilidade dos bens de defuntos e ausentes e bens vagos se fará em um jogo de quatro livros distinctos, que se denominarão — Livro de registro dos inventarios, — Livro de termos de leilão, — Livro de razão, e — Livro de receita e despesa.

Estes livros serão fornecidos pelos escrivães, e abertos, rubricados e encerrados gratuitamente pela directoria geral de contabilidade na côrte e provincia do Rio de Janeiro, e pelos inspectores das thesourarias nas demais provincias, os quaes poderão delegar esta incumbencia a empregados das respectivas repartições³⁶³.

O registro dos inventarios constará:

1º Do nome, profissão, naturalidade, estado e domicilio do defunto testado ou intestado, ou do ausente; data do fallecimento, ou época da ausencia, com declaração se são conhecidos ou desconhecidos os ausentes a quem pertença ou devão pertencer os bens arrecadados, seus nomes e domicilio, e do que mais convier ou constar no juizo.

³⁶² Art. 12 do Reg. de 15 de Junho de 1859.

— O juiz de orphãos não pôde fazer arrematar em *lotes* os bens de uma herança jacente. *Aviso de 16 de Julho de 1866*.

³⁶³ Art. 13 do Reg. de 15 de Junho de 1859.

— Em Circular aos presidentes de provincia, datada de 25 de Junho de 1867, communicou o ministerio da Justiça que, tendo o da fazenda decidido que nos livros de que trata este art. 13 só se podem escripturar as arrecadações pendentes, e aquellas a que se proceder, e não as já liquidadas daquelle anno em diante, e outras que se estão liquidando, mas cujos processos tiverão começo em 1866, o fizessem constar aos juizes de orphãos, recommendando-lhes tambem que exijão dos respectivos escrivães a fiel observancia do citado regulamento em tudo quanto disser respeito áquella escripturação.

2° Da descripção dos bens, suas especies e avaliações, e declaração dos avaliadores, e do logar onde se fizerão as avaliações.

3° Da designação das especies metallicas, e classificação dos valores fiduciarios.

4° Dos livros do commercio, que serão numerados, se não estiverem, e em todo o caso rubricados pelo juiz, e do estado delles e quaesquer outros titulos e documentos de importancia.

5° Da natureza e especie das obrigações activas e passivas.

O livro dos termos de leilão servirá para se lançarem nelle todas as arrematações que se fizerem; as entregas dos bens de raiz, móveis e semoventes, a seus donos ou aos herdeiros e interessados, assignando cada um o competente recibo³⁶⁴.

O livro de razão terá conta aberta a cada inventario, e no titulo della irão declaradas as circumstancias do § 1° do art. 14.

No debito das contas se carregarão ao curador os valores especificados dos bens arrecadados, e postos em administração por classes que constarem do registro do inventario; no credito se lançarão os mesmos objectos e seus valores entregue aos herdeiros e interessados habilitados, com referencia ás ordens do juizo; as entregas feitas pelo procurador dos dinheiros existentes e do producto dos bens que se fôrem liquidando, e a importancia das despesas com o costeo e custas do processo de cada herança, e com o aluguel de armazens de deposito para bôa guarda e arrecadação dos bens, de modo que cada conta deste livro, quando saldada e fechada, demonstre em resumo, o estado activo e passivo de cada herança illiquida³⁶⁵.

³⁶⁴ Art. 15 do Reg. de 15 de Junho de 1859.

³⁶⁵ Art. 16 do Reg. de 15 de Junho de 1859.

No livro de receita e despesa escripturar-se-ha, na receita, todo o dinheiro recebido pelo curador, proveniente dos bens escripturados no livro de razão; e na despesa todas as entregas e pagamentos que se fizerem por ordens legaes do juizo aos herdeiros e interessados habilitados, a importancia da gratificação fixada aos funcionarios de que trata o art. 82, e a importancia do saldo liquido dos bens arrecadados e administrados que se houver de remetter aos cofres publicos no principio de cada mez, de modo que cada conta de receita e despesa represente a totalidade ou valores de cada herança liquida³⁶⁶.

O thesouro e thesourarias ficão autorizados para alterar o systema de escripturação dos bens de defuntos e ausentes, estabelecendo o que mais conveniente fôr; as thesourarias submetterão á approvação do thesouro as alterações que julgarem conveniente fazer³⁶⁷.

No principio das férias do Natal, em cada anno, os escrivães do juizo remetterão, sob as penas da Lei, os livros de contabilidade e escripturação de que trata este capitulo, acompanhados dos respectivos autos, no municipio da corte ao thesouro nacional, e nos das capitães das provincias, á excepção da do Rio de Janeiro, ás thesourarias respectivas, onde, com preferencia a qualquer outro trabalho, se tomará immediatamente, na fórmula das Leis, a conta da gestão dos curadores, afim de que sem demora revertão os livros ao mesmo juizo, expedindo-se-lhes depois as quitações.

Nos mais municipios, bem como no da capital da provincia do Rio de Janeiro, serão as contas tomadas pelos respectivos agentes da fazenda, os quaes darão conta ao thesouro e thesourarias do resultado, enviando tudo com cópia dos livros³⁶⁸.

³⁶⁶ Art. 17 do Reg. dito.

³⁶⁷ Art. 18 do Reg. de 15 de Junho de 1859.

³⁶⁸ Art. 19 do Reg. cit.

Da arrecadação e administração dos bens de defuntos e ausentes e vagos.

Da arrecadação, administração, apuração e entrega dos bens dos processos de habilitação, e para pagamento das dividas passivas.

O juiz de orphãos e ausentes, logo que tiver conhecimento de ter fallecido no seu districto alguma pessoa, cujos bens estejam nas circumstancias do começo deste capitulo, nomeará curador afiançado, procederá á arrecadação e inventario de todos os bens, e proverá a respeito da administração e apuração delles, na fórmula das Leis e regulamentos.

É mesmo da sua obrigação e da dos officiaes e empregados do juizo procurarem por todos os meios a seu alcance saber das pessoas que fallecerem em taes circumstancias.

Sendo os bens arrecadados de pequena importancia, e não havendo quem de sua guarda e administração se queira encarregar com prestação de fiança, o juiz de orphãos confiará a curadoria e administração, sem esse onus, á pessoa que tenha sufficiente abonação para por ella responder³⁶⁹.

Da mesma fórmula procederá o juiz de orphãos a respeito dos bens das pessoas ausentes, nos termos da Ord., Liv. 1º, Tit. 90 *in princ.*³⁷⁰

O juiz de orphãos tambem procederá na fórmula declarada nesta secção *in princ.* a respeito dos bens do ausente nos termos da Ord., Liv. 1º, Tit. 62 § 38, vers. *absente*³⁷¹.

Os delegados e subdelegados de policia são obrigados a participar immediatamente ao juiz de orphãos o obito de todos os que fallecerem no seu districto, com testamento ou sem elle, com herdeiros, conjuge, ou sem elles, presentes ou ausentes, conhecidos ou desconhecidos, e bem assim a noticiar as pessoas que se tiverem

³⁶⁹ Art. 20 do Reg. de 15 de Junho de 1859.

³⁷⁰ Art. 21 dito, e Aviso de 20 de Agosto de 1862.

³⁷¹ Art. 22 do Reg. cit.

ausentado sem se saber de seu destino, deixando bens desamparados; para esse fim servir-se-hão também dos inspectores de quarteirão, a quem darão as necessarias instrucções³⁷².

A obrigação imposta no art. antecedente é extensiva aos parochos nas suas respectivas parochias, quanto aos fallecimentos cuja noticia puder interessar ao juiz de orphãos³⁷³.

As autoridades competentes, logo que abrirem qualquer testamento, ordenarão que os escrivães respectivos remetão uma cópia autentica ao juiz de orphãos, afim de que este possa examinar se tem ou não logar a arrecadação pelo seu juizo, e proceder ulteriormente como no caso couber³⁷⁴.

A pessoa em cuja casa alguém fallecer ou della se ausentar, nas circumstancias de que se trata³⁷⁵, deverá participa-lo immediatamente ao juiz de orphãos ou ao delegado ou subdelegado de policia, para que este possa providenciar na fórma do presente regulamento³⁷⁶.

O juiz de orphãos, comparecendo na casa da residencia do defunto ou ausente, procederá á arrecadação e arrolamento dos bens, de que se lavrará o respectivo auto; se, porém, a arrecadação e arrolamento não puder ter logar em um só dia, procederá á apposição de sellos, que se deverá effectuar em todos e quaesquer effeitos e bens, livros, titulos de credito e papeis que fôrem susceptiveis de recebe-los.

Estes sellos se irão depois abrindo e rompendo á proporção que se proceder ao arrolamento dos bens, fazendo-se no auto menção

³⁷² Art. 23 do Reg. de 15 de Junho de 1859.

³⁷³ Art. 24 do Reg. cit.

³⁷⁴ Art. 25 do Reg. cit.

³⁷⁵ Art. 23 do Reg. cit.

³⁷⁶ Art. 26 do Reg. de 15 de Junho de 1859.

especial da abertura e rompimento dos mesmos sellos, e do estado em que fôrem encontrados³⁷⁷.

No mesmo acto o juiz deferirá ás pessoas que morarem na casa em que residia o defunto ou ausente, e a outras quaesquer que lhe parecer poderem ter noticia dos bens, juramento para debaixo delle declararem se alguns outros bens existem que devão ser arrecadados ou descriptos, e o que lhes constar a respeito da naturalidade, idade, estado e filiação do fallecido ou ausente³⁷⁸.

A arrecadação pertence ao juiz de orphãos do domicilio do defunto ou ausente. No caso de ter elle mais de um domicilio, ou não ter algum, a competencia se regulará pela prevenção da arrecadação³⁷⁹.

O juiz de orphãos providenciará para que se arrecadem, na conformidade deste regulamento, os bens existentes fóra do districto de sua jurisdição, expedindo logo aos juizes competentes as precisas precatorias, que serão devolvidas ao juizo deprecante depois de satisfeitas as diligencias deprecadas³⁸⁰.

Se o juiz, pela distancia em que se achar do logar onde existirem os bens do fallecido ou ausente, ou por outra occurrencia attendivel, não puder accudir immediatamente para arrecada-los, os delegados e subdelegados de policia, estando strictamente obrigados a acautelar que se não extraviem os bens, e devendo dar para esse fim as providencias necessarias, procederão immediatamente, com assistencia de dous vizinhos, á apposição dos sellos, que não poderão ser abertos sob pretexto algum senão pelo mesmo juizo, salva a disposição do art. 41.

³⁷⁷ Art. 27 do Reg. cit.

³⁷⁸ Art. 28 do Reg. cit.

³⁷⁹ Art. 29 do Reg. cit. — O Av. n. 56 de 3 de Fevereiro de 1855 declarou que no acto da arrecadação deve o juiz decidir administrativamente quaes os bens que ás heranças pertencem, fazendo-se dos alheios a respectiva entrega, independente de embargos, sómente exigiveis em casos duvidosos.

³⁸⁰ Art. 30 dito.

Pela falta de comprimento dessa obrigação soffrerão as autoridades policiaes a pena de demissão e de multa de 50\$ a 100\$, além de ficarem responsaveis por todos os prejuizos a que por sua negligencia derem causa³⁸¹.

Feita a arrecadação, e postos os bens em administração, o juiz de orphãos, havendo todas as possiveis infórmações sobre a naturalidade do finado, quando já não lhe constar, mandará affixar editaes no termo e publica-los tres vezes nos periodicos do logar e da corte ou da capital da provincia, dirigindo deprecadas para os termos da naturalidade dos finados, se fôrem nacionaes, afim de lá tambem se affixarem editaes por tempo razoavel, chamando os herdeiros successores dos mesmos finados, e todos os que direito tenham na sua herança, a virem habilitar-se³⁸².

Se, feitas as averiguações necessarias, vier o juiz de orphãos no conhecimento de que o finado é estrangeiro, participá-lo-ha immediatamente ao respectivo consul, quando já antes o não tenha feito, e, no caso de não haver, ao ministerio dos negocios estrangeiros, para communica-lo ás autoridades competentes do paiz do fallecido³⁸³.

Todas as avaliações de bens móveis, semoventes e de raiz das heranças de defuntos e ausentes, e bens vagos, serão feitas por dous louvados, nomeados e approvados pelo curador e procurador da fazenda ou seu ajudante na corte, e procuradores fiscaes, seus ajudantes, conectores e mais agentes fiscaes nas provincias.

Estes louvados deverão ser pessoas entendidas nos objectos que fôrem avaliar, prestarão juramento de desempenhar seu encargo na fôrma das Leis, vencendo os emolumentos estabelecidos para os mais avaliadores³⁸⁴.

³⁸¹ Art. 31 do Reg. de 15 de Junho de 1859.

³⁸² Art. 32 do Reg. cit. — Esta habilitação deve ser feita no prazo de 30 dias a contar da data da publicação dos editaes. *Per. e Souza nota* 1004.

³⁸³ Art. 33 do Reg. de 15 de Junho de 1859.

³⁸⁴ Art. 34 do Reg. cit.

O procurador da fazenda na corte e os procuradores fiscaes nas cidades da Bahia e Pernambuco, quando se tiverem de avaliar bens de raiz, poderão escolher para louvados os lançadores das recebedorias de rendas internas, que em tal caso desempenharão seu encargo, independente de novo juramento³⁸⁵.

Escolhidos os louvados, proceder-se-ha á avaliação nos termos da legislação em vigor, nomeando-se um terceiro, na fórmula da Ord. liv. 3º tit. 17 § 2º, se aquelles discordarem³⁸⁶.

Prestado o juramento, os louvados, se não comparecerem no logar e dia designados, ou não proferirem o laudo ou concorrerem, sem motivo justo, para que a avaliação se transfira, soffrerão uma multa de 50\$ a 100\$, que lhes será imposta pelo juiz, além de pagarem a despesa a que derem causa³⁸⁷.

Feito e concluido o inventario no mais curto espaço de tempo possivel, serão vendidos em hasta publica, precedendo editaes, todos os bens moveis e semoventes, assim como as acções de companhias, não havendo dinheiro para continuar a fazer as entradas, ou ameaçando depreciarem-se, e o seu producto será recolhido aos cofres publicos respectivos vinte e quatro horas depois da arrematação, não sendo os bens entregues aos arrematantes sem que fiquem no juizo os conhecimentos em fórmula por que conste o pagamento dos impostos dos bens e sua transferencia, e a entrada do producto.

Da mesma fórmula será recolhido aos cofres publicos todo o dinheiro, ouro, prata, pedras preciosas, titulos da divida publica, e, depois de competentemente sellados e lacrados, quaesquer papeis que contenhão segredos de familia, para serem entregues aos herdeiros habilitados.

Todavia não ficão sujeitos á disposição deste artigo:

³⁸⁵ Art. 35 do Reg. cit.

³⁸⁶ Art. 36 do Reg. cit.

³⁸⁷ Art. 37 do Reg. de 15 de Junho de 1859.

§ 1º Os móveis e semoventes destinados e applicados á laboração dos estabelecimentos agricolas ou fabris, e consequentemente não deverão ser os mesmos estabelecimentos arrematados senão em toda a sua integridade, e jámais por partes.

§ 2º Os moveis que sejão de valor de affeição, v. g., retratos de familia, collecções de medalhas, manuscriptos, etc.³⁸⁸

Ficão supprimidos em todas as arrematações que se fizerem no juizo de ausentes os prégões, e reduzidas as praças a uma unica: o juiz todavia poderá adia-la duas vezes, se por falta de lançadores, ou por não serem vantajosos os lanços offerecidos, assim o julgar conveniente, annunciando-se por editaes e pela imprensa o dia novamente designado.

Os editaes serão affixados na casa das audiencias, e impressos nos periodicos no dia da afixação e no da arrematação, e mediando entre este e aquelle o espaço de tres dias, se os bens fôrem móveis ou semoventes, e nove, se fôrem de raiz³⁸⁹.

O juiz de orphãos, sendo os bens de facil deterioração, ou não se podendo guardar sem perigo ou grande despesa, mandará arrematalos logo depois de arrecadados, reduzindo a seu arbitrio o prazo e o numero dos annuncios de que trata o artigo antecedente³⁹⁰.

Os bens de pouca importancia, que por commum e geral estimação não excederem de 200\$, serão da mesma fórma arrematados a quem mais der, independentemente de avaliação, devendo todavia annunciar-se a arrematação com a precisa antecedencia por edital e pela imprensa.

³⁸⁸ Art. 38 do Reg, de 15 de Junho de 1859, e Av. de 18 de Março de 1864. Nenhum objecto pertencente a bens de defuntos e ausentes, e vagos, póde ser remettido á estação fiscal, sem que tenha sido devidamente descripto e avaliado no respectivo inventario, mencionando-se na guia de remessa o seu valor; devendo os objectos que na commum e geral estimativa não excederem a 200\$ arrematados independentemente de avaliação. *Av. de 11 de Outubro de 1861.*

³⁸⁹ Art. 39 do Reg. de 15 de Junho de 1859.

³⁹⁰ Art. 40 do Reg. cit.

Se os bens acima mencionados existirem fóra do logar da residencia do juizo, poderá este deprecar por simples officio a diligencia da arrematação á autoridade policial que os tiver arrecadado, a qual, feita a diligencia, remetterá o producto ao mesmo juizo com as devidas seguranças³⁹¹.

O juiz de orphãos poderá adiar a arrematação dos bens por tempo indeterminado, sempre que, pendendo habilitação, os herdeiros assim o requeirão, e não houver inconveniente³⁹².

Os bens de raiz serão administrados e aproveitados na conformidade deste regulamento: antes de decorrido um anno depois de encerrado o inventario, só poderão ser vendidos quando da demora se seguir ruina, a juizo de peritos, ou fôr indispensavel o seu preço para pagamento de credores legalmente habilitados; mas em todo o caso a venda se effectuará em hasta publica, na conformidade dos artigos antecedentes³⁹³.

Os juizes respectivos farão recolher aos cofres publicos, no principio de cada mez, o producto liquido arrecadado no mez anterior, não só do rendimento que tiverem tido no dito tempo os bens administrados, como das dividas que se houverem cobrado; pena de responsabilidade sua e de demissão dos curadores. Estas remessas serão acompanhadas de guia do juizo, e de uma conta corrente da receita e despesa havida no

³⁹¹ Art. 41 do Reg. de 15 de Junho de 1859.

³⁹² Art. 42 do Reg. cit.

³⁹³ Art. 43 do Reg. de 15 de Junho de 1859. "Convém que o curador requeira a avaliação do preço por que devem ser alugados, devendo os avaliadores nessa ocasião declarar se, conforme o exame a que procedêrão, julgão o o predio em bom estado, se carecedor de algum concerto, ou se em ruina total. No primeiro caso o curador requer o arbitramento do aluguel que podem vencer os predios, e em praça arrematar-se a quem maior lanço offerecer; e todos os mezes ou trimestres cobra os alugueis e entra com elles para a collectoria, acompanhando-os de conta corrente, constante da despesa do custeio, se houver, sua porcentagem e importancia do aluguel. No 2º caso, resolvida a necessidade de pequenos concertos, o curador faz organizar um orçamento (por peritos nomeados, a aprazimento do collector, pelo juiz) da despesa que tem de fazer-se; este orçamento vai á praça, para quem por menos fizer a obra encarregar-se della. No 3º caso o curador requer a venda do predio em praça." — *Roteiro dos Collectores* § 115.

mez anterior, que será assignada pelo curador, juiz e escrivão. A estação arrecadadora entregará ao curador recibo extrahido do livro de talão³⁹⁴.

O producto dos bens que fôrem arrematados nos termos do art. 73 tambem será pago á boca do cofre, vinte e quatro horas depois de feita a arrematação, não sendo entregues os bens ao arrematante, sem que fiquem em juizo os conhecimentos em fórmula, passados pela estação respectiva, dos quaes conste o pagamento dos impostos que devidos fôrem dos bens e de sua transferencia, e a entrada do mesmo producto no cofre³⁹⁵.

As habilitações dos herdeiros serão feitas conforme as Leis existentes, perante o juiz de orphãos que houver procedido á arrecadação, nos termos do art. 29, sendo ouvidos, além do curador no municipio da corte, o procurador da fazenda ou seu ajudante, e nas provincias os procuradores fiscaes, seus ajudantes, collectores e mais agentes fiscaes, dando-se appellação ás partes e aos mencionados agentes da fazenda publica, sempre que o valor da herança exceder á alçada do juizo, e appellando os ditos juizes *ex-officio* das sentenças que derem a favor dos habilitandos, sempre que o dito valor exceder de 2:000\$000³⁹⁶.

³⁹⁴ Art. 44 do Reg. de 15 Junho de 1859.

³⁹⁵ Art. 45 do cit. Reg.

³⁹⁶ Art. 46 do Reg. de 15 de Junho de 1859. — *Aviso de 29 de Abril de 1862 ao juiz de orphãos de Rezende*. — Communico a Vm. que não póde ser cumprido o precatorio, que dirigio ao thesouro em 26 de Novembro do anno passado, a favor de João Marinho Coelho de Barros, ou ao seu procurador nesta côrte, como herdeiro cessionario do fallecido Bernardo José da Silveira, pelas seguintes irregularidades, que se notão no respectivo processo de habilitação, que acompanhou o referido precatorio: 1º, não ter sido interposta a appellação *ex-officio*, como o preceitua o art. 46 do Reg. de 15 de Junho de 1859, sempre que a quantia, sobre que versa a sentença, excede á alçada, como no caso presente, em que, além dos dous herdeiros cedentes, habilitarão-se mais 10, subindo a muito mais de 2:000\$000 os quinhões dos tres, a cujo favor se expedirão precatorios, e que, portanto, parece que fôrão comprehendidos na sentença, como os outros, cuja existencia foi provada no processo; 2º, ter-se prescindido da prova testemunhal, solemnidade essencial do processo, e não constar da justificação produzida e julgada em Portugal que sejam fallecidos os avós paternos e maternos, e a mãe do intestado Bernardo José da Silveira, aos quaes se deveria devolver a successão no caso de estarem vivos; 3º, não se ter transcripto na escriptura, como manda a Lei, o conhecimento de *verbo ad verbum* do pagamento da siza e do sello proporcional dos bens de raiz, que existião no espolio, e devião fazer parte da cessão, não bastando a

O Accord. da Rel. do Rio de 21 de Abril de 1874 (*Gazeta Juridica* vol. 3º pag. 205) diz que a appellação *ex-officio* não cabe da sentença a favor dos habilitandos, se a herança é inferior a 2:000\$000.

Estas sentenças de habilitação competem ao juiz de ausentes, sómente quando não excedem de 500\$000.

Excedendo, são da competencia do juiz de direito (Lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871, art. 23 § 1º e 2º, e 24 § 1º.)

O Acc. do Supremo Tribunal de Justiça de 3 de Dezembro de 1873 (*Gazeta Juridica* vol. 1º pag. 411) decidio que o juizo de ausentes só tem competencia para a habilitação dos herdeiros legitimos; e que nos outros casos o parentesco prova-se no juizo commum, servindo a sentença no de ausentes.

A legislação em vigor a respeito da curadoria dos bens do ausente, que se presume morto, continuará a ser observada com as seguintes alterações:

1º A curadoria dos bens do ausente poderá ser deferida na forma da Ord. Liv. 1º Tit. 62 § 38, e Regimento do Desembargo do Paço § 50, passados quatro annos, a contar da data das ultimas noticias, se elle

declaração do juiz para provar que taes impostos fôrão pagos; convindo, portanto, que os cedentes se habilitem novamente, ou em separado, ou conjunctamente com os outros herdeiros, sanando-se os vícios que se derão no primeiro processo de habilitação.

Os collectores o administradores das mesas de rendas não podem effectuar pagamento ou entrega de dinheiros provenientes de bens de defuntos e ausentes a herdeiros ou credores; não só porque do sentido da Lei de 24 de Outubro de 1832, a que se referem os Regs. de 9 de Maio de 1842 e 15 de Junho de 1859, claramente se depreheende que taes entregas e pagamentos devem ser effectuados directamente pelo thesouro e thesourarias, mas tambem porque esses actos dependem de exames em officios de requisição, deprecadas, sentenças, processos de habilitação, etc. *Avisos n. 182 de 23 de Abril de 1860, e n. 14 de 19 de Janeiro de 1872.*

A Ordem n. 115 de 31 de Março de 1871 diz que os dinheiros de defuntos e ausentes arrecadados pelo juizo da capital da provincia do Rio de Janeiro devem ser recolhidos directamente ao thesouro, visto não haver naquella capital thesouraria de fazenda, nem recebedoria.

A Ord. n. 197 de 15 de Junho de 1871 nota diversas irregularidades em uma precatoria.

não tiver deixado procurador, e passados dez annos, se o tiver deixado, salva a disposição da Lei de 15 de Novembro de 1827.

Os juizes de orphãos, quando tiverem de julgar as habilitações dos herdeiros do ausente, attenderão sempre aos motivos da ausencia e ás causas que dão logar á falta de noticias, embora tenha decorrido qualquer dos referidos prazos.

2º A mesma curadoria não poderá ser deferida aos herdeiros mais chegados do ausente, na fórma da Ordenação e Regulamento citados, sem que os ditos herdeiros se habilitem nos termos do art. 46 deste Regulamento e mais disposições em vigor.

3º Além da citação pessoal a quem de direito fôr, o parente ou parentes mais proximos na ordem da successão, que na fórma das disposições citadas pretenderem a curadoria, requererão ao juiz de orphãos do termo a citação do ausente e quaesquer outros interessados, por editaes com o prazo de um anno, para virem offerecer os artigos de habilitação.

Estes editaes serão affixados nos logares do estylo e publicados nos periodicos do termo e da capital da provincia, passando-se as certidões competentes, e juntando-se aos autos a publica-fórma do annuncio³⁹⁷.

As justificações e libellos para a cobrança de dividas, a que estejam expostas as heranças de defuntos e ausentes, serão intentados perante o juizo que houver procedido á arrecadação, nos termos do art. 29, sendo ouvidos no municipio da Corte o procurador da fazenda ou seu ajudante, e nas provincias os procuradores fiscaes, seus ajudantes, ou os collectores e mais agentes fiscaes, dando-se appellação ás partes e agentes fiscaes sempre que o valor da divida exceder á alçada do juizo, e appellando os juizes *ex-officio* das sentenças que proferirem a favor dos

³⁹⁷ Art. 47 do Reg. de 15 de Junho de 1859.

credores, sempre que o seu valor exceder a 2:000\$000. Não serão admittidas justificações por quantias excedentes á alçada do juizo³⁹⁸.

Sendo a divida liquida e certa, e constante de escriptura publica, ou de instrumento como tal considerado pelas Leis Civis ou pelo Codigo Commercial, nada tendo que oppôr o curador e agentes fiscaes, para o que deverão ser ouvidos, poderá o juiz, exigindo os esclarecimentos que entender necessarios, *autorizar o pagamento*, expondo em todo o caso os fundamentos de sua deliberação, de que não haverá recurso³⁹⁹. (Consolidação arts. 1270 e seg.)

As despesas do funeral serão logo autorizadas pelo juiz de orphãos, sendo possivel, ou pela autoridade policial do districto, com attenção ás forças da herança e á qualidade da pessoa do defunto⁴⁰⁰.

No caso de não apparecerem interessados a habilitar-se como legitimos successores e herdeiros dos defuntos intestados, o juiz de orphãos⁴⁰¹, lavrados os termos necessarios porque conste claramente haverem-se praticado todas as diligencias legaes, com audiencia dos

³⁹⁸ Art. 48 do Reg. de 15 de Junho de 1859. — A disposição do texto correspondente a esta nota está derogada pelos arts. 32 e 33 do Reg. de 12 de Novembro de 1873, e por consequencia não ha mais no juizo de ausentes justificação para cobrança de dividas. Até 500\$000 o processo é o indicado no art. 27 parte 2ª da Lei da Nova Ref. Judic. Passando de 500\$000 a causa é de libello. O juiz de direito em sua sentença deve ordenar o pagamento, competindo a execução ao juiz de ausentes (Dec. n. 4824 de 1871, art. 64 § 3º e art. 66 § 2º).

³⁹⁹ Art. 49 do Reg. de 15 de Junho de 1859. — O pagamento não se effectua logo: todas as reclamações e execuções manda-se appensar aos autos de arrecadação; e só depois de liquidada a herança e graduados os creditos ordena-se os pagamentos.

⁴⁰⁰ Art. 50 do cit. Reg. São despesas do funeral, as que se fazem no toque dos sinos, cera, confrarias, conducção do cadaver, caixão, habito, cova, acompanhamento de padres, e outras semelhantes. Não pertencem, porém, a esta classe as despesas feitas na construcção do tumulo, quando elle é de alguma importancia e diverso daquelles de que se usa no paiz; nem aquellas que se fazem na translação do cadaver, ainda que o defunto a determinasse; nem finalmente as de méra pompa e apparatus. A despesa do officio de corpo presente tambem se reputa despesa do funeral. *Per. de Carv. nota 143.*

⁴⁰¹ Segundo o regimen actual, se os bens excederem de 500\$, compete essa decisão não ao juiz de orphãos, e sim ao de direito.

fiscaes, julgarão por suas sentenças vacantes o devolutos ao Estado os bens das heranças⁴⁰².

Depois de julgadas vacantes e devolutas para o Estado, as habilitações dos herdeiros, e as reclamações de dividas activas e passivas relativas ás mesmas heranças, bem como quaesquer outros processos que com ellas entendão, terão logar pelos juizos dos feitos, abonando-se aos agentes da fazenda publica as porcentagens competentes⁴⁰³.

Um anno depois de concluido o inventario, nenhuma herança jacente ou bens vagos poderão ser conservados em poder dos curadores: os herdeiros interessados habilitados, que no dito prazo as não reclamarem, serão pagos pelo thesouro nacional⁴⁰⁴.

Os bens de raiz serão então vendidos na fórmula do art. 39 e o seu producto recolhido aos cofres publicos, salva a disposição do art. 12⁴⁰⁵.

Da mesma fórmula se procederá a respeito das dividas activas que fôrem de difficil liquidação ou cobrança, com o abatimento nunca excedente de 30%; e os titulos das que o não fôrem serão recolhidos ao thesouro e thesourarias⁴⁰⁶.

As diligencias dos artigos antecedentes não terão logar, se a habilitação dos herdeiros ou a reclamação dos donos dos bens estiver

⁴⁰² Art. 51 do Reg. de 15 de Junho de 1859. — A Circular n. 57 de 18 de Outubro de 1859, do ministerio da fazenda, declara, em conformidade do Aviso do ministerio da justiça de 10 de Outubro, aos Srs. inspectores das thesourarias de fazenda, que da combinação dos arts. 51 a 55 do Regulamento n. 2433 de 15 de Junho de 1859 resulta que, só um anno depois de concluido o inventario, se devem julgar vacantes e devolutos para o Estado os bens das heranças, e não antes, embora, findo o prazo dos editaes, de que trata o art. 32 do mesmo Regulamento, não tenham apparecido os herdeiros para habilitar-se.

⁴⁰³ Art. 52 do Reg. de 15 de Junho de 1859, Circ. n. 57 de 18 de Outubro de 1859.

⁴⁰⁴ Art. 53 do Reg. dito, Circ. dita.

⁴⁰⁵ Art. 54 do Reg. dito, Circular n. 57 de 1º de Outubro de 1859.

⁴⁰⁶ Art. 55 dito, Circular dita. — As concessões para a arrematação das dividas de difficil cobrança, antes de ser a herança devoluta ao Estado, poderá ser determinada a requerimento do procurador da fazenda, do curador da herança, e quaesquer outros interessados, com acquiescencia de todos. *Aviso de 31 de Outubro de 1862 e 13 de Março de 1863.* — *Vid.* tambem o Aviso de 21 de Janeiro de 1860.

pendente em qualquer instancia judiciaria ao tempo em que findar o prazo do art. 53, sendo prorogadas a requerimento da parte as mesmas diligencias até final decisão do processo⁴⁰⁷.

Da mesma fórma as diligencias dos artigos antecedentes não terão logar a respeito dos bens arrecadados nos termos dos arts. 21 e 22, os quaes continuarão na administração até que os herdeiros se habilitem para a curadoria, ou se recolha o seu producto aos cofres publicos, quando se provar ou reputar provada conforme o direito a morte do ausente.

Esta disposição não é extensiva aos moveis e semoventes, devendo proceder-se a respeito delles na fórma do art. 38⁴⁰⁸.

Os fundos das heranças jacentes e bens vagos recolhidos ao thesouro nacional serão entregues aos legitimos herdeiros, ou a quem de direito pertencerem, á vista das deprecadas legaes de que trata o art. 91 da Lei de 24 de Outubro de 1832, acompanhadas das habilitações originaes, ficando o traslado dellas nos respectivos cartorios; nestas deprecadas terão vista no thesouro e thesourarias os respectivos procuradores fiscaes⁴⁰⁹.

As deprecadas legaes serão substituidas por simples officio de juiz, sempre que o valor da herança não exceder a 2:000\$, sem emolumento algum⁴¹⁰.

A apresentação dos autos originaes de que trata o artigo penultimo não é extensiva aos processos e sentenças relativos a dividas passivas da herança, a respeito das quaes se procederá nos termos da legislação em vigor⁴¹¹.

⁴⁰⁷ Art. 56 do Reg. de 15 de Junho de 1859.

⁴⁰⁸ Art. 57 do cit. Reg.

⁴⁰⁹ Art. 58 dito, e Avs. de 18 de Março de 1864, e 15 de Dezembro de 1855.

⁴¹⁰ Art. 59 do Reg. de 15 de Junho de 1859.

⁴¹¹ Art. 60 do Reg. cit.

Nenhuma entrega dos bens da herança jacente se efectuará, nenhuma deprecada ou officio do juiz de orphãos para levantamento de dinheiros ou bens das mesmas heranças será expedida ou cumprida, sem que conste o pagamento prévio dos impostos estabelecidos pelas Leis de 30 de Novembro de 1841, Tabela annexa § 42, de 21 de Outubro de 1843 art. 12 § 1º e pelo Alv. de 17 de Junho de 1809 §§ 8º e 9º, que fôrem devidos da herança ou legado; o que será extensivo aos credores⁴¹².

Nenhum precatorio ou officio em virtude do qual se requisiite o levantamento de dinheiros ou bens pertencentes a heranças jacentes ou bens vagos será expedido, sem que do mesmo conste a intimação da sentença a quem de direito fôr, que nenhuma opposição houve do curador ou dos fiscaes da fazenda, ou, tendo havido, que satisfizerão-se as diligencias requeridas, ou proseguio-se nos termos ultteriores do processo na fórma da legislação em vigor⁴¹³.

⁴¹² Art. 61 do cit. Reg. As Leis supracitadas estão sem vigor; vide neste segundo vol. a parte relativa ao imposto de transmissão de propriedade; vide tambem o Reg. do sello.

⁴¹³ Art. 62 do Reg cit. *Vid.* nota 396. — Os Avs. de 14 de Agosto de 1861, e de 8 de Abril de 1862, dirigidos ao juiz de orphãos de Magé e ao juiz municipal da 3ª vara da Côrte, declararão que não podião ser cumpridos os precatorios que ao thesouro mandou o 1º juiz em favor da Baronesa de Ayuruoca, como inventariante do casal de seu marido, para levantamento de quantia que a esse casal devia a herança de Simão Antonio Barboza, e o 2º em favor de Oliveira & Rocha, por não ter acompanhado os mesmos precatorios a carta de sentença, como determinão as Ordens de 24 de Fevereiro de 1848 e de 24 de Agosto de 1859, e nem se quer foi nelles transcripto o teor da mesma carta, ou pelo menos o das duas outras peças principaes do processo da justificação da divida, que são o depoimento das testemunhas e os documentos que constituem a prova instrumental.

O 2º Av. reconheceu tambem incompetencia de juizo. O juizo municipal, se bem que competente para decretar embargos em quantias pertencentes a heranças jacentes, não o é todavia para exercer actos tendentes a reconhecer e firmar direitos e obrigações ás ditas heranças arrecadadas, nem para regular a transmissão das mesmas a quem de direito fôr. Devia, pois, declara o mesmo Av., o levantamento ser deprecado pelo juiz de orphãos, tanto mais quanto, sendo elle o que lança na precatoria de *venia*, que lhe dirige o juiz municipal, o — *cumpra-se* — que deve preceder á execução da sentença, ou levantamento do dinheiro, é claro que tal excecção só póde ser effectuada por autorização daquelle juizo.

O Av. de 15 de Julho de 1863 declarou não poder ser cumprida uma precatoria do juizo municipal do termo de Itaguahy, para o pagamento de certa quantia pela herança de Candido José da Silveira, por não constar da mesma precatoria a nota de — *valha sem sello ex causa* —, que nos juizos fóra da séde da Relação suppre a do transito pela chancellaria. Em sentido identico foi expedida outra Ordem em 22 de Julho de 1862.

Um Officio não é meio legal para o juizo requisitar a entrega de bens de defuntos e ausentes a credores, e a cessionarios de herdeiros. *Av. de 23 de Outubro de 1862*. Nem é regular, e portanto no caso de cumprir-se, a ordem da presidencia da provincia

Na arrematação dos bens de raiz, quando não houver nenhum licitante, admittir-se-hão lanços a prazos razoaveis, com as cautelas usadas nos contratos da fazenda nacional⁴¹⁴.

Dos empregados do juizo, seus vencimentos e penas a que ficão sujeitos.

Todos os autos de arrecadação, logo depois de effectuada esta, serão numerados e inscriptos pelo chefe da estação arrecadadora da renda do lugar, em livro especial para esse fim destinado, o qual será aberto, rubricado e encerrado na corte e provincia do Rio de Janeiro pelo director geral de contabilidade, e nas demais provincias pelos inspectores das thesourarias, que poderão encarregar esta incumbencia a empregados das respectivas repartições.

A inscrição conterá o nome, e bem assim a naturalidade, estado, domicilio e profissão, se constar, do finado ou ausente, data do fallecimento ou da ausencia e da arrecadação: a verba da apresentação será lançada no auto, não podendo proseguir o processo sem esta fórmula⁴¹⁵.

Os chefes das estações arrecadadoras da renda remetterão no principio de cada semestre ao thesouro e thesourarias uma relação das arrecadações inscriptas no semestre anterior, com as declarações constantes do livro de inscrição⁴¹⁶.

Todas as heranças de bens de defuntos e ausentes, ou sejam de testamento, ou *ab-intestado*, serão arrecadadas, inventariadas e partilhadas com audiencia, na côrte, do procurador da fazenda ou seu

expedida á thesouraria para que não cumprisse deprecada alguma do juizo dos feitos para levantamento de dinheiro de ausentes, sem ouvir a mesma presidencia, porque a thesouraria não póde deixar de dar execução a uma sentença do poder judiciario, inteiramente independente do administrativo, quando não haja impugnação do procurador fiscal pelas vias ordinarias. *Av. de 17 de Março de 1863.*

⁴¹⁴ Art. 63 do Reg. de 15 de Junho de 1859. Esta disposição se refere aos bens que estiverem arrecadados judicialmente, circumstancia esta incompativel com a presença do testamentario devidamente instituido, visto como, quando ha testamentario que esteja presente, e aceite a testamentaria, não ha arrecadação. *Av. de 20 de Agosto de 1862.* Vid. tambem o Decr. n. 510 de 13 de Março de 1847.

⁴¹⁵ Art. 64 do Reg. de 15 de Junho de 1859.

⁴¹⁶ Art. 65 dito, e Ord. de 22 de Abril de 1863.

ajudante, e nas provincias, com a dos procuradores fiscaes, seus ajudantes, collectores e mais agentes fiscaes⁴¹⁷.

O procurador da fazenda, os procuradores fiscaes, seus ajudantes, os collectores e mais agentes fiscaes, por si, e pelo solicitador, nos logares onde o houver, a quem darão suas instrucções, assistirão a todos os actos da arrecadação, apposição dos sellos e inventario, para fiscalisar a exactidão da arrecadação, descripção e avaliação dos bens, as despesas attendiveis e a certeza das dividas activas e passivas, e para requererem tudo quanto convier á expedição do mesmo inventario⁴¹⁸.

É da rigorosa obrigação dos empregados de que tratão os dous artigos antecedentes promover em juizo o andamento das arrecadações, rompimento e abertura dos sellos, o inventario dos bens de defuntos e ausentes e das heranças jacentes, e requerer nelle todo quanto fôr conveniente para a bôa guarda, arrecadação e administração dos mesmos, para que sejam arrendados e arrematados os que o deverem ser, se tomem as contas dos curadores, e se verifiquem nos cofres publicos as entradas do producto liquido dos mesmos bens nas épocas marcadas neste Regulamento, e, em geral, quanto convier aos interesses da fazenda.

Esta mesma obrigação fica imposta á recebedoria do municipio e ás mais estações por onde se arrecadar a renda, e a desempenharão por meio de requisições feitas ao procurador da fazenda, aos procuradores fiscaes e seus ajudantes nos logares onde os houver, e bem assim a de representar ao thesouro nacional e ás thesourarias, no caso de omissão dos mesmos empregados⁴¹⁹.

Para desempenho de tudo quanto especialmente lhes incumbe nos artigos antecedentes, ficão autorizados os referidos empregados para requererem em juizo, e exigirem dos escrivães e curadores todos os

⁴¹⁷ Art. 66 do Reg. cit.

⁴¹⁸ Art. 67 do Reg. cit.

⁴¹⁹ Art. 68 do Reg. de 15 de Junho de 1859.

esclarecimentos de que precisarem, e daquelles os inventarios, processos e livros para os examinarem, e todos estes funcionarios ficão obrigados a satisfazer as requisições que assim lhes fôrem feitas para desempenho do que se dispõe neste Regulamento, sob pena de desobediencia e de suspensão por um a tres mezes, a arbitrio do ministerio da fazenda na côrte, e dos inspectores das thesourarias nas provincias⁴²⁰.

As penas do artigo antecedente são applicaveis aos escrivães que, dentro do prazo que lhes fôr marcado, não apresentarem no thesouro e thesourarias os livros de que trata o art. 13, para serem rubricados pelas autoridades competentes⁴²¹.

Aos juizes de orphãos, além do que lhes incumbe a Lei de 3 de Novembro de 1830, cumpre promover o andamento dos inventarios dos defuntos e ausentes, e activar o apuramento das heranças jacentes e não addidas, remettendo para os cofres publicos o producto liquido, e rendimento daquellas que não fôrem reclamadas nos termos deste Regulamento, sob pena de incorrerem em uma multa de 50\$000 a 100\$000, que lhes será imposta, na côrte, pelo ministerio da fazenda, sob representação do administrador da recebedoria e do procurador da fazenda, e nas provincias, pelos inspectores das thesourarias, sob representação dos procuradores fiscaes, seus ajudantes, collectores e mais agentes fiscaes, sendo os mesmos juizes previamente ouvidos dentro de um prazo razoavel, que lhes será marcado⁴²².

⁴²⁰ Art. 69 do cit. Reg.

⁴²¹ Art. 70 do Regulamento de 15 de Junho de 1859.

⁴²² Art. 71 do Reg. de 15 de Junho de 1859. O Aviso de 6 de Agosto de 1862 não approvou o acto de um inspector da thesouraria que isentára da multa deste artigo ao juiz e escrivão de ausentes, pelos seguintes fundamentos:

1º Não justifica o procedimento do juiz o precedente invocado de ter o curador da herança de Canuto Luiz da Fonseca obtido autorização para vender bens; pois, além de que um abuso não justifica outro, accresce que o faço alludido limitou-se a ter o curador requerido a venda particular de alguns bens insignificantes pertencentes á mesma herança, ao que deferio o juiz, mandando juntar aos autos o requerimento para ser attendido na occasião da prestação de contas, para a qual já havia sido notificado o curador. Na hypothese sujeita, o juiz, antes de mandar lavrar editaes convidando os interessados a se habilitarem, concedeu licença ao curador para vender particularmente

Os juizes de orphãos e ausentes ficão obrigados a remetter, no fim de cada trimestre, na provincia do Rio de Janeiro directamente ao thesouro, e nas provincias ás respectivas thesoararias de fazenda, uma demonstração dos dinheiros dos ausentes que no decurso do mesmo trimestre houverem entregado aos collectores e administradores de mesas de rendas do termo ou termos de sua jurisdicção, com declaração da importancia entregue, da data da entrega, e da herança jacente a que

bens da herança, sob o fundamento da difficuldade de transporta-los do togar em que estavam para a capital.

2º O facto de mandar-se lavrar os editaes, convidando os herdeiros para se habilitarem, e notificar ao mesmo tempo o curador para trazer os bens á praça, verificando-se esta antes de decorrido o prazo para aquella fórmalidade, não póde ser justificado, como pretende o juiz, pelo requerimento do procurador fiscal, fundado no art. 29 do Reg. de 9 de Maio de 1842, e pelo não apparecimento de herdeiro algum a se habilitar, não obstante faltar pouco tempo para se completarem os seis mezes depois da conclusão do inventario, findos os quaes, nenhuma herança deve ser conservada em poder dos curadores; porquanto, dos documentos juntos pelo proprio juiz, se vê que entre a arrecadação e o despacho, que mandou passar os editaes de praça e convidar os herdeiros a se habilitarem, decorrêrão apenas 40 dias, entretanto que as primeiras arrematações se effectuárão em menos de 4 mezes depois do começo do inventario. A autorização dada ao curador para a venda, não foi limitada a bens de pequeno valor, pois os mesmos documentos mostram que o juiz dera autorização para a venda dos bens constantes da relação dada pelo curador, e de outros mencionados no auto de arrecadação, orçando o importe da venda em quantia um pouco avultada.

3º Consta da certidão do escrivão não ter assistido este á avaliação de um objecto que foi arrematado, nada aproveitando por sua futilidade a allegação do juiz — de que fôra feita a avaliação em presença do mesmo escrivão, não se tendo lavrado termo por haver assumido logo a jurisdicção o juiz de ausentes effectivo, sendo em todo o caso manifesta a irregularidade do procedimento do juiz supplente.

4º O silencio do juiz, quanto á organização de haver omittido a publicação dos editaes de convocação dos interessados para o fim de se habilitarem, não póde encontrar justificação no facto de constar dos autos a fl. 61 a Carta de editos, e a certidão de sua publicação; porquanto, pela certidão n. 19 que acompanhou o officio da presidencia da provincia, se prova que essa folha fôra intercalada nos ditos autos posteriormente á sentença proferida pelo juiz proprietario.

5º Não colhe o argumento de defesa, que o juiz deriva do documento, com que pretende mostrar que se fez a conta das porcentagens indevidamente pagas aos empregados que intervierão na arrecadação, porque pela mesma certidão n. 19 se vê que essa conta, aliás não rubricada pelo referido juiz, tambem foi enxertada nos autos depois da sentença, o que mais evidente se torna pela emenda na numeração das folhas.

6º Finalmente, prova-se da mesma certidão que varios titulos de divida activa da herança ficárão em poder do juiz supplente até 24 de Fevereiro de 1860, entregando-os depois ao curador a requerimento deste, e por ordem do juiz proprietario, sem que valha a negativa e coarctada do mesmo juiz supplente, de que apenas devia responder pelo dinheiro, e o ouro em pó e lavrado, e trastes de prata, que, por não lhe merecer confiança, o curador (por elle mesmo nomeado) apartára em seu poder.

Não havendo, pois, o referido juiz supplente produzido em sua defesa materia alguma relevante, nem tão pouco o escrivão, que tambem foi ouvido, não podião ser isentos da multa do art. 71 do Reg. de 15 de Junho de 1859, que se deverá impôr, etc.

pertencerem os dinheiros. Se durante o trimestre não tiver havido entrega alguma, isto mesmo declararão os ditos juizes⁴²³.

Os juizes de orphãos promoverão os processos convenientes dos bens vagos consistentes em bens de raiz que, por falta de senhores e herdeiros certos, são recolhidos ao thesouro publico, afim de que sejam arrematados em hasta publica, com as solemnidades legaes, um anno depois de encerrado o inventario, e o seu producto liquido recolhido ao thesouro nacional e thesourarias nas provincias, debaixo das mesmas penas do artigo antecedente⁴²⁴.

Das decisões que impuzerem as penas de multa e suspensão comminadas neste regulamento haverá recurso no effeito devolutivo sómente no caso de multa, e em ambos os effeitos no caso de suspensão.

O recurso será interposto no prazo de dez dias, na côrte para o conselho de Estado, e nas provincias das thesourarias para o ministerio da fazenda, e deste para o conselho de Estado⁴²⁵.

As portarias do ministerio da fazenda e dos inspectores das thesourarias, expedidas em virtude das decisões que impuzerem multas, terão força de sentença para se darem á execução nos termos da legislação em vigor.

A pena de suspensão será communicada ás autoridades judicarias, para mandarem intima-la ao condemnado, e a de desobediencia se fará effectiva pelas autoridades competentes⁴²⁶.

Nos municipios onde houver mais de um escrivão de orphãos servirá um delles por nomeação do Governo, que fica autorizado para

⁴²³ Art. 72 do Reg. de 15 de Junho de 1859.

⁴²⁴ Art. 73 do Reg. de 15 de Junho de 1859.

⁴²⁵ Art. 74 do Reg. cit.

⁴²⁶ Art. 75 do Reg. cit.

crear officios de escrivães do juizo de ausentes nos logares onde a extensão do fôro assim o exigir⁴²⁷.

Aos escrivães compete, além da expedição dos actos e processos judiciaes:

1° Escripturar os livros de contabilidade estabelecidos neste regulamento.

2° Extrahir do livro de receita e despesa dos dinheiros a cargo do curador, no principio de cada mez, a conta corrente de que trata o art. 44, e a guia explicativa do producto liquido arrecadado no mez anterior, com especificação do que pertencer á conta de cada uma arrecadação e administração, a qual será autenticada com a assignatura do juiz.

3° Remetter no principio de cada anno, sob as penas do art. 69, por intermedio dos respectivos juizes na côrte ao thesouro nacional, nas provincias ás thesourarias, e nos demais termos fóra das capitaes aos chefes das estações encarregadas da cobrança da renda, uma relação exacta de todas as arrecadações de heranças jacentes, bens de ausentes e vagos, que existirem no cartorio, com declaração da data da arrecadação, nome do finado, natureza e importancia dos bens arrecadados, especificando quaes os que se recolhêrão aos cofres e quaes os que lição na administração do juizo; se são conhecidos ou desconhecidos os ausentes a quem pertença ou devão pertencer os bens arrecadados, se pende habilitação ou reclamação, nome do curador, estado das respectivas contas e saldo que existe em seu poder, e do mais que convier para esclarecimento das repartições fiscaes⁴²⁸.

⁴²⁷ Art. 76 do Reg. de 15 de Junho de 1859.

⁴²⁸ Art. 77 do Reg. cit.

O Governo poderá nomear curadores geraes das heranças jacentes e bens de ausentes, onde fôr conveniente, reduzindo nesse caso as porcentagens marcadas para os curadores nos arts. 82 e 83⁴²⁹.

Aos curadores dados ás heranças jacentes e bens de ausentes compete⁴³⁰:

1° A arrecadação e administração das heranças jacentes e bens de ausentes, de que fôrem encarregados, representando pelas mesmas heranças e bens em juizo e fóra delle, demandando e sendo demandados pelo que lhes disser respeito;

2° Ter em bôa guarda e conservação os bens arrecadados que lhes fôrem confiados, e dar partilha aos herdeiros habilitados, se estes não quizerem faze-lo amigavelmente nos casos em que lhes é permitido;

3° Promover activamente pelos meios legaes a arrecadação de todos os bens e objectos pertencentes ás heranças jacentes e patrimonio dos ausentes, e a cobrança de todas as dividas activas;

4° Solicitar nos devidos tempos a arrematação ou arrendamento dos bens, conforme o disposto neste Regulamento;

5° Dar cumprimento ao testamento nos casos em que ao juiz de orphãos competir a arrecadação dos bens dos fallecidos testados, prestando contas no juizo competente, sem todavia perceber vintena.

6° Entregar nos cofres publicos todos os dinheiros existentes das heranças, e o producto de todos os bens e effeitos arrecadados nas épocas marcadas neste Regulamento, tudo sob as penas comminadas no art. 43 da Lei n. 514 de 28 de Outubro de 184S, e outras disposições em

⁴²⁹ Art. 78 do Reg. de 15 de Junho de 1859.

⁴³⁰ Prestão fiança: seu processo e arbitramento ensina a Ordem do thesouro de 14 de Novembro de 1861.

vigor, as quaes lhes serão impostas pelas autoridades judiciais ou pelo thesouro e thesourarias⁴³¹.

Os parentes mais proximos do defunto ou ausente serão preferidos aos estranhos para curadores, se fôrem idoneos.

Os parentes nomeados curadores das heranças jacentes e bens de ausentes administrarão os bens na fórma das Leis, ficando sujeitos a todos os onus, e gozando de todas as vantagens dos demais curadores⁴³².

Os curadores incorrerão na pena de demissão, se por negligencia sua não se arrecadarem devidamente os bens da herança, e se não promoverem a cobrança das dividas activas, além de ficarem responsaveis, bem como seus fiadores, pelos prejuizos que soffrer a mesma herança⁴³³.

Do producto que se arrecadar e apurar dos bens mencionados nos artigos antecedentes, depois de abatidas as despesas do custeio e expediente dellas⁴³⁴, se deduzirão 6 1/2%, a saber⁴³⁵:

Um por cento para o juiz;

Dito para o escrivão, além dos emolumentos que lhe pertencerem pelos actos dos processos;

Dito para o procurador da fazenda, ou a quem fóra da capital servir de fiscal por parte da fazenda;

⁴³¹ Art. 79 do Reg. de 15 de Junho de 1859.

⁴³² Art. 80 do Reg. cit.

⁴³³ Art. 81 do Reg. cit.

⁴³⁴ Os collectores e administradores da mesa de rendas podem, á vista da requisição do juizo competente, pagar as despesas do processo de arrecadação e custeio dos mesmos bens, na fórma da Ordem de 8 de Novembro de 1859 e da Circ. de 20 de Abril de 1870. Fica outrosim elevada a 1:000\$ a quantia que podem satisfazer, á requisição do juizo competente, por conta de cada espolio, e por conseguinte alterada a Circ. de 20 de Julho de 1870, que restringio essa autorização á quantia de 2008. *Ordem n. 14 de 19 de Janeiro de 1872.*

⁴³⁵ Os empregados encarregados das arrecadações de ausentes não têm porcentagem alguma dos objectos de ouro, prata e joias. *Av. de 21 de Janeiro de 1860.*

Meio por cento para o solicitador;

Tres ditos para o curador, sem outros alguns emolumentos.

A porcentagem de que trata este artigo será deduzida sómente do dinheiro liquido achado em especie no espolio do intestado, ou proveniente da cobrança das dividas activas, dos arrendamentos e arrematações dos bens⁴³⁶.

Os curadores, além da porcentagem fixada no artigo antecedente, perceberão mais:

Dous por cento do valor dos bens moveis e semoventes, que não fôrem arrematados, e ficarem confiados á sua guarda;

Dous por cento do rendimento liquido dos bens de raiz que ficarem debaixo de sua guarda e administração, comtanto que o total desta porcentagem não exceda á somma annual de 400\$000⁴³⁷.

Todos os sobreditos funcionarios são obrigados a indemnizar o thesouro nacional por seus bens havidos e por haver pelos descaminhos e prejuizos a que derem causa⁴³⁸.

Todas as heranças jacentes, ora existentes no juizo, ficão sujeitas ás disposições deste Regulamento, em tudo quanto lhes fôr applicavel⁴³⁹.

⁴³⁶ Art. 82 do Reg. de 15 de Junho de 1859. — A porcentagem de que trata este artigo deve ser deduzida unicamente do producto liquido das heranças de bens de defuntos e ausentes, isto é, depois de desembaraçadas dos onus e dividas de que porventura estejam sobrecarregadas. *Ordem n. 93 de 3 de Abril de 1872*. Nem ha porcentagem a deduzir de apolices da divida publica arrecadadas pertencentes ao espolio de uma exposta da Santa Casa, como bens de defuntos e ausentes. *Ordem de 4 de Setembro de 1863*.

Para os curadores geraes da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco marcou-se uma tabella de porcentagens pela Ordem de 30 de Janeiro de 1860, alterada pela de 17 de Outubro do mesmo anno.

⁴³⁷ Art. 83 do Reg. de 15 de Junho de 1859.

⁴³⁸ Art. 84 do Reg. cit.

⁴³⁹ Art. 99 do Reg. cit.

Logo que fôr publicado o presente Regulamento, os juizes de orphãos ordenarão aos seus escrivães que organizem e enviem por intermedio delles, com toda a brevidade, ao thesouro e thesourarias e mais estações fiscaes, uma relação de todas as arrematações de heranças jacentes, bens de ausentes e vagos, que se acharem na administração do juizo, com as declarações exigidas do art. 87 § 3º⁴⁴⁰.

Os dinheiros de orphãos, e os respectivos juros, passam para o cofre de bens de ausentes desde o dia do fallecimento do orphão⁴⁴¹.

Para prevenir o abuso, que podem commetter, e têm commettido alguns collectores e administradores de mesas de rendas, não entregando nas estações fiscaes, em que, o devião fazer, os dinheiros de orphãos e *ausentes* recebidos do competente juizo, e ao mesmo tempo estabelecer um meio de fiscalisação efficaz a semelhante respeito, ordenou-se o seguinte⁴⁴²:

⁴⁴⁰ Art. 100 do Reg. cit.

⁴⁴¹ Aviso de 7 de Março de 1862.

— Ordem do thesouro de 5 de Janeiro de 1867. — Declara aos inspectores das thesourarias de fazenda que o fim principal do systema adoptado pelo thesouro nos Avisos de 18 de Janeiro de 1859, 7 de Março de 1862, 3 de Dezembro de 1863, e outros, que por occasião do fallecimento dos orphãos mandão considerar o dinheiro emprestado do thesouro como de defuntos e ausentes recolhido aos cofres publicos, foi fazer cessar os juros daquela data em diante. Não tiverão, nem podião ter por fim, sem grande vexame dos interessados, sujeitar as quantias assim recolhidas á arrecadação judicial, porcentagem, habilitação de herdeiros e deprecadas ao thesouro ou thesourarias, na fórma do Regulamento de 15 de Junho de 1859. Fallecendo o orphão, se não fôr caso de arrecadação, conforme o citado Regulamento, por existirem herdeiros ascendentes ou descendentes, ou outra circumstancia que a exclua, ou mesmo se proceder-se á arrecadação provisoria de outros bens, e esta cessar logo pelas justificações necessarias, as sommas depositadas serão entregues, á requisição do juiz de orphãos, mediante simples officios, precedendo, porém, descripção no inventario ou outra cautela precisa, para resguardarem-se os interesses de terceiros, e depois de pagos os direitos que fôrem devidos á fazenda geral ou provincial; se, porém, fôr caso de arrecadação, ou se a provisoria subsistir, nesta hypothese, as sommas depositadas continuarão em arrecadação nos cofres publicos, sem que se abone porcentagem aos empregados do juizo, como já o declarou o Aviso de 18 de Janeiro de 1859, e não serão entregues sem habilitação, officio, ou deprecada, que no caso couber, nos termos do citado regulamento, arts. 58, 59 e 61.

⁴⁴² Ordem Circ. n. 118 de 30 de Abril de 1855.

1° Os collectores e administradores de mesas de rendas, quando receberem dinheiro de orphãos e *ausentes*, darão ao thesoureiro do respectivo juizo, ou aos curadores das heranças jacentes, recibo extrahido de livros do talão, que lhes serão fornecidos do mesmo modo e na mesma occasião em que o fôrem os demais livros de sua escripturação.

2° Os juizes de orphãos e ausentes ficão obrigados a remetter no fim de cada trimestre, na provincia do Rio de Janeiro directamente ao thesouro, e nas outras provincias ás respectivas thesourarias de fazenda, uma demonstração dos dinheiros de uma e outra origem, que no decurso do mesmo trimestre houverem entregado aos ditos funcionarios do termo, ou termos de sua jurisdicção, com declaração da importancia entregue, da data da entrega e do cofre, ou da herança jacente a que pertencerem os dinheiros. Se durante o trimestre não tiver havido entrega alguma, isso mesmo declararáõ os ditos juizes.

3° Logo que fôrem recebidas as referidas demonstrações, se procederá no thesouro e thesourarias de fazenda á confrontação dellas com os balancetes trimestraes, que os mencionados collectores e administradores de mesas de rendas são obrigados a mandar, para verificar-se se comprehendem os dinheiros de orphãos e *ausentes*, que recebêrão do juizo durante o trimestre.

O dinheiro de ausentes, cujo pagamento não fôr reclamado dentro de trinta annos, contados do dia em que houverem entrado nos cofres do thesouro e thesourarias, prescreverão em beneficio do Estado, salvo se por qualquer dos meios em direito admittidos tiver sido interrompida a prescripção⁴⁴³.

É extensiva aos curadores de heranças jacentes a seguinte disposição do art. 43 da Lei do 28 de Outubro de 1848⁴⁴⁴: — A divida activa proveniente de alcances de thesoureiros, collectores ou outros

⁴⁴³ Lei n. 628 de 17 de Setembro de 1851, art. 32.

⁴⁴⁴ Ord. de 23 de Setembro de 1851.

quaesquer empregados, ou pessoas a cujo cargo estejam dinheiros publicos, será sujeita ao juro annual de 9% em todo o tempo da indevida detenção. Aos devedores desta classe nunca se concederá moratoria, nem terão direito á porcentagem ou commissão, que por ventura lhes caberia, correspondente ás quantias indevidamente detidas.

Decr. de 8 de Novembro de 1851⁴⁴⁵.

Art. 2º Logo que fallecer um estrangeiro domiciliado no Brazil, intestado, que não lenha conjuge na terra, ou herdeiros reconhecidamente taes, presentes, aos quaes, conforme a direito, pertença ficar em posse e cabeça de casal para proceder a inventario, e dar partilha; ou mesmo com testamento, se fôrem estrangeiros os herdeiros, e estiverem ausentes, e ausentes tambem os testamenteiros, procederá o juiz dos defuntos e ausentes com o respectivo agente consular á arrecadação da herança, cuja guarda será confiada ao mesmo agente, dando logo o dito juiz

⁴⁴⁵ O Brazil havia celebrado as seguintes convenções consulares:

Com a França em 10 de Dezembro de 1860.

Com a Suissa em 26 de Janeiro de 1861.

Com a Italia em 4 de Fevereiro de 1863.

Com a Hespanha em 9 de Fevereiro de 1863.

Com Portugal em 4 de Abril de 1863.

O prazo marcado para a duração dessas convenções foi prorogado até 20 de Fevereiro de 1874 pelo Decr. n. 5339 de 16 de Julho de 1873. Com a Inglaterra temos o Decr. de 24 de Janeiro de 1874.

Ultimamente expedio-se o seguinte Aviso:

“Rio de Janeiro, 20 de Novembro de 1874.

a Illm. e Exm. Sr. — Tenho a honra de accusar a recepção do officio que V. Ex. dirigio-me em data de 14 de Outubro findo, acompanhando cópia da correspondencia trocada entre o juiz de orphãos e ausentes dessa capital e o consul de Sua Magestade Fidelissima por motivo da arrecadação dos bens deixados pelo subdito portuguez Manoel Antonio de Oliveira, ahi fallecido *ab intestato* e sem herdeiros presentes.

Inteirado da alludida correspondencia, cumpre-me declarar a V. Ex., em resposta, que o Governo Imperial, dando por findas as convenções consulares com a França, Suissa, Italia, Hespanha e Portugal, e fazendo substituir as suas disposições pelas do Decr. n. 855 de 8 de Novembro de 1851, não teve por fim deixar dependente a sua execução da reciprocidade exigida pelos arts. 23 e 24 do citado Decreto, por isso que semelhante estado de cousas era provisório, e tratava-se da celebração de novos ajustes consulares.

E com effeito já o Governo Imperial está em negociação com os de Portugal e Hespanha, e é de esperar que em breve cheguem os respectivos plenipotenciarios a um accôrdo. Se, porém, as negociações não tiverem esse resultado, providenciará o Governo Imperial como exigirem as circunstâncias, e nesse caso darei a V. Ex. conhecimento do que se resolver, para que tenha a devida execução.

Aproveito a opportunidade para renovar a V. Ex. as seguranças de minha perfeita estima e distincta consideração. — *Visconde de Caravellas*.

A S. Ex. o Sr. presidente da provincia do Maranhão.”

principio ao inventario ex-officio, no qual proseguirá em presença do referido agente consular. Não terá logar essa ingerencia dos agentes consulares, quando algum herdeiro, reconhecidamente tal, fôr cidadão brasileiro, ainda que esteja ausente.

Art. 3º Concluido o inventario, serão os bens da herança confiados á administração e liquidação do agente consular, que não poderá dispôr dos mesmos, ou de seu producto, nem devolve-los aos seus legitimos herdeiros, até se reconhecer, precedendo annuncios publicados nos jornaes, immediatamente depois da arrecadação, que não comparece, dentro de um anno, credor algum á mesma herança, ou emquanto pender alguma questão judicial sobre ella, ou não fôrem pagos os direitos a que esteja sujeita pelas Leis do Imperio. Para se verificar se tem ou não logar o pagamento de direitos, deverá o agente consular mostrar por documentos sufficientes, e devidamente legalizados, qual é o gráo de parentesco entre o fallecido e seu herdeiro ou herdeiros⁴⁴⁶.

Art. 4º Decorrido o anno, de que falla o artigo antecedente, não pendendo questão judiciaria sobre a herança, pagos os direitos fiscaes, ou verificado que não tem logar o seu pagamento, o agente consular poderá dispor da mesma herança, e remetter o seu producto a quem fôr de direito, segundo as instrucções que tiver, sendo então

⁴⁴⁶ Em resposta a um officio do inspector da thesouraria do Espirito-Santo, em que participava que, tendo fallecido na capital da provincia o subdito portuguez Antonio Ferreira da Rocha, deixando herdeiros ausentes, mandára o juiz entregar os respectivos quinhões á vista de habilitações feitas em Portugal, as quaes não sujeitou ao pagamento dos direitos devidos; e outrosim que, julgando ter havido com tal procedimento prejuizo á fazenda nacional, remettêra os papeis relativos á questão ao juiz de direito da comarca para fazer o que fosse a bem da serviço publico: declarou na Ordem de 18 de Outubro de 1858 que, embora em alguns juizos se tenha entendido que para se mostrar qual o gráo de parentesco entre o fallecido e seus herdeiros, em cumprimento da parte final do art. 3º do Decr. de 8 de Novembro de 1851, basta a apresentação de documentos sufficientes e devidamente legalizados, isto é, originaes, autenticos, e revestidos das fórmalidades exigidas pelas Leis do respectivo paiz, legalizados pelos consules brasileiros, com a audiencia imprescindivel dos agentes fiscaes competentes, intelligencia esta que não é apoiada pela pratica dos juizos da côrte e de outros logares do Imperio, em que regularmente se procede á habilitação, é todavia fóra de duvida que os herdeiros assim reconhecidos pela apresentação de taes documentos devem pagar os direitos do fisco; cumprindo, portanto, que se promova contra quem de direito fôr a indemnização da fazenda pelos direitos devidos das habilitações de que se trata.

considerado pelos tribunaes do paiz como representante do herdeiro ou herdeiros, para com os quaes será o unico responsavel.

Art. 5º Se apparecerem dividas, ou penderem questões que affectem sómente uma parte da herança, poderá, decorrido um anno, e cumpridos os requisitos do art. 3º, executar-se a disposição do artigo antecedente a respeito dal parte liquida e desembaraçada da herança, feito o deposito publico de quantia correspondente á importancia da divida ou questão pendente, ou reservado o objecto da mesma questão.

Art. 6º Se fallecer algum estrangeiro domiciliado no Brazil nas circumstancias do art. 2º deste Reg., em logar onde não exista agente consular de sua nação, o juiz dos defuntos e ausentes procederá á arrecadação e ao inventario da herança em presença de duas testemunhas fidedignas da nacionalidade do finado, e, na falta destas, em presença de dous negociantes ou proprietarios de conffiança, sendo aquellas ou estes os administradores e liquidadores da herança, até que se proveja sobre o destino do producto liquido e não controvertido della.

Art. 7º No caso do artigo antecedente deverá o juiz remetter dentro de quinze dias, depois que tiver noticia de que falleceu algum estrangeiro em seu districto nas circumstancias do art. 3º, ao ministro dos negocios estrangeiros, com a certidão de obito, uma infórmação sobre a idade, residencia, logar do nascimento, profissão, e o que constar ácerca dos bens e parentes do mesmo estrangeiro, afim de que o dito ministro se entenda com a legação ou agente consular respectivo sobre o destino do liquido da herança.

Art. 8º Nem o agente consular, nem os administradores, no caso do art. 6º, poderão pagar divida alguma do defunto sem autorização do juiz, que não ordenará pagamento sem audiencia do agente consular, ou dos administradores. Exceptuão-se as despesas do funeral, as quaes

serão logo autorizadas pelo mesmo juiz, sendo possível, ou pela autoridade policial do districto, com attenção ás forças da herança.

Art. 9º Quando o estrangeiro fallecido tiver sido socio de alguma sociedade commercial, ou tiver credores commerciantes de quantias dignas de attenção, proceder-se-ha na fórma dos arts. 309 e 310 do Cod. Comm.⁴⁴⁷

Ao juizo de ausentes e ao respectivo agente consular sómente competirá arrecadar a quota liquida que ficar pertencendo á herança. Poderá, porém, o agente consular, nos termos dos ditos artigos, requerer o que fôr a bem da mesma.

Art. 10. Nos casos em que, segundo o art. 6º, fôrem nomeados administradores ás heranças jacentes de estrangeiros, perceberão elles, se o requererem, a porcentagem que as Leis do Imperio

⁴⁴⁷ *Vid.* tambem o art. 10 do Reg. de 15 de Junho de 1859. Esses arts. do Cod. dizem o seguinte:

Art. 309. Fallecendo sem testamento algum socio, que não tenha herdeiros presentes, quer a sociedade deva dissolver-se pela sua morte, quer haja de continuar, o juizo, a que competir a arrecadação da fazenda dos ausentes, não poderá entrar na arrecadação dos bens da herança do fallecido, que existirem na massa social, nem ingerir-se por fórma alguma na administração, liquidação e partilha da sociedade; competindo sómente ao mesmo juizo arrecadar a quota liquida, que ficar pertencendo á dita herança, *Vid.* o art. 856, e Reg. n. 737 de 25 de Novembro de 1850, art. 21 § 1º e 23 e § 2º. No caso do socio fallecido ter sido o caixa ou gerente da sociedade, ou quando não fosse, sempre que não houver mais de um socio sobrevivente, e mesmo fóra dos dous referidos casos, se o exigir um numero tal de credores, que represente metade de todos os creditos, nomear-se-ha um novo caixa, ou gerente, para a ultimação das negociações pendentes; procedendo-se á liquidação e partilha pela fórma determinada na sec. 8º deste cap., com a unica differença de que os credores terão parte na nomeação da pessoa ou pessoas a quem deva encarregar-se a liquidação. A nomeação do novo caixa ou gerente será feita pela maioria dos votos dos socios e dos credores, reunidos em assembléa presidida pelo juiz de direito do commercio, e só poderá recahir sobre socio ou credor que seja commerciante. — As disposições antecedentes têm igualmente logar sempre que algum commerciante, que não tenha socios, ou mesmo alguém, ainda que não seja commerciante, fallecer sem testamento nem herdeiros presentes, e tiver credores commerciantes; nomeando-se, pela fórma acima declarada, dous administradores e um fiscal, para arrecadar, administrar e liquidar a herança, e satisfazer todas as obrigações do fallecido. *Art. 310 do Cod. Comm.*, e *vid.* tambem Reg. n. 737, arts. 15 e 21 § 2º, e 33 § 2º, e Reg. n. 838, art. 18, n. 4. Não existindo credores presentes, mas constando pelos livros do fallecido, ou por outros titulos autenticos, que os ha ausentes, serão os dous administradores e fiscal nomeados pelo tribunal do commercio.

tiverem estabelecido para os curadores de semelhantes heranças; e os emolumentos do juizo, serão contados do mesmo modo.

Art. 11. Quando fallecer um agente consular estrangeiro, a sua herança será arrecadada pelo mesmo modo pelo qual o são as dos membros do corpo diplomatico, excepto se o agente consular tiver exercido alguma industria no paiz, porque, neste caso, proceder-se-ha segundo a regra geral.

Estando presente a meeira do casal, que, além dessa qualidade, tem a de ser brasileira, não devia ser satisfeita a requisição do consul portuguez, feita ao juiz de ausentes, para lhe serem entregues os bens dos herdeiros ausentes, porque a unica ingerencia que competia a esse agente consular era a de assistir a todos os actos do inventario, e figurar nelles como mero representante dos herdeiros portuguezes ausentes⁴⁴⁸.

Declarou-se⁴⁴⁹ que as disposições deste Decreto de 8 de Novembro de 1851 são unicamente applicaveis ás arrecadações dos subditos estrangeiros fallecidos ou que fallecerem depois da publicação dos Decretos do Governo Imperial de que trata o art. 24 do citado Decreto. Este artigo é concebido nestes termos: Os arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 11 sómente terão vigor a respeito dos agentes consulares e subditos de uma nação, depois que, em virtude de accôrdo, fór a reciprocidade estabelecida por meio de notas reversaes, e sendo em consequencia mandados executar a respeito de tal nação por Decreto do Governo.

O Aviso expedido em 15 de Julho de 1862 pelo ministerio de estrangeiros exprime-se nestes termos:

Illm. e Exm. Sr. — Pelo seu Officio n. 19 de 11 de Junho findo, que accuso recebido, communica V. Ex. ao Governo Imperial a decisão que

⁴⁴⁸ Ordem de 5 de Março de 1858.

⁴⁴⁹ Ordem de 18 de Fevereiro de 1856.

proferio, no recurso que para essa presidencia interpôz Francisco José de Macedo da decisão dada pelo juiz de orphãos sobre o requerimento em que pedia autorização para que, do producto da herança do subdito portuguez Antonio Domingos Barbosa, lhe fôsse paga a quantia de 2:365\$652, importancia de uma divida á que estava sujeita a mesma herança.

Declarando que o Decreto de 8 de Novembro de 1851 não foi revogado, ou alterado pelo de 15 de Julho de 1859 na questão vertente, e que, portanto, o referido juiz podia ter ordenado o pagamento, com audiencia previa do agente consular, devendo em todo o caso a parte interessada recorrer ao superior competente, bem e regularmente procedeu V. Ex.

A observancia do Regulamento de 8 de Novembro, que teve por objecto estabelecer o modo pratico da arrecadação do espolio dos subditos estrangeiros fallecidos no Imperio *ab-intestados*, foi garantida a todas as potencias que nos offerecessem a reciprocidade por sua parte. E, pois, desde que pelos meios officiaes e solemnes de estylo fosse mutuamente afiançada a reciprocidade, é claro que o dito Regulamento tornou-se um ajuste internacional, cujas disposições só por outro ajuste internacional podem ser revogadas ou modificadas, e nunca por quaesquer Leis, ou Regulamentos concernentes ao serviço interno do paiz.

Ora, tendo sido Portugal uma das potencias que aceitarão a reciprocidade offerecida, como consta do accordo celebrado nesta côrte pelas notas reversaes de 18 de Novembro e 9 de Dezembro de 1851, e mandado executar pelo Decreto n. 882 desta ultima data, já se vê que está comprehendida no principio que fica exposto, e por conseguinte que não podem ser invocadas as disposições do Regulamento de 15 de Junho de 1859, nem de outra qualquer, que contrariem as do de 8 de Novembro de 1851... — *Marquez de Abrantes*. — A. S. Ex. o Sr. Francisco da Assis Pereira Rocha.

— Um Aviso de 29 de Agosto de 1863 ao presidente do Maranhão declarou não procedentes as razões em que se apoiou a thesouraria para não entregar ao consul portuguez a quantia reclamada pelo mesmo consul, e proveniente do espolio do subdito portuguez José Luiz Thomaz, fallecido intestado no Alto-Mearim sem herdeiros presentes; porquanto, sendo a arrecadação dos espolios dos subditos portuguezes regulada pelo Decreto de 8 de Novembro de 1851, em virtude do Tratado de reciprocidade entre o Brazil e Portugal, cabe sem contestação aos agentes consulares a arrecadação, liquidação e guarda dos espolios dos subditos de sua nação, salvo os casos exceptuados no dito Decreto; e portanto cumpria que a thesouraria entregasse ao mencionado consul o espolio em questão, depois de deduzidos e pagos os respectivos direitos, independente da justificação exigida por ella com o fundamento de saber se existião ou não herdeiros, para, no caso negativo, ser considerado vago e devolvido á Fazenda; visto como, na hypothese vertente, não tem applicação a disposição do art. 11 § 2º do Reg. de 15 de Junho de 1859, e menos a Circular de 13 de Maio de 1861, que não póde ser applicavel ás heranças dos subditos das nações com as quaes existe Tratado de reciprocidade; cumprindo entretanto que no caso de não ser possivel a prova exigida pelo art. 3º do citado Reg. de 1851, se cobrem os direitos pelo maximo da taxa, como é praxe, sem prejuizo da fazenda nacional.

— Sobre competencia de autoridade judicial para mandar entregar o producto de bens de defuntos e ausentes, vede o Aviso de 3 de Dezembro de 1864, dirigido ao juiz dos Feitos da Fazenda.

Permittio-se a criação de delegados dos consoles estrangeiros sob a denominação de agentes consulares⁴⁵⁰:

“Convindo que os consoles estrangeiros, para melhor zelarem os interesses de seus compatriotas nos logares onde não possa chegar a sua acção, tenham a faculdade de delegar algumas das attribuições consulares em pessoas de

⁴⁵⁰ Decr. n. 2127 de 13 de Março do 1858.

sua confiança: hei por bem permittir que possam nomear agentes consulares, mostrando-se para isso especialmente autorizados por seus governos os consules daquellas nações que concederem a mesma faculdade aos do Brazil, observando-se o seguinte:

Art. 1º Estas nomeações serão submettidas ao imperial *exequatur*.

Art. 2º Os ditos agentes representarão os respectivos consules, sob a responsabilidade destes, na arrecadação das heranças jacentes de seus concidadãos, e na dos objectos salvados dos navios que naufragarem no districto da agencia, confórmando-se, no desempenho destas attribuições, com o que dispõe o Reg. n. 835 de 8 de Novembro de 1851.

Art. 3º Poderão passar certificados de vida, de residencia e outros de semelhante natureza, os quaes, para terem validade, deverão ser visados pelo consul chefe do districto.

Art. 4º Fóra destes, casos não se lhes permittirá que exerção outras attribuições.

Art. 5º Não poderão pretender as prerogativas, isenções e immunidades consulares."

A reducção do testamento nuncupativo, quando a herança se acha arrecadada pelo juizo de ausentes, deve correr pelo da provedoria de residuos⁴⁵¹.

Os juizes de orphãos, nas arrecadações e arrematações dos bens de que têm porcentagem, receberão por metade os emolumentos marcados para os juizes do civil, e não vencerão mais do que tres dias de estada, além do caminho⁴⁵².

Vid. o Appenso n. 15.

⁴⁵¹ Prov. de 24 de Fevereiro de 1848.

⁴⁵² Art. 31 do Regim. de 3 de Março de 1855.

APPENDICE
Á
NOVA GUIA
DOS
JUIZES DE ORPHÃOS

N. 1.

Formulario de alguns processos que correm perante o juiz de orphãos.

INVENTARIO E PARTILHA.

1875.

Cidade de Macahé

Termo do mesmo nome.



Provincia do Rio de Janeiro.

Antonio de Góes..... Inventariado.

Basília da Hora Inventariante.

Escrivão,

Castrioto.

AUTOAÇÃO.

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil
oitocentos e... aos... dias do mez de Janeiro, nesta cidade de Macahé, termo do

mesmo nome (ou de...), da provincia do Rio de Janeiro, e casa de morada do Dr. juiz de orphãos Diodoro de Souza, onde eu escrivão vim, e por elle me foi dito que, havendo fallecido Antonio de Góes, casado com Basilia da Hora, ficando-lhe herdeiros de menor idade¹, era de dever proceder a inventario e partilha de todos os seus bens, direitos e acções, e por isso sem perda de tempo eu escrivão notificasse á viuva daquelle Góes² para em vinte e quatro horas vir a juizo, sob pena de sequestro, receber juramento de inventariante e fazer as necessarias declarações, e que igualmente notificasse a Severiano, parente mais proximo dos menores, para no mesmo termo, e com a pena de prisão, receber juramento e assignar termo de curador á lide³, para defender os mesmos menores. Assim o prometi fazer, e de tudo para constar fiz este auto, em que assignei eu Estevão Castrioto, escrivão que o escrevi e assignei.

Souza.

Estevão Castrioto.

Aqui junta-se, se houver, a communicação official do subdelegado ou delegado a respeito do fallecimento do inventariado, e os mandados de citação, quando a viuva ou o curador reside fóra da villa. O mandado é escripto pelo escrivão e assignado pelo juiz.⁴

¹ Se o juiz souber deste fallecimento, e existencia de menores por communicação official de qualquer autoridade, deve accrescentar — *como constava da participação que adiante se segue*. — A praxe mais geral é mandar o juiz de orphãos por uma portaria que o escrivão cite a viuva ou quem de direito fôr para no prazo de 8 dias vir a juizo prestar juramento de inventariante e fazer a descripção dos bens; essa portaria é autuada e prosegue-se. Julguei entretanto dever conservar a fórmula supra, porque pouco importa que o juiz inicie o inventario por ordem vocal ou por portaria.

² Se o finado já era viuvo, notifica-se o co-herdeiro varão mais velho ou aquelle em cujo poder se acharem os bens.

³ Este curador é para representar os menores em todo o curso do inventario até á sentença de partilha, e por elles requerer o que lhes convier. Não havendo parente probo e capaz, nomêa-se advogado, o um amigo da casa.

⁴ O mandado póde ser concebido do seguinte modo:

O Dr. F... Juiz de orphãos da cidade (ou villa) de... etc.

Mando a qualquer official de justiça deste juizo, a quem fôr este apresentado, indo por mim assignado, que intime a F... morador em... para no prazo de... vir a este juizo prestar juramento de inventariante e fazer as declarações necessarias para o inventario. O que cumpra. Cidade (ou villa) de... de... de 18... Eu F... escrivão o escrevi.

Assignatura do juiz.

CERTIDÃO.

Certifico que notifiquei a Basilia da Hora, viuva de Antonio de Góes, para dentro de vinte e quatro horas vir perante o Dr. juiz de orphãos prestar juramento de inventariante, e fazer as declarações precisas para o inventario e partilha de seu casal, sob pena de sequestro, assim como a Severiano Dias para receber juramento de curador á lide para defender os menores, e ficarão ambos scientes, do que dou fé. Macahé... de... de 18...

Estevão Castrioto.

TERMO DE JURAMENTO E DECLARAÇÃO.

Aos... dias do mez de... do anno de mil oitocentos e... e nove, nesta cidade de Macahé, na casa da residencia do juiz de orphãos o Dr. Diodoro de Souza, commigo escrivão de seu cargo abaixo nomeado, e sendo ahi presente Basilia da Hora, viuva de Antonio de Góes, por elle juiz foi deferido o juramento dos Santos Evangelhos, debaixo do qual lhe encarregou que declarasse o dia, mez e anno em que tinha fallecido o dito seu marido; se tinha feito alguma disposição testamentaria; quaes erão os herdeiros que lhe havia ficado, que idade tinhão; e que desse á carregaçã todos os bens sem occultar algum, debaixo da pena de perder o direito que nelles tiver, pagar o dôbro de sua valia, e incorrer no crime de perjerio. E, sendo por ella aceito o juramento, declarou que seu marido Antonio de Góes falleceu no dia..., sem testamento (*ou com elle*, que apresentava), deixando... filhos, cujos nomes e idades abaixo se declarão, e que promettia dar a carregaçã todos os bens, debaixo das penas comminadas, de que fiz este termo, que assignou com o mesmo juiz. Eu Estevão Castrioto, escrivão que o escrevi.

Souza.

Basilia da Hora (ou outrem a seu rogo).

Estevão Castrioto.

TITULO DE HERDEIROS.

Basilia da Hora, viuva53 annos.

Filhos.

Fagundes23 annos

Fredegonda, casada com Gustavo Pires22 annos

Honorã14 annos

Iria 7 annos

TERMO DE JURAMENTO DO CURADOR.

E logo no mesmo dia, mez e anno acima declarado, achando-se presente Severiano Dias em casa do juiz de orphãos desta cidade de Macahé o Dr. Diodoro de Souza, ahi o mesmo juiz lhe deferio o juramento dos Santos Evangelhos, encarregando-lhe que com bôa e sã consciencia seguisse todo o curso deste inventario, requerendo e praticando todos os actos e termos que fossem a favor dos menores, filhos de Antonio de Góes. E elle, recebendo o dito juramento, assim o prometeu fazer, debaixo da pena de responsabilidade, de que fiz este termo que assignou com o juiz. E eu Estevão Castrioto que o escrevi.

Souza.

Severiano Dias (ou outrem a seu rogo).

Estevão Castrioto.

Concluidos estes actos, o escrivão faz os autos conclusos ao juiz de orphãos, que dá então o seguinte

Despacho:

Proceda-se á louvação, descripção e avaliação dos bens no dia... em casa de minha residencia, fazendo-se ás partes as competentes notificações com a pena de revelia*.

Data e rubrica.

CERTIDÃO.

Certifico que em virtude de ordem do Sr. Dr. juiz de orphãos, notifiquei em suas proprias pessoas a viuva inventariante e os herdeiros Fagundes, Fredegonda, na pessoa de seu marido Gustavo Pires, e Honoria^{4a}, bem como a orphã Iria, e a mesma Honoria, na pessoa de seu curador Severiano Dias, para se louvarem em avaliadores e partidores⁵, para este inventario, com a pena de revelia, devendo este acto ter logar no dia... ou hora... e todos ficárão scienles. Notifiquei tambem o Dr. curador geral⁶. Macahé... de... de 18...

Estevão Castrioto.

LOUVAÇÃO.

Aos... dias do mez de... do anno de mil oitocentos e... nesta cidade de Macahé, em audiencia publica que em casa de sua residencia fazia o juiz de orphãos, Dr. Diodoro de Souza, ahi, sendo presentes... por elles foi dito que se louvavão em Julio Fernandes e em Leão Ferreira para louvados avaliadores dos bens deixados pelo finado Antonio de Góes, como tambem em Mauricio Mendes, e em Nicanor Lopes para partidores dos mesmos bens, nos quaes

* O juiz póde tambem determinar que se faça a descripção e avaliação na casa do finado, quando os bens sejião de importancia.

^{4a} Os varões maiores de 14 annos e as femeas maiores de 12 annos devem ser citados, com pena de nullidade, para todos os actos, conjunctamente com o seu curador: Ord. liv. 3º tit. 41 § 8º.

⁵ Quando não ha partidores titulados, a nomeação delles é por louvação das partes. Em muitos juizos o proprio juiz é quem nomêa de autoridade propria, e a Relação tem julgado nullos alguns inventarios por esta razão.

⁶ A pratica de representarem dous curadores no mesmo processo vai muito de accôrdo com a Ordenação e com a intelligencia que lhe dão alguns jurisconsultos. (O Dr. Carvalho, no *Processo Orphanologico*, e o Dr. A. C. de Menezes, nos *Juizos divisorios*, não a seguem.) Mas o curador *á lide* figura até que os menores tenham tutor, por quem elle representa.

louvados e partidores o mesmo juiz se louvou por parte dos menores, e á revelia dos que não comparecerão, e mandou que fossem notificados para tomarem juramento; de que para constar fiz este termo, que assignou com os ditos herdeiros, e eu Estevão Castrioto, escrivão que o escrevi.

Souza.

Mauricio Mendes.

Nicanor Lopes.

CERTIDÃO.

Certifico que notifiquei a Julio Fernandes e a Leão Ferreira para prestarem juramento de avaliadores dos bens deste inventario, e para procederem á mesma avaliação. Macahé... de... de 18...

Estevão Castrioto.

JURAMENTO DOS LOUVADOS.

Aos... dias do mez de... do anno de mil oitocentos e..., nesta cidade de Macahé, do termo do mesmo nome, da provincia do Rio de Janeiro, e casa de residencia do juiz de orphãos da mesma o Dr. Diodoro de Souza, ahi por elle foi deferido o juramento dos Santos Evangelhos a Julio Fernandes e a Leão Ferreira para avaliarem os bens do casal do finado Antonio de Góes, com toda a igualdade e verdade, conforme as suas consciencias, e ficando responsaveis por todo o erro e culpa, além de se emendar á sua custa toda a perda e damno, que por malicia commetterem; e para constar fiz este termo, que assignarão com o dito juiz, e eu Estevão Castrioto, escrivão que o escrevi.

Souza.

Julio Fernandes.

Leão Ferreira.

DESCRIÇÃO E AVALIAÇÃO DOS BENS DO CASAL.

AUTO.

Aos... dias do mez... do anno de mil oitocentos e..., nesta cidade de Macahé, em casa da viuva inventariante Basilia da Hora, onde vim eu escrivão, e os louvados nomeados e escolhidos, se procedeu á avaliação e descrição dos bens do casal pela maneira seguinte:

Moveis.

Uma mobilia de jacarandá, composta de sofá, dous consolos, mesa redonda, doze cadeiras e duas de braços com assento de palhinha, no valor de trezentos mil réis 300\$000

Um par de mangas de vidro esmaltadas, em dezeseis mil réis 16\$000

E assim por diante, declarando as peças e os signaes, bem como se comprehenderá aqui o dinheiro achado por morte do inventariado, a prata, seu peso, peças e valor, e as peças de louça.

Semoventes.

Comprehendem-se aqui os escravos pelos seus nomes, idade, nação e valor; gados, porcos, etc.

Raiz.

Comprehendem-se aqui as casas, terrenos, fazendas, situações, fabricas, declarando o logar em que estão situadas, e com quem confrontão de todos os lados, se estão em terreno proprio ou aforado, e de quem houverão, e por que titulo.

Dividas activas.

Comprehendem-se as dividas que devem ao casal por titulo, ou sem elle, declarando o devedor, quantia, a escriptura, assignado, ou se é de assento de livros, ou cadernos, e rões de lembrança do defunto, declarando a origem, qualidade e tempo da divida.

Dividas passivas.

Comprehendem-se todas as dividas que o casal dever constantes de titulos, escripturas, sentenças, ou assentos feitos pelo defunto no testamento, ou livro da casa, com toda a clareza. Aqui se declara a despesa do funeral, se ainda se deve⁷.

ENCERRAMENTO DE INVENTARIO*.

E logo fiz este termo de encerramento, em que pela dita viuva inventariante me foi dito que nada mais tinha a descrever e inventariar, pertencente aos bens de seu casal, e protestava descrever quaesquer bens, que porventura venhão á sua noticia, debaixo do mesmo juramento que prestou.

Pelos louvados tambem foi dito que sem odio ou affeição, e conforme sua consciencia, havião avaliado todos os bens pertencentes a este inventario, e que fazião esta declaração debaixo do juramento que havião recebido: de tudo fiz este termo em que assignárão, e eu Estevão Castrioto que o escrevi.

Basília da Hora (ou outrem a seu rogo).

⁷ Havendo herdeiro, ou herdeiros, que recebessem bens a titulo de dote, devem nesta ocasião prestar juramento dos Santos Evangelhos de declarar e conferir os mesmos bens para serem avaliados; e logo em seguida ao seu juramento os apresentam, e são avaliados pelos louvados; o que tudo deve ser descripto no intervallo que fica entre o termo de encerramento e a descrição das dividas passivas.

Quando as avaliações não se concluem em um dia, continuão no seguinte, ou seguintes, lavrando-se de cada vez um novo — Auto — datado e assignado.

* Depois do encerramento do inventario, costumão proceder á alimpação da partilha; mas uma tal praxe parece-me dever ser repudiada por antiquada e prejudicial aos interesses das partes, que assim ficão oneradas do pagamento de despesas judiciais inuteis.

Julio Fernandes.

Leão Ferreira.

AUDIENCIA DOS HERDEIROS⁸.

Aos... dias do mez de... do anno de mil oitocentos..., nesta cidade de Macahé, termo do mesmo nome, da provincia do Rio de Janeiro, em casa de residencia do respectivo juiz de orphãos o Dr. Diodoro de Souza, ahi sendo presentes os herdeiros (*seus nomes*), que figurão no inventario do finado Antonio de Góes, mandou o mesmo juiz que eu lesse a carregação e avaliação dos bens descriptos, bem como as dividas activas e passivas que havia declarado a viuva inventariante, afim de que os herdeiros e curadores, tendo alguma coisa a requerer, e a ponderar, o fizessem nesse acto, para se lhes deferir como fôsse de justiça no despacho da deliberação da partilha⁹. A viuva requereu que se desse pagamento ás dividas passivas, e se lhe adjudicassem os bens separados para ellas. Os co-herdeiros disserão que não convinhão nisso, e que antes querião pagar as suas quotas partes¹⁰. O juiz, depois de ouvir o exposto, mandou que se lhe fizesse conclusão o inventario, e, que se lavrasse este auto, e m que todos assignárão, e eu Estevão Castrioto, escrivão que o escrevi.

Souza.

(Aqui assignão todos os interessados presentes, ou alguém a seu rogo, quando não sabem escrever.)

⁸ Quando o juiz entender que é necessario, antes de determinar a partilha, fazer alguma conferencia com os herdeiros na presença dos curadores, mandará chamar a todos, ou seus procuradores, para serem ouvidos, e com elles tirar as duvidas que houverem, fazendo as perguntas necessarias a bem das partilhas, e evitando a tempo os erros, enganos e lesões.

⁹ Tendo algum dos herdeiros mandado procurador, deve-se admittir, juntando a procuração nos autos; e, não comparecendo algum, tambem se faz essa declaração, accrescentando-se que, por não com parecer, se procedeu á revelia. — Nos foros mais adiantados, em vez de lavrar-se este termo, costuma-se por ordem do juiz dar logo vista ás partes e ao curador geral.

¹⁰ O escrivão escreverá outros quaesquer requerimentos, que se fizerem, bem como licitações. Se algum dos co-herdeiros disser que faltão alguns bens, e os indicar, tambem se escreverá o seu dito e a resposta da viuva inventariante, para se tomar todo ao depois na conveniente consideração.

CONCLUSÃO.

E logo no mesmo dia, mez e anno retro declarado, de meu cartorio faço estes autos conclusos ao juiz de orphãos Dr. Diodoro de Souza: eu Estevão Castrioto, escrivão que o escrevi.

DESPACHO¹¹.

Vista às partes, e ao curador geral. Macahé... de... de 18...

Souza.

DATA.

Aos... dias do mez de... do anno de mil oitocentos e nesta cidade de Macahé, termo do mesmo nome, da provincia do Rio de Janeiro, pelo Dr. Diodoro de Souza, juiz de orphãos do termo, me fôrão dados estes autos com o seu despacho que houve por publicado¹² em mão de mim escrivão, mandando-o cumprir e guardar. E para constar fiz este termo, eu Estevão Castriolo, que o escrevi.

(Em virtude do despacho, faz-se vista a cada um dos herdeiros maiores, ou seu procurador, ao curador da lide, e ao curador geral por vinte e quatro horas a cada um, findas as quaes o escrivão cobrará os autos sem necessidade de despacho ou ordem para isso; os herdeiros e curadores allegarão e requererão o que convier a seu beneficio sobre o modo da partilha, avaliações, erros, etc, etc.)

CONCLUSÃO.

Aos... dias do mez de... do anno de mil oitocentos e..., nesta cidade de Macahé, termo do mesmo nome, da provincia do Rio

¹¹ Se a fazenda geral ou provincial é interessada, deve-se tambem dar vista dos autos ao representante della.

¹² Quando o despacho fôr publicado em audiencia, isto deve constar no termo.

de Janeiro, de meu escriptorio faço estes autos conclusos ao juiz de orphãos, o Dr. Diodoro de Souza: eu Estevão Castrioto, escrivão que o escrevi.

DESPACHO.

Feitas as devidas citações, proceda-se á partilha. Macahé...
de... de 18...^{13 e 14}

Souza.

PUBLICAÇÃO.

Aos... dias do mez de... do anno de mil oitocentos e..., nesta cidade de Macahé, termo do mesmo nome, da provincia do Rio de Janeiro, em audiencia publica, que aos feitos, partes, e seus procuradores, fazendo estava o juiz de orphãos o Dr. Diodoro de Souza, por elle foi publicado o seu despacho retro, que mandou se cumprisse e guardasse como nelle se contém; do que para constar fiz este termo por cota tomada nos autos: eu Estevão Castrioto, escrivão que o escrevi.

^{13 e 14} Neste despacho pode o juiz mandar que se separe bens para pagamento das dividas passivas que não excederem a 200\$, e sobre que não houver contestação dos herdeiros; as mais devem ventilar-se pelos meios ordinarios. Nesse despacho tambem defere aos requerimentos dos herdeiros, que julgar no caso de serem deferidos com justiça. Este despacho de deliberação de partilha varia muito, conforme as circumstancias occurrentes. Tendo havido licitações, e querendo o juiz attende-las, deve mandar lançar os bens licitados aos co-herdeiros, que os licitarão. Figurando como herdeiros alguns netos do inventariado, filhos de algum seu filho já fallecido, deve o juiz mandar subdividir a legitima do co-herdeiro fallecido por todos os seus filhos.

Os herdeiros podem ter remido ou obrigar-se a remir dividas do casal: neste caso deve o juiz de orphãos mandar que se lhes adjudique bens no valor dessas dividas. Dessa adjudicação paga-se o imposto de transmissão correspondente á compra e venda: art. 19 do Reg. de 28 de Março de 1874.

Esta disposição é applicavel aos conjuges meeiros, sendo no caso de remissão de dividas deduzido o imposto da metade do valor dos bens adjudicados: art. 19 § unico do Reg. cit.

No despacho de deliberação da partilha deve mandar que se proceda inscripção da hypotheca: art. 205 do Reg. hypothecario.

Deve tambem fazer observar o art. 45, membro 3º do Dec n. 1835 do 1º de Dezembro de 1871; o art. 4º §§ 7º e 8º da Lei de 48 de Setembro de 1871; o art. 90 § 1º 2ª parte do Dec. n. 4135 de 13 de Novembro de 1872; e art. 22 do Dec. de 28 de Março de 1868.

CERTIDÃO¹⁵.

Certifico que intimei á viuva Basilia da Hora, aos co-herdeiros (*seus nomes*), ao curador á lide, e ao curador geral, o despacho retro, do qual ficárão scientes. Notifiquei tambem aos partidores nomeados na audiencia de... deste mez para virem a juizo prestar juramento. Macahé... de... de 18...

Estevão Castrioto.

JURAMENTO DOS PARTIDORES.

(No mesmo sentido do juramento dado aos louvados.)

PARTILHA¹⁶.

Aos... dias do mez de... do anno de mil oitocentos e..., nesta cidade de Macahé, termo do mesmo nome, da provincia do Rio de Janeiro, em casa do respectivo juiz de orphãos o Dr. Diodoro de Souza, onde eu escrivão vim com os partidores Mauricio Mendes, e Nicanor Lopes, por estes foi ahi apresentada ao mesmo juiz a partilha dos bens do casal do finado Antonio de Góes, que elle juiz lhes mandára fazer, determinando a fórma; e tiradas as duvidas que nella pudesse haver, conforme a determinação, que lhes deu, a houvesse por bem julgar por sentença, depois de examinada, e assignada pelo dito juiz e partidores, e como fosse achada conforme a determinação que lhes havia dado, mandou o dito juiz fazer este auto, juntando-se á partilha, que elle com os partidores assignou e é na fórma seguinte:

Achárão elle juiz e partidores importarem os bens moveis descriptos neste inventario na quantia de¹⁷\$

¹⁵ Se os interessados, ou seus procuradores, estão na audiencia quando se publica o despacho, isto mesmo se declara no termo da publicação, e não se faz necessaria a intimação.

¹⁶ O inventariante é obrigado a fazer entrega dos bens partilhados na execução do fórmal de partilhas, sob pena de prisão. *Accordão da Rel. da Côrte do 1º de Maio de 1866, no vol. 2º da Rev. Jurid.*

Achárão mais que os semoventes também descriptos neste inventario
importarão na quantia de\$

Achárão importarem os bens de raiz na quantia de\$

Achárão importarem as dividas activas na quantia de\$

Achárão que, sommadas estas quatro parcellas, importarão na quantia de ... \$

Achárão importarem as dividas passivas liquidadas na quantia de\$

Achárão mais importar o funeral na somma de¹⁸\$

Achárão que, abatidas estas duas parcellas daquela quantia, vinha a
restar a de\$

Achárão que, dividida esta quantia em duas iguaes, a meiação da viuva,
cabeça do casal, era a quantia de ¹⁹(Meiação da viuva)\$

Achárão que a outra metade, dividida em quatro partes iguaes, por serem
quatro os filhos, vinha a pertencer a cada um delles a quantia de
(Legitima)\$

E por esta maneira houverão elles juiz e partidores esta
partilha por feita, para, na conformidade della, se fazerem os pagamentos

¹⁷ Os algarismos hão de ser lançados na margem de fóra, e as sommas por extenso em letras do alphabeto na continuação da descripção dos objectos.

¹⁸ A despesa do funeral só é tirada do monte-mór quando o defunto inventariado não dispõe da terça; porque, dispondo, desta é que deve sahir a importancia do funeral e bem d'alma, e de todos os legados, o que o juiz deve determinar no despacho de deliberação de partilha, pois que o testador, tendo herdeiros necessarios, não lhes póde gravar as suas legitimas. Se a terça não chega, deve mandar-se ratear.

Escravos libertados em testamento além das forças da terça estão sujeitos á restituição do excesso por meio de arrematação dos seus serviços, como declara o Av. de 21 de Setembro de 1863.

Despesa de funeral é todo o enterramento e o que se despende com o cadaver até á sepultura, conforme o costume do lugar onde morre o individuo, e se chamão gastos de corpo presente, a saber: mortalha, caixão, armação, sepultura, signaes, acompanhamento, missas, esmolos, officios funebres, cêra, e tudo o que o defunto recommendou em seu testamento se lhe fizesse, o qual se deve abrir publicamente pelo juiz municipal, e, na sua falta, pelo parocho da freguezia.

¹⁹ Compreende-se aqui o dote conferido á viuva pelo inventariado, se o ha, ou ao herdeiro que o tiver no lugar competente de seu pagamento.

respectivos, observando-se a maior igualdade possivel; e para constar fiz este termo eu Estevão Castrioto, escrivão que o escrevi.

Souza.

(Assignão os partidores.)

Pagamento feito ás dividas passivas, e ao bem d'alma e funeral constante dos appensos, importante na quantia de.....\$

Haverá o credor Balthazar Codeço:

Uma mesa de abas de jacarandá no valor de.....\$

Uma vacca de nome — Esperança — no valor de\$

Uma caixa dourada para rapé com... oitavas em preço de \$

Haverá a inventariante da co-herdeira Fredegonda, que de mais leva em seu pagamento para satisfação da despesa do bem d'alma, a quantia de\$

\$

por esta maneira houverão elles juiz e partidores por feito o pagamento da importancia do bem d'alma e funeral, bem como das dividas passivas: de que fiz este termo, em que todos assignarão. E eu Estevão Castrioto, escrivão que o escrevi.

Souza.

(Assignão os partidores.)

Pagamento da viuva.

Ha de haver a viuva inventariante Basilia da Hora em pagamento de sua meiação a quantia de\$

Da qual se faz entrega pelo modo seguinte:

Uma escrava de nome Serafina, com dezoito annos de idade, no valor de..... \$

Uma morada de casas no becco dos Affictos, avaliada na quantia de\$

Dous bancos de madeira no preço de\$

A metade do que deve por conta de livro o lavrador Henrique Peres²⁰\$

Torna por levar de mais em seu pagamento, para repôr á herdeira... como complemento de sua legitima, a quantia de\$

E por esta maneira se faz o pagamento á dita viuva na fórma determinada pelo juiz, que assignou com os sobreditos partidores: e eu Estevão Castrioto o escrevi.

Souza.

(Assignão os partidores.)

Pagamento de Fagundes.

Ha de haver Fagundes, filho de Antonio de Góes, para pagamento de sua legitima paterna, importante na quantia de\$

Da qual se lhe faz entrega pelo modo seguinte:

Tres peças de chita fina com... jardas no valor de\$

Quarenta arrobas de café a preço de..., e importante em\$

Na divida que por conta de livro deve Henrique Peres\$

A metade do escravo Symphronio no valor de\$

²⁰ Cada uma das dividas deve ir rateada entre a viuva e herdeiros proporcionalmente; ao contrario deixa de existir igualdade na partilha. É muito que porção todos equitativo, quando se dê o caso de se perder alguma das dividas mal paradas ou provadas.

E por esta maneira se faz o pagamento a este herdeiro na fôrma da determinação do juiz, que assignou com os sobreditos partidores: e eu Estevão Castrioto o escrevi.

Souza.

(Assignão os partidores.)

(Seguem assim os pagamentos dos mais herdeiros, e de quaesquer legatarios, e até o da fazenda provincial, quando tem direito a haver decima de herança ou legado, instituido para algum herdeiro, que não é necessario.)

Aqui deve o juiz mandar que se dê vista ás partes e ao curador geral para dizerem sobre as partilhas.

CONCLUSÃO.

Aos... dias do mez de... do anno de mil oitocentos e..., nesta cidade de Macahé, termo do mesmo nome, da provincia do Rio de Janeiro, de meu cartorio faço estes autos conclusos ao juiz de orphãos o Dr. Diodoro de Souza. Eu Estevão Castrioto o escrevi.

Despacho.

Sellados, fação-se os autos conclusos ao Sr. Dr. juiz de direito da comarca. Macahé,... de... de 18...

Souza.

Seguem-se os termos de data e de conclusão ao juiz de direito.

Isto no caso de serem os bens de valor superior a 500\$; porque, se o não fôrem, a sentença compete ao juiz de orphãos.

Depois de pagos os sellos dos autos, e conclusos ao juiz de direito, dá este a seguinte

SENTENÇA²¹.

Julgo por sentença a partilha de fls... e mando se cumpra e guarde como nella se contém, e paguem as castas os interessados pro rata. Macahé... de... de 18...

Estevão Castrioto.

Dada esta sentença, são os autos conclusos ao juiz de orphãos, que ou publica-a em audiência, ou dá nelles o seguinte despacho: — “Cumpra-se e publique-se em mão do escrivão.”

Depois do termo de publicação, é a sentença intimada ás partes, que podem embarga-la ou appella-la. Neste ultimo caso só se recebe a appellação no effeito devolutivo, fazendo o juiz logo entrarem os co-herdeiros na posse de seus quinhões hereditarios; salvo quando a causa foi julgada pelo juiz de orphãos, porque neste caso determina a Ref. Jud. que a appellação seja recebida em ambos os effeitos.

CONTA.

Para o juiz.

Jur. á inv.^a1\$400

²¹ Antes de julgar a partilha por sentença, póde o juiz, se quizer, mandar por seu despacho que hajão as partes vista da partilha; e, logo que tenham allegado sua justiça, se fazem conclusos afinal para sentenciar a partilha feita, ou mandar emendar os erros allegados, chamando os partidores para se fazer a emenda em um auto, que todos assignarão, julgando-se por sentença a partilha e sua emenda, sem que mais hajão vista as partes.

Não julgará as partilhas, e nem as contas de tutela e curatela quando faltar a certidão da inscripção da hypotheca legal dos menores, *Art. 206 do Reg. de 26 de Abril de 1865*, o pagamento do sello, ou qualquer das solemnidades por nós indicadas quando tratámos do despacho de partilha.

^a De cada juramento que deferirem, *qualquer que seja*, 400 rs. (Reg. de 2 de Setembro de 1874 art. 18). No termo de juramento toma-se as declarações do inventariante, as quaes fazem subordinar esse termo ao art. 19 do cit. Reg.

Dito ao curador e aos louv.	1\$200
Partilhas ²²	\$
Sentença ²³	5\$000
Caminho e estada ²⁴	\$
	<hr/>
	\$

Para o escrivão.

Auto, inclusive os jur.	3\$000
Conclusão, vista, data, etc., (art. 2º do Dec. n. 5.902 de 24 de Abril de 1875).....	200
Intimações ²⁵	\$
Caminho e estada ²⁶	\$
	<hr/>

²² Levão pelo regimento até 1:000\$000 2\$000, e dahi para cima 1\$000 em cada conto de réis até á quantia de 50:000\$000 inclusive, de modo que o maior emolumento das partilhas, qualquer que seja o valor destas, nunca excederá a 50\$000.

E o mesmo terão da sobre-partilha, assim como do calculo, quando houver um só herdeiro, ou for necessario para pagamento dos direitos nacionaes.

Da emenda da partilha ou sobrepartilha nada perceberão.

A estes emolumentos terá direito o juiz que houver feito ou deliberado a partilha ou sobre-partilha, isto é, o juiz de orphãos e não o de direito. (Reg. de 2 de Setembro de 1874 art. 13).

²³ Se a causa é julgada pelo juiz de orphãos, este tem direito não só aos emolumentos da nota antecedente, mas ainda aos da sentença, tudo pela metade. (Art. 29 do Reg. de 2 de Setembro de 1874).

²⁴ De cada diligencia a que fôrem:

— dentro da cidade ou villa 10\$000
— fóra da legua da cidade ou villa 30\$000

Estas quantias percebem os juizes a titulo de caminho. (Av. de 10 de Fevereiro de 1875).

Se a diligencia não puder ser concluida no mesmo dia, levarão de cada dia que accrescer 10\$000.

Aos juizes de orphãos nunca se poderá contar maior estada que a de tres dias. (Art. 34 do Reg. cit.)

Excluem-se dos tres dias de estada o da diligencia. (Av. de 10 de Fevereiro de 1874.)

²⁵ O escrivão leva 1\$000 dé cada intimação feita pessoalmente; sendo feitas na audiencia, 500 rs.; quando intimarem por carta, 2\$000. Além deste salario, terão mais o que está marcado para as diligencias fóra dos seus cartórios. (Art. 108 do Reg. de 2 de Setembro de 1875).

	\$
Partidores ²⁷	\$
Louvados ²⁸	\$
Curador	1\$000
Pertence á viuva pagar metade	\$
A cada herdeiro	\$

(Rubrica do contador, que é
o mesmo juiz, quando o
não ha creado por lei.)

CERTIDÃO.

Certifico que notifiquei a Quintiliano Amaral para dentro em vinte e quatro horas vir a juizo assignar termo de tutor dos orphãos seus sobrinhos, ou..., filhos que ficarão por fallecimento de Antonio de Góes, e ficou sciente. Macahé... de... de 18...

Estevão Castrioto.

TERMO DE TUTELA²⁹.

Aos... dias do mez de... do anno de mil oitocentos e... nesta cidade de Macahé, termo do mesmo nome, da provincia do Rio de Janeiro, em casas de residencia do respectivo juiz de orphãos o Dr. Diodoro de Souza, onde eu escrivão vim, ahi pelo dito juiz foi deferido o juramento

²⁶ Vide art. 22 do Reg. cit. de 1874 e o Av. de 10 de Fevereiro de 1875.

²⁷ Levão o que ordena o art. 186 do Reg. de 2 de Setembro de 1874.

²⁸ Os avaliadores vencem o que está fixado no cap. 6º do tit. 3º do Regim. arts. 179 a 185.

²⁹ O juiz de orphãos tem obrigação de dar tutor aos menores dentro de um mez, que fiquem orphãos, para lhe serem entregues os bens pelo inventario feito; e por isso, logo que este esteja concluido, fará o tutor que escolher assignar o termo de tutela, quando o defunto pai não tiver nomeado quem seja, ou quando a mãe ou avó não quizerem ser na forma da Ord. liv. 4º, tit. 102, § 3º.

dos Santos Evangelhos a Quintiliano Amaral, que presente estava, debaixo do qual lhe encarregou que com boa e sã consciencia fôsse tutor dos filhos orphãos de Antonio de Góes, administrando suas legitimas, tratando de suas demandas e negocios e cuidando de suas pessoas, de maneira que não soffrão prejuizo e lesão alguma, cumprindo com as mais obrigações de tutor na fórma da lei para dar contas de tudo neste juizo, e sendo por elle recebido o juramento, assim o prometteu fazer, de que fiz este termo, que assignou com o dito juiz. E eu Estevão Castrioto que o escrevi.

Souza.

Quintiliano Amaral.

Em regra:

Os legados hão de sahir da terça quando o testador tiver filhos a quem se deve a legitima nos dous terços da herança^a.

O funeral sahe de todo o monte do casal, antes de fazer a partilha da herança: o luto não entra no funeral.

A collação dos bens doados pelos pais em sua vida não póde prejudicar as legitimas dos outros filhos que não tiverão dotes, ou quaesquer outras doações dos pais; mas sómente entrão com metade na partilha, sendo algum dos conjuges vivo, reservando a collação da outra metade para a partilha por morte do ultimo doador.

Os autos de justificação das dividas ficão appensos ao inventario, assim como todos os mais autos, justificações, requerimentos, emancipações e tutelas, para que os autos de inventario e partilha sejam separados de todo, como um tombo dos bens do casal.

^a Sobre o que seja *legitima*, vide Coelho da Rocha §§ 349 a 352.

Morto o conjuge que passou a segundas nupcias sem ter dado partilha aos filhos do primeiro matrimonio, dividem-se os bens existentes em duas partes iguaes, e dá-se uma aos herdeiros do primeiro leito, que serão aquinhoados tambem na segunda^b.

Nos inventarios feitos a requerimento do cabeça de casal, ou de qualquer herdeiro, ou credor interessado, ha de seguir-se o mesmo modo de processar que se segue nos inventarios e partilhas ex-officio; porém todos os termos devem ser feitos na presença do juiz, que os deve assignar, do que leva salario, sem dar commissão ao escrivão.

N. 2.

CONTAS DE TUTELA (^a).

O juiz de orphãos tomará contas aos tutores e curadores dativos de dous em dous annos, e aos legitimos e testamentarios de quatro em quatro. Não deve esperar que o escrivão lhe diga quaes são os tutores e curadores que chegam ao tempo de prestar contas, porque ás vezes rende mais ao escrivão o tutor não prestar conta alguma; e por isso deve ter em sua casa um livro de tutelas, onde faça lançar todos os orphãos que houver no seu termo, declarando: 1º, o nome de cada orphão; 2º, seu pai e mãe; 3º, sua idade; 4º, o local da morada onde vive; 5º, tutor ou curador; 6º, quantidade de bens moveis; 7º, os bens de raiz; 8º, a quem fôrão arrendados, por quanto e o tempo; 9º, o estado em que estão os bens, e a qualidade da fazenda; 10º, as coutas tomadas com o

^b Accórd. do Sup. Trib. de Just. de 27 de Setembro de 1873 na *Gazeta Juridica* vol. 1º pag. 323.

^a Póde acontecer que o tutor, sendo intimado para a prestação de contas, deixe de comparecer em juizo; então á vista da participação nos autos feita pelo escrivão, o juiz manda por seu despacho averbar o sello. Averbado, e sendo-lhe os autos conclusos, despachará assim: "Julgo por sentença a notificação e sua comminação, e removendo a F... do cargo de tutor, mando que se lhe tomem as contas á revelia, infórmando o escrivão pessoa idonea para o substituir, pagas as custas pelo destituido."

seu alcance; 11°, onde se acha o alcance, e como se applicou. Este livro é escripturado. pelo escrivão, sabindo a despeza do cofre dos orphãos: é namorado e rubricado pelo juiz, que deve logo lançar o inventario, declarando o dia, mez e anno em que foi feito, e concluida a partilha.

Depois da autuação e da certidão de intimação, feita ao tutor ou curador, lançada a baixo ou no verso da portaria do juizo, ou mandado (sendo elle fora da villa ou cidade), segue-se pelo modo seguinte:

AUTO DE CONTAS ^(b).

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e....., aos..... dias do mez de..... do dito anno, nesta villa de Maricá, da província do Rio de Janeiro, e casas de morada do Dr. Luiz Armonde, juiz de orphãos do termo, ahi sendo presente Diogo de Bulhões, tutor dos menores filhos de Damião Carreira, pelo dito ministro lhe foi dado o juramento dos Santos Evangelhos, debaixo do qual lhe encarregou que com boa e sã consciencia dêsse contas das legitimas e seus rendimentos, pertencentes aos ditos menores, conforme se mostrar pelo inventario a que se procedeu por morte daquelle Carreira; e, sendo pelo tutor recebido o Juramento, assim o prometteu fazer, de que fiz este auto, que assignou com o dito ministro. E eu Andronico Varella o escrevi.

Armonde.

Diogo de Bulhões.

Aqui ajuntão-se as contas em original ^(c), se o tutor as traz escriptas; se não, procede-se do modo seguinte:

^b Cabem aqui as mesmas observações que fizemos a respeito da iniciação do processo de inventario, isto é, o juiz manda por meio de uma portaria, que se passe mandado afim de que seja o tutor intimado para dentro de certo prazo (9 dias) vir prestar no juizo de orphãos contas dos bens e rendimentos de seus tutelados (Ord. liv. 1° tit. 88 §§ 49 e 50).

O Accórd. da Rel. da Corte de 7 de Novembro de 1878 decidio que não pode ser negada ao tutor vista para oppôr embargos á comminação com que o *cessionario do tutelado* exige-lhe a prestação de contas: *Direito* vol. 2° pag. 161.

Conta dos annos de 1856 e 1817, tomada ao tutor Diogo de Bulhões em sua presença (ou á sua revelia) pelo juiz de orphãos o Dr. Luiz Armonde.

Receita do orphão Antonio.

Achou o juiz que este tutor deve pelo rendimento que havião de produzir nos ditos annos os bens de raiz taes e taes a quantia de trezentos mil réis 300\$000

Pelas terras taes, arrendadas no mesmo tempo, a quantia de quarenta mil réis 40\$000

340\$000

Transporte 340\$000

Pelas soldadas de dous annos, como consta do livro a fls., a quantia de setenta mil réis 70\$000

Pelos juros que recebeu do cofre da thesouraria pela quantia \$, emprestada ao governo, a quantia de cincoenta mil réis.....50\$000

Pelo jornal da escrava Maria, a quantia de cem mil réis 100\$000

Somma a receita quinhentos e sessenta mil réis 560\$000

^c As contas devem ser documentadas, e quanto ás despesas miúdas basta que os tutores ou curadores jurem sobre a verdade dellas. Não os releva da prestação de contas o facto de terem entregue ao menor, que se tornou maior, seus bens ao todo ou em parte (T. de Freitas, nota ao art. 302).

Despeza do orphão António ().*

Achou o juiz que havia o tutor despendido pelos alimentos dados ao orphão, e arbitrados competentemente, a quantia de cem mil réis.....100\$000

Pelas dividas que pagou por conta deste orphão, ordenadas pelo juizo e constantes de..., a quantia de.....40\$000

Pelo vestuario que comprou para este orphão, e consta da conta em n..., a quantia de vinte e cinco mil réis25\$000

Pelo curativo da doença, como consta do documento n...., a quantia de.....35\$000

Pelo, etc\$

Somma a quantia de duzentos mil réis 200\$000

Liquido da quantia que deve o tutor 360\$000

(E assim por diante a respeito de outros orphãos do mesmo casal, de que tenha de dar contas.)

E por esta maneira foi tomada a conta supra, que assignou o tutor com o respectivo juiz. E eu Andronico Varella o escrevi.

Armonde.

Diogo de Bulhões.

* É preciso autorização do juiz para validar despesas avultadas feitas pelo tutor (Accord. da Rel. da Bahia de 1871 na *Gazeta Juidica* vol. 1º pag. 370).

Sendo a conta avultada, deve ir em vista ao curador geral.

O tutor deve recolher o alcance que houver em favor dos orphãos ao cofre destes, para passar ao da repartição fiscal do logar dentro de nove dias, sob pena de se proceder á penhora contra elle, ou seus herdeiros, ou fiadores.

O pai, administrador de bens de seus filhos menores, não póde a seu arbítrio dispôr da propriedade dos mesmos, ainda mesmo no caso de evidente interesse destes, podendo as alienações sámente ser feitas, conforme a Ord. liv. 1º tit. 88 § 6º, com autorização do juizo de orphãos. Rev. civ. do 1º de Junho de 1861 D. 5995.

Competindo ao juiz de orphãos o preparo e julgamento de contas de tutela até o valor de 500\$000, e sómente o preparo se ellas excederem dessa quantia, é claro que, quando no acto de tomada de contas nos prazos legaes verificar-se que a importancia dellas é superior a 500\$000, caberá o julgamento ao juiz de direito, sem que influa sobre a competencia o prazo das rendas dos bens da tutela. (AT. de 10 de Fevereiro de 1875)

Sellados os autos, o juiz de orphãos ou de direito (conforme o valor da causa) dá a seguinte.

Vistos estes autos, etc, julgo por sentença as contas d fls. a fls. para que surtão os seus efeitos legaes, pagas as custas pelos rendimentos dos bens do orphão. Junte-se aos autos do inventario.

Data e assignatura.

Desta sentença cabe appellação: Direito, vol. 1º pag. 305.

N. 3

TUTORIA

1859.

Juizo de orphãos.

Villa de Magé.

Jacintha de Azevedo.

Justificante.

Escrivão *Reis*.

AUTO.

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e cincoenta e nove, aos....., dias do mez de....., nesta villa de Magé, da provincia do Rio de Janeiro. Em meu escriptorio por parte de Jacintha de Azeredo me foi apresentada a petição despachada, que adiante se segue, para lhe dar o devido cumprimento: de que fiz este auto eu Zacharias do Reis, escrivão que o escrevi e assignei.

Zacharias dos Reis.

REQUERIMENTO.

Diz Jacintha de Azeredo, viuva do finado Manoel Bittencourt, que, pretendendo ser tutora de seus filhos menores, quer justificar perante V.S que é a propria e identica viuva daquelle Bittencourt; que se conserva no seu estado de viuvez, guardando todo o recato e honestidade; e que tem sufficiente juizo e discrição para reger e administrar as pessoas e bens dos ditos seus filhos menores: por isso

P. a V. S. Se digne admittir a supplicante a justificar o exposto, e desde já renuncia ao beneficio do velleano,

para se lhe onceder a tutela de seus filhos. E offerece por fiadores Gordiano Vieira e Manoel Alvarenga, sobre cuja idoneidade V. S. Inquirirá tambem as testemunhas⁽³⁰⁾.

E.R.M

Justifique com citação do curador geral e do curador á lide, que nomeio Francisco Garcez, com juramento. Magé..... de..... de 18....

Viriato.

(Intimados o curador geral e o curador á lide, lavrada a certidão das notificações e o auto do juramento do curador á lide, como se fez no processo do inventario, segue-se):

ASSENTADA.

Aos..... dias do mez de.... do anno de...., nesta villa de Magé, da província do Rio de Janeiro, e casas de morada do Dr. Carlos Viriato, actual juiz de orphãos deste termo, onde eu escrivão vim, fôrão inquiridas as testemunhas, que ao diante se seguem, cujos nomes, cognomes, idades, estados e costumes tambem se declarão; e eu Zacharias dos Reis, escrivão que o escrevi.

Primeira Testemunha.

Luciano Pereira, natural desta villa, de idade sessenta annos, casado, lavrador, testemunha jurada aos Santos Evangelhos em um livro delles; em que pôz sua mão direita, promettendo dizer a verdade do que soubesse e perguntado lhe fosse, e aos costumes nada. E perguntado

³⁰ Achamos melhor esta pratica de justificar a idoneidade dos fiadores, e de juntar a escriptura de fiança nos mesmos autos, em que se trate da idoneidade de tutora, para evitar despezas com dous processos que tendem a um mesmo fim, aconselhados por alguns praxistas.

sobre o conteúdo do requerimento de Jacintha de Azeredo, que todo lhe foi lido, disse que sabe por vêr, e ser publico e notorio, que ella se conserva ainda no estado de viuvez, com recato e honestidade exemplar, e que tem capacidade e discrição para bem administrar as pessoas e legitimas de seus filhos orphãos, estando muito convencido que ninguem melhor do que ella ha de cuidar de sua educação e ensino. E quanto aos fiadores apontados, disse que sabe, por vér e ser publico, que são conceituados nesta cidade, onde vivem do commercio (ou de....), e têm propriedades e navios seus. E mais não disse e assignou com o dito ministro, depois que lhe foi lido, e dizer estar como deposto havia. E eu Zacharias dcs Reis, escrivão de orphãos que o escrevi.

Viriato.

Luciano Pereira.

Segunda Testemunha.

(Inquire-se na conformidade da primeira, e mais uma terceira que a justificante apresentar).

CONCLUSÃO.

E logo no mesmo dia, mez e anno retro declarado, faço estes autos conclusos ao Dr. Carlos Viriato, juiz de orphãos deste termo: eu Zacharias dos Reis o escrevi.

DESPACHO.

Tomada a fiança exigida pela lei, e inscripta a hypotheca legal, da qual se juntará certidão aos autos, dê-se vista ao curador geral e ao curador á lide. Magé.... de... de 18...

Viriato.

Preenchidas estas fórmalidades, o escrivão fará de novo os autos conclusos ao juiz de orphãos, que manda então sella-los.

(Junta-se aqui o traslado da escriptura, que se faz no livro de notas, ou no proprio inventario ³¹, certidão do cartorio das hypothecas, em como os bens dos fiadores se achão livres e desembaraçados; e feitos os autos em vista ao curador á lide e ao curadar geral, depois das respostas destes, faz-se conclusos ao juiz de orphãos, o qual, vendo que os curadores nada requererão para mandar sanar, ou diligenciar, ordena por seu despacho que *sellem-se os autos*. Satisfeito este preceito, e conclusos de novo, dá a seguinte)

SENTENÇA.

Visto achar-se provado que a justificante Jacintha de Azeredo se conserva no estado de viuvez com todo o recato e honestidade devida a seu estado, assim como que tem sufficiente capacidade e discrição para administrar as legitimas dos orphãos seus filhos, e cuidar de sua educação e ensino, a hei por habilitada para ser tutora dos mesmos, mórmente tendo justificado a idoneidade dos fiadores que apresentou, e que se

³¹ Diz a Or.d liv. 4º tit. 102, § 3º: - Não tendo os orphãos tutor noemado, e querendo-o se a mãe, ou avó, honestas e não casadas outra vez, devem obrigar-se, perante o juiz, a bem e fielmente administrar os bens e pessoas de seus filhos, ou netos, e antes de tornarem a casar entregarão a novo tutor os bens dos orphãos; e renunciarão o beneficio do velleano, que diz que a mulher não póde ser fiador, nem obrigar-se por outrem (a qual lei lhe será declarada e explicada), e assim mais renunciarão a todos os outros direitos e privilegios introduzidos em favor das mulheres e que, sem embargo delles, cumprirão tudo aquillo a que se obrigarem. E este auto, renuncia, e obrigação escreverá *o escrivão no inventario dos bens dos ditos orphão*, e o juiz assignará, e fará assignar tres testemunhas pelo menos, das quaes uma fará rogada pela dita tutora, quando esta não saiba escrever. E não tendo estas tutoras bens de raiz bastantes, darão fiança capaz, a qual fiança o juiz fará assignar e escrever no *inventario com testemunhas, como se costuma nas notas, e ser-lhes-ha dada fé, como á escriptura feita por tabelião*. Outras mulheres não serão tutoras, ainda que queirão.

É opinião do Dr. J. P. de Carvalho, que achamos justa, queo fiador deve hypothecar geralmento todos os seus bens, e em especial tantos quanto bastem para segurança das mesmas legitimas e rendimentos, declarando a qualidade desses bens, e suas confrontações, com toda a individuação possível, e obrigando-se tambem a sustenstar e educar os orphãos, não o fazendo a viuva sua mãe.

É conveniente consultar os ats. 110 § 1º, 116 § 1º, 118, 123, 136 1º, e outros do Reg. N. 3453 de 26 de Abril de 1865.

obrigarão pela escriptura de fl. ás obrigações que lhes impõe a lei. Pague as custas³². Magé.... de.... de 18...

Carlos Viriato.

CONTA DOS SALARIOS.

.....

N. 4.

Provimento em correição no capital da provincia do Pará.

Aos 14 dias do mez de Fevereiro de 1850, nesta cidade de Belém, capital da provincia do Pará, e casa de residencia do Dr. juiz de direito da primeira vara da comarca, Francisco Vieira da Costa, onde fui vindo eu escrivão do jury, adiante nomeado, e sendo ahi, pelo dito ministro, que se achava em correição, me foi dito que a falta de correições neste juizo, desde que pelo Codigo do Processo Criminal fôrão ellas abolidas, tinha feito que houvesse um tal esquecimento da exacção que cada empregado deve ter no cumprimento de seus deveres, que bem se podia dizer que só existia para beneficio de tutores, inventariantes e herdeiros maiores, e desgraça dos miseraveis orphãos! Que juizes, escrivães, partidores, curadores, avaliadores e tutores parecião apostados a postergarem as previdentes leis, que em nossos Codigos existem a favor dos orphãos, a despeito da responsabilidade real e moral, a que ellas os ligarão! Que a igualdade das partilhas só se achava nas cifras, e não nos bens partilhados, e ainda assim tornas, ou reposições maiores de 1:000\$000, a que muitas vezes se achava accumulacção de bens de pequenos valores em um quinhão, ou uma propriedade que muito o

³² Ou mais simplesmente: — “Julgo por sentença o deduzido na petição de fls... em vista da prova dada e para que produza os seus effeitos legais: pagas as custas pela justificante.”

excedia com outros bens já dados, para beneficiar seus proprietarios, privava aos miseraveis orphãos da parte que a lei lhes garantia nesses bens, e seus rendimentos, fazendo-se dest'arte uma rigorosa e coacta venda, livre de pagamento de siza! E que quando assim erão lesados os orphãos nas partilhas, o que não se devia presumir das avaliações?! Que essa presumpção se lhe tomara em convicção, á vista dos poucos inventario que tinha podido vêr! Que com tudo se confórmavão os curadores; e, julgada a partilha, outra época de maior damno principiava com assentimento expresso, ou tacito do juizo, pois que a parte das legitimas consistente em dinheiro, ouro, prata, perolas e pedras preciosas, longe de ser recolhida ao cofre, conforme a lei, era entregue com o resto dos bens moveis corruptiveis, semoventes, e immoveis aos tutores, sem taxar-se ao menos as despesas dos alimentos dos pupillos! Que privados estes dos juros que lhes garantia o § 4º, art. 6º do Decreto n. 231 de 13 de Novembro de 1841; expostos á perda dos valores dos moveis, e mesmo dos semoventes, e immoveis, porque os tutores não tinham fiança, ou porque afinal fosse melhor qualquer arranjo, ainda que lesivo, do que um pleito que não poderião sustentar, erão ainda damnificados nas pasmosas contas, poucas que existem, não só no rendimento de seus escravos, sempre doentes para elles, como nas arbitrarías e amoldadas despesas, em que não se observa alcance a seu favor senão em uma unica conta de uma tutora, que affirma ter-se enganado e ser credora de emenda! Mas que, em compensação desta, outra havia que, a cada um dos filhos tocando 647\$617 de legitima, apresentou um alcançado em 457\$230, outro em 271\$670, outro em 268\$628, elhe fôrão taes alcances confirmados por sentença, não obstante a disposição da Ord. liv. 1º, tit. 62, § 37. Outro que, sendo tutor de dous orphãos e apresentando de rendimento em dous annos 1:124\$385 (descontadas as molestias infalliveis dos escravos), apresentou o saldo de alimentos e ensino sómente a favor da quantia de 682\$403, que lhe foi julgado inclusive a vintena! Que essas poucas contas, que alguns quizerão prestar em seu beneficio, consistião em uma conta corrente mercantilmente arrumada,

sem documentos legues para prova de suas addições; na nomeação e resposta de um examinador de que não se lembrou a legislação orphanologica, na qual abdicava o juiz o trabalho de as examinar nas cifras; na resposta de conformidade do curador geral, e ás vezes de mais de um curador *ad hoc*, e no julgamento ou condemnação, sem juramento ao tutor; sem se saber, nem inquirir onde estavam os orphãos, se erão doutrinados e postos no ensino, se seus bens erão aproveitados, diminuidos, augmentados e damnificados! Feliz do misero que seu bom tutor havia querido que a receita tivesse sido igual á despeza; aliás a condemnação a pagarem o que talvez nem tivessem visto era certa, apesar de ler entrado na receita a arrecadação de dividas que fórmavão parte da sua legitima, apesar de possuirem escravos, e ser aqui o menor jornal ou salario de cada um em seu officio 400 rs. livres e diarios, capaz de fazer aqui frente ás despesas legaes e verdadeiras, e havendo mais de um, restar saldo para ser recolhido ao cofre! Que orphãos havião com partilhas julgadas, cujos tutores ignoravão os escrivães, por não constar de seus cartorios, como declaravão, e que a mór parte dos conhecidos notificados para prestação de contas com a comminação do sequestro e mais penas legaes não fizerão caso das notificações, não se tomarão ellas á revelia, não se procedeu a sequestro, e não tinhão sido removidos!

Tal era a indulgencia ou impunidade com que contavão!

Que sendo urgente providenciar quanto antes a tantos males, e não sendo agora possivel a elle ministro faze-lo por si mesmo, por isso que, chamando-o a lei a outro termo, era obrigado a terminar essa correição, ordenava ao actual Dr. juiz de orphãos, sob sua responsabilidade e pena da Ord. liv. 1º, lit. 62, § 29, tit. 88, § 3º, em fim, e § 22, a prompta execução do seguinte, *salvo todavia dos orphãos o direito contra quem culpado fôr pelo damno até hoje recebido*.

1º Que fosse immediatamente recolhido ao cofre todo o dinheiro, ouro, prata, perolas e pedras preciosas, que centra o disposto

pela Ord. liv. 1º, tit. 88, §§31, 34 e 35, se achavão em poder dos tutores, com os juro legaes do dinheiro desde o dia em que o receberão, e não o recolherão ao cofre, como devião; promovendo-se sem recurso suspensivo na fórma da lei as execuções necessárias.

2º Que do mesmo modo se procedesse a respeito das tornas ou reposições; e que, quando a estas houvesse dado causa uma propriedade immovel e indivisivel, fosse arrecadado o seu rendimento proporcional, considerando-se o orphão proprietario da parte correspondente no valor da torna, e no caso contrario, isto é, não sendo tal a causa, passasse a seu quinhão tantos bens do reponente quantos bastassem para o preencher, ou fôsem postos em praça os moveis ou semoventes, em cujo valor tivesse parte mais de um herdeiro, emendando-se assim a partilha illegalmente feita, pois que as tornas só são permittidas quando de outra maneira se não póde ajustar a partilha, e sempre da menor importancia possivel.

3º Que as partilhas se fizessem com a igualdade de direito, isto é, que a cada um herdeiro se dê igual parte nos moveis, semoventes, e immoveis, dividas, bom e máo; e não sómente com igualdade numerica.

4º Que nenhuma divida, que não constar de escriptura publica, ou documento particular de igual força, possa ser altendida por justificação senão até a quantia que cabe na alçada do juizo; mas tanto nesse como no primeiro caso, convindo os devedores, e justificando-se que aquellas ainda não se achão pagas, e estas que são verdadeiras.

5º Que os bens separados para pagamentos das dividas fossem postos em hasta publica, para por seu pro-ducto serem ellas pagas, e partilhado o excesso que houver.

6º Que os metaes não preciosos, e moveis de madeira ou qualquer outra materia de facil corrupção ou ruina, fossem igualmente

vendidos em hasta publica; e, quando não existissem, fosse seu valor indenmisado, ou pago pelos tutores.

7º Que do mesmo modo fosse arrematado o arrendamento dos predios rusticos e urbanos.

8º Que daquelles que até aqui têm sido administrados pelos tutores lhes seja carregado em receita o rendimento, quer os tivessem arrendados, quer não, na fórmula de direito, regulando-se o dos rusticos por arbitramento, e o dos urbanos pela decima.

9º Que do mesmo modo se proceda a respeito do serviço dos escravos, depois de avaliados, e nas arrematações se estipulem condições necessarias a evitar qualquer damno ou lesão, regulando-se pelo que fór applicavel da Ord. liv. 1º, lit. 88, §§ 13 e 17 ; e visto que tendo o Alvará de 29 de Agosto de 1613 estabelecido o principio de que só devem vender escravos, quando verosimilmente se conhecer que não produzem rendimento sufficiente para manutenção dos orphãos, e melhorando de suas legitimas, é manifesto ser aqui mais util a conservação delles do que sua arrematação, uma vez que haja a exacção que espero no comprimento dos deveres do juizo.

10. Que nenhuma despesa de concertos, reparos, e questões judíciaes, etc, seja attendida sem que previamente tenha sido verificada a sua necessidade, arbitrada, autorizada na fórmula da lei, salvo o caso sómente em que a demora possa tornar irremediavel um prejuizo, que, reparado immediatamente, seria de pequena consideração; exigindo-se nas despesas importantes, que excederem o valor que póde ser crido por juramento dos tutores, prova legal, e até mesmo vistoria, quando tiver ella cabimento.

11. Que as despesas de alimentos, em que se comprehende vestido e calçado, sejam taxadas na fórmula da Ord. liv. 1º, lit. 88, § 38, e tendo em vista o rendimento da legitima, o qual não póde exceder-se, e

só assim sejam attendidos, não deixando-se a respeito dellas arbitrio aos tutores; e que as molestias, ou sejam dos orphãos, ou dos escravos, não se admittão sem attestados de medico conceituado, em que jure ter prestado seus cuidados, e serem as receitas apresentadas as proprias dos remedios indicados ao doente.

12. Que os alcances das contas, isto é, o excesso do rendimento sobre a despesa, fosse no termo legal recolhido ao cofre, salvo o dos tutores provisionados, enquanto não excederem sua meiação, e bem assim qualquer outro dinheiro por qualquer titulo pertencente aos orphãos, sob pena de se carregar aos tutores os juros legaes desde o dia do recebimento, e das mais fulminadas pelo art. 147 do Cod. Crim., além da remoção.

13. Que sejam removidos todos os tutores de qualquer especie, que, notificados para coutas, fôrão revéis, procedendo-se nellas á revelia, e com sequestro; os que não têm cuidado da educação de seus pupillos; da arrecadação de suas dividas, que pagarão por seus bens, se por sua culpa se perderão; reivindicação e aproveitamento dos seus bens, cujo rendimento, que se arbitrar, será, como fica provido, carregado em sua receita; e os que têm deixado de recolher ao cofre os dinheiros recebidos, como erão obrigados, ouro, prata, perolas e pedras preciosas; e os dativos, que não fôrem parentes dos pupillos, havendo-os, os quaes devem ser compellidos na fórma da Lei, ou que esta prohiba.

14. Que immediatamente se dessem tutores aos orphãos que os escrivães declaravão não constava de seus cartorios que os tivessem, cuidando-se de saber o estado de seus bens para, no caso de perda ou diminuição, promover o curador geral os meios legaes contra o juiz que deixou de os nomear no devido tempo para indemnização.

15. Que os escrivães fossem exactos no cumprimento das obrigações que lhes impõe a Ord. liv. 1º, tit. 89, §§ 3º, 4º, 5º e 6º, sob pena de se lhes dar em culpa na seguinte correição.

16. Que quanto aos tutores, no prazo legal estabelecido na Ord. liv. 1º, tit. 62, § 37, e tit. 88, § 49, passados dez dias de espera, se passe logo mandado notificadorio com a comminação legal, e entregue ao curador geral para, sob sua responsabilidade, promover a execução.

17. Que a fórma do processo consistirá na citação do tutor, quando não vier este no prazo legal apresenta-los, ou do curador geral, no caso contrario; as contas e documentos que as provem legalmente; audiencia do curador geral e satisfação de suas exigências, e depois o auto judicial com o juramento do tutor, firmado pelo juiz e assignado por aquelle, ao que se seguirá o exame do estado em que se acha cada orphão a respeito de sua pessoa e bens, seu aproveitamento, receita e despesa legalisada, e sentença, conforme já foi praticado pelo Dr. juiz de direito da 2ª vara na correição precedente, e se acha ensinado pelo desembargador Menezes em sua *Pratica dos juizos divisorios*, e pelo advogado bacharel Carvalho em suas *Primeiras linhas sobre o processo orphanologico*. E para constar mandei lavrar este, que assigno. E eu, Pedro Botelho da Cunha, escrivão privativo do jury e da correição, que o escrevi. — *Francisco Vieira da Costa*.

N. 5.

Provimento em correição na villa da Serra, dado pelo Juiz de direito o Dr. Antonio Thomaz de Godoy. — 18 de Dezembro de 1852.

.....

Nos inventarios tornão-se notaveis as seguintes faltas: 1º, são muitas vezes feitos com excessiva demora, contra o disposto na Ord. liv. 1º, tit. 88, § 4º, que os manda fazer dentro de trinta dias; julgando-se os juizes autorizados para conceder prorrogações, que, segundo o decretado na Lei de 22 de Setembro de 1828, art. 2º § 6º, e Regulamento de 3 de Janeiro de 1833, art. 62, só á Relação do districto pertence conceder; 2º, sem alguma vantagem para os orphãos, e contra o disposto no Alvará do 1º de Outubro de 1754, e Ord. liv. 1º, tit. 88, § 51, sahem os juizes a faze-los, sobrecarregando os mesmos orphãos com despesas de hospedagem, caminho, estada e outras custas, e deixando paralyzado todo o expediente do juizo na cabeça do termo; 3º, nelles se multiplicão prodigiosamente escusadas notificações, certidões, termos, erros, e emendas de partilhas, que servem de esgotar as heranças com custas em pura vantagem do escrivão e officiaes do juizo; 4º, nem mesmo nas heranças de reconhecida insignificancia e notoria pobreza, nas quaes o bom senso e os praxistas recommendão que tudo se reduza a um só termo, se tem dispensado a factura do inventario; 5º fazem-se as descripções confusa e irregularmente, sem declaração dos titulos e confrontações, como exige a Ord. liv. 1º, tit. 88, § 4º. E, finalmente, nas avaliações e partilhas nem sempre se vê observada aquella exactidão e igualdade que é recommendada no juizo divisorio.

.....Nas contas de tutores vi que nem sempre se guardou o preceito da Ord. liv. 1º tit. 88, § 25, pois ficarão escravos e bens corruptiveis em poder dos tutores, que os forão usufruindo até deteriorarem-se de todo, quando em praça devião ser arrematados. Vi que os alcances liquidos jamais se recolherão ao cofre, o qual encontrei sem vintém, deixando-se de cumprir a Ord. liv. 1º, tit. 88, § 34. Vi mulheres admittidas como tutoras, sem prestarem fiança, e sem terem renunciado o velleano, contra o que prescreve a Ord. liv. 4º, tit. 402, § 3º. Vi que muitos tutores entregavão os bens hereditarios aos seus tutelados, sem estarem estes emancipados judicialmente, e, o que mais é,

sendo o proprio juiz que algumas vezes ordenava a referida entrega, em menoscabo do disposto na citada Ord. § 27, e Provisão de 24 de Maio de 1823. Vi supprimentos de idade requeridos, processados, e julgados, confusa e irregularmente, e com facilidade espantosa. Vi, finalmente, orphãos qae, sem licença do juizo, se casavão, contra o decretado na Ord. liv. 1º, tit. 88, § 19.

.....

.... Recommendo que se observe o seguinte:

.....

3º

O juiz de orphãos providenciará para que os inventarios se fação dentro dos trinta dias de que falla a Ord. liv. 1º, tit. 88, § 4º, e quando a herança seja manifestamente pobre fará reduzir tudo a um termo; pena de 100\$000 de multa.

4º

Não sahirá a fazer inventarios de fóra senão quando fôr de mais utilidade para os orphãos, em conformidade do disposto no Alvará de 10 de Outubro de 1754, e Ord. liv. 1º. tit. 88, § 51; pena de 100\$000 de multa.

5º

Não consentirá que arbitraria e escusadamente se multipliquem nos inventarios notificações, certidões e termos, que só servem de augmontar custas; pena de 100\$000 de multa.

6º

Fará chamar a contas todos os tutores que as não tiverem prestado, e concluirá as que comecei, acautelando pelos meios legaes

qualquer prejuizo dos orphãos, e fazendo recolher ao cofre os alcances liquidos; pena de 100\$000 de multa.

.....

10.

Aos menores, que se casarem sem previa licença do juiz de orphãos, não mandará este entregar os seus bens, por ser assim determinado na Ord. do liv. 1º, tit. 88,, § 9º; pena da 100\$000 de multa.

14.

O escrivão de orphãos prestará a fiança a que está sujeito segundo a Ord. liv. 1º, tit. 88, § 54, e Aviso de 8 de Março de 1850, no prazo de tres mezes; pena de suspensão por dous mezes e responsabilidade.

.....

17.

Os escrivães de notas deverão lançar á margem das escripturas no livro respectivo a nota de terem dado o traslado de que falla a Ord. liv. 1º, tit. 78, § 17; pena de suspensão por dous mezes e responsabilidade.

18.

Os escrivães deverão numerar e sellar os autos e papeis appensos, fazendo delles menção nos autos principaes, para constar, e para que se não percão; pena de suspensão por um mez e responsabilidade.

19.

Os escrivães serão diligentes em aviar as partes, lançando os termos com clareza e concisão, datados e assignados, e continuando os feitos nos mesmos dias em que fôrem offerecidos em audiencia, ou

despachados, segundo a Ord. liv. 1º, tit. 79, §§ 5º e 6º; pena de suspensão por um mez e responsabilidade.

20.

Os officiaes de justiça deverão saber lêr e escrever, e quando seja indispensavel conservar alguns, que o não saibão, darão a sua fé ao escrivão respectivo, que a escreva, conforme a Ord. liv. 3º, tit. 1º, § 4º; pena de suspensão por doas mezes.

21.

As mesas regedoras das irmandades do Santissimo Sacramento e S. Benedicto, que existem sem compromisso, e por isso têm deixado de prestar contas em juizo, deverão apresentar na correição seguinte os respectivos compromissos approvados, ou confirmados, na fórma do art. 46 § 3º do Regulamento de 2 de Outubro de 1851, sob pena de serem dissolvidas as referidas irmandades.

N. 6.

Acta com que enrerrou a correição em 30 de Junho de 1855 o Dr. Claudio Manoel de Castro, Juiz de direito da cidade de Campos dos Goytacazes

Sendo-me apresentados 652 processos e 211 livros, no pouco tempo que tive, não pude revê-los todos para applicar o remedio da lei, tendo, comtudo, corrigido 199 livros e 30 processos; e nesses mesmos reconheci que a administração da justiça não segue aquelle caminho regular que tinha direito de esperar uma cidade illustrada e livre: está ella por ora muito áquem dessa esperança, quando se considera que muitos dos criminosos não têm sido capturados, e outros nem pronunciados são, por falta de provas que os descubraão, e mesmo pela protecção que

encontrão na condescendencia das autoridades, ou no favor de pessoas poderosas e influentes do logar, que, em vez de exercerem seu poder só em actos de caridade, pelo contrario, o empregão perniciosamente a bem de um vadio, muitas vezes réo de grave crime, que acoutão.

Esta condescendencia, pois, unida á falta de pessoal idoneo para os empregos de policia, porque raros são os homens que se dediquem de coração ao exercicio de empregos gratuitos, raros são aquelles que furtão algum tempo aos seus interesses particulares para o darem ao interesse publico, é a causa da impunidade, e de que os crimes muitas vezes escapem á acção publica.

Demais, muitas das autoridades policiaes tambem abusão de seus poderes, com honrosas excepções, prendendo antes de culpa fórmada, fóra dos casos em que a lei o permite ordenando prisões ou buscas sem mandado escripto com as fórmalidades da lei, e soltando os presos sem que os despachos sejam intimados ao promotor publico.

Na parte civil tambem a administração da justiça sente seus inconvenientes pelas continuadas interinidades dos supplentes leigos, morosidade inqualificavel no julgamento dos autos, que ficão dormindo no esquecimento muitos annos nos cartorios, e em mão dos advogados, como se não fosse já bastante a delonga dos processos civeis que excitão universal clamor, e fazem que muitos direitos e interesses sejam abandonados pelos cidadãos pacíficos, pelo receio que lhes causão as delongas forenses; além disso, não é bôa a arrecadação e fiscalisação dos bens de orphãos e ausentes, nas tomadas de contas aos testamenteiros e curadores das heranças jacentes, talvez porque o espirito de partido em tudo se mette, e os juizes não podem ser, além do juizes, escrivães, procuradores, solicitadores, avaliadores e officiaes de justiça.

Segundo este quadro, apenas ligeiramente esboçado, que traço em vista dos processos, já se vê que muito mal vamos por todo este

ramo de serviço publico; razão principalmente por que chamo a attenção de todos os empregados em geral, para despertar seu zelo e actividade a bem da justiça, ficando convencidos de que mais vale uma injustiça momentânea do que uma justiça morosa; e dest'arte tenham andamento o grande numero de autos que ainda se achão atalhados nos cartorios, e faça desapparcer o medo que da justiça da comarca de Campos se tinha outr'ora, que muitos cidadãos deixarão de testar, para poderem deixar alguma cousa a seus filhos.

Quando o legislador, provendo aos pormenores de uma bôa administração da justiça, estabeleceu em toda a extensão do Imperio o numero dos tribunaes necessarios á prompta administração da mesma justiça; logo que o governo, executando o voto do legislador, compôz estes tribunaes de magistrados que escolheu e instituiu, cada cidadão, de então em diante fica conhecendo os seus juizes, e sabendo qual a autoridade a que está entregue, não só a espada que pune os culpados, mas tambem a balança em que hão de pesar a bôa e má fé das transacções particulares.

Nunca será demasiado repetir — a lei obriga; cumpre obedecê-la, ou preparar-se para soffrer a pena que seguir-se á desobediencia. Conformemente, recommendo muito e muito ás autoridades criminaes e policiaes a capturados criminosos; que sejam mais assiduas em suas audiencias; que não passem amiudadamente o exercicio da vara; que acabem com o terrivel uso de armas prohibidas, pondo em effectividade as disposições do art. 3º da lei de 26 de Outubro de 1831, e art. 58, §§ 1º e 2º do Regulamento de 31 de Janeiro de 1842, e que cumprão o determinado do Decreto n. 160 de 9 de Maio de 1842, art. 13, ficando na falta sujeitos á multa de 50\$000 na correição vindoura.

Recommendo ao juiz de orphãos as tomadas de contas aos tutores e curadores, que estão em grande atrazo; tambem da provedoria, de heranças jacentes, e bem assim o prompto andamento dos inventarios,

sobre a effectiva arrecadação dos bens dos orphãos, e o destino dos dinheiros, sobre annullação de contratos, e alheações nullas e lesivas aos mesmos orphãos, que precisão da continuada protecção das leis; fazendo com que os tutores, curadores e administradores indemnisem os damnos causados, segundo a Ord. liv 1º, tit. 88, § 24, liv. 3º, tit. 41, § 3º liv. 4º, tit. 102, § 8º.

Recommendo, outrosim, ao juiz municipal que dê as providencias, como provedor, para que todas as ordens terceiras, confrarias e irmandades tenham o livro do tombo dos seus bens, em o qual deve constar a relação de todos os bens com os respectivos característicos, e declaração dos títulos de aquisição, ficando margem larga em branco para as occurrencias que houverem, e assim se possa cumprir o determinado no Aviso de 30 de Novembro de 1853.

Recommendo mais que mande fazer sciente ás mesmas ordens terceiras, confrarias e irmandades existentes, sem excepção alguma, para que remetão ao escrivão da provedoria uma relação das mesas eleitas, ficando, na falta, os secretArios ou escrivães sujeitos á multa de 50\$000, como determina o art. 30 do Regulamento de 2 de Outubro de 1851. — Ainda recommendo que faça com que os escrivães tenham os seus protocollos afim de fazerem carga aos advogados dos autos que vão com vista, e que bem podem ser desencaminhados por alguma eventualidade, com grande prejuizo das partes, e responsabilidade dos mesmos escrivães.

Recommendo ao delegado, de conformidade com o disposto no art. 150 do Regulamento de 31 de Janeiro de 1842, visite no principio de cada mez a cadêa desta cidade.

Determino aos escrivães e Tabelliães que remellão no devido tempo ás estações da fazenda as certidões das escripturas de compra e venda dos bens de raiz celebradas em seus cartOrios, com a pena de

50\$000 e suspensão até o cumprimento desse dever: Aviso de 19 de Outubro de 1854. — Ordeno, outrosim, que tenham todo cuidado e atenção na redacção das escripturas, afim de que fiquem sem entrelinhas, emendas, rasuras, riscaduras e borrões; o que quando aconteça dar-se, deverão ser resalvadas no ultimo periodo da escriptura, antes do seu final encerramento, e assignatura geral; quanto ás emendas, jamais devem ser feitas por meio de escriptas sobrepostas, e sim com rectificação do termo errado, pondo-se um — digo —, e repetindo a palavra escripta correctamente, e seguindo-se dahi por diante com a escriptura. Ord. liv. 1^a, tit. 78, § 4^o

Finalmente, recommendo em geral, e a todos em particular, ao juiz municipal, orphãos e delegados, que desenvolvão toda a actividade, dedicação, zelo e patriotismo para tudo quanto possa seguir a bem da segurança e tranquillidade publica e individual, e bôa administração da justiça, que é por sem duvida o maior beneficio, e tambem a primeira necessidade das sociedades modernas; della dependem a segurança individual e de propriedade, condição indispensavel para medrarem a agricultura, o commercio e a industria, fontes reaes da prosperidade de um Estado e de sua civilisação, como disse uma das maiores illustrações do nosso paiz.

Assim, convem classificar o facto criminoso, descobrir os culpados, e entrega-los ao rigor das leis. Não é sómente nos crimes, é tambem nos direitos, bens e rendas que possua a nação, e os particulares que têm obrigações a cumprir ou requerer, processos que sustentar, ou implorando o apoio da justiça, ou defendendo-se de demandas injustas. Independente deste interesse directo, importa igualmente á sociedade que a justiça seja bem administrada. —Toda a sentença proferida contra as leis é um golpe descarregado contra a segurança geral, e contra as garantias que a rennião social offerece.

O juiz que não faz justiça nos casos em que ella é devida commette uma injustiça, trahindo, pelo menos, um dos mais essenciaes deveres; falta aos seus concidadãos, illude a bôa fé do Imperante, que descansa nos juizes que escolheu, quanto ao exercicio da mais nobre porção de sua autoridade, qual é a de fazer justiça.

N. 7.

Provimento do Juiz de direito de comarca de Nitherohy, no termo de Magé, em correição de 27 de Agosto de 1856.

Juizo municipal.

Compre que o juiz não admitia solicitadores e advogados que não tenham provisões a assignar e requerer em audiencia, salvo não havendo graduados ou provisionados, ou sendo os existentes impedidos para as partes; e outrosim recommenda o mesmo juiz a seus escrivães o disposto no Aviso de 2 de Outubro de 1833, para que os autos existentes nos seus cartorios não sejam entregues senão a advogados e procuradores legalmente providos, e, na falta destes, ás partes ou procuradores, que para isso obtiverem licença, assignando termo de responsabilidade.

Provedoria de capellas e residuos.

A confusão e abandono em que se tem achado este juizo exige a mais seria attenção do provedor, afim de regularisar o andamento dos negocios sujeitos á sua jurisdicção, quer na parte concernente ao pessoal das mesas regedoras das irmandades, fazendo effectiva a jurisdicção que lhe dá a Ordenação do Liv. 1º, Tit. 62, §§ 62 e 63, quer no que respeita á administração das mesmas irmandades, tomando todas as contas que não fôrem prestadas durante esta correição, como deixei recommendado nos livros respectivos.

E porque fosse particularmente infórmado, e pelos livros de notas reconhecesse que muitas doações de terras e predios têm sido feitas a essas corporações, sem que se possa verificar, por falta de escripturação dos competentes livros, se o patrimonio das mesmas tem sido aproveitado, e se a aquisição dos bens a ellas pertencentes foi legalisada nos termos da nossa legislação, cumpre que o referido provedor faça escripturar quanto antes o livro de registro das capellas e tombos, que deve existir no cartorio da provedoria, mandando fazer nelle o lançamento de todos os bens de raiz que possuem as ditas irmandades, com a transcripção dos competentes titulos e declaração da data da aquisição, bem como a de ter ou não sido concedida a licença do poder competente, afim de cumprir-se na proxima correição o disposto no Aviso de 30 de Novembro de 1853.

Finalmente deverá o mesmo provedor exigir das mesas das irmandades os livros necessarios para sua escripturação, prevenindo-as de que serão infallivelmente multadas na seguinte correição as que não apresentarem, além do seu compromisso, o livro de receita e despesa, e mais os livros do tombo, do lançamento de recibos da despesa, de accórdãos, de inventarios e de termos.

Nos processos de contas testamentarias cumpre que o escrivão lavre o auto da conta que a pratica tem geralmente adoptado em taes feitos, e o provedor não deverá julgar as ditas contas sem que primeiramente tenha ouvido o promotor nomeado, pois que a este compete fiscalisar a execução dos testamentos, e, outrosim, chamará quanto antes a juizo os testamenteiros que ainda não prestarão contas, apesar de estar findo o prazo em que as devião prestar.

Juizo de Orphãos.

Cumpre que o respectivo juiz faça cessar o abuso que vejo praticado em alguns inventarios, onde se achão appensados os

documentos que devião estar incorporados nos autos. As consequencias de semelhante abuso são evidentes pela facilidade com que se póde extraviar qualquer desses documentos.

Deverá o escrivão sempre juntar ao inventario a certidão ou cópia do termo de tutor, e, convindo que a escripturação do livro de tutelas não se reduza ao termo que os tutores assignão, como tem acontecido até o presente, cumpre que o juiz de orphãos de ora em diante faça escripturar o mesmo livro, conforme o modelo que lhe deixo, na presente correição, afim de que para o futuro se possa encontrar nesse livro a noticia em resumo de todos os actos importantes da administração dos bens dos orphãos.

Para conseguir a prompta conclusão dos inventarios tão recommendados pela lei, e evitar os conflictos e emendas de partilhas, que serão muito frequentes emquanto o acto das partilhas fôr presidido por um juiz, e outro fôr o julgador das mesmas, visto que este termo se acha reunido a outro sob a jurisdição de um só juiz fórmado, determino que de ora em diante o despacho de deliberação de partilhas seja proferido pelo Dr. juiz de orphãos, embora se ache elle em exercicio em outro termo, visto que, sendo esse despacho tão importante, que muitos praxistas o contemplão na classe das interlocutorias mixtas, póde ser-lhe applicavel o disposto no art. 7º do Decreto de 24 de Março de 1843, e assim menos embaraçado será o processo das partilhas, cingindo-se os juizes substitutos ás regras que em seu despacho indicar o juizo fórmado para a divisão dos bens.

Notando um tão avultado numero de inventarios processados no juizo de orphãos, e de tutores nomeados, não posso deixar de estranhar o pouco zelo com que se têm havido taes tutores na gestão dos bens que lhes fôrão confiados, e a indiferença com que o juizo tem olhado para esse objecto, aliás tão recommendado pelas nossas leis, consentindo que os mesmos tutores deixassem de prestar contas nos

tempos devidos. Para tornar patente a pouca solitudine com que se tem olhado para os interesses dos orphãos, basta averiguar-se, como averigui pelos processos que me fôrão apresentados, que nos dez annos ultimamente decorridos setenta e tantos tutores assignarão termos, e que destes apenas cinco têm prestado contas. Cumpre, portanto, fazer cessar um tal abuso, e por isso determino que o juiz de orphãos mande intimar a todos os tutores para, no prazo de trinta dias, prestarem as contas a que estão obrigados, sob pena de remoção e sequestro, e, quando assim não seja cumprido, na futura correição farei effectivas, não só as ditas penas, e as de que trata a Ordenação do Liv. 4º, Tit. 102, § 9º, mas tambem todas as outras em que incorrerem os que fôrem achados em culpa.

Magé, 27 de Agosto de 1856. — *José Ricardo de Sá Rego.*

N. 8.

PROVINCIA DE MINAS-GERAES.

COMARCA DE JAGOARY.

Illm. e Exm. Sr.—Tenho a honra de passar as mãos de V. Ex., para ser presente Á secretaria de estado dos negOcios da justiça, o provimento geral dado em correição, que encerrei a 11 do mez passado. Deus guarde a V. Ex.— Villa de Jaguary, 1º de Abril de 1857. — Illm. e Exm. Sr. conselheiro presidente desta provinda de minas. — Antonio Candido da Rocha, juiz de direito da comarca.

Provimento em audiencia geral da correição da villa de Jaguary, comarca do mesmo nome, encerrada a 11 de Março de 1857.

O exame dos livros, autos e mais papeis que fôrão submettidos á correição, que hoje encerro, revelou-me a existencia de faltas e erros que acreditava extinctos.

Officiaes de justiça se apresentárão com titulos destituídos das fórmalidades legaes, e outros que não havião pago os respectivos direitos. Alguns cartorios ainda estão desmontados dos livros necessarios.

Nos de algumas subdelegacias os de fianças, os de termos de bem-viver e segurança, Arts. 103 e 129 do Codigo do Processo Criminal, os que devem servir para rol de culpados, art. 146 do mesmo Codigo e 293 do Regulamento n. 120 de 31 de Janeiro de 1842, e os protocollos das audiencias, Arg. da Ordenação Liv. 3º Tit. 19, § 12; e alguns destes, que existem, assim como protocollo das audiencias dos juizes de paz, abertos, numerados e rubricados por autoridades incompetentes, e sem o pagamenlo do devido sello, Regulamento n. 281 de 10 de Julho da 1830. Nos livros de notas não se lembrarão os tabelliães dos arts. 20 e 27 do Decreto n. 482 de 14 de Novembro de 1846, e Ordenação Liv. 1º, Tit. 78, § 4º e 6º, porque não sò não inserirão as certidões negativas nas escripturas de hypothecas, como não resalvárão emendas e entrelinhas, em algumas ate não declararão conhecer os contratantes: esta falta é privativa dos livros de notas de alguns escrivães de paz.

Nos autos se apinhoão as faltas e nullidades: começarei pelo que diz respeito aos orphãos, que quasi exclusivamente foi o que me preocupou. Neste auditorio está introduzida a pratica abusiva dos juizes irem sempre fazer os inventarios fora de suas residencias, desde os de maior fortuna até os do mais insignificante acervo, a despeito da lei, que só autoriza a presença da justiça quando fôr de mais conveniencia para os orphãos. O Alvará de 10 de Outubro de 1751 assim se exprime — e não irão fazer fóra os inventarios, senão quando fôr de mais utilidade para os orphãos—; entretanto, a julgar pelos autos que examinei, póde-se dizer que todo cartorio de orphãos constitue um verdadeiro corpo de delicto contra os juizes, pela infracção do referido Alvará, porque não encontrei um inventario que não fosse feito com a presença delles, ainda mesmo nos mais pequeninos, em que não era possivel dar-se a utilidade prevista pela lei.

Á presença do juiz e seus officiaes em inventarios tão insignificantes, como vi, além de abusiva, torna-se em extremo vexatoria para o pobre casal, sobrecarregando-o com castas desnecessarias, superiores ás suas forças; porque, além de suas diarias e caminhos, todos sabem que a presença do juiz força aos inventariantes a despesas fora do commum para recebe-los.

O que deixo dito acerca dos inventarios e inteiramente applicavel á factura das partilhas, porque a respeito destas tambem diz o citado Alvará — não irão fazer partilhas fora com pretexto algum, e se fôrem não vencerão caminho. — No entanto ahi estão quasi todos os inventarios attestando a inobservancia deste preceito da lei, com partilhas em grande numero feitas fora com salarios de estada e caminho.

Além destes, outros abusos estão introduzidos, porque —*abissus abissum invocat*. — Assim é que o juiz autoriza o pagamento de dividas só pela descripção dos inventariantes sem audiencia dos interessados e curador, como se estes nada representassem nos inventarios. Nos juizos regulares os credores legalisção suas dividas, encontram muitas vezes dificuldades para justifica-las, e só depois que expressamente convêm no pagamento todos os interessados, e curador, são elles attendidos; neste, porém, póde-se ser credor, porque nelle esta condição parece ser mais favorecida que a de orphãos, cujos patrimonios são desfalcados só porque dizem os inventariantes que os inventariados são devedores de tanto a Fuão.

Assim é que não se observa a disposição da Ord. Liv. 3º, Tit. 41, §§ 8º e 9º, nomeando-se curadores nos inventarios a analphabetos, quando estas nomeações, segundo a Ord. citada, devem recahir em um procurador do auditorio, de probidade reconhecida, que bem defenda os interesses de seus curados, e não se contente com um — *Fiat Justitia*. — Este curador deverá ser ouvido em lodos os termos do inventario, e depois deste encerrado antes da deliberação da partilha.

Assim é que encontrei inventarios em que no fim de tres, quatro e seis annos foi que se deu tutor aos orphãos; outros em que os tutores nunca prestarão contas, não obstante o longo espaço de oito e dez annos de suas tutorias; e outros, finalmente, em que os tutores conservavão em suas mãos a cinco e seis annos dinheiros pertencentes aos seus tutelados, desrespeitando-se as Ordenações do Liv. 4º, Tit. 102, principio que ordena a nomeação de tutor 30 dias depois do fallecimento da pessoa que deixar orphãos; as do Liv. 1º, Tit. 62, §37, Tit. 88, §§ 49 e 50, e Liv. 4º, Tit. 102, § 9º, que definem os prazos em que os tutores devem prestar contas, e finalmente a do Liv. 4º. Tit. 88, §§ 34 e 34, Alv. de 24 de Outubro de 4844, Lei de 43 de Novembro de 4844, e Instr. de 42 de Maio de 4842, que ordenão os destinos dos dinheiros dos orphãos. É ainda assim que algumas tutelas fôrão conferidas ás mais sem que se preenchessem as fórmalidades de direito, isto é, sem que justificassem conservar o estado de viuvez, viver honestamente, ter capacidade para bem administrar os bens de seus filhos, e sem que renunciassem todos os direitos e privilegios que fôrão introduzidos em favor das mulheres. O modo de se proceder a respeito está estabelecido na Ord. Liv. 4º, Tit. 102, § 3º, devendo, porém, tudo constar dos autos, appensando-se a estes os da justificação.

Não são só estas as irregularidades que encontrei. Vi, e achei revoltante, que, sem a minima fórmalidade, um pai fosse privado da tutela de seu filho, esbulhado da legitima administração de seus bens e do usufructo destes, que por lei lhe compete! Os pais podem indubitavelmente ser privados da tutela de seus filhos nos casos da Ord. Liv. 1º, Tit. 88, § 6º, e além destes, se elles são tão desnaturados que mal zelão dos bens de seus filhos, ou commettem qualquer outra grave falta por onde devão ser privados da administração de seus bens, visto como a lei, Ord. citada § 50, e Tit. 62 § 33, não póde tolerar que os pais delapidem impunemente os bens de seus filhos, mas guardadas as fórmalidades de direito, sendo elles ouvidos antes de lhes fulminar com uma remoção; porque, por muiltissimo summario que seja qualquer procedimento, são indispensaveis os requisitos

de direito natural, Ord. liv. 2º, Tit. 1º, § 13, tanto mais que essa mesma Ord. Liv. 4º, Tit. 88, § 50, e a do Liv. 3º, Tit. 18, nas palavras — informado — remove-los se achar suspeito e julgar sobre elles o que lhe por direito parecer — suppõe a necessidade de algum processo, de alguma justificação e sentença com conhecimento de causa.

Esbulhar-se, porém, um pai da administração dos bens de seus filhos, do usufructo que lhe compete, sem uma sentença baseada em solidas razões, é abuso, é iniquidade, se não uma inqualificavel violencia. Se este procedimento foi assas violento, irregular e iniquo para com o pai, não menos o foi a respeito do filho já maior de vinte e um annos, quando no termo da tutela, e só nelle, se declarou ao mesmo filho mentecapto! Ninguém, nem escrivão, nem juiz tem direito de declarar pessoa alguma como mentecapta, e priva-la assim da administração de seus bens. A maneira de proceder neste caso está explicada na Ord. Liv. 4º, Tit. 103; devendo-se, porém, preferir a qualquer outra prova o exame de medicos, cirurgiões ou facultativos. É tambem erro deixar-se de partilhar bens só pela simples nota de que morrerão, lançada pelo escrivão no inventado. O inventariante deve fazer suas declarações por termo, e a morte dos escravos deve provar com certidão de obito. O juiz deve ter todo o cuidado para evitar a falta, em que por mais de uma vez cabio, de julgar partilhas sem as assignaturas dos partidores, de admittir procuradores sem procuração, e estas devem ser em conformidade com o Aviso de 30 de Março de 1849, e de não despachar petições sem as assignaturas das partes, Decreto de 15 de Março de 1842, art. 12.

É erro dar-se curador só porque qualquer parte diz estar ausente um interessado que quer fazer citar: o ausente cita-se por editos, justificada a ausencia nos termos da Ord, do liv. 3º, tit. 1º, § 8º. —A falta desta formalidade induz nullidade insanavel.

Encontrei um inventario com salarios de estada dentro da villa: é um abuso, se não uma extorsão. O antigo Regimento não

autorizava salario algum neste caso, e o moderno só aos escrivães nas diligencias que fizerem fora de seus cartorios.

Não se deve carregar custas nas avaliações de estabelecimentos ruraes, por cada casa pertencente ao mesmo estabelecimento que se avaliar; aos louvados só compete o salário de 4\$ pela avaliação de cada estabelecimento destes, além do que vencerem conforme o art. 177 do novo Regim. pelos dias que gastarem em correr ou medir as terras.

Estes são os principaes defeitos que encontrei nos autos de inventarios e alguns outros, aos quaes ainda accresce o abuso de empossarem-se herdeiros naturaes de seus quinhões, sem que se habilitassem, ou legitimassem, nos termos da Lei de 22 de Setembro de 1828 e Decreto de 41 de Agosto de 1831, ou houvessem pago, depositado, ou prestado fiança ao valor do sello da herança, segundo a Lei provincial n. 306 de 8 de Abril de 1846, arts. 11 e 12, Regulamento n. 22 de 30 de Agosto do mesmo anno, art. 49, e Regulamento n. 24 de 5 de Dezembro de 1845, arts. 1º e 2º. Na provedoria de residuos achei algumas contas tomadas, porém nas que me foi dado revêr notei faltas, que mister foi ordenar as precisas diligencias; e isto pelo que diz respeito a testamentos cerrados; quanto, porém, aos publicos, força foi desenterra-los das notas dos tabelliães, em que ha annos estavam sepultados. A Ord. liv. 4º, tit. 62, e Alv. de 2 de Outubro de 1814, ahi são leiras mortas, admittindo-se recibos particulares.

O provedor deve não esquecer-se da Resolução do 4º de Julho de 1847 para determinar que os testamenteiros paguem a decima do excesso do premio sobre a vintena determinada por lei. Esta vintena é de 5 % sobre a terça, deduzidas as despesas do funeral e bem d'alma, Decreto n. 834 de 2 de Outubro de 1851, art. 37, evitando as prorogações de prazos aos testamenteiros, tendo para isso em vista a Ord. liv. 1º, tit. 62, e Lei de 7 de Janeiro de 1602 §§ 8º, 9º e 11.

Na provedoria de capellas nada ha. Uma irmandade apenas existe, porém tão desorganizada, com seus livros em tão máo estado, destituídos de todas as fórmalidades legaes, com seu compromisso todo roto, sujo e estragado, e sem approvação, ou confirmação do poder competente, que força foi suspende-la, e nomear interinamente um administrador. As fabricas estão algumas com faltas dos livros necessarios, e outras com elles despídos de todas as fórmalidades legaes, e sobremodo mal escripturados. Os fabriqueiros, sem titulos da autoridade competente, a cobrança dos direitos das fabricas sem regularidade, contra as disposições das Leis provinciaes n. 258 de 23 de Março de 1844, e n. 704 de 15 de Maio de 1855, e até seus rendimentos com applicação indevida, com infracção da citada Lei n. 258, art. 13.

Os termos de bem-viver, que examinei, estão quasi todos irregulares; nelles não se observarão as disposições do art. 221 do Codigo do Processo, fazendo-se menção da prova pró ou contra. Sempre que se tiver de obrigar a assignar taes termos, deve-se organizar o respectivo processo, não só porque nada deve passar em juizo sem que delle conste, senão tambem para serem elles devidamente apreciados em correição.

O art. 12, § 2º do Codigo do Processo é letra morta a respeito dos vadios, que por ahi em grande escala abundão; é da ociosidade que se gerão os vicios, e destes os crimes: obriguem, portanto, as autoridades policiaes a quem muito recomendo a observancia do citado artigo, § 2º, a taes individuos a assignar termo com comminação de penas, afim de que se empreguem em honesto trabalho, e desta sorte prevenirão muitos crimes, e prestarão um serviço relevante ao paiz, mormente em uma epoca em que a lavoura, principal fonte de nossa riqueza, definha por falta de braços. Além destas, outras faltas encontrei, como deixar-se de ouvir o promotor antes da pronuncia nos crimes que a este incumbe denunciar, e sobre a concessão e arbitramento das fianças, nos termos do art. 222 do Regulamento n. 120 de 31 de Janeiro de 1842, e Aviso de 30 de Janeiro de 1856; entretanto não me faço cargo de menciona-las,

porque espero que serão reparadas com a execução do novo formulario, que bem seria para desejar comprehendesse tambem os processos da alçada, que raros são os regulares.

Apontados assim os principaes defeitos que encontrei neste foro, conto que na futura correição colherei os fructos de todo este não pequeno trabalho; porque aos julgadores, se não tambem aos escrivães e mais empregados, não é difficil reparar os seus erros, e ai de todos se, esquecidos das faltas notadas, ou menosprezando minhas reflexões, não o fizerem, e principalmente se não observarem o seguinte:

1º Não irá o juiz de orphãos fóra de sua residencia fazer inventarios senão quando imperiosamente o exigirem os interesses dos orphãos; pena de responsabilidade.

2º Não fará igualmente fora as partilhas, e, quando as faça, nenhum vencimento levará, e nem mesmo consentirá que seus officiaes o levem; pena de responsabilidade.

3º Encerrado o inventario, não deixará de onvir o curador, que deverá ser o mais acreditado empregado do auditorio; pena de 100\$000 de multa.

4º Dará tutores aos orphãos antes de mandar proceder ás partilhas, e estes assignarão termo de recebimento das pessoas e bens dos orphãos nos proprios autos do inventario, guardando-se o preceito da Ord. Liv. 4º, Tit. 102, § 5º; pena de 100\$000 de multa.

5. Dará tutores aos orphãos pobres, que terão a seu cargo a educação dos mesmos, obrigando-os, com autoridade do juizo, a aprenderem os officios para que mais inclinação tiverem; pena de 100\$000 de multa.

6º Tomará conta aos tutores e curadores, que ainda não prestarão, até a futura correição; pena de 100\$000 de multa.

8º As autoridades criminaes observarão fielmente o novo formulario para os processos crimes de livramento perante o jury, ouvindo sempre o promotor nos termos do art. 222 do Regulamento n. 120 de 31 de Janeiro de 1842, Avisos de 9 de Março de 1850 e 30 de Janeiro de 1856.

9º O juiz municipal fará prover as fabricas de zeladores pela autoridade competente; pena de 50\$000 de multa.

10º O juiz municipal e de orphãos, de paz, delegado e subdelegados darão regularmente uma audiencia ao menos por semana, obrigarão seus escrivães a ter os livros necessarios; pena de multa de 50\$000 para aquelles e 20\$000 para estes.

11º Visitará o delegado doas vezes por mez a cadêa desta villa, e ahi desempenhará o que lhe recommendão os arts. 144 e seguintes do Regulamento n. 120 de 31 de Janeiro de 1842.

12º O escrivão da correição extrahirá cópias deste provimento, e as remetterá a todos os juizes, delegados, subdelegados e escrivães; pena de responsabilidade.

Villa de Jaguary, 1º de Abril de 1857.— *Antonio Candido da Rocha.*

N. 9.

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE SAPUCAHY.

Provimento geral de correição, lido na audiencia do encerramento da mesma em o dia 29 de Abril de 1858, no termo de Pausas, pelo juiz de direito da comarca de Sapucahy, José Bernardo de Loyola.

As autoridades e empregados deste auditorio servem com titulos regulares, á excepção de um ou outro escrivão da subdelegada, nomeado pelo subdelegado sem proposta e approvação do delegado

respectivo, como é expressamente determinado pelo art. 9º da Lei de 3 de Dezembro de 1841; falta esta que foi logo sanada, e que espero não será reproduzida.

Nos cartorios dos differentes districtos, exceptuado o do Carmo do Rio Claro, ainda lhes faltão alguns livros exigidos e indispensaveis ao serviço publico. Seis são os livros precisos e determinados para cada cartorio, e vem a ser: um para notas, que deve ser sellado e depois aberto, numerado, rubricado, e encerrado pelo respectivo juiz de paz; outro para protocollo das audiencias do mesmo juiz, e onde se lançaráõ os termos de conciliação, e os que contiverem decisões dos juizes condemnando ou absolvendo a réos de quantias que couberem na alçada, tambem sellado, depois aberto, numerado, rubricado e encerrado pelo dito juiz; um terceiro para protocollo das audiencias do subdelegado, sellado e depois aberto, etc, etc., pelo subdelegado; um quarto para os termos de fiança; um quinto para os de bem-viver e segurança, sellado e depois aberlo, numerado, rubricado e encerrado ainda pelo subdelegado; e, finalmente, um sexto para rol de culpados, igualmente sellado, e depois aberto, numerado, rubricado e encerrado pelo juiz de direito. Tratem os escrivães de se munirem dos livros que ainda lhes faltarem, de modo que na seguinte correição os apresentem com as condições recommendadas.

Do exame e accurado estudo feito nos autos, papeis e livros que fôrão apresentados a esta correição, resultou o conhecimento de muitas faltas, irregularidades e erros de officio, commettidos por autoridades e empregados, das quaes as mais graves irei mencionando.

.....

Nos processos crimes instaurados em quasi todos os cartorios encontrei irregularidades, preterições de fórmulas e abusos, não só nos de formação de culpa, senão tambem nos que, cabendo na alçada, fôrão

definitivamente julgados, bem como nos summarissimos termos de bem-viver; que sem a previa inquirição de duas testemunhas fôrão os réos obrigados a assignar esses termos, que por incompletos e nullos nenhum elleito deverião produzir.

Essas faltas, essas preterições fôrão notadas nos autos, e devem de uma vez desaparecer á vista do novo formulario sobre a marcha dos processos criminaes, mandado observar pelo Aviso de 23 de Março de 1855, pelo qual se devem guiar todas as autoridades a quem incumbe a formação da culpa; nelle se encontram modêlos de todos os termos, despachos e sentenças, de todo o indispensavel para um perfeito e regular processo de formação de culpa; porém mesmo aos juizes, que quizerem dispensar algum tempo e attenção para a sua leitura, completamente independentes da obrigação de se deixarem dirigir por assessores, as mais das vezes curiosos, que quasi sempre os guião segundo o prisma de seus interesses, imponho desde já rigorosa obrigação aos escrivães de possuirem e conservarem em seus cartorios um formulario, não só para seu expediente, como para quando os juizes quizerem consultar; então aconselho-lhes que, em lugar de comprarem o proprio formulario, que apenas offerece modelos para os processos de formação de culpa até os últimos julgados pelo jury, procurem obter o *Assessor Forense* ou Formulario de todas as acções criminaes conhecidas no foro brasileiro, pelo Dr. Carlos Antonio Cordeiro, porque, além de conter o formulario mandado observar pelo referido Aviso, offerece mais os modelos para os processos que devem ser definitivamente julgados, para os termos de bem-viver e segurança, e outros. Recommendo, pois, mui instantemente a todas as autoridades a fiel e exacta observancia do formulario nos processos crimes que houverem de instaurar; a contravenção será punida com a pena disciplinar de 20\$000 de multa pela primeira vez, imposta á autoridade que presidio á formação do processo, em que se dê qualquer preterição.

Com profundo pezar declaro que ainda é bem pouco lisongeiro o estado deste termo acerca da punição dos criminosos; 64 réos de morte, 23

de tentativas, e outros tantos de roubo e ferimentos graves, por ahi andão foragidos zombando das leis e talvez das autoridades; alguns bem pôde acontecer nem de seus domicilios se tenham ausentado, aguardando sua defesa e livramento pelo esquecimento ou prescrição, resultado sempre desairoso ás autoridades, porque têm elles de provar que durante 10 annos permanecerão no districto da culpa e em face de autoridades, cuja primeira obrigação é fazer prender os criminosos. Nos processos desses delinquentes encontrei pedidos, instancias, e recorramendações de esforços e diligencias para a prisão de taes malfeitores, tão prejudiciaes á nossa segurança individual, como social; infelizmente, porém, pouco se conseguiu, e esse pouco, é de justiça declarar, deve-se aos esforços e bons desejos do actual delegado de policia, a quem cabe merecidos louvores. O dever e obrigação de diligenciar a prisão de criminosos é commum a todas as autoridades criminaes e policiaes, e esse serviço, quando é effectuado, considera-se como um dos mais relevantes prestados á causa publica; assim sendo, prevaleço-me do ensejo desta reunião de autoridades para requisitar, e mesmo solicitar o commum esforço e decidida deliberação de fazer capturar os criminosos de seus, e dos districtos vizinhos, de que tiverem noticia; para este fim mandará o Sr. juiz municipal extrahir pelo escrivão do jury, marcando-lhe um prazo razoavel, relações de todos os criminosos do termo, dos de fora, que constarem por precatorias, e remetterá ao Sr. delegado, subdelegados e juizes de paz deste e dos demais districtos, e fico convencido de que, se empregarem decidida vontade, e as convenientes providencias, o resultado por certo corresponderá ao desejo commum.

Nos livros encontrei regularidade na escripturação, zêlo e capricho na limpeza delles; emfim, nada achei que fôsse preciso corrigir, apenas algumas recommendações fiz, e espero que serão observadas. Os direitos nacionaes ainda não fôrão convenientemente defendidos, como era de esperar; dos autos e mais papeis consta que os sellos proporcionaes devidos não fôrão completamente satisfeitos; ha pouco acabei de lêr não pequena porção de feitos do cartorio de orphãos, em

alguns dos quaes deixarão de ser pagos os sellos, em os outros fôrão pagos, porém em menor quantia do que a realmente devida. Além disso, por infôrmação verbal que tive do actual collector, parece que os encarregados desses direitos, nos logares onde não ha estação propria, deixarão de cumprir com os seus deveres. Acordem estes empregados, prestem atenção ao que ficou exposto, procurem cumprir com os seus deveres; na seguinte correição, precedendo exactas e documentadas infôrmações do collector, serei rigoroso na imposição das penas comminadas aos que fôrem achados em falta.

No cartorio da provedoria alguma cousa se ha feito; muitas contas testamentarias fôrão tomadas, outras estão em andamento e pouco falta para serem tomadas; deixo ao cuidado do provedor de ultimar aquellas, e de continuar a chamar a contas aquelles testamenteiros que estiverem nas condições de as deverem prestar, e igualmente de syndicar e infôrmar-se daquelles que lhe parecerem suspeitos, por que a estes taes deve chamar a contas mesmo antes de ser chegado o tempo. O escrivão da provedoria deverá ler todo o cuidado em guardar no cartorio os testamentos originaes, depois de registrados no livro proprio, e sómente poderá entregar um ou outro quando fôrem requisitados para alguma acção crime ou civil de falsidade; mesmo assim, precederá á entrega despacho do juiz, deixando traslado em seu logar. Visto que a arrecadação do residuo deve ser effectuada neste cartorio, lhe é indispensavel um livro, que deverá ser aberto (depois de sellado), numerado, rubricado e encerrado pelo provedor, e servirá para nelle se lançarem os nomes dos testamenteiros, os das localidades em que estes residirem, o valor das quantias arrecadadas, etc, etc, de conformidade com o disposto no § 3º do art. 35 do Regulamento de 2 de Outubro de 1851. Determino pois, ao escrivão da provedoria que se muna quanto antes deste livro.

A fabrica da matriz desta villa, bem como a do Carmo do Rio Claro, marchão regularmente, têm os seus fabriqueiros competentemente nomeados; a da villa prestou contas este anno de sua gerencia, ficando á

outra marcado o prazo de um anno para a prestação das suas; o mesmo, porém, não posso dizer acerca das fabricas das outras matrizes do termo, porque, não apparecendo seus fabriqueiros, por não haver nomeados, é visto que os rendimentos dessas fabricas não lerão por certo a recommendada applicação, porquanto os arrecadadores sem responsabilidade alguma os podem distrahir para outros fins, salvando sempre honrosas excepções; suppondo ainda que nenhum desvio tenha havido, que tenham sido conscienciosos esses arrecadadores, ainda assim não so satisfazem os preceitos da Lei provincial de 23 de Março de 1844, que instituiu um empregado próprio chamado fabriqueiro, e a quem encarregou diversas obrigações. As nomeações destes empregados até certo tempo, por virtude da citada lei, pertencia aos juizes municipaes sob proposta dos parochos; hoje, porém, por Aviso do Ministerio da Justiça de 27 de Abril de 1855, foi declarado que taes nomeações são da privativa competencia dos bispos diocesanos, tambem sob proposta dos parochos. Recommendo mui instantemente ao juiz provedor que em officios faça sentir aos reverendos parochos das freguezias dos termos a necessidade de quanto antes fazerem suas propostas, afim de serem nomeados os respectivos fabriqueiros, os quaes devem religiosamente cumprir o seu regimento, que é a já citada Lei de 23 de Março de 1844.

Causou-me surpresa o conhecimento que tive de que em nenhuma igreja deste termo, inclusive as desta villa, haja uma só irmandade regularmente organizada, entretanto que vejo tantas devoções a divinos oragos com seus empregados nomeados, empregados que, se não fôrem conscienciosos, podem impunemente reverter em proveito proprio todas as esmolas, rendimentos e pertenças daquelles santos, de que se dizem irmãos ou devotos, visto como, não havendo responsabilidade, não são obrigados a contas e nem a cousa alguma; além de que taer associações são contrarias á terminante disposição da Lei (Decreto de 2 de Outubro de 1851); nestes termos, e em observancia do disposto no § 1º do art. 46 do citado Decreto, concedo o prazo de um

anno, a contar do dia da publicação deste provimento, para que as irmandades existentes se regularisem, isto é, formem os seus compromissos, e os fação approvar e confirmar pelos poderes competentes, sob pena de infallivel dissolução; e o que dito fica acerca das irmandades desta freguezia diz respeito tambem ás das outras freguezias que estiverem nas mesmas circumstancias.

Do exame feito nos autos e mais papeis do cartorio de orphãos, tirei o satisfactorio conhecimento de que os diversos juizes que têm servido, e o respectivo escrivão, compenetrados dos deveres e obrigações de que estão encarregados para o fim de protegerem e curarem das pessoas e bens desses infelizes, que tiverão a desgraça, uns de perderem o arrimo e protecção natural, e outros a sua razão e sizo, os têm desempenhado, se não com restricta exactidão exigida pela lei que estabeleceu essas obrigações e deveres, ao menos e não pouco de seus actos ressumbrão bons desejos e puras intenções.

Diversamente de outros termos, têm sido os juizes de orphãos deste bem parcos na factura de inventarios fora de sua residencia, o que, além de ser em beneficio dos orphãos, está de harmonia e de conformidade com a Lei (Alvará de 40 de Julho de 1754), que em um dos seus paragraphos determina mui expressamente que o juiz só vá lazer inventario fóra de sua residencia quando fôr de reconhecida utilidade para os orphãos; mesmo nesses poucos casos as partilhas devem ser sempre feitas no lugar da residencia do juiz, assim o exige o citado Alvará nas palavras — sob pretexto algum sejam as partilhas feitas fora dá residencia do juiz —: esta salutar disposição leva muito em vista prevenir o augmento de despesas, que necessariamente têm de sahir das heranças dos orphãos, muitas vezes já tão minguadas.

Apenas em um único, dentre cincoenta autos de inventarios que li e examinei, deixou o juiz de orphãos de nomear tutor aos orphãos; essa falta foi notada no feito, e espero que brevemente seja sanada.

Quasi todos os tutores estão em dia com suas contas; os que faltavão estão com ellas em andamento. Por tão louvavel procedimento recebem os empregados desle juizo meus emboras, além da gratidão e reconhecimento dos orphãos quando emancipados e possuidores dos bens que lhes fôrão deixados.

Em todas as questões civis, criminaes e orphanologicas, que se agitação neste foro, fôrão sempre guardadas as conveniencias de honestidade e civilidade, não só da parte dos juizes, senão também da dos advogados; posso, pois, affirmar, e o declaro com satisfação, que o fôro deste município tem de occupar um logar bem distincto, porque, além do que ficou dito, nos juizes sobraão desejos de bem acertar, nos advogados a precisa illustração, e nos escrivães, além da antiga pratica e optimo expediente, existem duas qualidades mais apreciaveis e essenciaes áquelles empregos, honradez e probidade. Eu me congratulo com o municipio.

Apezar do meu assíduo trabalho, ainda assim não me foi possivel rever todos os autos que fôrão apresentados a esta correição; esses e outros, em que alguma providencia foi dada, deverão ser presentes á futura correição; aquelles, porém, que contiverem sómente o visto, serão archivados e não mais voltarão a ella.

Os tabelliães e escrivães, oito dias depois de encerrada esta correição, irão fazendo conclusos aos respectivos juizes os livros, papeis e autos, afim de receberem o — cumpra-se. —Além do que ficou disposto, observar-se-ha também o seguinte:

1º

Todas as autoridades, a quem incumbe a formação da culpa, serão obrigadas, quando tiverem de instaurar qualquer processo, a observarem os modelos do formulario mandado executar pelo Aviso de 23 de Março de 1855; pena de 20\$000 de multa por qualquer infracção sobre o juiz ou escrivão, que fôr em culpa.

2º

Os juizes municipal, e de orphãos, o delegado de policia, os subdelegados, os juizes de paz deste districto, e dos outros, que compõem o termo, darão pelo menos uma audiencia em cada semana, em observancia do art. 58 do Cod. do Proc. Crim., o que constará dos respectivos protocollos, assim como os motivos que occorrêrão para deixar de haver esta ou aquella audiência em os dias designados; pena de 50\$ de multa.

3º

Os escrivães dos subdelegados e juizes de paz desta villa, o dos districtos, são obrigados a munirem-se dos livros já declarados como indispensaveis a seus cartorios, e isto no prazo de um mez depois que estiverem de posse da copia authentica deste provimento, de modo que na futura correição não haja falta; pena de 25\$000 de multa por cada livro que faltar.

4º

Os mesmos escrivães dos subdelegados e juizes de paz, que por virtude do art. 68 do Reg. de 10 de Julho de 1855 estão incumbidos da arrecadação do sello, nos logares onde não ha estação fiscal propria, são obrigados a remetter trimestralmente ao collector respectivo o producto da arrecadação com a competente guia; pena de 30\$ de multa, além das cominadas no citado Regulamento.

5º

Os tabelliães, inclusive os escrivães do juizo de paz, são obrigados a remelter de tres em tres mezes ao inspector da mesa das diversas rendas da provincia relações de todas as transacções sujeitas ao pagamento de sizas, que fôrem lavradas em seus cartorios; outrosim o escrivão de orphãos tambem é obrigado a remetter á mesma estação e no mesmo prazo relações dos dinheiros de orphãos e ausentes entrados para

os cofres da collectoria, devendo todos communicar a este juizo de direito o dia da determinada remessa; pena de 50\$000 de multa.

6º

O escrivão da provedoria terá cuidado em arrecadar os testamentos originaes, que estiverem fora de seu cartorio; os guardará, e emassará com os do mesmo anno, pondo-lhes o rotulo respectivo; pena de suspensão por tres mezes por cada um que fôr encontrado ou visto fora do cartorio, exceptuados os casos previstos e notados acima.

7º

.....

8º

Aos tutores e curadores, e tambem aos testamenteiros, cujos prazos para as prestações das contas estiverem findos, o juiz de orphãos e municipal lhes tomará suas contas, cabendo rigorosa obrigação ao escrivão de fazer as necessárias promoções; pena de 50\$ ao juiz que as não tomar, e outro tanto ao escrivão que as não promover.

9º

O juiz de orphãos é obrigado a restringir ao menor espaço de tempo que fôr possivel a sua estada fóra de sua residencia, em attenção aos inconvenientes e prejuizos que resultão das longas ausencias á vara municipal, cujo expediente fica completamente paralyzado, com grave detrimento das partes. Hei esta admoestação por muito recommendada.

10º

Quando por notoria e reconhecida utilidade dos orphãos fôr fora de sua residencia fazer inventarios, reservará sempre as partilhas

para serem feilas na villa, visto que a lei assim o determina, e nós não podemos dispensar nella; pena de 50\$ de multa.

11º

O escrivão da correição extrahirá cópias deste provir mento, depois de lançado na acta do encerramento, e remetterá uma para cada autoridade e empregados do termo, inclusive o collector; pena de 10\$ por qualquer falta. Está encerrada a audiencia geral da correição deste termo.

Villa de Passos, 29 de Abril de 1858.

José Bernardo de Loyola,

Juiz de direito da comarca de Sapucahy.

N. 10.

Conferencia em correição em 18 de novembro de 1858 (Rio de Janeiro).

Juiz de direito, o Sr. Dr. Venancio José Lisboa. — Escrivão, o Sr. Hyppolito Candido de Assis Araujo.

PROTOCOLLO DE AUDIENCIAS DO ESCRIVÃO DA 3ª VARA CIVEL

BALBINO JOSÉ DA FRANÇA RIBEIRO.

Visto e examinado este livro em correição desde 11. 14 v. até fl. 67 v., noto que delle não consta que se fizessem as audiencias civeis e criminaes de conformidade com o disposto no art. 194 do Regulamento n. 120 de 31 de Janeiro de 1842; até parece que nenhuma audiencia criminal se fez neste juizo, quanto a processos que devem ter corrido por elle, e de que se não póde tratar senão em audiencia, como os de infracção de posturas, e os mais a que se referem os arts. 205 e seguintes do Cod. do

Prcc. Crim.; advirto, portanto, e censuro o juiz municipal da 3° vara por semelhantes faltas, e determino que haja, pelo menos, uma audiencia em cada semana para as causas policiaes e criminaes, declarando sempre o escrivão o nome do juiz que a faz, e fazendo a distineção de audiencia civil e crime, quando tiverem logar no mesmo dia. O que tudo se cumpra sob pena de responsabilidade. Rio, 13 de Outubro de 1858. — *Lisboa*.

LIVRO DE ENTRADAS DE DEPOSITO GERAL DA CÔRTE A CARGO DO DEPOSITARIO FRANCISCO TEIXEIRA DE LYRA.

Visto em correição de fl. 117 até fl. 177, o depositario não cumprio na infórmação que prestou tudo quanto foi determinado no provimento supra; assim é que não informou se se deu o balanço determinado peio artigo do Regulamento referido, nem se tal balanço se tem dado annualmente; cumpre, portanto, que o juiz municipal respectivo proceda ao dito balanço dentro do prazo de um mez, caso não tenha sido exactamente observada a disposição do já mencionado Regulamento, e que dentro do mesmo prazo tome contas ao depositario, sendo taes contas e balanços apresentados na proxima correição para serem revistos, sob pena de uma multa de 50\$, que será imposta ao depositario, se por culpa sua deixar este provimento de ser cumprido. Rio, 26 de Outubro de 1858.—*Lisboa*.

ORDEM TERCEIRA DE NOSSA SENHORA DO TERÇO.

Livro de receita e despeza.

Visto em correição até fl. 36 v., e examinando se esta ordem terceira está regularmente instituida ou erecta com licença do poder competente, e se tem compromisso approved ou confirmado, vim no conhecimento, em vista do Regimento interno que me foi apresentado, que foi ella erecta com licença do poder competente em 18 de Novembro de 1849, mas que não tem compromisso approved ou confirmado; portanto, em conformidade do disposto no art. 46 § 1° do Regulamento n.

834 de 2 de Outubro de 1851, suspendo o referido Regimento interno até que seja apresentado em juizo o compromisso aprovado, e nomeio interinamente administrador da referida capella a Antonio Fernandes Vaz, que prestará juramento e tomará contados bens por inventario, devendo em tempo prestar contas de sua administração. Rio, 9 de Novembro de 1858.— *Venancio José Lisboa*.

Desta sentença foi interposta appellação por parte da irmandade.

No livro de recibos até fl. 14, e no de termos de missas até fl. 13 v., foi posto *visto* pelo Sr. Dr. juiz de direito na mesma data.

IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DO CAMPO-GRANDE.

Livro de receita e despeza.

Visto em correição até fl. 73, não se tem tomado contas a esta irmandade desde o anno de 1835; não apparece o livro de recibos, apezar da recommendação feita no provimento á fl. 56, e não consta ter-se feito os suffragios determinados pelo compromisso em diversos annos, chegando a passar espaços de 5 e 10 annos sem apparecer no respectivo livro de certidões de missas os lermos competentes; finalmente, não estão lançadas as contas dos annos de 1855 até o corrente, nem consta a posse da mesa ultimamente eleita.

Advirto, portanto, e censuro a mesa administrativa pelo deleixo com que tem procedido, e determino que sejam tomadas pelo juiz de capellas todas as contas que estão por tomar, sendo apresentado o livro de recibos, ou pelo menos os documentos emmassados, sob pena de multa de 50\$ a 100\$, que será imposta a quem tiver concorrido ou concorrer para que não seja observado immediatamente este provimento; empregando o juiz todo o seu zelo e actividade para que seja esta

irmandade convenientemente regularizada. Rio, 9 de Novembro de 1858.— *Venancio José Lisboa*.

No livro do assento de certidões de missas até fl. 16, no segundo de assento de termos de eleições e no compromisso foi posto *visto* pelo Sr. Dr. juiz de direito na mesma data.

IRMANDADE DR NOSSA SENHORA MÃI DOS HOMENS.

No livro de receita e despesa até fl. 242, no de recibos até fl. 111, e no de compromisso foi posto visto pelo Sr. Dr. juiz de direito na data acima.

IRMANDADE DE S. CRISPIM E S. CRISPINIANO.

Livro de receita e despesa.

Visto em correição até fl. 200, estranho que esta irmandade não tenha prestado contas em juízo, nem ao menos as tenha aqui lançadas desde o anno de 1855, bem como que não appareção no respectivo livro recibos senão até á data de 5 de Dezembro de 1836, quando devem ter havido pagamentos de então para cá, que deverião ter sido lançados no livro á medida que fossem feitos.

Advirto, portanto, e censuro a mesma irmandade por esta falta de cumprimento de seus deveres, e determino, sob pena de soffrer uma multa de 50\$ a 100\$, que faça immediatamente lançar as contas relativas aos annos que fallão, sendo a receita em uma folha e a despesa na folha em frente, e declarando-se o aluguel mensal de cada predio, visto que o lançamento das contas tomadas não é regular, nem bastante claro e especificado. Rio, 9 de Novembro de 1858. — *Venancio José Lisboa*.

No livro de recibos á fl. 87 e no compromisso foi posto visto pelo Sr. Dr. juiz de direito na mesma data.

IRMANDADE DO SANTISSIMO SACRAMENTO DA FREGUEZIA DO LORETO
DE JACAREPAGUÁ.

Livro de receita e despesa.

Visto em correição até fl. 31 v., advirto e censuro esta irmandade pela falta de lançamento de suas contas desde o anno de 1854, e pela irregularidade das anteriormente lançadas e tomadas, por isso que de fl. 34 em diante não se declara de que proveio a receita, nem a natureza das despesas, não apparecendo igualmente no livro de recibos documentos que legalisem as ditas despesas; e determino que a mesa actual, fazendo immediatamente lançar as contas dos annos de 1855, 1856 e 1857, bem como os recibos de todas as quantias pagas durante esses annos, preste contas no juizo de capellas, sob pena de uma multa de 50\$ a 100\$; e como das contas tomadas se vê que lem havido sempre um saldo, cumpre que a mesa declare que destino tem elle tido, e quando porventura ainda exista, que o empregue na compra de uma ou mais apolices da divida publica. Rio, 10 de Novembro de 1858. — *Venancio José Lisboa.*

No livro de recibos até fl. 29 v. e no compromisso foi posto *visto* pelo Sr. Dr. juiz de direito na mesma data.

ORDEM TERCEIRA DE S. FRANCISCO DE PAULA.

Livro de receita e despesa.

Visto em correição até fl. 88 v., não se podem tomar as contas lançadas desde fl. 82 v. até fl. 88, por não terem sido apresentados á correição os documentos necessarios para comprovar as differentes verbas de despesa, nem os livros auxiliares indispensaveis para esclarecimento das mesmas contas.

Determino, pois, que sejam taes contas tomadas pelo juizo de capellas, devendo nessa occasião o juiz exigir a apresentação de todos os

livros, que esta ordem terceira deve ter no seu archivo, em conformidade do que dispõem os arts. 125 e 126 do seu compromisso.

Determino mais que se acabe com a pratica seguida por algumas irmandades, inclusive esta, de apresentar recibos avulsos para a prestação de suas contas, devendo todos os recibos ser lançados em um livro sellado, rubricado e aberto para esse fim.

O que tudo se cumpra sob responsabilidade de quem pertencer. Rio, 11 de Novembro de 1858.— *Venancio José Lisboa*.

ORDEM TERCEIRA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO E BOA MORTE.

Livro de receita e despeza.

Visto em correição até fl. 179, dê-se plena e inteira execução ao provimento dado na tomada de contas á fl. 180: “E constando do respectivo livro de recibos alguns em que se declarão quantias recebidas por saldo, outras por conta e ontras em virtude de contrato, o que denota ter-se contrahido dividas, ordena o mesmo ministro que se apresentem immediatamente no juizo de capellas os documentos que comprovem taes dividas, mostrando sua importancia exacta, de que provêm, bem como a autorização que houve para se contrahirem, com a pena de serem julgados nullos taes recibos, e fazer-se carga das quantias constantes delles ao syndico nas contas do anno seguinte”. Rio, 10 de Novembro de 1858.— *Venancio José Lisboa*.

No livro de recibos até fl. 94 foi posto *visto* pelo Sr. Dr. juiz de direito na mesma data.

IRMANDADE DA FREGUEZIA DE NOSSA SENHORA DA GLORIA.

Livro de despeza e receita.

Visto e examinado em correição o presente livro e o das actas, unicos que me fôrão apresentados, noto: 1º, que esta irmandade não presta

contas em juizo desde o anno de 1851; 2º, que não fôrão approvadas pela mesa respectiva as contas lançadas desde fl. 177 até fl. 191; 3º, que se contrahirão varios empréstimos, sendo o mais notavel o de 2:179\$591, sem que appareça a necessaria autorização concedida pela mesa conjuncta, unica que a podia conceder em conformidade do compromisso.

Advertindo, portanto, e censurando as mesas respectivas por essas faltas e irregularidades, determino, com a cominação de uma multa de 100\$000, que sejam quanto antes tomadas pelo juizo de capellas as contas de todos os annos decorridos desde o de 1852, e que nessa occasião sejam apresentados todos os livros que a irmandade deve ter conforme o art. 74 do compromisso, principalmente o de recibos, sem o qual não podem taes contas ser regularmente tomadas.

E como não póde jamais ser distraindo para festas e outras despesas o dinheiro destinado para as obras da igreja e concedido pelos altos poderes do Estado para aquelle fim especial, julgo nullo e de nenhum effeito o empréstimo contrahido á fl. 166 v., ou que desta folha consta ter sido contrahido, e mando que seja a respectiva mesa compellida a entrar com a sua importancia.

O que o juiz de capellas tudo cumprirá, sob sua responsabilidade. Rio, 12 de Novembro de 1858. — *Venancio José Lisboa*.

Livro das actas.

Visto em correição, sendo omisso o compromisso sobre a occurrencia que se deu de pedir o provedor a sua demissão, devera ser tomada pela mesa conjuncta a deliberação ácerca de tal occurrencia, como muito bem havia resolvido a mesa á fl. 115, tendo sido conveniente fazer maiores diligencias para se obter a reunião da referida mesa conjuncta.

Cumpre, portanto, que novamente se convoque mesa conjuncta para approvar a deliberação tomada á fl. 115 v., e para dar

alguma providencia sobre a omissão do compromisso neste e em outros casos semelhantes.

Quanto á deliberação tomada pela mesa á fl. 112 v., de ser o juro das oito apolices, compradas com o producto da subscrição, distribuido pelo reverendo vigario aos pobres da freguezia, nenhum inconveniente existe, uma vez que o reverendo preste annualmente contas das quantias que receber.

O que tudo se compra e observe. Rio, 12 de Novembro de 1858. — *Venancio José Lisboa.*

IRMANDADE DE S. GONÇALO GARCIA.

Livro de receita e despesa.

Visto em correição, fôrão tomadas á fl. 15 as contas que se achão lançadas neste livro desde o 1º de Abril de 1855 até o ultimo de Março de 1857.

Considerando, porém, que semelhantes contas, bem como as anteriores, não estão convenientemente organizadas pelo englobamento tanto da receita como da despesa; considerando mais que se contrahio um emprestimo de 13:000\$ e se despendeu com a obra mais dé 16:000\$, sem que conste terem sido essas despesas autorizadas por mesa conjuncta, segundo determina o art. 41 do compromisso: ordeno que d'ora em diante se lance o rendimento annual de cada predio em separado, bem como qualquer outra verba de receita, e que as diversas parcellas de despesa se refirão aos competentes recibos, que serão todos numerados, escrevendo-se adiante da verba da despesa o numero do recibo correspondente ao que estiver lançado no respectivo livro, e que seja apresentada ao juiz de capellas a acta da mesa conjuncta que tiver deliberado acerca do referido emprestimo e despesa com obras.

E como das contas se collige que existe um saldo de mais de 2:000\$, que mal e indevidamente fica debitado ao ex-syndico, quando devera ser logo empregado na amortização de parle do emprestimo, ou pelo menos passar ás mãos do actual syndico, determino que seja o ex-syndico compellido immediatamente a entregar o mesmo saldo, sob pena de ser por elle responsavel a mesa actual.

Finalmente, advertindo as respectivas mesas por não terem prestado annualmente as suas contas, como lhes cumpria, e por não encontrar no respectivo livro lançadas senão até a data de 31 de Março de 1857, d'onde concluo que não se lanção á medida que se fazem os pagamentos, mas sim posteriormente, o que é irregular e inconveniente, determino que cesse semelhante pratica, e que sejam desde já lançadas as contas relativas ao anno findo em Março do corrente, para serem competentemente tomadas.

O que tudo se cumpra e guarde, sob pena de uma multa de 50\$ a 100\$000.

E como não é possivel vêr e corrigir todos os livros de irmandades e confrarias que me fôrão apresentados nesta correição, sirva este provimento para as mais irmandades na parte que lhes fôr applicavel, dando-lhe o juiz de capellas plena e inteira execução.

Outrosim, fará cumprir a obrigação que imponho á mesa na sentença que julgou as contas ácerca dos conhecimentos da decima urbana. Rio, 12 de Novembro de 1858. — *Venancio José Lisboa*.

IRMANDADE DE SANTA EPHIGENIA.

Livro de receita e despeza.

Visto em correição, ficão tomadas á fl. 26 v. as contas desta irmandade do anno de 1856.

Cumpre que sejam quanto antes aqui lançadas as dos annos posteriores, que devem apresentar logo em juizo declarando circumstanciadamente o seu activo e passivo, e lançando todos os recibos no respectivo livro, não sendo toleravel que sejam elles passados em papeis avulsos, quando existe um livro para esse fim destinado. Rio, 16 de Novembro de 1858.— *Venancio José Lisboa.*

TABELLIÃES E ESCRIVÃES.

Livros de notas.

I

Tabellião, Manoel Hilario Pires Ferrão.

Visto e examinado o presente livro em correição, noto com pasmo que a maior parte das escripturas que nelle se contêm não estão concluidas, e que as de fl. 104 v., fl. 103 v., fl. 68, fl. 61, fl. 53 e fl. 22, tambem não se achão assignadas pelas partes; e noto mais que o tabellião não cumprio o determinado pelo art. 15 do Reg. n. 152 de 16 de Abril de 1842, quanto á transcripção do conhecimento do talão da decima urbana nas escripturas de vendas de prédios, contentando-se com a declaração de estar paga a decima do semestre findo; que as reservas das entrelinhas não estão feitas antes de sua assignatora, mas sim depois, o que não é regular; e, finalmente, que a verba da distribuição está sempre escripta no fim das escripturas, quando o devêra ser no principio, segundo determina o respectivo Regulamento.

Advirto, portanto, e censuro o tabellião por taes erros e faltas, sob pena de se lhe impor a multa marcada pelo sobredito Regulamento, e determino que sejam pelo actual tabellião declaradas sem effeito todas as escripturas que não estão assignadas pelas partes, e que seja intimado o ex-tabellião Manoel Hilario Pires Ferrão para vir ao cartorio incontinente concluir devidamente as escripturas que o não estão, sob pena de se lhe

fazer effectiva responsabilidade, nos termos da lei; e quando porventura tenha resultado algum prejuizo ás partes por este erro do mesmo extabellião, faça-se disso sciente o juiz competente, para que seja elle desde já responsabilisado, como cumpre. Rio, 30 de Outubro de 1858.

Addindo em tempo, noto mais que o tabellião não cumpre o que determina a Ord. liv. 1º, lit. 80, § 16, pelo que tambem o advirto e censuro, e lhe commino as penas estabelecidas por aquella Ordenação. Era supra. *Lisboa*.

II

Tabellião, Francisco José Fialho, servindo hoje interinamente Mathias Teixeira da Cunha.

Visto em correição, noto em primeiro logar a grave falta que já notei no livro n. 219 deste cartorio, isto é, de não se acharem concluidas algumas escripturas, como as de fl. 22, fl. 22 v., fl. 39, fl. 40 v., fl. 41, fl. 106, e fl. 124, sem conclusão e sem assignatura das partes.

Determino, portanto, que a este respeito se observe como nelle se contém o provimento lançado naquelle livro.

Noto mais que as escripturas de fl. 20 e fl. 34, além de não concluidas pelo tabellião, achão-se assignadas por uma só das partes; determino, pois, que fiquem igualmente sem effeito, fazendo o tabellião immediatamente abaixo della a competente declaração.

Noto ainda que apparecem tintas diversas em cada uma escriptura, sendo quasi differente da do corpo da escriptora a que se emprega no fecho, o que indica que é costume velho dos tabelliães deste cartorio fazer assignar as partes antes de concluir as escripturas.

Noto finalmente algumas entrelinhas e emendas que não fôrão resalvadas no fim da escriptura, como se vê á fl. 143 e fl. 109 v., e em outras.

Advirto, portanto, o tabellião por estes erros, de que se corrigirá, sob pena de uma multa de 50\$ por cada um em que incorrer.

Determino mais que se observe o provimento a que acima me refiro, relativamente aos mais livros que não posso vêr e corrigir. Rio, 5 de Novembro de 1858.

Addindo em tempo, noto mais que os tabelliães que escreverão neste livro não declararão as pagas que receberão das partes, contra o disposto na Ord. Liv. 1º, Tit. 80 § 16, pelo que os advirto de que lhes será imposta a pena comminada por aquella Ord. Era supra. — *Lisboa*.

III

JUIZO DE PAZ DA FREGUEZIA DA GUARATIBA (2º DISTRICTO).

Escrivão, Eduardo Antonio Rangel.

Visto em correição até fl. 14, noto que não consta ter-se pago o sello proporcional da escriptura fl. 1; que mal e indevidamente se acha lançado neste livro o protesto de uma letra á fl. 2; que na escriptura de fl. 2 á fl. 2 v. falta a licença dos donos do terreno vendido, não sendo sufficiente a declaração feita pelo tabellião de que os vendedores promettêrão apresentar tal licença; que na escriptura de fl. 4 á fl. 4 v. falta a licença dos donos da terra doada, e bem assim não consta que se tenha pago o sello proporcional ; que tambem não consta o pagamento do mesmo sello na escriptura fl. 6 v. á fl. 7 ; que mal e indevidamente entregou o tabellião á parte o documento da siza a que se refere a escriptura á fl. 8 v.; que não consta ter-se pago o sello proporcional da outra escriptura á fl. 8 v.; finalmente, que em algumas escripturas não se declara o *quantum* do sello proporcional que diz ter pago.

Advirto, portanto, e censuro o tabellião por semelhantes faltas e erros, que denotão a ignorancia em que se acha de suas obrigações, e determino que dentro de quinze dias mostre que estão revalidadas as escripturas de que porventura se tiver deixado de pagar o competente sello, sob pena de se lhe fazer immediata e effectiva responsabilidade nos termos da lei.

Recommendo mais ao tabellião que estude o seu regimento, o qual se contém nas Ords. do Liv. 1º, tits. 7º, 8º, 80 e 84, com as outras a que aquellas se referem; por ultimo o advirto, com comminação, que não admitia nem escreva no seu livro de notas documentos como o que se acha á fl. 8, que, além de informe, lhe foi apresentado por um terceiro de quem se não trata no mesmo documento. Rio, 30 de Outubro de 1858.—
Venancio José Lisboa.

Addindo em tempo, advirto mais o tabellião por ter deixado de mencionar no corpo da escriptura de fl. 14 á fl. 11 v. os nomes das testemunhas que assignarão, e por não estar esta escriptura feita com todas as declarações exigidas pelo respectivo regimento.—Rio, era supra. — *Lisboa.*

IV

JUIZO DE PAZ DA FREGUEZIA DE INHAÚMA.

Escrivão, Antonio Luiz da Silva.

Visto em correição, advirto ao tabellião de que foi irregular o seu procedimento não registrando logo abaixo das escripturas as procurações bastantes das partes, ás quaes procurações se refere nas mesmas escripturas; não resalvando algumas emendas e entrelinhas, ou fazendo-o depois da assignatura das partes, quando o devera fazer não só antes de taes assignaturas, como mesmo antes de encerrar as escripturas; finalmente, não fazendo declaração das pagas que recebeu

das partes por cada escriptura, como expressamente determina a Ord. Liv. 1º, Tit. 80, § 16.

Imponho, portanto, a este tabellião a primeira pena disciplinar de advertencia e censura, com a comminação de uma malta de 50\$ a 100\$. Rio, 17 de Novembro de 1858. — *Lisboa*.

PROVIMENTO GERAL.

Tendo chegado ao meu conhecimento que o ex-tabellião Luiz Rodrigues Pires da Costa mandou pelo seu escrevente juramentado tomar fóra do seu cartorio uma procuração que elle sómente subscreveu, advirto-o e censuro-o por semelhante procedimento; e advirto aos mais tabelliães de que elles não podem dar essa commissão aos seus escreventes juramentados, devendo as procurações ser tomadas por elles proprios, quer no cartorio, quer fóra d'elle.

O que cumprão, sob pena de se lhes fazer effectiva a responsabilidade. Rio, 17 de Novembro de 1858.— *Venancio José Lisboa*.

N. 11.

Provimento geral de correição do juizo de direito do 1ª vara da capital do Maranhão, lido na audiencia de encerramento em o dia 26 de Março de 1859.

.....

.....

VII

No juizo da provedoria muitas contas testamentarias fôrão tomadas, e ootras ordenei que se tomasse, e os autos seião presentes ao magistrado, a cargo de quem é esse trabalho. Conheci, porém, que o

cartorio da provedoria não está na ordem que é para desejar. O escrivão ignora que testamentos estão resididos e quaes os que não estão; e não tem procurado estudar os autos de seu cartorio, e classifica-los como cumpre. Chamo a attenção do juiz de residuos para esse cartório, e espero que o escrivão, que tenho por honrado, se dedique inteiramente, como é seu dever, aos trabalhos do cargo que exerce.

O escrivão da provedoria deverá ter todo o cuidado em guardar no cartorio os testamentos originaes, depois de registrados no livro proprio; e sómente os poderá entregar, quando fôrem requisitados para alguma acção crime ou civil de falsidade, precedendo á entrega despacho do juiz, e deixando traslado em seu logar.

Determino ao escrivão dos residuos que se muna, quanto antes, de um livro para nelle se lançarem os nomes dos testamenteiros, das localidades em que estes residirem, o valor das quantias arrecadadas, etc, etc, as observações de residencia, do estado dellas, as remoções de testamenteiros, os nomes dos que os substituirem.

VIII.

O juizo dos orphãos, dirigido por um magistrado de intelligencia superior, como era o Dr. Valle de Carvalho tem funcionado regularmente.

A morte prematura deste honrado membro da magistratura, que no viço da idade nos deixou, e que promettia tanto no futuro, foi certamente uma desgraça para os orphãos, que, na phrase da Ordenação, são pessoas que não têm perfeito conhecimento do que lhes convem; e, se não fôrem bem providos, além de suas fazendas se perderem, receberão detrimento em suas pessoas, pelas quaes elles (os juizes) devem muito olhar. A sua honradez, seos serviços continuos a bem da fazenda, e pessoas desses entes que a lei procura tanto proteger, e que tiverão a desgraça de perder o arrimo e protecção natural, pedem de mim

essas palavras de elogio. Esta provincia perdeu um de seus filhos de notavel e transcendente merito, e a magistratura um dos seus mais distinctos membros. Essa curta vida de magistrado, pura e toda dedicada ás arduas e severas funcções do cargo, deve ser sempre lembrada por aquelle que succeder ao Dr. Valle de Carvalho.

Espero que o juiz em exercicio cumpra seus deveres, — que pergunte pelos orphãos que no termo houver, e se informe como são providos, e as fazendas administradas e aproveitadas pelos seus tutores; que chame os tutores, que no logar e seu termo houver, e veja os inventarios, e por elles lhes tome conta de tudo o que dos orphãos receberão e despenderão, fazendo logo pagar tudo o que os tutores devem, e mal despenderão; que quando achar que os tutores não fazem o que devem, assim ás pessoas dos orphãos, como em suas fazendas, e que devem ser tirados, os tire, e ponha outros que o bem fação.

IX

O juiz dos orphãos deve ter cuidado em não nomear para tutor dos orphãos os seus padraustos. O esquecimento desta regra tem dado causa a innumeras desgraças para os orphãos; e neste mesmo termo, nesta capital, temos sido testemunhas dellas. Se as nossas leis repellem da tutela a viuva, mãe do pupillo, quando casa segunda vez, presumindo que já lhe não tem aquelle affecto, de que confiavão a bôa administração, menos podem confiar naquelle com quem ella casou, (Guerreir. Trat. 3º, liv. 3º, capit. 4º, ns. 40 e 41.)

E ainda que alguns assentão que o juiz deve confiar a tutela aos padraustos, sendo elles capazes e probos, com-tudo devem ter nisso toda a cautela. — *Vitrici erga privignos maligna consilia nutriunt; eosque odio habent; mortem illorum frequenter desiderant, et multas proditones erga quotidie moliuntur.* — A experiencia confirma tudo isto, e a prudencia exige que se não fação tentativas, cujos resultados costumão ser funestos.

“São inhabeis, pelo justo receio, para serem nomeados tutores os padraustos dos orphãos, e o juiz jamais os chame para curarem da fazenda, e pessoas dos orphãos seus enteados.”

X

O juiz dos orphãos tenha sempre em vista estas disposições, e as seguintes, que devem ser guardadas a bem da fazenda dos orphãos:

“Como o inventario é para beneficio dos herdeiros, fica indubitavel não dever fazer-se, quando a herança fôr insignificante, porque então será absorvida pelas custas.

O juiz só irá fazer inventario fora de sua residencia, quando fôr de reconhecida utilidade para os orphãos; mesmo nesses poucos casos as partilhas devem ser sempre feitas no lugar da residencia do juiz, para que se não aumente despesas, que necessariamente têm de sahir das heranças dos orphãos, muitas vezes já tão mingoadas.”

XI

.....

XII

Temem-se todos das despesas de justiça no intentarem as acções, e muitas vezes preferem abandonar seus direitos, receiosos dos gastos dos processos. O novissimo Regimento das Custas augmentou-as, e com razão, visto como as que vigoravão fôrão ordenadas em remota éra, e o presente pedia a refórma por muitas considerações que deixo de expender pelo improprio do lugar. Não é, porém, dahi que vem esse receio das partes, mas do procedimento criminoso de alguns empregados de justiça, que, por amor do ganho, augmentão as escriptas dos processos, multiplicão termos, certidões, e citações sem necessidade. E aquelles que assim procedem, preferindo o interesse aos gozos e vantagens de um bom nome, da confiança de seus superiores, e do publico, são indignos de exercerem cargos de justiça. Não são os empregos que dão as posições elevadas na sociedade, as posições unicas

dignas da ambição humana, mas as virtudes das pessoas que os exercem. Quando o escrivão, o official de justiça é honrado, a consideração publica nunca lhe falta, nem a estima, o o respeito, que para o justo de outra classe superior se dispensa naturalmente. Espero, pois, que os escrivães que perante mim servem, e os de outros juizos, não se esqueçam jamais de seus deveres, não commettão taes actos para o diante, e procedão por tal fórma que se restabeleça a boa opinião, que para si requer a administração da justiça para ser proficua. Se me cahir debaixo da vista algum commettimento destes, que deixo censurados, applicarei immediatamente a punição legal á acção criminosa.

“As sentenças que os escrivães extrahirem do processo não conterão mais do que o pedido, e contestação ou articulado das partes, e a sentença com os documentos a que ella se refere.

Os escrivães, nos actos dos seus officios, que praticarem fora de seus cartorios, serão diligentes, e curarão principalmente em não crearem estadas desnecessarias em proveito proprio.

As estadas, de que falla o art. 108 do Regimento das Custas em vigor, serão contadas pelo contador na razão da qualidade do acto, que por motivo do officio pratica o escrivão; e se vir que o acto não pedia o consumo das horas que certifica o escrivão ter gasto (como, por exemplo, uma simples citação dentro do termo, dentro da cidade as não contará; e assim procederá o juiz perante quem servir o escrivão, punindo-o como fôr de direito, se conhecer-lhe dolo, e má fé. E o juiz, e o contador sob suas responsabilidades, que farei efectivas, cumprão o que fica dito.

Todos os autos subirão ao contador, ainda que contados sejam pelos respectivos escrivães. O contador, todas as vezes que em acto de seu officio, e pela força dos provimentos, não contar custas aos escrivães por indevidas, por serem fora da lei as escriptas e diligencias que soffrêrão a glosa, o participará immediatamente ao juiz perante quem servir o escrivão, para ter logar o processo. Ao escrivão corre a indeclinavel obrigação de diligenciar a remessa dos autos ao contador; e será responsabilisado se ai fizer.”

XIII

Tenho notado que os escrivães se entregão a alguns trabalhos, proprios principalmente dos officiaes de justiça, em detrimento destes, que têm de tirar de seus actos o necessario para se sustentarem e ás suas famílias. Distrahem-se os escrivães, além disso, com trabalhos que não lhes são proprios, abandonando as escriptas que nos processos têm de fazer, retardando dest'arte o andamento dos feitos.

Abunda trabalho para os escrivães em seus cartorios, entreguem-se a elle exclusivamente, que servirão bem. É a isso que attribuo tambem a ignorancia em que muitos estão do que ha mesmo dentro de suas estantes.

Recommendo que cesse semelhante abuso, e que amesquinha mesmo aquelle que o pratica. Espero vêr os officiaes de justiça empregados em seus trabalhos d'ora em diante, trabalhos que lhes são proprios, e que não é bem que sejam roubados. Eu terei isto muito em vista no estudo dos autos, e fação o mesmo os juizes municipaes, delegados, subdelegados e juizes de paz.

E os escrivães cumprirão o que ora estatuo no provimento.

XIV

Apezar do meu aturado trabalho, ainda assim não me foi possivel rever todos os autos que fôrão apresentados á correição. Os que não tiverão o visto o soffrerão na seguinte correição.

Além do que ficou disposto, observar-se-ha tambem o seguinte:

“Os juizes municipaes e de orphãos, o delegado de policia, os subdelegados e juizes de paz darão pelo menos uma audiencia em cada semana, em observancia do art. 58 do Cod. do Proc. Crim., o que constará dos respectivos prolocollos, assim como os motivos que occorrerem para deixar de haver esta ou aquella audiencia em os dias designados.”

XV

.....

XVI

O escrivão da provedoria terá cuidado em arrecadar os testamentos originaes que estiverem fora de seu cartorio; os guardará e emmassará com os do mesmo anno, pondo-lhes os rotulos respectivos; pena de suspensão; exceptuados os casos previstos e notados acima.

XVII.

Aos tutores e curadores, aos testamenteiros, cujos prazos para as prestações das contas estiverem findos, o juiz de orphãos e municipal as tomará, cabendo rigorosa obrigação ao escrivão de fazer as necessarias promoções.

Está encerrada a audiencia geral da correição, Maranhão, 26 de Março de 1859.

Viriato Bandeira Duarte,

juiz de direito da 4^a vara crime da capital do Maranhão.

N. 12.

**Provimento do juiz de direito de Taubaté em correição de 12 de
Maio de 1860.**

.....

VI

JUIZO DE ORPHÃOS.

Incumbe-me a lei syndicar sobre o procedimento dos empregados sujeitos á correição, e no desempenho dessa ardua obrigação peza-me dizer que fui infórmado que o juiz municipal e de orphãos não é assiduo em deferir e administrar justiça ás partes.

No exame de autos e papeis com que entende a alçada da correição, no ramo de orphãos, encontrei faltas e irregularidades que notei em alguns que póde examinar, e sobre as quaes darei alguns provimentos.

§ 19. Os julgadores declarem em suas sentenças as causas e razões era que se fundão a condemnar ou a absolver, ou a confirmar ou revogar, e outrosim declarem o numero da pagina ou da folha dos autos a que se referirem. Ord. liv. 3º, tit. 66, § 7º.

§ 20. Não devem os juizes de orphãos proceder *ex-officio* a inventario quando a herança fôr insignificante e de pequeno valor, porque será absorvida pelas custas, e em taes casos limitar-se-ha a uma descripção dos bens, em processo sumarissimo, e á nomeação de tutor aos menores, ao qual incumbe zelar e arrecadar a herança que estes possão ter.

§ 21. Noto a falta de um curador geral dos orphãos neste fôro, caja nomeação deverá recahir em um advogado, ao qual compete nos inventarios dizer de direito e requerer a bem dos orphãos, sendo ouvido por escripto, e dispensando-se a nomeação de um curador *ad litem* em cada inventario.

§ 22. Advirto que entre os orphãos de pai e os de mãe ha ahi differença. Áquelles ê que se refere a Ord. liv. 4º tit. 104 in pr., mandando que se lhes dê tutores e curadores dentro de um mez, observando-se na sua escolha e nomeação o que ahi vem preceituado; e estes não precisam de outro tutor senão daquelle que a natureza lhes deu, e que são legitimos administradores e usufructuarios de todos os seus bens, segundo a Ord. liv.

1, tit. 88, § 6°. Áquelles não podem casar-se sem licença do juiz, e estes basta que tenham o consentimento de seus pais. Leis de 29 de Novembro de 1773 e 22 de Setembro de 1828, art. 2°, § 4°

§ 23. Os tutores legitimos e os dativos, uns e outros são obrigados a prestar fiança, salvo se fôrem abonados em bens de raiz. Ord. liv. 4°, tit. 102, § 5°, e Alvará de 7 de Dezembro de 1689.

§ 24. Os padrastrós devem ser excluidos da tutoria, porquanto é um contra-senso admitti-los quando as leis repellem da tutoria as viúvas, mais dos pupillos, que se casão segunda vez. Ord. liv. 4°, tit. 102, § 4°.

É muito abusiva e perigosa a pratica seguida neste foro de ordenar-se nos inventarios o pagamento das dividas passivas do casal por uma simples e generica declaração do inventariante, e ligeira acquiescencia dos co-herdeiros e curador dos orphãos, e em muitos casos até presumindo-se consentimento tacito, sem que os credores houvessem requerido seu pagamento, sem que se apresente titulo ou documento que legalise e prove taes dividas, e algumas vezes sem constar áo menos quem são os credores. É muito mais estranhavel que nestas circumstancias separem-se bens na partilha, que são adjudicados ao inventariante ou a algum dos herdeiros, algumas vezes por quantias muito avultadas em relação ao monte-mór, soffrendo os outros co-herdeiros uma desapropriação de bens, sem que conste dos autos que demittirão de si o dominio que em commum têm sobre os bens adjudicados. O credor fica inteiramente alheio a esta especie de transacção, porque não se mostra que houvesse feito cessão do seu credito, ou que a divida fosse remida pelo herdeiro adjudicatario, e por consequencia com direito de allegar: *Res inter alios acta et judicata aliis nec nocet, nec prodest*.

Reprovando semelhante pratica, contraria ao que ensinão todos os praxistas, recommendo que se observe o seguinte:

§ 25. Só deve ordenar-se nos inventarios o pagamento das dividas passivas que fôrem legalisadas com titulos ou conta corrente extrahida dos livros dos negociantes, e em que todos os herdeiros e o curador dos orphãos convenhão expressamente por um termo nos autos. (Ord. liv. 1º, tit. 24, §§ 19 e 20), porque neste caso ha uma confissão judicial que dá logar a uma condemnação de preceito e á via executiva: Ord. liv. 3º, tit. 66, § 9º.

§ 26. Não se adjudicará bens a um dos co-herdeiros para pagamento das dividas do casal, sem que todos os outros convenhão e consitão por um termo nessa adjudicação, demittindo de si o dominio sobre os ditos bens, e sem que o herdeiro adjudicatario mostre que ha remido a divida, ou se apresente como cessionário dos credores da herança, excepto no caso de ser o marido o cabeça do casal e inventariante, a quem se adjudique os bens; porque, continuando na posse velha que já tinha, como diz a Ord. liv. 4º tit. 95 in pr., póde ser demandado *in solidum* pelas dividas do seu casal.

Nas partilhas cumpre repellir a pratica, que notei seguir-se neste fôro, de fazer-se o pagamento dos quinhões dos orphãos em pequenas parcelas em differentes bens, os quaes pelo resto do seu valor são lançados em pagamento de outros co-herdeiros maiores; o que dá em resultado ficarem estes na posse e usufructo desses bens, que não podem ser partidos sem damno, e que não podem ser vendidos sem o seu aprazimento. Ord. liv. 4º, tit. 96, § 5º, e os orphãos correndo o risco de deteriorações e mortes.

Recommendo sobretudo o seguinte:

§ 29. O Dr. juiz de orphãos procurará determinar as partilhas de maneira que os co-herdeiros maiores não tenham parte nos bens em que fôrem aquinhoados os orphãos.

§ 30. Os bens moveis e semoventes, de que os orphãos não tenham necessidade immediata para seu uso, serão arrematados em hasta publica, na fórma da Ord. liv. 1º tit. 88, § 25, e o seu producto terá o destino que determina a Lei de 13 de Novembro de 1841.

§ 31. Quando não seja possivel determinar as partilhas por essa fórma, e co-herdeiros maiores tiverem parte nos mesmos bens, procure-se chegar a um accordo para effectuar-se a sua venda. Ord. liv. 4º, tit. 96, § 5º.

A respeito dos immoveis pertencentes aos orphãos reconheço a difficuldade de estabelecer preceitos proficuos e exequiveis quanto aos ruraes, pelo modo de ser da nossa propriedade territorial, e porque a execução para e simples do que sobre elles dispõe a Ord. liv. 1º, tit. 88, § 23, e liv. 4º, tit. 43, § 6º, póde importar em sen prejuizo com o systema de agricultara em pratica no paiz.

Muitos orphãos têm todo o seu patrimonio contitudo em terras, as quaes são para elles um capital improductivo e não susceptivel de augmento, a não ser o da alça de valor, que proviria do desenvolvimento do paiz, se a carencia de braços não viesse perturbar e exclui-los da partilha dos beneficios da lei natural do progresso, até que se estabeleça o equilibrio das forças productivas. Isto na hypothese a mais favoravel; porque em geral outros co-herdeiros, aos quaes couberão em quinhão algumas bemfeitorias, ou que tambem tiverão uma pequena parte nas mesmas terras, possuem e usufruem todas *pro indiviso*, prejudicando-os com a sua deterioração.

Entretanto, porém, como observar o preceito da Ord. citada do liv. 1ª, tit. 88, arrendando-as em hasta publica, sem averiguar divisas e discriminar as que devem de pertencer-lhes? E as immersas despesas de custas judiciaes que em muitos casos acarretão essas divisas? E o systema barbaro de agricultura do paiz, pelo qual dentro em pouco se

esgotão os elementos vegetativos, e os terrenos desmerecem de valor? Recommendo, porém, o seguinte:

§ 32. O Dr. juiz de orphãos, nos casos em que fór indispensavel, procurará discriminar as terras que fôrem do dominio de orphãos, evitando o mais possivel grandes despezas para isso.

§ 33. Quando estiverem discriminadas, mandará notificar o co-herdeiro que tiver parte na mesma fazenda, ou quem fór senhor das bemfeitorias nella existentes, para se as quizer tomar por arrendamento, louvar-se em um arbitrador, o qual, com outro nomeado pelo curador geral, avaliará o quanto de arrendamento.

§ 34. Se o co-herdeiro se recusar ao arrendamento, proceda-se de conformidade com a Ord. liv. 1º, tit. 88, § 24.

§ 36. Em um e outro caso o arrendamento será feito com exclusão das maltas virgens, as quaes o rendeiro se obrigará a conservar intactas.

Motos orphãos pobres arrastão por ahi uma existencia descuidosa e de provações, sem receberem uma educação profissional, da qual no futuro possão tirar meios de subsistencia, e de ordinario ou tornão-se réus de policia, ou vão engrossar as fileiras do exercito; entretanto que o paiz passa por uma crise proveniente da falta de braços uteis e productivos.

§ 36. Recommendo ao Dr. juiz de orphãos que, auxiliando-se dos juizes de paz e subdelegados, forme um cadastro de todos os orphãos deste termo, como dispõe a Ord. liv. 1º, tit. 88, § 3º, e, por elle verificando quaes os orphãos que estão nas circumstancias de serem dados por soldados, observe e cumpra as sabias determinações da mesma Ord. §§ 13 a 18, cuja execução é recommendada pelo art. 32, § 6º, do Regulamento de 2 de Outubro de 1851.

VII

CUSTAS.

Muitas queixas tenho ouvido contra as despesas excessivas da justiça neste foro, e na syndicancia a que procedi, se algumas achei infundadas, julgo outras procedentes. O novo Regimento de Custas, tendo em attenção que o Alvará de 1754 era hoje anachronico, procurou melhorar a posição dos empregados do foro; porém de sua execução infiel provêm algumas queixas, sobre as quaes cumpre prover, protestando de, na seguinte correição, proceder a um rigoroso exame e punição dos que achar em falta.

§ 37. Os escrivães e tabelliães, pelos actos de seu officio fora de seus cartorios, ainda mesmo que seja dentro da cidade, com excepção dos especificados no art. 108 do Regimento, têm direito de perceber estadas. Recommendo-lhes, porém, que sejam diligentes no exacto cumprimento da segunda parte do citado artigo, e mais lhes recomendo que nas assentadas das diligencias, em que ha logar cobrar estadas, declarem sempre a hora em que principiarão os actos.

§ 38. A pratica que observei de cobrarem o juiz e escrivão de orphãos pelos termos simples de tutela os emolumentos que os arts. 30 e 132 do Regulamento marcão para as provisões de tutela é abusiva.

As provisões de tutela têm um processo especial, e pagão o imposto da tabella annexa á Circular de 16 de Outubro de 1851. Declaro, porém, que esses processos para provisões de tutela ás mais e avós só servem para acarretar despesas aos orphãos, e o que se observa neste fôro é muito conforme com o § 3º da Ord. liv. 4º, tit. 102.

§ 39. Os solicitadores, quando encarregados da defesa dos réos, têm direito aos honorarios que marca o Regimento para os advogados, porque os emolumentos são *pro labore*.

§ 40. Ao contador recommendo mais clareza e individuação no lançamento das custas, e que, quando tiver de contar caminho, declare o numero de leguas.

Não me sendo possivel proseguir na presente correição, e não me chegando o tempo para rever todos os autos e papeis, prover sobre as irmandades e ordens religiosas, limito-me ao presente provimento, que será guardado e cumprido, commonicando-se por cópia aos empregados, a quem compete, o seu conhecimento. Está encerrada a audiencia geral da correição.

Taubaté, 12 de Maio de 1860. — O juiz de direito da comarca,
João Marcellino de Souza Gonzaga.

N. 13.

**Provimento do Juiz de direito da capital de Alagoas, em correição
de 16 de Outubro de 1861.**

“Os diversos ramos do serviço publico sujeitos á correição não têm infelizmente corrido com a regularidade que fora para desejar-se.

Alguns abusos e omissões encontrei no exame dos autos, livros e mais papeis que me fôrão presentes; esses abusos e omissões se têm dado em detrimento dos orphãos e dos individuos que, antes de culpa fôrmada, são recolhidos á prisão como indiciados em crimes, ou mesmo para averiguações policiaes.

Quanto aos orphãos, notarei antes de tudo que a lei ordena que o juiz só saia fôra das villas e cidades a fazer inventario, quando este fôr mais a beneficio dos orphãos: tão benefica e salutar disposição tem si o sempre postergada; porque quasi todos os inventarios se têm feito nos logares da residencia dos inventariantes, resultando daqui que muitos casos se têm dado em que o juiz com o seuescrivão são mais bem aquinhoados que os proprios herdeiros; e ordinariamente para o pagamento das custas dos pequenos inventarios vê-se obrigado o pobre conjuge sobrevivente a dispor de certos

bens, donde maior proveito poderia resultar aos orphãos. É assim que, a pretexto e sob o zelo apparente de garantir o futuro desses infelizes, se transtorna e arruina muitas vezes sua sorte, tirando-se da pequena fortuna adquirida por seus progenitores a melhor parte, para repartir-se pelo juiz, seu escrivão, avaliadores, etc...

Notarei ainda que não é menos prejudicial e abusiva a pratica de proceder o juiz de orphãos a inventarios e partilhas nos casos em que a herança é insignificante, resultando de semelhante pratica que em alguns inventarios, como encontrei, absorvão as custas a quinta parte do valor dos bens inventariados e partilhados, tocando por conseguinte ao juiz, seu escrivão e avaliadores o dôbro, e ás vezes mais daquillo que coube a cada um dos miseros orphãos, em suas legitimas, sendo que ainda neste caso não se tem dispensado o cortejo de custas de caminho e estada!

Para que se não reproduzão abusos taes, mando que se observem as determinações seguintes: 1.^a Que o juiz de orphãos só deixará de proceder a inventario e partilhas dentro desta cidade, quando de sua sahida para o logar da residencia dos inventariantes resultar incontestavel e evidente vantagem para os orphãos, como, por exemplo, quando houver alguma fazenda rural, escravos, e crescido numero de gado vaccum e cavallar, etc, para avaliar-se, porque neste caso seria mais incommodo e dispendioso, e mesmo impraticavel, o inventario, sem que vá o juiz ao logar da residencia do inventariante, o que não acontece quando os bens são poucos e moveis, semoventes, e neste ultimo caso só lhe será permittido sahir desta cidade se lhe fôr requerido pelo inventariante, o que deverá constar de petição por elle assignada, junta ao respectivo inventario, sob multa de 100\$; 2.^a Que, quando a herança fôr insignificante (e por tal deverá ser considerada todas as vezes que as costas do inventario se approximarem ao valor do que tocar a cada um orphão em seu quinhão hereditario), não proceda o juiz a inventario e partilhas, como tem feito, e simplesmente a um arrolamento dos poucos bens que existirem no casal, com especificada declaração de seus valores, e um dividendo, feita a avaliação e o dividendo par um termo, fazendo o juiz com o escrivão as vezes de partidores, o que tudo deverá constar do mesmo termo, que será assignado pelo juiz e avaliadores, sob pena de responsabilidade, ou multa de 100\$, como mais no caso couber. 3.^a Finalmente, deve o juiz não consentir na pratica abusiva de se publicarem as sentenças de partilhas, ou de qualquer incidente dos inventarios em mão do escrivão; sendo publicadas d'ora era diante em audiencia, o em presença das partes, afim de evitar o extraordinario accrescimo de custas (que ordinariamente mais avultão nos

inventarios dessas notificações e intimações, que faz o escrivão; cumprindo que o juiz attenda mais aos interesses dos orphãos e das partes do que aos do escrivão, sob pena de responsabilidade.

Quanto ao mais concernente ás pessoas e bens dos orphãos em geral, e ao cuidado que deve ter o juiz por occasião de proceder a qualquer inventario no que respeita ao pagamento da siza e meia siza dos bens que a ellas estejam sujeitos, observará o juiz o que lhe foi determinado em provimentos anteriores, sob pena de multa e responsabilidade ali comminadas.

Pelo que toca á administração da justiça criminal, os juizes na formação da culpa dos indiciados criminosos procederão com a celeridade que a lei recommeoda; e em todo o caso, quando não fôr ultimado o processo no prazo legal, deverá o juiz no seu despacho de pronuncia ou não pronuncia, declarar de modo conveniente as razões que leve para ultrapassar o termo dentro do qual quer a lei que se forme culpa aos delinquentes, cumprindo que o escrivão do feito certifique neste caso qual a affluencia dos negocios que motivára a mora ou retardamento da formação da culpa, sob pena de responsabilidade ou de suspensão por dous mezes, conforme mais no caso couber.

Na formação da culpa em geral, e particularmente nos crimes em que julgão definitivamente, deverão as autoridades proceder com a maior circumspecção e cuidado nas diligencias necessarias para a instrucção dos processos e conhecimento da verdade, assim como em suas decisões e despachos não se arrogarão por fórma alguma a apreciação de circumstancias, cujo conhecimento só compete ao tribunal do julgamento, permittindo aos réos a maior amplitude na apresentação dos meios de sua defesa, que não deve nem póde ser coarctada, ou preterida sem manifesta violação da lei, sob pena de suspensão por dous mezes, ou de responsabilidade. Ás autoridades policiaes (a quem advirto com censura) hei por muito recommendada a fiel observancia e prompta execução do art. 111 do Regulamento n. 120 de 31 de Janeiro de 1842, na conformidade do que se acha disposto nos arts. 121, 122, 123 e 124 doCodigo do Processo Criminal, evitando por todos os meios legaes a continuação de reuniões nocturnas no centro desta Cidade, e nas ruas mais publicas, com manifesta perturbação do socego publico e offensa dos bons costumes, da tranquillidade publica e paz das familias, sob pena de responsabilidade, ou de multa de 100\$, como mais no caso couber.

Advirto igualmente com censura que não devem as autoridades criminaes conceder mandados de busca fora dos casos mencionados no art. 189 do Codigo do Processo Criminal, sob pena de suspensão por dous mezes, ou de responsabilidade; e opportunamente serão responsabilizadas por excesso e abuso de poder todas quantas tiverem procedido diversamente; porque tão vigilante deve ser a autoridade na repressão e punição dos delictos, como respeitadora das garantias individuaes outorgadas pela Constituição do Estado a cada um dos cidadãos.

Finalmente cada uma das autoridades criminaes fará organizar um mappa circunstanciado dos processos instaurados em seus juizos, com especificada declaração dos que fôrem julgados procedentes, ou improcedentes, e daquelles em que proferirão sentença definitiva, absolvendo ou condemnando, por lhes competir o julgamento final, mencionando-se igualmente a natureza dos crimes e os nomes dos autores e complices; o qual mappa será d'ora em diante apresentado nas futuras correições, sob pena de multa de 50\$000.

Pelo que respeita ás irmandades e confrarias, é de lastimir que tinham até certo ponto arrefecido no empenho e zelo religioso que as deve caracterisar; algumas ha, que durante um anno inteiro se reúnem uma só vez para examinar e tomar contas aos respectivos thesoureiros, conforme lhes cumpre; o que tem dado logar a que fiquem alguns alcançados para com as irmandades, e, o que mais é, que esses alcances se tornem incobreveis no caso de morte dos referidos thesoureiros, ou por não deixarem bens donde se possa deduzir o pagamento, ou pela confusão e falta de esclarecimentos na escripturação da receita e despesa a cargo dos mesmos thesoureiros, o que por certo se poderia evitar, se fossem chamados regularmente a prestar suas contas, ao menos uma vez annualmente.

Para que cesse semelhante incuria, deverá o juiz provedor compellir as irmandades a que se reunão annualmente em tempo determinado para o fim de revêr, examinar e tomar as sobreditas contas, fazendo ponir como desobedientes aquellas que o deixarem de fazer; devendo igualmente informar-se se os actuaes thesoureiros são pessoas chãs e abonadas, que por seus bens possam garantir qualquer desfalque que porventura appareça nos rendimentos das irmandades; e quando, mediante as pesquisas que fizer, se convencer de que o não são, ordenará que prestem esses thesoureiros fiança idonea, e, não prestando, serão logo chamados a prestar contas, exonerados, e nomeados outros, que offereção sufficiente garantia; ficando em todo caso certas as irmandades e confrarias, e o juiz provedor, que

todo e qualquer prejuizo resultante da má gerencia, ou applicação dos dinheiros a cargo dos thesoureiros, será indemnizado em correição por aquelles irmãos ou juiz que nomear ou tolerar a nomeação de thesoureiros, que não tenham por si, ou seus fiadores, bens com que possam pagar, sob multa de 100\$000.

Não consentirá o juiz provedor que se faça concerto, reparo, ou qualquer obra nas capellas existentes, sem que previamente conheça da necessidade e urgencia de taes serviços, e mediante orçamento, que deverá ser feito por pessoa competente, e de sua inteira confiança, sob multa de 100\$. E o thesoureiro, ou administrador que por si, e sem a competente autorização, empregar qualquer quantia em as ditas obras ou reparos, lhe será glosada.

Aos escrivães em geral ordeno que, sempre que receberem ordens verbaes, ou escriptas da autoridade, perante quem servirem, em sentido contrario ás determinações contidas neste provimento, duvidem cumpri-las; e se não obstante fôrem desaltendidas, me communicarão immediatamente por escripto o objecto de sua duvida, afim de que arredem de si a responsabilidade que lhes possa resultar, sob pena de suspensão por um mez.

E lhes hei por muito recommendado que nas épocas das prestações das contas dos collectores remettão á respectiva thesouraria uma relação minuciosa de todos os contratos e arrematações que se fizerem por execuções ou pendencias de seus cartorios, e que tiverem pago siza, ou meia siza, com especificada declaração dos nomes das partes, das quantias pagas, e dos togares e tempo dos pagamentos, devendo o escrivão de orphãos nessa occasião contemplar o dinheiro dos orphãos entregue á collectoria, e a taxa de heranças e legados que foi paga, sob pena de suspensão por trinta dias.

Ao carcereiro da cadêa desta cidade determino, sob pena de suspensão por um mez, que não receba d'ora em diante preso algum, que não seja por ordem das autoridades processantes, afim de que não se reproduza o escandaloso abuso de serem recolhidos á prisão por oito e mais dias, fór qualquer fiscal da camara municipal, os individuos que no seu entender se constituem infractores de suas posturas, como ha pouco se deu com uma pobre preta africana livre de nome Felicidade, que fôra privada de sua liberdade por 15 dias, com preterição de todas as formulas legais, e sem a menor intervenção e conhecimento da autoridade competente.

Chamo a mais particular atlenção da camara municipal sobre este objecto, assim como sobre as extorsões denunciadas pela imprensa do *Diario das Alagoas* contra o zelador do mercado desta cidade, sob pena de responsabilidade.

Terminando aqui, determino que, quanto ao mais de que não fiz especial menção, se continue a cumprir e observar o que se contém em meus dous anteriores provimentos, sob as penas ali comminadas. O escrivão lance este provimento no livro das actas da correição, extraia cópias delle, e as envie ás pessoas a quem competir seu conhecimento e execução."

N. 14.

Provimento Geral em Correição. Lido na audiencia do encerramento da mesma, em e termo de Codó, comarca de mesmo nome, pele juiz de direito Augusto Elisio de Castro Fonseca.

JUIZO DE ORPHÃOS.

Entre as attribuições do juiz nenhuma é mais importante de que a que o incumbe de velar na conservação dos que têm a infelicidade de perder os seus naturaes protectores, quando delles ainda precisão, e infelizmente notei, faltando em geral, que no juizo de orphãos não tem havido aquelle zêlo que deve existir, não só da parte do juizo, como do escrivão e tutores.

Da parte do juizo tem havido descuido, do escrivão alguma cousa mais, e dos tutores ainda peor, sendo o procedimento de alguns delles altamente censuravel, digno de severa repressão, como se pôde vêr das contas prestadas.

Ha excepções, e aquelles que nellas se achão comprehendidos devem ter tranquillã a consciencia de que não é a elles que me refiro.

Raro é o tutor que, por ocasião de prestar contas, não se apresente como credor de seus tutelados, incluindo nellas verbas que não podião ser attendidas e que, entretanto, têm sido attendidas, motivo por que censuro o juizo.

Bens moveis e semoventes têm ficado em poder desses tutores, que delles não apresenta rendimentos; outros têm sido por elles vendidos sem a garantia de hasta publica; alguns nem dão conta da importancia dessas vendas; outros, depois de terem em seu poder escravos de seus tutelados, vêm declarar em juizo que fallecêrão, sem juntarem certidão de obito ou justificação desta sua declaração, que tem sido aceita, em prejuizo da fortuna dos menores, que é dever do juizo acautelar.

Cumpre que este estado de cousas cesse, e confio que o Dr. juiz de orphãos, que ha menos de um anno exerce este cargo, empregará neste assumpto todo o zelo de que é capaz, com o que se fará recommendar á estima publica, primeira e maior recompensa de quem exerce funcções publicas.

Recommendo que nos inventarios se observe o seguinte:

1º Apenas assignado o auto de inventario, o escrivão intime o inventariante para fazer a inscripção da hypotheca legal nos termos do art. 201 do Reg. n. 3453 de 26 de Abril de 1865, não proseguindo sem ella o inventario. Se o inventariante recusar-se, além de poder esta inscripção ser requerida por qualquer parente do orphão, art. 200 do citado Reg., e pelo curador geral, art. 208 do mesmo, póde o juiz ordenar a remoção do cargo e sequestro, cujas custas serão pagas pelo inventariante remisso.

2º No principio do inventario dê-se tutor aos orphãos, recahindo esta nomeação, sempre que ser possa, em algum parente, na fórma da lei, e incorrendo nas penas della os que não aceitarem o cargo sem motivo legitimo, como em provimentos anteriores deixou

recommendado o meu illustrado antecessor. Não se nomêe tutor ao menor que tiver pai, porque este é legitimo administrador de sua pessoa e bens, Ord. liv. 4º tit. 88 § 6º.

3º Para nomeação de avaliadores sejam citados, não só o inventariante e todos os herdeiros, entre os quaes os orphãos maiores de 12 e 14 annos, como os tutores e curador geral, e sem que taes citações se fação, para o dia e logar nella designados, não se proceda á louvação.

4º Não sejam attendidas nos inventarios as dividas passivas que não fôrem requeridas pelos credores antes do despacho de deliberação da partilha, constantes de documentos e com accôrdo de todos os interessados, entre os quaes os orphãos puberes e seus tutores, e o curador geral que deverão responder na petição do credor. Se algum, um que seja, não concordar, o juiz não ordenará o pagamento, as mandará para o juizo ordinario.

Para este fim, apresentada a petição do credor, o juiz por seu despacho mandará ouvir os interessados, tutor e curador geral, e, depois de respondida, mandará juntar aos autos para resolver sobre ella quando deliberar a partilha.

5º Concluida e julgada a partilha, sejam vendidos todos os bens moveis e semoventes pertencentes aos orphãos, salvo o caso de serem elles proprietarios de terras ou estabelecimentos de agricultura. Mas para isto não basta que tenham terras, é preciso que as lavrem por sua conta.

6º Estas vendas deverão ser feitas em hasta publica, e nunca por menos de sua avaliação. E só depois de não ler apparecido licitantes poderá o juiz autorizar o tutor a vende-los, devendo, porém, recolher ao cofre sua importancia no prazo de nove dias e sob as penas da Ord. liv. 4º, tit. 102, § 9. No caso de será venda feita em hasta publica será a sua importancia recolhida logo ao cofre, não consentindo o juiz que ella se

consERVE em poder do arrematante, tutor, ou outro qualquer, conforme pres creve a Ord. liv. 1°. tit. 88, §§ 22 e 25.

7º Da mesma fórma se procederá a respeito dos bens separados para pagamento das dividas passivas.

Pela citada Ord. liv. 1°, tit. 88, § 26 não se póde vender bens de raiz dos orphãos, salvo por tal necessidade que se não possa escusar. Esta disposição attendeu a condição de segurança que taes bens offerecem, a qual muitas vezes não se dá.

Ha casas de orphãos nesta villa que pela sua construcção de madeira e taipa, e pela proximidade em que se achão da margem do rio, não estão neste caso, vindo a ser damnificadas com as enchentes; algumas achão-se deterioradas, sem poderem dar rendimento algum, pelo que mando sejam vendidas com as fórmalidades legaes, e a sua importancia recolhida ao cofre.

Recommendo que nos inventarios e nas prestações de contas ponha o juiz o maior cuidado em evitar a accumulção de custas, no que tem havido abuso. Alguns tutores, cujos orphãos não possuem bens, ou os possuem de diminuto valor, têm reclamado por serem muitas vezes chamados para prestar contas, fazendo-se custas que bem podião ser evitadas, e é justo confessar que elles têm alguma razão.

O juiz tem a seu alcance muitos meios de conhecer se os tutores, cujos tutelados não possuem bens, são devidamente tratados, e neste caso poderá dispensar que sejam obrigados a despesas excessivas, que só trazem o inconveniente de tornar difficil a aceitação de taes cargos, tornando-se-lhes antes prejudicial do que proveitosa a protecção que por lei se lhes deve prestar.

E igualmente dispensavel o auto de contas, que costuma ser lavrado pelo escrivão, quando o tutor apresenta documentos e por meio

de petição presta as necessarias informações. Tal auto só traz o inconveniente de augmentar custas, o que deve o mais possivel evitar-se, pois é esta a primeira condição de moralidade de um fôro.

Só se faz necessaria a provisão de tutela quando a nomeação recahir em mãe ou avó dos orphãos, que deve previamente justificar a sua habilitação para o cargo e assignar o termo de renuncia do beneficio de Velleano.

Nos autos de inventario de Antonio Freire da Rocha, vi que o tutor dos orphãos Raymundo Freire da Rocha e Abilio dos Santos Rocha deixou de entrar para os cofres, no prazo da lei, com a quantia de 1:192\$778; fallecendo elle, vê-se de uma petição junta aos autos de contas que os orphãos fôrão considerados credores, e aguardão a partilha para serem nella como taes comprehendidos.

Esta divida é de natureza a preferir a todas as outras, nasceu da culpa do tutor de conservar em seu poder essa quantia, do juiz que não promoveu a sua entrada para o cofre, e do escrivão que levou com os autos no cartorio mais de um anno, sem dar disto sciencia ao juiz dos orphãos.

Cumprê que sejam vendidos bens do tutor fallecido, quantos cheguem para pagamento dessa quantia e premios vencidos até á entrega della. O seu pagamento não póde ser feito em bens, deve ser em dinheiro, pelo qual são responsaveis os herdeiros do tutor fallecido até a força da legitima.

Recommendo ao Dr. juiz de orphãos a máxima promptidão nas providencias que lhe cumpre tomar a tal respeito.

Nos autos de inventario de Emilia Ramos de Souza, tambem observei que, por uma simples informação do escrivão, foi o pai de um menor privado da administração da pessoa e bens de seu filho, o que só

podia ter logar por sentença, nos casos determinados por lei, conforme a Ord. liv., tit. 88, § 6º e Ass. de 20 de Junho de 1780.

Se estava elle no caso de ser privado da administração dos bens de seu filho, devera-se ter-lhe dado curador, na fórmula prescripta pela Ord. liv. 4º, tit. 103, o que se não fez.

Igualmente se arrendou, ou mandou-se arrendar, um terreno do menor, contra o parecer de seu tutor e avô, que mostrou a inconveniencia manifesta deste arrendamento, e sem que se procedesse á hasta publica.

Tal arrendamento não póde subsistir; cumpre que o Dr. juiz dos orphãos foça restituir a posse do terreno ao tutor, proceda a respeito do pai do menor nos termos da citada Ord. liv. 4º, tit. 403, dando-lhe curador, ou restituindo-lhe a administração da pessoa e bens de seu filho, que por lei lhe compete.

Examinei o livro de tutelas, e mando que os mappas sejam lançados no verso da folha de cada termo, conforme nelle prescrevo, declarando-se neste mappa o nome dos orphãos, sua filiação e idade, o nome do tutor, data em que houver prestado contas, legitimas, qual a quantia que tem no cofre, quando recolhida, qual a que houver sido retirada e quando. Sempre que o tutor tiver a seu cargo mais de um orphão, e fór impossivel em um só mappa conter-se todos os esclarecimentos, se fará um para cada um delles, nas folhas do livro que sse seguirem ao termo de tutela.

O modelo do mappa deixo prescripto no livro competente, e recommendo que seja observado.

Para regularizar esta escripturação assigno ao escrivão o prazo de 60 dias a coutar de hoje, comminando-lhe a pena de responsabilidade, e o Dr. juiz de orphãos communicará opportunamente se tal determinação

foi comprida. Igual prazo, sob a mesma pena, assigno ao mesmo escrivão para organizar a escripturação do dinheiro dos orphãos recolhido ao cofre, cujos livros não me fôrão apresentados e que é essencial, em face da Ord. liv. 4º, tit. 88, §§ 31 e 32, e ao Dr. juiz de orphãos recommendo me communique o cumprimento deste dever.

Notei que o Dr. juiz de orphãos tem julgado algumas contas de tutores, sendo a legitima dos orphãos de mais de 500\$, compelindo aos juizes de direito o julgamento de todas as causas que excederem desta quantia, conforme a Lei de 20 de Setembro de 1871, não podia elle faze-lo, e o fez certamente por inadvertencia, considerando-a rendimento ou alcance, e não a legitima, como base para calcular a alçada, quando ella ahi se regula pela responsabilidade que é a legitima do orphão.

Recommendoo, finalmente, ao Dr. juiz dos orphãos que a todos os orphãos que tenham bens em dinheiro no cofre arbitre quantia para a sua alimentação e educação, conforme o seu estado e condição, com audiencia do tutor e curador geral. Este arbitramento, que deverá ser feito por duas pessoas que o juiz nomear, deve ser julgado por sentença, e ao tutor não será licito excede-lo, nem se attenderá a nenhuma despesa que fóra d'elle apresentar, salvo o caso provado de força maior e imprevisto. Em nenhum caso a quantia arbitrada excederá o rendimento do orphão.

Os que não tiverem bens, recommendo que sejam dados á soldada, nos termos da Ord. liv. 1º, tit. 88.

Ao zêlo do Dr. juiz de orphãos confio a observancia destas prescripções, que são o resumo do que ordenei nos autos que lhe serão apresentados, conforme prescreve o art. 21 do Reg. das correições, e do mais que fór a bem daquelles que a lei collocou sob a sua guarda e protecção, o que têm estado, com pezar o digo, em quasi completo abandono.

JUIZO DE AUSENTES.

Fôrão-me apresentados quatro livros de bens de ausentes, exigidos no Reg. n. 2433 de 15 de Junho de 1859, nos quaes nada ha escripto, apesar de ter-se arrecadado bens e recolhido quantias aos cofres.

É uma prova mais de que o escrivão Francisco Rodrigues Rajuva não tem, no cumprimento de seus deveres, o zêlo que é mister, pelo que o advirto, comminando-lhe a pena de responsabilidade ao caso de reincidencia.

Os cargos publicos não são creados só para proveito de quem os serve, e quem não cumpre, ou não se acha com forças de cumprir, todos os deveres que lhes impõe, não os deve aceitar, pois que incorre em responsabilidade. Assim como estou prompto para louvar o funcçionario zeloso, é meu dever advertir e punir o que se torna remisso e abusa de seu cargo.

Recommendo ao mencionado escrivão o cumprimento do art. 19 do Reg. citado, em virtude do qual deve remetter em cada anno, no principio das ferias do Natal, os livros a que me tenho referido á repartição fiscal, para o fim de serem tomadas as devidas contas.

JUIZO DA PROVEDORIA.

Tambem neste juizo tem deixado de haver o zelo que se faz mister, e o escrivão Brito tem commettido faltas que deixo cotadas nos respectivos autos, pelas quaes o advirto, comminando-lhe a pena de responsabilidade no caso de ellas se repetirem.

Observei que a praxe seguida, quanto aos testamentos, e que não é regular, é autoar-se os mesmos, quando abertos, dar-se delles vista ao promotor dos reziduos, e julgar-se por sentença, o que é dispensavel, e só serve para fazer custas, e alguns juizes o têm por essa occasião annullado.

Alguns não têm termo de aceitação dos testamenteiros, em outros estes não têm sido chamados a contas, mais de um provimento de meu antecessor tem deixado de ser cumprido.

Nas custas têm se aceitado recibos particulares, contra o disposto na Ord. liv. 1º, Lit. 62, §24, e Alvará de 2 de Outubro de 1811.

Mando que de ora em diante se observe o seguinte:

Apresentado algum testamento para ser aberto, o juiz mandará vir o escrivão á sua presença, e perante o apresentante o abrirá, lavrando-se logo o competente termo, no qual se deverá declarar em que estado fôrão achados os pontos, e qualquer defeito, borrão ou raspadora que por ventura haja dentro ou fora do mesmo testamento, e independente de autoação será concluso para se o mandar cumprir e registrar, intimando-se o testamenteiro para declarar por termo se aceita a testamentaria.

Lavrado o termo de aceitação, será apresentado á estação fiscal para tomar as devidas notas e lançar a competente verba, e bem assim ao promotor dos residuos, quando haja, para pôr o seu visto.

Depois de registrados, o escrivão da provedoria guardará em seu cartorio todos os testamentos devidamente emmassados, por annos, e com o respectivo rotulo. Ord. liv. 1º, tit. 62, § 8, e Lei de 7 de Junho de 1792.

Findo o prazo assignado pelos testadores para cumprimente das disposições testamentarias, ou, no caso de não haver tal prazo assignado, no fim de um anno e um mez a contar da data do fallecimento do testador, salvo o caso de litigio sobre os bens da herança, o juiz fará que os testamenteiros venhão prestar contas, sob as penas da lei, e não admittirá nellas recibos particulares, mas só sim quitações passadas por tabellião, Ord. liv. 1º, tit. 62, § 20 e Alvará de 2 de Outubro de 1811, salvo o caso do § 21 da citada Ord., no qual é indispensavel o reconhecimento.

As contas serão julgadas pelo juiz de Direito, se a responsabilidade do testamenteiro exceder de 500\$. na fôrma da lei de 20 de Setembro de 1871, e para ellas será nomeado um Promotor *ad hoc*, se não houver outro nomeado, como convém, e que de preferencia deve ser o Promotor Publico.

No caso de haver no testamento legado ou herança instituida em favor de algum menor ou interdicto, deve ser feita a inscripção da hypotheca na fôrma do art. 201 do Reg. de 26 de Abril de 1865, sob as penas do art. 209 do mesmo.

Os testamentos só podem ser annullados por meio de acção competente, proposta por quem o possa fazer, e não *ex-officio*, como irregularmente em algum se fez, procedimento este nullo de pleno direito.

O julgamento, que até (em se considerado necessario para que o testamento tenha vigor, é uma inutilidade sem base em lei alguma, e recommendo se não reproduza.

AUDIENCIAS.

As audiencias devem ser dadas regularmente, com a publicidade exigida por lei, e nas casas publicas para tal fim destinadas. Cod do Proc. art. 58 a 60, e Reg. n. 120 de 31 de Janeiro de 1842. As autoridades da Villa as devem dar na casa da Camara, e as mais em logar e hora designado por editaes.

O Dr. Juiz Municipal tem dado regularmente as suas audiencias, outro tanto não fazendo os supplentes, conforme o preceito do art. 77 do Reg. de 22 de Novembro de 1871, no que todavia não tem havido damno, porque nenhum feito ainda foi por elles processado.

Á excepção da inquirição de testemunhas nas fôrmações de culpa e nos feitos civeis, que podem ser feitas em casa da residencia do juiz, todos os mais actos devem ter logar nas audiencias regulares.

N. 15

Ordem de 27 de Outubro de 1859

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 27 de Outubro de 1859.

Angelo Muniz da Silva Ferraz, presidente do tribunal do thesouro nacional, tendo em vista a fiscalisação dos direitos devidos ao Estado das heranças jacentes recolhidas aos cofres publicos na ocasião em que é reclamada a entrega dellas, e ao mesmo tempo abreviar o processo e despacho dos precatorios expedidos em favor dos credores dessas heranças, ordena: 1º, que as guias com que os juizes de ausentes devem recolher aos cofres publicos, no principio de cada mez, o producto liquido, arrecadado no anterior, dos bens administrados, como é prescripto no art. 44 do Regulamento de 15 de Junho do corrente anno n. 2433, declarem expressamente se o producto liquido, assim remettido aos ditos cofres, é sómente parte ou a totalidade da herança, ficando dispensada a remessa da conta corrente de que trata o mesmo artigo; 2º, que, quando se recolher o saldo de cada herança, seja acompanhado de uma conta corrente, organizada de conformidade com o modelo junto. — *Angelo Muniz da Silva Ferraz.*

MODELO

A QUE SE REFERE A ORDEM DE 27 DE OUTUBRO DE 1859

DEVE o Curador da herança de José de Sá Haver

Dinheiro encontrado no acto da arrecadação	500\$000
Liquido producto dos moveis	100\$000
Idem da casa n. 9 da rua Direita, vendida na fórma do art. 43, por ameaçar ruina	5:520\$000
Idem dos bens existentes em V... e arrecadados, em virtude de deprecada, pelo respectivo Juizo	653\$800
Valor dos objectos preciosos	1:750\$000
Idem do predio n. 7 da rua Direita	12:000\$000
Idem nominal de 15 apolices da divida publica	15:000\$000
Importancia das dividas activas cobradas	600\$000
Idem das julgadas incobreveis	650\$000
Idem dos rend. das apolices: 1:350\$000	
dos predios: 1:200\$000	2:550\$000

	39:323\$800
Custas do processo da arrecadação.....	325\$800
Despezas com o custeio da mesma	278\$800
Porcentagens aos empregados do Juizo	363\$431
Pago a diversos credores	243\$870

Valor dos objectos preciosos recolhidos ao cofre, em virtude do art. 38.....	1:750\$000
Idem das apolices depositadas de conformidade com o mesmo art. 38.	15:000\$000
Idem dos papeis de credito idem	650\$000
Idem do predio reservado pelo que dispõe o art. 12.	12:000\$000
Importancia recolhida ao cofre em 6 de Jan. de 1858:	2:000\$000
Em 9 de Julho:	3:000\$000
Em 20 de Dezembro:	3:000\$000
Nesta data, saldo existente em mão do Curador:	711\$899
	8:711\$899
	<hr/>
	39:323\$800

N. B. Em virtude do art. 30, expedio-se deprecada ao Juizo de Ausentes do Municipio de G... para effectuar-se a arrecadação dos bens que o mencionado fallecido ahi possuia; não consta, porém, que tenha sido cumprida.

Municipio de... em 1° de Agosto de 1859.

F., Juiz de Orphãos e Ausentes.

F., Escrivão.

F., Curador.

N. 16

Decreto n. 5.533 de 24 Janeiro de 1874.

Promulga a convenção sobre attribuições consulares e mutua entrega de desertores, celebrada em 22 de Abril de 1873 entre o Brazil e a Grã-Bretanha.

Havendo-se concluido e assignado nesta corte aos 22 dias do mez de Abril do anno proximo passado ama convenção entre o Brazil e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda sobre attribuições consulares e mutua entrega de desertores; e tendo sido esse acto mutuamente ratificado, trocando-se as respectivas ratificações, tambem nesta corte, aos 19 dias do corrente mez de Janeiro, hei por bem mandar que a dita convenção seja observada e cumprida tão inteiramente como nella se contem.

O Visconde de Caravellas, do meu Conselho e do de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, assim o tenha entendido e faça executar, expedindo os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 24 de Janeiro de 1874, 53° da Independencia e do Imperio.— Com a rubrica de S. M. o Imperador.— *Visconde de Caravellas.*

Nós, D. Pedro II., por graça de Deus e unanime acclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil, etc.

Fazemos saber a todos os que a presente carta de confirmação, approvação e ratificação virem que, aos 22 dias do mez de Abril do corrente anno, concluiu-se e assignou-se nesta corte do Rio de Janeiro, entre nós e S. M. a Rainha do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, pelos respectivos plenipotenciarios, munidos dos competentes plenos poderes, uma convenção sobre attribuições consulares e mutua entrega de desertores do teor seguinte:

S. M. o Imperador do Brazil e S. M. a Rainha do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, desejando desenvolver e augmentar as

relações entre os seus respectivos subditos, resolverão celebrar a presente convenção sobre attribuições consulares e mutua entrega de desertores, e para esse fim nomearão seus plenipotenciarios, a saber:

S. M. o Imperador do Brazil o Marquez de S. Vicente, Conselheiro de Estado, Dignitario da Ordem da Rosa, Senador e Grande do Imperio; e S. M. a Rainha do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda o Sr. George Buckley Mathew, Cavalleiro da Muito Honrada Ordem do Banho, seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario junto de S. M. o Imperador do Brazil:

Os quaes, depois de terem communicado os seus respectivos poderes, que fôrão achados em bôa e devida fórma, concordarão e assentarão nos seguintes artigos:

Art. 1º Os consules geraes, consules, vice-consules e agentes consulares de cada uma das altas partes contratantes, residentes no territorio e possessões da outra, exercerão as funcções proprias dos seus cargos, que lhes fôrem incumbidas por seus governos, sem prejuizo das leis ou regulamentos do paiz da residencia, e semelhantemente gozarão dos privilegios, isenções e immunidades permittidos pelas ditas leis e regulamentos.

Art. 2º Qualquer navio de guerra ou mercante de alguma das altas partes contratantes, que fôr impellido, por máo tempo ou por accidente, a arribar a um porto da outra, poderá nelle reparar as suas avarias, provêr-se de todo o necessario e fazer-se de novo á vela, sem pagar outros direitos além dos que pagão em caso identico os navios nacionaes.

No caso em que o capitão de um navio mercante se veja obrigado a dispor de parte de suas mercadorias, afim de occorrer ás despesas que houver feito, a autoridade local não lhe porá impedimento, ficando entretanto o capitão obrigado a confôrmar-se aos regulamentos e tarifas do logar a que tiver aportado.

Se um navio, de guerra ou mercante, de uma das altas partes contratantes, encalhar ou naufragar nas costas do territorio da outra, o dito navio, todas as suas parles, lodosos utensilios e objectos a elle pertencentes, e todos os generos e mercadorias salvadas, incluindo-se as que tivessem sido lançadas ao mar, ou o seu producto, qu não vendidas, bem como os papeis encontrados a bordo do navio encalhado, ou naufragado, serão entregues aos donos ou a seus agentes, sendo por elles reclamados, pelos officiaes ou empregados brasileiros ou britannicos, que pelas leis e determinações dos governos dos respectivos paizes fôrem encarregados da protecção, conservação e guarda dos valores naufragados.

Se não existirem taes donos ou agentes no lugar, então o dito navio e mencionadas cousas pertencentes serão entregues pelos sobreditos officiaes ou empregados ao consul geral, consul, vice-consul ou agente consular, brasileiro ou britannico, em cujo districto tiver occorrido o encalhe ou naufragio, se reclamarem no prazo fixado pelas leis do paiz; e esses funcçionarios consulares, donos ou seus agentes pagarão unicamente as despesas que se fizerem com a conservação da propriedade, bem como as de salvamento e oulras a que, em caso semelhante de encalhe ou naufragio, estaria sujeito um navio nacional.

Fica todavia entendido que, quando o dono do genero ou mercadoria, ou o seu agente, embora não esteja presente na localidade, fór nacional do paiz em que se der o encalhe ou naufragio, e nelle residente, os generos ou mercadorias que lhe pertencerem, ou o seu producto, quando vendidos, não serão demorados em poder dos funcçionarios consulares, e sim depositados, segundo as leis do dito paiz, para que sejam entregues a quem fór de direito.

Os generos e mercadorias salvados do naufragio ficarão, livres de direitos de alfandega, a menos que sejam despachados para consumo, caso este em que ficarão sujeitos aos mesmos direitos, que terão de pagar se tivessem sido importados em navios nacionaes.

No caso de que um navio, compellido pela violencia do tempo, encalhe ou naufrague, se o dono, capitão ou outro agente do dono, não estiver presente para providenciar, ou, estando presente, o solicitar, os respectivos consules geraes, consules e vice-consules ou agentes consulares deverão intervir afim de prestar o necessario auxilio a seus compatriotas.

A intervenção das autoridades locaes, quando os donos, seus agentes, o capitão ou os funcionarios consulares estiverem presentes, só terá logar para manter a ordem, auxiliar a acção delles, assegurar a execução das disposições que se devem observar para a entrada e sabida dos generos e mercadorias salvados, e para realização dos impostos, quando devidos.

No caso, porém, de ausencia não só do dono, capitão ou outros agentes, mas tambem dos consules geraes, consules, vice-consules e agentes consulares, e até á chegada delles, deverão as autoridades locaes tomar as necessarias medidas para a protecção dos individuos e conservação dos effeitos naufragados.

Art. 3º Os consules geraes, consules, vice-consules e agentes consulares de cada uma das altas partes contratantes, residentes no territorio e possessões da outra, receberão das autoridades locaes os auxilios que, segundo a lei, lhes puderem ser dados para a captura dos desertores dos navios dos seus respectivos paizes.

Art. 4º Se algum subdito de uma das altas partes contratantes fallecer no territorio da outra, e ao tempo do fallecimento não se achar presente pessoa alguma que legalmente tenha o direito para administrar o espolio do fallecido, observar-se-hão as seguintes disposições:

1º Quando o fallecido deixar, nas sobreditas circumstancias, sómente herdeiros de sua nacionalidade, ou que devão gozar do estado civil de seu pai, o consul geral, consul, vice-consul ou agente consular da nação a que o finado pertencia, avisando a autoridade competente,

arrecadará e terá sob sua guarda a propriedade do fallecido, pagará as despesas do funeral, e conservará o excedente para o pagamento das dividas, e em beneficio dos herdeiros a quem de direito pertencer.

Todavia o dito consul geral, consul, vice-consul ou agente consular deverá immediatamente requerer ao tribunal competente titulo para administração dos bens deixados pelo fallecido, e esse titulo lhe será dado com as limitações e pelo tempo que ao referido tribunal parecerem conformes ao direito.

2º Se o finado, porém, deixar no paiz do fallecimento, e nas já mencionadas circumstancias algum herdeiro ou legatario universal, que seja subdito de outra nacionalidade, ou a quem não se possa outorgar o estado civil de seu paiz, então cada um dos governos poderá determinar se o tribunal competente procederá de conformidade com a lei, ou confiará a arrecadação ou administração aos respectivos funcionarios consulares com as devidas limitações.

Quando não existir consul geral, consul, vice-consul ou agente consular no logar do fallecimento, nó caso do § 1º deste artigo, em que a elles pertence a guarda e administração do espolio, a autoridade competente procederá a esses actos até que o respectivo funcionario consular compareça.

Art. 5º Os subditos de cada uma das altas partes contratantes terão, no territorio e possessões da outra, os mesmos direitos que os nacionaes no que diz respeito a marcas e signaes de fabrica de qualquer especie, applicaveis a objectos manufacturados.

Art. 6º A presente convenção, desde que fôr autorizada nos termos das leis do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, se assim fôr necessario, será ratificada, e as ratificações serão trocadas na corte do Rio de Janeiro dentro de seis mezes, contados da data della, ou antes se fôr possivel.

Ella durará por cinco annos a contar do dia da troca das ratificações; todavia se, doze mezes antes de findar o prazo dos cinco annos, nenhuma das altas partes contratantes tiver notificado á outra a sua intenção de a fazer cessar, ella continuará a vigorar por mais um anno, e assim successivamente de anno era anno, até a expiração de um anno contado do dia era que uma das altas partes contratantes a houver renunciado.

Em fé do que os respectivos plenipotenciarios assignarão a presente e puzerão-lhe o sêllo de suas armas.

Feito no Rio de Janeiro, aos 22 de Abril de 1873. — *L. S. Marquez de S. Vicente.* — *L. S. George Buckley Mathew.*

E sendo-nos presente a dita convenção, cujo teor fica acima inserido, e bem visto, considerado e examinado por nós tudo o que nella se contém, a approvamos, ratificamos e confirmamos, assim no todo, como era cada um dos seus artigos e estipulações, e pela presente a damos por firme e valiosa para produzir os seus devidos effeitos, promettendo em fé e palavra imperial cumpri-la inviolavelmente, e faze-la cumprir e observar por qualquer modo que possa ser.

Em testemunho e firmeza do que, fizemos passar a presente carta por nós assignada, sellada com o sêllo grande das armas do Imperio, e referendada pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, abaixo assignado.

Dada no palacio do Rio de Janeiro, aos 25 de Outubro de 1873.— PEDRO, Imperador, com guarda. — *Visconde de Caravellas.*

Memorandum.

Segundo a disposição do art. 4º da convenção consular, que nesta data assignamos o funcçionario consular, logo que arrecadar os bens da herança dos seus nacionaes nos termos convencionados, deverá

pedir á autoridade competente o necessario titulo para a respectiva administração; e ella lh'o dará com as limitações, e pelo tempo que lhe parecer conforme ao direito.

As principaes limitações que diversas disposições brasileiras estabelecera era casos taes, se achão colligidas no Reg. n. 2433 de 15 de Junho de 1859, e fôrão reproduzidas nas convenções consulares outr'ora celebradas. Em resumo são as seguintes:

O funcionario consolar, quando dá-se o caso, passa a fazer arrecadação, avisando a autoridade competente, e, na hypothese de ter o finado deixado testamento, apresenta logo este á mesma autoridade para ser aberto e registrado.

Trata de sepultar o fallecido decentemente, conforme a sua fortuna.

Á proporção que vai fazendo a arrecadação perante duas testemunhas, que elle nomêa, vai descrevendo e inventariando os bens, inventario que, depois de completado, entrega á referida autoridade.

Conserva sob sua vigilancia e zelosa administração os bens da herança, pagas as despesas do enterro e as dividas que não admittão duvidas, quando haja bens sufficientes para o pagamento de todas, e semelhantemente trata de cobrar as activas.

Requer a avaliação judicial dos bens, se a autoridade não a tiver ainda determinado, e tem o direito de nomear um dos avaliadores.

Inventariados judicialmente os bens com suas avaliações, deve requerer a partilha, e para isso tem de declarar os nomes dos herdeiros, e o seu gráo de parentesco, ou se é conjuge.

Sendo necessário arrematar bens para pagar as dividas, ou para que não se deteriore, ou porque sejam de difficil ou dispendiosa

guarda, ou administração, requererá isso á respectiva autoridade. Os bens de raiz serão sempre arrematados perante o tribunal em hasta publica; os moveis ou semoventes, mormente os de menor valor, depois da avaliação, poderão ser vendidos em leilão sob a vigilancia do funcckionario consular, se a autoridade assim permittir.

As dividas passivas de maior importancia, ou que offerecerem duvidas ou contestações, dependerão de decisão do juizo, perante o qual o funcckionario fará valer o direito ou razões de opposição por parte da herança.

O funcckionario consular não entregará quinhão nenhum hereditario a herdeiro ou a legatario, sem que previamente tenha pago o respectivo imposto, que é igual ao que pagão os nacionaes em caso identico.

Quando a herança é pequena, o funcckionario consular deve dar conta da sua administração, e da entrega dos bens aos herdeiros antes de dous annos, e no caso contrario até o fim desse prazo.

Se no fim do prazo não o tiver feito, os bens ou o seu producto serão entregues ao thesouro nacional, perante quem os herdeiros que possão apparecer requererão a restituição.

É escusado dizer que a decisão de questões sobre a validade ou não do testamento, sobre direitos dos herdeiros ou demandas contra a herança, são da competencia da autoridade brasileira, e bem assim a nomeação dos tutores ou curadores, a cujo respeito o funcckionario consular deve ser ouvido.

Compre accrescentar, para esclarecer tambem a estipulação do dito art. 4º *in principio*, que pela lei brasileira são legitimamente autorizados para administrar o espolio do finado:

1º O conjuge.

2º Os descendentes ou ascendentes.

3º Os collateraes até o 2º gráo inclusive.

4º O herdeiro instituido.

5º O testamenteiro.

6º O procurador do herdeiro ou legatario de cousa certa em relação a esta.

7º No caso de fallencia, ou de sociedade commercial, o administrador que a lei commercial designa.

Rio de Janeiro, 22 de Abril de 1873. — *Marquez de S. Vicente.*

N. 17.

Decreto n. 5657 de 6 de Junho de 1874.

Promulga o accôrdo substitutivo do art. 35 e §§ 2º, 3º e 4º do art, 29 do tratado de amizade, commercio e navegação celebrado entre o Brazil e a Republica do Paraguay em 18 de Janeiro de 1872.

Art. 1º No caso de morte de subdito ou cidadão de uma das alias partes contratantes no território da outra, a autoridade local competente deverá, sem demora, annuncia-la ao consul geral, consul ou vice-consul respectivo, e estes por sua parte a communicarão igualmente áquella autoridade, se antes tiverem disso conhecimento.

Art. 2º Logo depois do fallecimento, será da exclusiva competencia da autoridade territorial:

1º Appôr os sêllos ex-officio ou a requerimento das partes interessadas em todos os bens da successão, que possão estar sujeitos a esta fórmalidade.

2º Levantados os sêllos, proceder immediatamente ao inventario de todos os haveres do defunto.

O agente consular respectivo será convidado pela dita autoridade a assistir tanto á apposição dos sêllos e seu levantamento, como ao processo do inventario.

Se o agente consular não comparecer dentro do prazo fixado para aquellas operações, a ellas procederá a autoridade local sem mais fôrmalidade.

Art. 3º Se durante o inventario apparecer um testamento entre os papeis do defunto, ou se existir testamento em qualquer outra parte, a sua abertura será feita pela autoridade local segundo as fôrmas legaes.

As questões de validade do testamento serão submettidas aos juizes territoriaes.

Art. 4º Praticados estes actos, designará o juiz a pessoa a quem deverá ser entregue a herança. Observar-se-hão as seguintes disposições:

1º Havendo menores, herdeiros ausentes ou incapazes, serão elles representados por um tutor ou curador.

Os menores terão o tutor que a lei determina, ou será este nomeado, assim como o curador, pelo mesmo juiz; podendo a nomeação recahir no agente consular nas successões que fôrem de sua competencia.

2º Se estiverem presentes o testamenteiro, herdeiro ou pessoa que deva representar legitimamente a herança, será esta entregue judicialmente, segundo a ordem de representação, á pessoa competente, a quem incumbirão todos os actos de arrecadação e administração, de conformidade com as leis do paiz.

3º Se o subdito ou cidadão de uma das altas partes contratantes fallecer sem deixar quem represente a herança, se os herdeiros ou testamenteiros estiverem ausentes, e fôrem todos os herdeiros da nacionalidade do fallecido, os bens da successão serão devolvidos immediatamente, para o mesmo fim, ao agente consular.

4º Se na hypothese do paragrapho antecedente concorrerem herdeiros de diversa nacionalidade, e estiverem estes tambem ausentes, ou fôrem incapazes, será a arrecadação e administração feita pela autoridade local, com assistencia do agente consular.

5º Se o fallecido pertencer a alguma sociedade commercial, se procederá de conformidade com as prescripções das leis commerciaes dos respectivos paizes.

6º Se o fallecimento se der em localidade onde não haja agente consular, na hypothese dos §§ 3º e 4º, a autoridade local o communicará immediatamente ao governo, e procederá á apposição dos sellos e ao inventario dos bens da herança.

O governo avisará a autoridade consular competente, a qual poderá comparecer no lugar, ou nomear, sob sua responsabilidade, um agente que o represente.

A autoridade consular ou o seu representante, nos casos em que lbes pertencer a arrecadação e liquidação da herança, procederão aos actos de sua administração, recebendo-a no estado em que a tiver deixado o juiz territorial.

7º A administração dos agentes consulares cessará, desde que se apresente quem por direito deva tomar conta da herança.

Art. 5º Na administração e arrecadação das heranças, se observará o seguinte:

4º Antes de tudo, serão separados os fundos precisos para as despesas do funeral, conforme a posição e fortuna do fallecido.

2º Se procederá immediatamente á venda dos bens que se possam deteriorar, ou sejam de difficil ou dispendiosa guarda.

3º Os bens moveis, quaesquer que elles sejam, serão vendidos em hasta publica, de conformidade com as leis e uzos do paiz.

Os immoveis ficarão sujeitos á jurisdicção territorial, e não poderão ser arrematados em hasta publica, sem autorização do juiz competente.

4º Se um ou mais subditos ou cidadãos do paiz, ou de uma terceira potencia, tiver direitos a fazer valer a respeito da successão, e sobrevier alguma dificuldade resultante de uma reclamação que dê logar a contestação, não competindo ao agente consular decidi-la, deverá ser o pleito levado aos tribunaes do paiz, aos quaes pertence resolvê-lo, procedendo neste caso o dito agente como representante da successão.

Proferido o julgamento, deverá o consul executa-lo, se não tiver por conveniente appellar, ou se as partes não se accommodarem; continuando depois com pleno direito a liquidação que havia sido suspensa.

5º Se ao tempo do fallecimento, os bens ou parte dos bens de uma herança, cuja liquidação e administração pertencão ao agente consular, nos termos do § 3º do artigo antecedente, se acharem embargados, penhorados ou sequestrados, o consul não poderá tomar posse dos ditos bens antes do levantamento do mesmo embargo, penhora ou sequestro.

6º Se durante a liquidação feita pelo consul, nos termos do mesmo § 3º, sobrevier um embargo, penhora ou sequestro dos bens da dita herança, o agente consular será o depositario dos mesmos bens penhorados, embargados ou sequestrados.

7º Com o producto dos bens, tanto moveis como immoveis, que fôrem vendidos, serão pagas todas as dividas da herança, cumprindo-se os legados de que esteja ella onerada, conforme as disposições testamentarias.

Art. 6º Liquidada a herança, será ella dividida entre os herdeiros de conformidade com a partilha, que deverá ser feita pelo juiz competente, o qual nomeará, se houver logar, peritos para a avaliação dos bens, formação dos quinhões e designação das tornas. Em caso nenhum, os consules serão juizes das contestações relativas aos direitos dos herdeiros, collações á herança, legitima e terça: estas contestações serão submettidas aos tribunaes competentes.

Art 7º Se algum subdito ou cidadão de uma das altas partes contratantes fallecer no territorio da outra, tendo nella domicilio, será a sua successão regulada pelas leis do paiz em que tiver logar o fallecimento, qualquer que seja a natureza dos bens que a componhão.

Se pelo contrario não tiver nella domicílio, será regulada pelas leis do paiz a que elle pertencer, exceptuados os bens immoveis, cuja successão será regulada pelo estatuto real.

Art. 8º Antes de qualquer distribuição do producto da herança aos herdeiros, deverão ser pagos os direitos fiscaes do paiz onde se abra a successão, declarando-se previamente os nomes dos herdeiros e o seu gráo de parentesco.

Art. 9º Á remessa dos quinhões hereditarios não poderá ser feita pelo agente consular, senão depois de haver decorrido um anno da data do fallecimento, sem que se tenha apresentado reclamação alguma contra a herança, sendo dessa remessa prevenido o juiz competente.

Art. 10. Se durante o anno de que trata o artigo precedente não se apresenlar pessoa alguma com direito aos bens da herança, na

qualidade de herdeiro ou legatario, serão esses bens considerados adespotas e entregues á autoridade local, sujeitos á prescripção em conformidade com as leis do paiz.

Art. 11. Os autos do inventario e partilha, que, segundo as disposições deste accôrdo, devem ficar sob a guarda dos consules geraes, consules e vice-consules, serão em qualquer tempo franqueados á autoridade local, sempre que esta os requisitar.

Conforme os novos principios estabelecidos, a apposição dos sellos nos archivos consulares, em caso de morte do respectivo agente, de que tratão os §§ 2º, 3º e 4º do art. 29, competirá exclusivamente á autoridade local, não se admittindo o cruzamento dos ditos sellos pelas pessoas que assistio a este acto, e ficando os ditos paragraphos assim redigidos.

Se fallecer algum funcionario consular sem substituto designado, a autoridade local procederá immediatamente á apposição dos sellos nos archivos, devendo assistir a esse acto um agente consular de outra nação residente no districto, se fôr possível, e duas pessoas subditos ou cidadãos do paiz, cujos interesses o fallecido representava, e, na falta destas, outras duas das mais notaveis do logar. Deste acto lavrar-se-ha termo em duplicata, entregando-se um dos exemplares ao consul a quem estiver subordinada a agencia consolar vaga.

Quando o novo funcionario houver de tomar posse dos archivos, o levantamento dos sellos verificar-se-ha em presença da autoridade local, e das outras pessoas que tiverem assistido á soa apposição e se acharem no logar. — *Antonio José Duarte de Araujo Gondim, — Higino Uriarte.*

E sendo-nos presente o mesmo accôrdo, que fica inserido e bem visto, considerado e examinado por nós todo o que nelle se contém,

o approvamos, ratificamos e confirmamos, assim no todo como em cada um dos seus artigos e estipulações, afim de que tenha plena execução.

Em fé do que, fizemos passar a presente carta, por nós assignada, sellada com o sello grande das armas do Imperio e referendada pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, abaixo assignado.

Dada no palacio do Rio de Janeiro, em 28 de Maio de 1871. —
IMPERADOR, com guarda.— *Visconde de Caravellas*.

N. 18.

APRENDIZES MARINHEIROS.

Sendo os juizes de orphãos os incumbidos de remetter ás presidencias menores destinados ás companhias de aprendizes marinheiros, convém transcrever aqui para seu conhecimento os seguintes actos officiaes:

Circular. — Ministerio dos Negocios da Marinha. — Rio de Janeiro, 16 de Outubro de 1875.

Illm. e Exm. Sr. — Uma das causas que mais poderosamente têm concorrido para impedir que se completem as companhias de aprendizes marinheiros, é a repugnancia que sentem os pais e tutores em destinar seus filhos e pupillos á vida do mar, certamente por ignorarem as vantagens e favores que a lei confere aos menores, durante e depois de concluida a aprendizagem.

Para remover este mal, convém que V. Ex. torne bem publicas e notorias as disposições de lei concernentes ao assumpto, fazendo-as transcrever nos jornaes dessa provincia, e em editaes, que serão affixados nas portas das igrejas.

Decreto n. 1517 de 4 de Janeiro de 1865

Art. 17. Os menores aprenderão também a lêr, escrever, contar, riscar mappas, e a doutrina christã, servindo-lhes de mestre o capellão do arsenal, ou um official marinheiro que tiver as habilitações necessarias.

Decreto n. 411 de 4 de Julho de 1865.

Art. 29. Os imperiaes marinheiros que, como taes, servirem por espaço de seis annos, obterão, se quizerem, licença em tempo de paz, para navegar em navios mercantes, por tempo de tres annos, findos os quaes, deverão apresentasse no corpo, sob pena de serem considerados desertores. Os que completarem 12 annos de serviço terão as suas baixas (se houverem sido admittidos como grumetes, ou servirão sómente 10 annos se tiverem sido alistados como marinheiros em virtude da Lei n. 1997 de 49 de Agosto de 1871), excepto se quizerem continuar no mesmo serviço; e neste caso perceberão, além dos soldos competentes ás suas respectivas classes, uma gratificação de um terço do mesmo soldo. Havendo completado 16 annos de serviço, terão direito á sua refórma, com uma pensão igual á metade do respectivo soldo.

Art 31. Para ser admittido nas companhias de aprendizes marinheiros é necessario:

1º Ter de 10 a 17 annos de idade.

2º Constituição robusta e propria para a vida do mar.

3º Apresentar-se voluntariamente.

Tambem poderão ser admittidos nestas companhias os orphãos e desvalidos, que, além de satisfazerem ás duas primeiras condições, sejam para isso remettidos ao commandante geral do corpo pelos tutores, ou curadores, e respectivas autoridades locaes.

Decreto n. 5950 de 23 de Junho de 1875

Art. 1º Os aprendizes marinheiros contribuirão mensalmente, para formação de um peculio, com quantia igual á terça parte do soldo que ora percebem, a qual será depositada a juros nas caixas economicas, e, na falta destas, Das thesourarias de fazenda. — Igual destino terão os premios cedidos pelos pais ou tutores dos aprendizes em beneficio destes.

Art. 2º Nos mezes em que os aprendizes não estiverem em debito por fornecimento de fardamento ou tratamento em hospital, a contribuição será elevada ao duplo da marcada no art. 1º

Art. 3º O restante do soldo, liquido da contribuição e dos descontos legaes, será entregue aos aprendizes na occasião do pagamento, o qual se fará em acto de mostra, com as fórmalidades estabelecidas para as praças dos corpos de marinha.

Art. 4º As quantias depositadas e os juros vencidos constaráõ de cadernetas, que serão entregues aos contribuintes, quando tiverem baixa do corpo de imperiaes marinheiros por qualquer motivo, e a seus pais ou tutores, e, na falta destes, ao juizo de orphãos, se durante a menoridade fõrem os aprendizes desligados das companhias, por incapazes do serviço. Nos casos de deserção ou fallecimento, a importancia da contribuição reverterá em beneficio do asylo de invalidos, salvo se fôr legalmente reclamada.

Art. 5º Quando os aprendizes passarem para o corpo de imperiaes marinheiros, as respectivas cadernetas serão remeltidas ao commandante do mesmo corpo, que as mandará guardar no cofre, sob a sua responsabilidade e dos clavicularios, depois de inscriptas em livro proprio, com as convenientes especificações.

E, finalmente, a do Decreto n. 1591 de 14 de Abril de 1855 que prescreve no art. 19.

“O premio dos voluntarios menores destinados para as companhias de aprendizes marinheiros será de cem mil réis, e se abonará aos pais, tutores ou quem suas vezes fizer.”

Dando tambem conhecimento official destas disposições aos juizes de orphãos e autoridades policiaes, deverá V. Ex. ainda preveni-los de que esta providencia não exclue outros meios suasorios, que elles não cessarão de empregar, para conseguir que os pais e tutores de menores nas condições de ser alistados se prestem a manda-los para a companhia dessa provincia, ou para a secção filial que hoover no lugar de sua residencia.

Deus guarde a V. Ex. — *Luiz Antonio Pereira Franco*. — Sr. presidente da provincia de...

O Av. n. 35 de 28 de Janeiro de 1871 recommenda que não se consinta na admissão de menores como voluntarios nas fileiras do exercito sem que preceda inspecção de saude e permissão de seus pais.

N. 19

INTERDICÇÃO.

*Requerimento.*³³

Illm. Sr. Dr. Juiz de Orphãos.

Diz F... casado com F... que, achando-se este com suas faculdades intellectuaes em completo desarranjo (*ou estando prodigo, porque por taes e taes actos mostra-se dominado de forte paixão pelo desperdicio e despezas inuteis*), de modo que não tem a aptidão necessaria para bem reger sua pessoa e bens, por isso vem requerer a V. S. que se digne nomear doas facultativos que, no dia e hora por V. S. designados, procedão a exime de sanidade na pessoa do supplicado, e

³³ Este requerimento póde ser feito pelo curador geral, pelo conjuge, ou por qualquer parente.

bem assim mande intimar os individuos abaixo arrolados para virem a juizo prestar seus depoimentos, acerca de taes e taes factos indicativos da demencia ³⁴ em que se acha o dito seu marido. A supPLICANTE.

P. a V. S. assim deferir, citado o curador geral.

(Data e assignatura).

Despacho.

Como requer, o escrivão marque dia. Nomeio peritos aos Drs. F... e F..., que serão notificados e prestarão juramento.

(Data e rubrica.)

O escrivão faz o resto dos autos, lavra o termo de autuação, e faz-se as citações requeridas.

Se se trata de prodigalidade, é conveniente proceder-se ao interrogatorio do accusado, o que se fará pela maneira seguinte:

Interrogatorio.

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e... aos... dias do mez de... nesta villa (ou cidade) de... na sala das audiencias do juizo de orphãos, commigo escrivão do seu cargo abaixo assignado, ahi compareceu por ordem do mesmo juiz F... de tal, a quem pelo

³⁴ A *demencia* é a abolição total da faculdade de raciocinar; é um estado de estupidez em que a intelligencia se esvaece, a phantasia se desordena, e a memoria se diminue e transtorna, apresentando só idéas inconnexas e disparatadas, que o *demente* se obstina em olhar como muito razoaveis.

“Nesta qualidade convem a demencia com a loucura; com a differença que aquella costuma nascer da fraqueza e debilidade, e esta de excesso, de arrebatamento, de furor.

Assim que se costuma chamar *loucura* em seus excessos ao entusiasmo, ao estro, ao furor poetico, a toda a paixão exaltada, que ai rebata até ao *delirio*, e a commetter acções culpaveis e desordenadas (Fonseca, *D’cc. de Synonymos*).

Desassísado, desmemoriado, mentecapto, doudo, sandeu, furioso, demente, louco e outros, são differentes nomes por que nas leis se encontram designadas as pessoas que têm as suas faculdades intellectuaes desarranjadas, conforme o maior ou menor gráo de desarranjo” (Coelho da Rocha, § 379, nota).

mesmo juiz fôrão feitas diversas perguntas, respondendo pela maneira seguinte: (*escreve-se as respostas*). E nada mais disse nem lhe foi perguntado, e assignou o interrogatorio com o juiz, depois de lido por mim F..., escrivão que o escrevi.

Assigna o juiz.

Assigna o interrogado.

Quando, porém, se tratar da interdicção de um demente, parece desnecessario este interrogatorio, pois que suppre-o o exame de sanidade, que tem logar do modo seguinte:

Auto de exame ³⁵.

Aos... dias do mez de... do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo, nesta cidade (ou villa) de... na sala das audiencias do juizo de orphãos, presente o juiz Dr. F..., commigo escrivão do seu cargo abaixo nomeado, os peritos P... e F..., e o demente F..., o juiz deferio aos peritos o juramento aos Santos Evangelhos (ou em suas mãos) de bem e fielmente desempenharem a sua missão, declarando com verdade o que encontrarem, e o que em sua consciencia entenderem, e encarregou-lhes que procedessem a exame na pessoa de F..., e dessem a respeito seu parecer medico-legal. Em consequencia, passarão os peritos a fazer o exame e investigações ordenadas, concluidas as quaes declararão o seguinte: (*descrecem-se aqui as investigações e exames a que houverem procedido, e a opinião que puderão fórmar do examinado*). E por nada mais haver deu-se por concluido o exame ordenado, e de tudo so lavrou o presente auto, que vai por mim escripto e assignado pelo juiz e peritos, commigo F..., escrivão que o escrevi.

Assigna o juiz.

Assignam os peritos.

³⁵ O exame feito por mwdicos deve preceder e preferir a qualquer outra proa, para o reconhecimento da demwncia (Consol. art. 311 nota 5^a; Pr. de Carv. nota 288 ao § 150: Per. e Souz. nota 1014). Esta regra, porém, falha em muitos casos, principalmente se o exame tem logar nos intervallos lucidos.

Em seguida, ou posteriormente, em dia designado, proceder-se-ha á inquirição das testemunhas ³⁶.

Depois de inquiridas, o escrivão fará os autos conclusos ao juiz, e este por seu despacho mandará que dê-se vista *ao curador geral*.

Depois de haver este emittido seu parecer, vão de novo os autos conclusos ao juiz de orphãos, que dá nelles o seguinte

Despacho.

Sellados, faça-se os autos conclusos ao Sr. Dr. juiz de direito.

(Data e rubrica).

O juiz de direito, recebendo os autos, póde nelles proferir a seguinte

Sentença ³⁷.

Á vista do exame de sanidade fls..., depoimento das testemunhas fls... a fls..., e parecer do Dr. curador geral fls..., estando provada a demencia de F..., o julgo e declaro interdicto, vedando-lhe a administração de sua pessoa e bens, até que por sentença deste juizo seja levantada a interdicção ³⁸. Nomêe-se-lhe curador, tendo-se em vista o que ensina Teixeira de Freitas na *Consolid. das leis civis*, art. 312 e seus paragraphos, e proceda-se as mais diligencias legaes. E pague a justificante as custas pelos bens do interdicto.

(Data e assignatura).

³⁶ Nem as nossas leis antigas, nem as modernas determinão o processo sobre os mentecaptos: apenas a Ord. Liv. 4º Tit. 103 § 6º falla da inquirição a que o juiz deve proceder a respeito dos prodigos, deixando logar a entender-se que não é necessária no caso de demencia ou furor. Com tudo já Guerreiro Tr. 3, L. 4º, cap. 3º ns, 20, 70 e 117, e depois Lobão *a Mello* Liv, 2º Tit. 12 § 7 n. 5, julgavão que ninguem devia ser interdicto da administração de seus bens, sem se justificar a demencia ou prodigalidade, com citação. (Coelho da Rocha § 380, nota).

³⁷ A. sentença compete ao Juiz de direito *ex-vi* do Av. de 5 de Julho de 1873.

³⁸ Ord. liv. 4º tit. 103 § 7º; Coelho da Rocha § 343.

Indo os autos á conclusão do juiz de orphãos, este dá o seguinte

Despacho.

Cumpra-se e publique-se em mão do escrivão.

(Data e rubrica).

Feitas as intimações, e tendo a sentença passado em julgado, o escrivão por ordem do juiz lavra o seguinte

Edital.

O Dr. F... juiz de orphãos, etc..., etc. Faço saber aos que o presente edital de interdicção virem que, tendo-me requerido F... as providencias ordenadas pela lei para ser seu marido F... julgado demente e ser-lhe vedada a administração de sua pessoa e bens, procedeu-se ás diligencias da lei, e, em vista das provas exhibidas e do parecer do Dr. curador geral, foi por sentença declarado incapaz da administração de sua pessoa e bens. E para que chegue á noticia de todos se passou o presente, e por elle faço publica a interdicção de F..., para que ninguem faça com elle transacção de qualquer qualidade, sob pena de ser havida por nenhuma. Cidade (ou villa) de... de... de 187... Eu F..., escrivão, escrevi.

(Assignatura do juiz).

Em seguida faz-se a nomeação do curador, o qual deve ser juramentado, e procede-se á inscripção da hypotheca legal que compete aos interdictos sobre os immoveis de seu curador (art. 110 § 1º do Decr. n. 3453 de 26 de Abril de 1865).

Esta hypotheca é geral, comprehensiva dos immoveis presentes e futuros, salvo se fôrem especializadas, determinando-se o valor da responsabilidade e os immoveis a ella sujeitos (art. 3º § 11 da Lei n. 1237 de 24 de Setembro de 1864).

E ainda mesmo que não seja especializada e inscripta, ainda assim vale contra terceiros (art. 9º da cit. Lei; art. 123 do cit. Decr. de 1865).

A hypotheca do interdicto sobre os immoveis do curador constitue-se pelo termo de curatella, e desde sua data (art. 136 § 1º do cit. Decr. de 4865).

A inscrição da curatella do interdicto deve ser requerida pelo curador antes do exercicio (art. 9º § 12 da lei), oito dias depois de assignado o termo de curatella (art. 199 do Decr.).

Tambem póde ser requerida pelo pai ou mãe do interdicto, oito dias depois de constituida a hypotheca (art. 199 § 2º do Decr.).

Se, findo o dito prazo, o curador, pai, ou mãe não inscreverem a hypotheca legal do interdicto, póde ser ella inscripta por qualquer parente do mesmo interdicto (art. 201 do Decr.).

O escrivão de orphãos, quando fôr assignado o termo de curatella, notificará ao curador para fazer a inscrição; e certificará a dita notificação á margem do termo de curatella. (Art. 201 do Dec.).

Feita a inscrição, e constando ella dos autos, procede-se descripção dos bens feita pelo curador ³⁹ e depois á avaliação.

A descripção é feita pela fórmula por que se costuma fazê-la nos inventarios dos orphãos.

A avaliação faz-se citando-se o curador do interdicto, e o curador geral para em audiencia nomearem seus louvados, os quaes depois de juramentados prestão seus laudos, lavrando-se disto um termo.

³⁹ Se a mulher do interdicto houver sido nomeada curadora, então ser-lhe-hão entregues os bens de seu marido, independente do inventario. Ord. Liv. 4º Til. 103 § 1º *in fine*).

Avaliados, ficão os bens immoveis confiados á gestão do curador, e os moveis são postos em hasta publica e arrematados. Peita a couta pelo contador, deduz-se, do producto da arrematação, as despesas judiciaes, e o restante é recolhido aos cofres publicos.

Temos a este respeito os seguintes Avisos:

Av. n. 124 de 20 de Setembro de 1847.

Manoel Alves Branco, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, em resposta ao officio do Sr. inspector da thesouraria da provincia da Bahia de 18 de Junho deste anno, sob n. 150, em que pergunta se os dinheiros de mentecaptos, entrados para os cofres da fazenda pelo juizo de orphãos e ausentes, devem vencer os mesmos juros de seis por cento como os dinheiros de orphãos, declara-lhe que, se se trata da fazenda dos prodigos e desassizados, a quem a lei manda dar curadores, se por virtude da mesma lei entrarem para os cofres dos orphãos (não dos ausentes, porque a respeito destes regem disposições muito differentes), quantias pertencentes aos mesmos prodigos e desassizados, estas quantias devem ser remettidas aos cofres das thesourarias, para vencerem os mesmos juros estipulados acerca dos herdeiros dos orphãos; porque o art. 6º § 4º da Lei de 13 de Novembro de 1841, que estabeleceu este emprestimo, trata positivamente das sommas recolhidas aos cofres dos orphãos, sem distincção das pessoas a que pertenção. Thesouro Publico Nacional, em 20 de Setembro de 1847.—
Manoel Alves Branco.

Av. n. 473 de 5 de Novembro de 1868.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 5 de Novembro de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de S. Catharina, em

resposta ao seu officio n. 155 de 3 de Outubro proximo passado, que, sendo os loucos de todo o genero — (expressão generica mais apropriada, e que se encontra no art. 10 § 2º do Cod. Crim.) equiparados aos menores e favorecidos pela lei do mesmo modo, Ord. Liv. 4º Tit. 103, Lei de 3 de Novembro de 1830, art. 4º e Decr. n. 834 de 2 de Outubro de 1851, cap. 5º, secção 1ª devem os dinheiros, aos ditos loucos pertencentes, gozar dos mesmos favores e garantias concedidos aos dos menores, tendo, portanto, na especie inteira applicação á lei n. 231 de 13 de Novembro de 1841, e Provisão de 12 de Maio de 1842.

Visconde de Itaborahy.

É tambem preciso que o juiz de orphãos, ouvindo o curador geral e o do interdicto, arbitre uma quantia razoavel para o sustento e cara do demente, e, se é casado, tambem para sua mulher, não sendo ella a curadora, e para seus filhos (Ord. Liv. 4º, Tit. 103 pr. e § 1º; Borg. Carn., *Direito Civil*, § 261).

Taes elementos devem ser taxados, segundo a qualidade e fortuna do demente (Ord. cit. § 1º).

Sobre a prodigalidade cumpre ter em vista o que diz T. de Loureiro, *Direito Civil*, § 218, nota.

Eis como opina elle sobre o assumpto:

“Exige-se no juiz muita circumspecção, muita sisudez, muito cuidado e muita cautela, para que não tome por prodigalidade o que moitas vezes não é senão liberalidade um pouco excessiva, ou profusão, que talvez não excede aos rendimentos annuaes da pessoa, e para que não se deixe illudir por falsas provas de prodigalidade, a que ás vezes recorrem parentes ambiciosos e cobertos de vicios.

Não hasta que as testemunhas da justificação da prodigalidade affirmem que o justificado é pródigo, mas é mister que narrem factos praticados por elle, que, comparados com as forças do seu património, constituão prova de prodigalidade.

Notaremos tambem de passagem que para esta justificação, sem a qual ninguem póde ser declarado prodigo, e privado da administração de seus bens sob esse fundamento, deve ser citado o supposto prodigo, e o doutor curador geral, sem o que labora em nullidade insanavel a sentença que contra elle fôr proferida.”

N. 20.

REGIMENTO DE CUSTAS.

Decreto nº 5737 de 2 de Setembro de 1874.

Altera o Regimento das custas judiciais ⁽⁴⁰⁾ ⁽⁴¹⁾.

Hei por bem, em virtude do art. 29 § 6º da Lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871, Tendo ouvido a Secção dos Negocios da Justiça do Conselho de Estado, approvar o novo Regimento de custas judiciais, que com este baixa, assignado pelo Dr. Manoel Antonio Duarte de Azevedo, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dons de Setembro de mil oitocentos setenta e quatro, quinquagesimo terceiro da Independencia e do Imperio. — Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador. — *Manoel Antonio Duarte de Azevedo.*

⁴⁰ O Decr. n. 5865 de 6 de Fevereiro de 1875 dispõe o seguinte:

Art 1º As autoridades judiciais e policiaes, e os officiaes respectivos, pelos actos e diligencias que praticarem para a arrecadação e venda em leilão dos salvados das embarcações naufragadas nas costas do Brazil, perceberão metade das custas fixadas no Decr. de 2 de Setembro de 1874.

Art. 2º Estas despesas, assim como as de transporte e as que se fizerem em proveito dos salvados por ordem das mencionadas autoridades, serão deduzidas do producto da venda dos salvados.

Art 3º Ficão revogadas as disposições em contrario.

⁴¹ Nas acções hypothecarias, em virtude do § 4º art. 14 da Lei n. 1237 de 24 de Setembro de 1864, devem-se cobrar as custas conforme as taxas estabelecidas ao tempa da promulgação da dita lei, isto é, pelo Regimento de custas de 1855. (Av. de 13 de Março de 1875).

**Regimento das castas judicarias, a que se refere o Decretou. 5737
desta data.**

PARTE I.

TABELLA DOS JUIZES E DAS AUTORIDADES POLICIAES.

TITULO I.

MATERIA CIVEL.

CAPITULO I.

Dos juizes de paz ⁴².

Art. 1º Os juizes de paz terão:

1º De cada conciliação effectuada em causa:

- de sua competencia1\$000
- de valor de 100\$ a 500\$5\$000
- de mais de 500\$10\$000

2º Das sentenças definitivas que proferirem como arbitros:

— não havendo recurso, os emolumentos do paragrapho
antecedente.

3º De cada conciliação não effectuada ou á revelia em causa:

- havendo recurso, os do art. 3º
- de 100\$ a 500\$ ⁴³1\$000

⁴² Por Decr. de 20 de Outubro de 1832 o juiz de paz que tiver de ser parte será citado perante o suppleto, ou perante o juiz do districto immediato, qual o autor escolher.

⁴³ Que emolumentos devem cobrar os juizes de paz pelos actos conciliatorios nas acções de divorcio, despejo, prestação de contas e outras em que não se precisar quantia? O governo decidiu que, não havendo valor designado, dever-se-ha, *ad instar* dos arts. 3º e

— de mais de 500\$2\$000

Nada levarão sendo a causa de sua competencia.

4º Das sentenças definitivas proferidas nas causas de sua competencia, e cujo valor não exceder: ⁴⁴

— a 50\$ \$500

— a 100\$1\$000

Nada levarão nas causas até 10\$

5º Da apposição de sellos nos casos de fallencia, sendo a massa fallida arrecadada

— até 5:000\$5\$000

— Além dessa quantia 10\$000

Perceberão emolumentos dobrados se a arrecadação tiver logar fora da cidade ou villa.

Art. 2º Os juizes de paz só terão os emolumentos marcados no artigo antecedente, considerando-se gratuitos e compensados pelos mesmos emolumentos todos os mais actos que praticarem ⁴⁵.

9º, cobrar o emolumento minimo de que trata o art. 1º § 3º, 1ª hypothese. (Av. de 31 de Outubro de 1874, 1ª questão).

⁴⁴ Os juizes de direito e os de paz, pelo julgamento que lhes compete nas causas mencionadas na Lei de 11 de Outubro de 1837, ainda quando excedentes do valor de 100\$, percebem os emolumentos marcados no art, 1º § 4º, e art. 41 do Regimento de custas. (Av. de 4 de Fevereiro de 1876).

⁴⁵ Foi proposta ao governo a seguinte questão: O juiz, não obstante a disposição do art. 1º § 3º e art. 157 quanto ás conciliações não effectuadas, ou á revelia em causa da competencia do mesmo juiz, deve perceber emolumento pela sentença definitiva que proferir, condemnando o réo nas custas, conforme estabelece o art. 4º da Disp Provis., e mais o que pela conta das respectivas custas lhe cabe em virtude da Lei de 20 de Setembro de 1829 § 3º, que fez os juizes de paz, além de inquiridores, contadores em seus juizos?

CAPITULO II.

Dos Juizes do Cível.

Art. 3º Das sentenças proferidas sobre o ponto principal da causa, quer seja ordinaria, summaria ou executiva, e sobre excepções peremptorias, receberás emolumentos calculados conforme o valor da causa; e assim se fôr:

— até 500\$000	2\$000
— de 500\$00 a 1:000\$000	3\$000
— de 1:000\$000 a 2:000\$000	4\$000
— de 2.000\$000 a 4:000\$000	5\$000
— de 4:000\$000 a 8:000\$000	6\$000
— de 8:000\$000 a 16:000\$000	10\$000
— de 16:000\$000 para cima	20\$000

Se o processo não terminar com o julgamento da excepção peremptoria, não levarão novos emolumentos pelo julgamento final; e os autos se farão conclusos com o preparo feito para a excepção peremptoria.

Art. 4º Das sentenças definitivas proferidas sobre embargos de terceiro senhor e possuidor, ou prejudicado, e sobre artigos de preferencia ou rateio, terão os mesmos emolumentos marcados no artigo antecedente, regulando-se a respeito daquellas pelo valor dado ao objecto dos embargos, e quanto a estas pelo liquido recolhido a deposito ou valor do objecto adjudicado, acerca do qual se tiver disputado a preferencia ou rateio.

O governo respondeu que a questão está expressamente resolvida pelo art. 2º, que não permite ao juiz de paz outros emolumentos além dos taxados no art. 1º. (Av. de 31 de Outubro de 1874, questão 2ª).

Art. 5º Das que fôrem proferidas sobre embargos oppostos á sentença ou á sua execução, qualquer que seja a natureza delle; sobre artigos de liquidação, ou liquidação por arbitros, lerão a metade dos emolumentos na mesma ordem e proporção marcadas para as sentenças definitivas.

Art. 6º No caso de reconvenção, o pedido desta se juntará ao da acção para se calcularem os emolumentos; mas, havendo no processo assistentes, ou oppoentes, não augmentar-se-hão por isso os emolumentos.

Art. 7º Das sentenças proferidas sobre excepções dilatorias, justificações incidentes ou preparatorias, artigos de attentado, de habilitação e outros incidentes, tanto na acção como na execução, qualquer que seja o valor e natureza da causa2\$000

Art. 8º:

1º Das sentenças sobre justificações para embargo ou sequestro, e mandado de detenção.....3\$000

2º Da sentença final sobre a subsistencia ou insubsistencia do embargo, sequestro ou detenção, qualquer que seja o valor da causa3\$000

Art. 9º Das sentenças sobre quaesquer outras justificações, das que se tiverem de proferir em processos em que não houver designação de valor, das que julgarem desistencias ou composições amigaveis, fianças, protestos, contraprotestos, e das que homologarem quaesquer actos.....2\$000

Art. 10. Das sentenças de condemnação de preceito, qualquer que seja a quantia confessada.....2\$000

Art. 11. Das sentenças de absolvição da instancia, e das que se proferirem na acção de juramento d'alma, qualquer que seja o pedido..1\$000

Art. 12. Das sentenças que como arbitros proferirem perceberão os emolumentos marcados no art. 1º § 2º aos juizes de paz nesta qualidade.

Art. 13. Das partilhas feitas judicialmente perceberão

Até 1:000\$0002\$000

E dahi para cima 1\$000 em cada conto de réis, até á quantia de 50:000\$000 exclusive, de modo que o maior emolumento das partilhas, qualquer que seja o valor destas, nunca exceda a50\$000

E o mesmo terão da sobrepartilha, assim como do calculo, quando houver só herdeiro ou fôr necessario para pagamento dos direitos nacionaes.

Das partilhas e sobrepartilhas feitas amigavelmente, terão metade destes emolumentos ⁴⁶.

⁴⁶ Conquanto não partilhemos da opinião infra transcripta, em sua applicação ás comarcas geraes, todavia julgamos dever levar ao conhecimento dos leitores os seguintes

PARECERES:

1º

Visto o art. 13 do Regimento, approved pelo Decreto de 2 de Setembro de 1874, sou de parecer que o juiz que julgar partilhas amigaveis, celebradas por escripto particular dos interessados, por escriptura publica ou por termo judicial, tem direito á metade dos emolumentos taxados na primeira parte do citado artigo.

Porquanto a disposição da ultima parte, que arbitra ou abona ao juiz o emolumento fixo de 5\$000, pelo simples julgamento da partilha, refere-se, e não póde deixar de referir-se, á partilha judicial, a respeito da qual sómente se póde dar a distincção que faz o artigo em questão entre — juiz que faz ou delibera a partilha, e juiz que sómente a julga; e, por outro lado, a applicar-se á partilha amigavel a disposição da alludida ultima parte, ficaria prejudicada a disposição anterior que abona ao juiz metade dos emolumentos taxados para a partilha judicial; visto que, na partilha amigavel, o acto do juiz limita-se ao julgamento.

Neste sentido é a practica nesta côrte; e, nas comarcas geraes, outra não póde ser, desde que só ao juiz de direito cabe homologar a partilha amigavel de valor superior a 500\$000.

Rio, 11 de Janeiro de 1876. — *Domingos de Andrade Figueira.*

2º

Da emenda da partilha ou sobrepartilha nada perceberão.

Subscrevo o parecer do meu douto collega o Sr. Dr. Andrade Figueira.
Rio, 11 de Janeiro de 1876. — *Dr. João Baptista Pereira.*

3º

Concordo com o parecer. Para entender-se de um modo contrario, seria preciso riscar-se a parte do art. 13, que diz: “Das partilhas e sobrepartilhas feitas amigavelmente, terão metade destes emolumentos.”

Certamente homologar a partilha amigavel póde ser considerado um trabalho igual ao de julgar a partilha feita ou deliberada por outro juiz, mas este argumento não colhe; porque, quando o legislador fixou o emolumento de 5\$000, para o juiz que *sómente julgar* a partilha, teve em consideração o motivo de se pagar outro emolumento ao juiz que fez ou deliberou a mesma partilha; podendo dar-se o caso de ser a partilha feita ou deliberada por um juiz, e julgada por outro, o legislador prevenio de modo a não sobrecarregar de custas o monte partivel. Esta hypothese, porém, não se póde dar na partilha amigavel.

Rio, 12 de Janeiro de 1876. — *Dr. José Liberato Barroso.*

4º

Subscrevo o parecer supra. Rio, 13 de Janeiro de 1876.— *P. Lopes de Leão.*

5º

Não posso admittir que, em presença do regimento de 2 de Setembro de 1874, art. 13, combinado com o que anteriormente regulava a matêeia, se possa opinar em sentido contrario do que doutamente expõem os illustrados collegas que me precederão.

Concordo, portanto, e plenamente, com os pareceres supra. Rio, 14 de Janeiro do 1876. — *Joaquim Saldanha Marinho.*

6º

Illm. Sr. Dr. Raymundo Furtado de Albuquerque Cavalcanti.

Respondendo á caria de V. S. datada de hontem, em que deseja ouvir-me sobre a intelligencia do art. 13, do regimento de custas, na parte relativa aos emolumentos devidos ao juiz que julga uma partilha amigavel, occorre-me dizer-lhe que, nos termos do indicado artigo, os emolumentos do juiz que homologa uma partilha amigavel são a metade dos que se cobrão em partilhas judiciaes, como é expresso na clausula.

“Das partilhas e sobrepartilhas feitas amigavelmente, terão metade destes emolumentos”; sendo que a outra clausula que marca a quantia de 5\$000, para o juiz que sómente julgar a partilha, reservando os emolumentos para o juiz que a houver feito ou deliberado, só é applicavel ás partilhas judiciaes, onde cabe a distincção que o regimento estabelece entre juiz que faz ou delibera a partilha, e juiz que a julga sómente; mas nunca as partilhas amigaveis em que semelhante distincção não póde ter logar.

Póde V. S. fazer da minha resposta o uso que mais lhe convenha. Sou de V. S. amigo e collega obrigado. Rio, 15 de Janeiro de 1876. — *Z. de. Gões e Vasconcellos.*

Do Jornal do Commercio.

A estes emolumentos terá direito o juiz que houver feito ou deliberado a partilha ou sobrepartilha.

O que sómente a julgar perceberá5\$000

Art. 14. Das contraminutas de agravos, ou despachos que os repararem2\$000

Art. 15. Da assignatura demandados \$300

Art. 16. Da assignatura de quaesquer instrumentos, precatorias, alvarás, edictos ou editaes, que se assignão com o nome por inteiro ⁴⁷ \$500

Art. 17. Da assignatura de cartas de sentenças, comprehendido o exame dellas, a que ficão sob sua responsabilidade obrigados2\$000

Art. 18. De cada juramento que de ferirem, qualquer que seja \$400

Art. 40. Da inquirição de cada testemunha ou infórmanete, e do depoimento que tomarem das partes ⁴⁸ 1\$000

Art. 20. Do exame a que presidirem de autos, papeis e livros:

— em sua casa ou na audiencia3\$000

— fóra dellas6\$000

⁴⁷ O Av. de 31 de Outubro de 1874, questão 6^a, declarou que a expressão generica — Alvaris — comprehende os de autorização.

⁴⁸ A lei teve em vista obrigar os juizes a a sistirem pessoalmente ás inquirições (consulta do Conselho de Estado de 13 de Junho de 1874).

Já Moraes Carvalho, em sua Praxe Forense nota 331, dizia o seguinte:

“Ainda que não seja expresso na lei que o juiz deva estar presente, e ainda que a maior parte dellas tratem de resto esses actos, abandonando-os ao escrivão, inquiridores e partes, comtudo é inquestionavel que a boa administração da justiça e o espirito da lei exige a sua presença. Quem defere o juramento ás testemunhas? Quem decide as questões incidentes? Quem contém as partes e inquiridores para que não exorbitem?”

Art. 21. Das cartas de legitimação, ou adopção e de insinuação de doação 10\$000

Das provisões de *opere demoliendo* e outras quaesquer .5\$000

Art. 22. De cada folha de livro, cuja abertura, numeração, rubrica e encerramento lhes competir ⁴⁹ \$100

Exceptuão-se os livros dos escrivães que perante elles servirem, dos quaes nada perceberão ⁵⁰.

Art. 23. De cada objecto ou lote arrematado, movel, semovente ou de raiz: ⁵¹.

Até 50\$000 \$500

Até 100\$000 1\$000

Até 500\$0002\$000

Até 1:000\$000 3\$000

⁴⁹ O ministerio da justiça dirigio, em 12 de Janeiro de 1876, o seguinte Av. ao presidente de Minas:

Illm. e Ex. Sr. — Em officio de 17 de Novembro ultimo communicou V. Ex. haver resolvido, sobre consulta do juiz de direito da comarca do Serro, que competem a esse magistrado emolumentos pela abertura, numeração, rubrica e encerramento dos livros destinados ao registro geral das hypothecas.

Em resposta declaro a V. Ex., de accordo com os pareceres dos procuradores da coroa, soberania e fazenda nacional, das relações da corte e do Ouro-Preto, que mereceu a approvação do governo imperial a decisão dessa presidencia, visto que os officiaes do registro geral das hypothecas têm o character de tabelliães, e seus livros estão comprehendidos na generalidade do art. 22 do Regulamento approved pelo Decreto n. 5.737 de 2 de Setembro de 1874, e não na excepção da 2ª parte do mesmo artigo, que é restricta aos escrivães, conforme a doutrina do Aviso 376 de 4 de Lezembro de 1855.

Deus guarde a V. Ex. — Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque.

⁵⁰ Esta excepção não pôde ser entendida senão restrictamente, e só quanto aos livros dos escrivães que servirem perante o juiz, devendo os dos tabelliães de notas, quer sejam estes officios exercidos separadamente, quer accumulados, com o ramo judicial, pagar os emolumentos de que trata a 1º parte do art. 22. (A.v. n. 376 de 4 de Dezembro de 1855).

⁵¹ O regimento de custas sómente augmentou os salarios devidos pela arrematação, e em nada alterou a pratica de serem pagos pelo executado os impostos e encargos a que estava sujeito o objecto arrematado até ao tempo da arremattação, e pelo arrematante os salarios do juiz e mais officiaes (Av. n. 171 de 4 de Julho de 1855).

Até 2:000\$0004\$000

Até 4:000\$0005\$000

E dahi para cima os mesmos emolumentos taxados no art. 13.

No caso de adjudicação, terão o mesmo, calculado sobre a avaliação della.

Art. 24. De cada diligencia a que fôrem ⁵².

— dentro da cidade ou villa 10\$000

— fóra da légua da cidade ou villa, ou no mar. ⁵³ 30\$000

Outrosim lhes será prestada conducção por quem mais interesse tiver no andamento da causa, sendo a respectiva despesa contada nos autos á vista do documento delles constante ⁵⁴.

Nas diligencias comprehendem-se a arrecadação de heranças e massas fallidas, descripção e avaliação de bens, vistorias,⁵⁵ demarcações, divisões, medições e arbitramentos.

Art. 25. E se a diligencia não puder ser concluida no mesmo dia, levarão de cada dia que accrescer 10\$000

⁵² O Av. de 10 de Fevereiro de 1875 diz que os juizes recebem, a titulo de *caminho*, uma quantia certa, marcada no art. 24; e que o juiz de orphãos póde perceber, em um feito, a importancia da diligencia do art. 24, e a *estada* do art. 25, de accordo com o art. 24: o que é applicavel ao escrivão, na fórmula do art. 122; excluindo-se, porém, dos tres dias de *estada* o da diligencia, como se infere da disposição do art. 25.

⁵³ Como se deve entender no fôro da côrte a expressão — *fôra da cidade ou villa* — do art. 24 e outros, e por conseguinte os limites da legua, em relação aos differentes pontos?

O Av. de 31 de Outubro de 1874, questão 5ª, resolveu esta duvida declarando que para as custas provenientes de diligencias mencionadas no art. 24, a legua da cidade será considerada do mesmo modo que na repartição fiscal incumbida da cobrança da decima urbana.

⁵⁴ A obrigação de prestar conducção comprehende a pessoa e a bagagem, não podendo, porém, o juiz exigir mais do que um animal para a dita bagagem, quando isso fôr indispensavel (Av. n. 8 de 4 de Janeiro de 1856).

⁵⁵ Quando o juiz ordena que se proceda á vistoria, deve depositar em cartorio as despesas della quem mais interesse tiver no andamento da causa. Se, porém, é a vistoria requerida pela parle, a esta incumbe o preparo (Pereira e Souza, nota 538).

Nestes emolumentos comprehendem-se os mais actos que praticarem por occasião e causa da diligencia, ou que nella se envolverem.

Art. 26. Se o exame ou diligencia (arts. 20 e 25), podendo fazer-se em casa do juiz ou na audiencia, se praticar fora dellas a requerimento da parte, o excesso do emolumento será á custa da parte requerente.

Art. 27. Se por qualquer causa, e não por facto ou omissão do juiz ou do escrivão, se não effectuar a diligencia depois de terem estes sahido de suas casas, vencerão os emolumentos na fórmula da art. 24, como se a diligencia se tivesse effectuado.

Art. 28. Quando o juiz se transportar ao mesmo logar para praticar mais de um acto ou diligencia, relativos a diversas causas ou pessoas, as castas da condução serão entre ellas rateiadas, e as de estada se dividirão também em proporção da demora da diligencia respectiva.

Art. 29. Nas causas cujo valor não exceder a 500\$ perceberão sómente a metade dos emolumentos taxados neste capitulo, salvo os que vão especialmente attribuidos a essas causas ⁵⁶.

CAPITULO III.

Dos Juizes do Commercio.

Art. 30: ⁵⁷

1º Do despacho de abertura de fallencia.....2\$000

2º Do despacho da qualificação da fallencia, o mesmo emolumento do art. 3º, calculado sobre o activo arrecadado.

⁵⁶ O Av. de 10 de Fevereiro de 1875 declarou que a disposição deste artigo é extensiva a todas as causas de qualquer natureza, conforme os arts. 34 e 31, 35 e 40.

⁵⁷ Pelos Alvarás de autorização nada podem perceber os juizes do commercio, porque no cap. 3º nada se lhes marcou para estes actos (Av. de 31 de Outubro de 1874, questão 6ª).

3º De assistirem á reunião de credores para concorda-las, moratorias, ou prestação de contas:

— sendo até vinte credores..... 10\$000

— sendo mais de vinte credores 20\$000

4º De assistirem á outra qualquer reunião de credores, metade dos emolumentos do paragrapho antecedente.

Art. 31 É extensiva ás causas commerciaes a disposição do art. 29.

CAPITULO IV.

Dos juizes de orphãos e ausentes.

Art. 32:

1º Da assignatura de cartas de emancipação ou supplemento de idade.....5\$000

2º Provisão de tutela4\$000

3º Alvará de supplemento de licença para casamento ou autorização para esse fim5\$000

4º Dito de qualquer outra autorização ⁵⁸.....2\$000

5º Do julgamento das contas de tutelas, segundo os rendimentos annuaes: ⁵⁹

⁵⁸ Este art. 32 n. 4 refere-se exclusivamente aos juizes de orphãos (Av. de 31 de Outubro de 1874, questão 6ª).

⁵⁹ Competindo aos juizes municipaes e de orphãos, nas comarcas geraes, o preparo e julgamento de contas de tutela até o valor de 500\$, e sómente o preparo se ellas excederem dessa quantia, é claro que, quando no acto da tomada de contas nos prazos legaes verificar-se que a importancia dellas é superior a 500\$, caberá o julgamento ao juiz de direito, sem que Influa sobre a competencia o prazo das rendas dos bens da tutela (Av. 10 de Fevereiro de 1875).

Até 500\$000	1\$000
Até 2:000\$000	2\$000
Até 4:000\$000	3\$000
Até 8:000\$000	5\$000
Até 12:000\$000.....	8\$000
Até 20:000\$000.....	12\$000
Dahi para cima	20\$000

Art. 33. Como juizes de ausentes, nas arrecadações e arrematações dos bens de que têm porcentagem, receberão por ametade os emolumentos marcados para os juizes do civil ⁶⁰.

Art. 34. Aos juizes de orphãos nunca se poderá contar maior estada que tres dias, qualquer que seja o excesso desse numero de dias que gastem em inventario fora de suas residencias ⁶¹.

Em tudo se regularáõ pelo que vai marcado para os juizes do civil, *inclusive* a disposição do art. 29.

CAPITULO V.

Dos juizes dos feitos da fazenda.

Art. 35. Em todos os actos que praticarem e sentenças que proferirem, terão os emolumentos taxados para os juizes do civil, sendo-lhes applicaveis as regras dos arts. 29 e 33.

Este Av. declarou tambem que aos juizes competem só emolumentos pelos julgamentos das contas de tutelas e capellas, mas não pelo respectivo processo ou preparo.

⁶⁰ Vide art 82 do Dec. de 15 de Junho de 1859, e Ord. n. 14 de 19 de Janeiro de 1872.

⁶¹ Vide nota 12.

Art. 36. Quando a fazenda publica decahir da acção, qualquer que ella seja, não será obrigada a pagar emolumentos ao juiz e aos empregados do juizo que tiverem vencimentos pelos cofres publicos. ⁶²

Art. 37. Não terão emolumento algum pelos actos que praticarem nos processos promovidos *ex-officio*, ou a requerimento do procurador fiscal no interesse da fazenda publica, como são: os inventarios, demarcações e descripções de terrenos e predios nacionaes, e sua incorporação, e quaesquer outras diligencias em que não houver contestação ou opposição da parte ⁶³.

CAPITULO VI.

Dos juizes da provedoria.

Art. 38:

1º Da abertura e cumpra-se dos testamentos e codicillos.

.....2\$000

2º Da sentença de redacção de testamento á publica-fórma

.....10\$000

Art. 39. Da tomada de contas de capellas, segando o rendimento annual: ⁶⁴

Até 200\$.....1\$000

Até 600\$.....4\$000

Até 1:000\$.....5\$000

Até 4:000\$.....8\$000

⁶² Consultem-se as Instrs. de 28 de Abril de 1851.

O AV. de 14 de Janeiro de 1875 declarou que o art. 36 do regimento de custas não revogou a disposição do art. 38 § unico do Reg. de 31 de Março de 1874, que trata do imposto de transmissão de propriedade.

⁶³ É a reproducção do art. 1º das citadas Instrs. de 1851.

⁶⁴ Vide nota 17.

Até 10:000\$. 10\$000

Dahi para cima 500 réis em cada conto de réis que accrescer, mas nada pela fracção que exceder ao ultimo conto. ⁶⁵

Art. 40 .

1º Do julgamento das contas de testamento, além de 1% do residuo nos casos em que o houver5\$000

2º Em todo o mais se regularão pelo que vai marcado para os juizes do civil, guardadas as disposições dos arts. 29 e 33.

CAPITULO VII.

Dos juizes de direito em 2ª instancia, e em correição.

Art. 41:

1º Das decisões de agravos5\$000

2º Dos julgamentos em segunda instancia o dôbro dos emolumentos taxados para os juizes de paz ⁶⁶ e municipaes em primeira instancia.

Art. 42:

1º. De tomarem contas aos tutores e testamenteiros, o mesmo que está marcado para os juizes de orphãos e provedores de capellas e residuos na tomada dessas contas.

2º. De reverem as contas já tomadas nada levarão.

⁶⁵ O art. 1º do Decr. n. 5.902 de 24 de Abril de 1875 dispoz o seguinte:
"Pelo julgamento das contas de capellas perceberão os juizes da provedoria os mesmos emolumentos taxados para os juizes de orphãos no julgamento das contas de tutelas."

⁶⁶ Vide nota 5.

TITULO II.

MATÉRIA POLICIAL E CRIMINAL

CAPITULO I.

Das autoridades policiaes e juizes criminaes ⁶⁷.

Art. 43. De assistirem pessoalmente:

1°. Á formação de corpo de delicto directo ou indirecto, ou a outro qualquer exame.....3\$000

2°. A qualquer busca, não sendo *ex-officio*6\$000

Art. 44. De cada pessoa pelo juramento que deferirem, qualquer que seja..... \$600

Art. 45. Do interrogatorio de cada réo e da inquirição de cada testemunha \$800

Art. 46:

1°. Dos julgamentos de fianças definitivas.....3\$000

2°. Das suspeições3\$000

3°. Nos crimes cuja decisão final lhes compete.....3\$000

Art. 47:

1°. Da pronuncia ou não pronuncia ⁶⁸3\$000

⁶⁷ O Av. de 22 de Setembro de 1875 declarou que não compelem aos juizes criminaes, pelas diligencias fóra de sua residencia ou da legua da cidade ou villa, os emolumentos do art. 24, por serem devidos unicamente aos juizes do civil.

⁶⁸ Nos processos instaurados *ex-officio* não podem as castas ser cobradas logo que as pronuncias são sustentadas, porque o pagamento dellas só é devido quando existe sentença final irrevogavel, sendo que a sustentação da pronuncia póde ainda ficar infirmada pela decisão do jury; nem obståo os AVS. de 4 de Janeiro e 17 de Julho de 1840, porque estes sómente decidirão que na sustentação da pronuncia houvesse

2°. Da sustentação, ou revogação dellas3\$800

Art. 48:

1°. Das sentenças que obrigão ou não a termo de bem-viver, ou de segurança, de cada obrigado ou da parte contraria.....2\$000

2°. De toda e qualquer decisão que ponha termo ao processo, ou sobre prescrição ou perempção3\$000

3°. Da que sómente julgar o lançamento, tendo de continuar a accusação por parte da justiça1\$000

Art. 49:

1°. Do julgamento da graça de perdão, modificação ou com mutação de pena:

— Em crimes afiançaveis6\$000

— Em inafiançaveis12\$000

Nada terão, sendo o agraciado pessoa miseravel.

2°. De quaesquer mandados ou guias \$300

3°. De editaes ou alvarás quaesquer \$500

4°. Será sempre gratuita a assignatura do alvará de folha corrida e do mandado de soltura.

Art. 50:

condemnação de custas, mas não que ellas fossem logo exigiveis (Av. n. 115 de 15 de Março de 1856).

O Av. n. 419 de 27 de Setembro de 1861 declarou que a decisão do cit. Av. de 1856 é applicavel tambem aos processos crimes, promovidos por qualquer outra parte queixosa, que não a justiça, por isso que onde se dá a mesma razão dá-se a mesma disposição.

1°. Os emolumentos devidos pela inquirição de testemunhas ou infórmanes, e pelo interrogatorio dos réos nos inqueritos policiaes, serão por metade dos que vão taxados neste capitulo ⁶⁹.

2°. Nenhum emolumento é devido no caso de *averiguações policiaes ex-officio*, das quaes não resulte processo.

CAPITULO II.

Dos Juizes de direito em 2ª instancia.

Art. 51. Das sentenças proferidas:

1°. Sobre recursos que para elles se tenham interposto...4\$000

2°. Sobre appellações5\$000

CAPITULO III.

Dos Presidentes do Jury.

Art. 52. De presidirem a cada julgamento, inclusive os actos que nelle praticarem 15\$000

CAPITULO IV.

Dos Auditores de Marinha ⁷⁰.

⁶⁹ Ao presidente do Rio Grande do Sul, foi dirigido o seguinte Av. de 6 de Dezembro de 1875 :

Illm. e Exm. Sr. — S. M. o Imperador, tendo ouvido a secção de justiça do conselho de estado, sobre o requerimento do escrivão da delegacia de policia do termo de Porto-Alegre, manda declarar a V. Ex., em resposta ao officio n. 2,926 de 25 de Setembro ultimo, que, attenta a generalidade do art. 50 do regimento, annexo ao Decreto n. 5,737 de 2 de Setembro de 1874, só competem emolumentos aos escrivães pelos inqueritos feitos a requerimento de parte, e não *ex-officio*.

⁷⁰ Deve abonar-se á autoridade judiciaria, que substituir o auditor de marinha em seus impedimentos, a gratificação marcada para esse serviço, independentemente de certidão de ter officiado em processo de pena capital. (AT. n. 131 de 26 de Abril de 1872).

Art. 53:

1º Nos processos, cujo conhecimento e decisão final lhes compete, perceberão os mesmos emolumentos marcados para os juizes criminaes.

2º Nas arrematações de que têm porcentagem receberão metade dos emolumentos do art. 23.

CAPITULO V.

Disposições geraes.

Art. 84:

1º Quando a municipalidade fôr condemnada nas custas, pagará sómente a metade destes emolumentos, e os juizes, escrivães e mais empregados a quem compelirem perderão a outra metade.

2º Nas causas em que os promotores decahirem, a camara municipal será obrigada sómente ás custas desde o ponto em que os mesmos promotores tomarem a accusação ⁷¹.

— Não existe incompatibilidade em accumular as respectivas funções de auditor com a presidencia do jury. (Av. de 10 de Dezembro de 1874).

⁷¹ No Jornal do Commercio, criticando-se o Regimento de custas, escreveu-se o seguinte:
“A elevação da tabella das custas é tambem nociva ao *elemento municipal*, porque nos processos começados em nome da justiça, e naquelles em que ella continua por força da lei, havendo condemnação dos cofres das camaras municipais nas custas, embora só paguem a metade, equivale esta parle das actuaes custas ao todo das custas marcadas no Regimento de 1855, o que é um onus muito pesado lançado sobre o povo.

Ora, é geralmente conhecida e deplorada a exiguidade das rendas das camaras municipaes, que não chegam para as suas obras publicas, para o concerto e conservação das vias de comunicação, das fontes e outros melhoramentos.

O que significa para a prosperidade e desenvolvimento do elemento municipal, de modo que possa attingir seu fim de bem estar e felicidade popular, essa grande elevação de custas, subsistindo a obrigação do pagamento delias pelas camaras municipaes?

Seria mais acertado se ellas fossem alliviadas desse onus, que só deve pesar sobre o thesouro publico.

E não é indiscrição ou imprudencia affirmar que era opportuno realizar essa refórma.

Assim, o novo Regimento conserva a disposição do art. 51 do Regimento de 1855, dispondo no art. 5º que, quando a municipalidade for condemnada nas costas, pagará sómente a metade dos emolumentos taxados, e os juizes, escrivães e mais empregados, a quem competirem, perderão a outra metade; e accrescenta que, nas cansas em que os promotores decahirem, a camara municipal será obrigada sómente ás custas desde o ponto em que os

PARTE II ⁷².

TABELLA DOS TRIBUNAES.

.....
.....

PARTE III.

TABELLA DOS PROCURADORES PARTICULARES E PÚBLICOS.

TITULO UNICO.

CAPITULO I.

Dos advogados ⁷³ .

mesmos promotores tomarem a accusação, o que aliás era subentendido, e sempre se tem seguido.

Porém o novo Regimento não providenciou e resolveu uma questão importante que se levanta, principalmente pela integra do seu art. 54. A municipalidade condemnada nas custas paga sómente a metade dos emolumentos taxados aos juizes, escrivães e mais empregados, ou tambem paga metade dos honorarios dos advogados e dos salarios dos solicitadores, e dos outros emolumentos e gastos que a parte fizer?

Este systema de só pagar a metade, quando o trabalho se faz, e a parte despende sem demora e desconto, parece contrario aos principios da moral e do direito.

Outra questão, não menos importante, não tem solução pelo novo Regimento de custas, e era urgente tê-la, em vista de disposições da nova refôrma judiciaria. No caso de inquerito policial, ex-officio, em que se admittem defesa, testemunhas de defesa, e que a parte seja acompanhada de advogado para contradictar e contestar testemunhas, se esse inquerito é julgado improcedente, e apenas se manda archivar, deve a camara municipal pagar custas, ou ha de a parte que foi incommodada e perseguida perder totalmente o que despendeu? (Vide a nota 25).

Ainda outra questão não menos grave clama pela omissão do novo Regimento, que não a considerou como devia. As custas devidas pelos réos pobres que, segundo o art. 99 da Lei n. 261 de 3 de Dezembro de 1861, e art. 468 do Regulamento n. 120 de 31 de Janeiro de 1842, percebem os escrivães do cofre da municipalidade, recebendo só metade, continuão a ser pagas pela edilidade, ou o art. 5º do novo Regimento revogou os artigos citados ?

Este art. 54 mantém que as camaras municipaes só pagão custas quando nellas fôrem condemnadas, como se entendeu. e muitas vezes seguio-se com a disposição do art. 51 do Regimento de 1855, levantando-se continuadas duvidas, o provocando-se consultas ao poder executivo ?

Temos presentes muitas decisões do governo imperial, consagrando o que as camaras municipaes não eram obrigadas a pagar custas dos processos de averiguações policiaes. Mas os inqueritos policiaes não se equiparão a essas indagações da antiga legislação, e dahi vem a duvida se as camaras municipaes devem pagar as custas desses inqueritos."

⁷² Referindo-se esta parte 2ª aos emolumentos do Supremo Tribunal de Justiça, e das Relações, parece-nos inutil transcreve-la.

SECÇÃO I.

Materia civil.

Art. 71. Os honorarios dos Advogados serão contados e exigidos conforme a importancia das causas, por este modo:

1°. Sendo a causa até 500\$ metade dos emolumentos taxados nos artigos seguintes.

2°. De 500\$ até 10:000\$ os emolumentos taxados nos artigos seguintes.

3°. De 10:000\$ a 20:000\$ metade mais dos emolumentos taxados nos artigos seguintes.

4°. De 20:000\$ até 30:000\$ o dôbro dos mesmos emolumentos.

5° De 30:000\$ para cima o tresdôbro dos mesmos emolumentos.

Art. 72. Aos advogados contar-se-ha de cada petição:

1° Para conciliação, qualquer que seja a causa3\$000

2° Para principio de acção em que se não dá libello6\$000

3° Para embargo ou aresto, mandado de detenção, sequestro, embargo de obra nova6\$000

⁷³ O novo regimento de custas não marcou emolumentos aos advogados, por avaliarem uma causa para appellação (Av. de 23 de Junho de 1875).

O Ministro da Justiça dirigio, em 10 de Abril de 1876, o seguinte Aviso ao presidente de Espirito-Santo:

Illm. e Exm. Sr. — Em solução á duvida suscitada pelo juiz municipal, supplente do termo de Guarapary, e constante do officio dessa presidencia de 11 do mez findo, sob n. 18, declaro a V. Es. que o regimento de custas, referindo-se aos advogados e procuradores judiciaes, não comprehende os ajudantes dos procuradores-fiscaes, cujos vencimentos e vantagens se regulão por legislação especial.

4º Offerecida por embargos.....6\$000

5º Servindo de libello nas acções ordinarias 12\$000

6º De qualquer outra petição2\$000

Art. 73:

1º Libellos, embargos de terceiro senhor e possuidor, ou terceiro prejudicado, artigos de preferencia ou rateio, de cada um destes articulados. 15\$000

2º Contrariedade a estes artigos, não sendo por simples negação..... 15\$000

3º De cada replica ou treplica, não sendo por simples negação6\$000

Art. 74 :

1º De embargos oppostos ás notificações, ás assignações de dez dias, e a qualquer acção summaria ou executiva, ou a qualquer procedimento que se conteste por esse meio..... 15\$000

2º Da contrariedade a esses embargos..... 15\$000

3º De cada replica ou treplica6\$000

Art. 75:

1º Artigos de acção summaria..... 10\$000

2º Contestações a esses artigos 10\$000

3º De cada replica ou treplica5\$000

Art. 76:

1º Excepções dilatorias ou peremptorias..... 10\$000

2º Da contrariedade ás excepções 10\$000

Art. 77:

1º Contrariedades, replicas e treplicas por negação, e qualquer requerimento nos autos 3\$000

2º Resposta nos autos sobre qualquer exigencia ou requerimento..... 5\$000

3º Quesitos para qualquer exame ou vistoria 6\$000

Art. 78. Artigos de habilitação, de attentado e outros incidentes nas causas 6\$000

Art. 79:

1º Embargos oppostos ás sentenças ou na execução, de qualquer natureza que sejam 12\$000

2º Impugnação e sustentação de cada um destes arrazoados 12\$000

3º Minuta de agravo de petição ou de instrumento..... 10\$000

Art. 80:

1º Razões finaes sobre o ponto principal da causa, e sobre todos os artigos que tiverem procedimento ordinario, de appellação ou de revista civil, tendo havido contestação.⁷⁴ 30\$000

2º Tendo corrido á revelia 12\$000

⁷⁴ Tendo sido o governo consultado sobre o seguinte ponto: Se as razões de appellação, em causas que do juizo de paz sobem para o de direito, estão comprehendidas no n. 1 do art. 82, ou se no caso de se referirem taes razões a causas summarias, como as que correm no juizo de paz, é applicavel, conforme o antigo Regimento, a regra estabelecida no n. 1 do art 81, do actual Regimento para as razões finaes nas causas summarias;— decidio o governo que as razões de appellação em causas sumularias estão comprehendidas nas disposições do art. 80 n. 1 (Av. de 31 de Outubro de 1874, questão 8.^a)

Art. 81:

1º Ditas nas causas summarias oo sobre artigos incidentes das ordinarias ou summarias, tendo havido contestação 20\$000

2º Á revelia 8\$000

Art. 82:

1º De inquirição e reinquirição de cada testemunha 6\$000

2º De assistirem a qualquer acto judicial, que não seja o de inquirição de testemunhas:

— dentro da cidade ou villa 12\$000

— fóra da cidade ou villa, ou no mar, o dôbro do que têm os juizes.

Art. 83. Officios como curadores *in litem* de menores ou pessoas miseraveis, o mesmo que vai marcado para os curadores geraes.

Art. 84. De cada citação que accusarem ou requerimento e lançamento em audiencia 2\$000

SECÇÃO II.

Materia criminal.

Art. 85:

1º De petição de queixa ou denuncia 6\$000

2º De qualquer outra petição 2\$000

3º Libellos 15\$000

4º Contrariedade a estes, não sendo por negação 15\$000

Art. 86:

1º Razões de recurso de appellação ou de revista	30\$000
2º De accusação ou defesa nos processos policiaes, e que cabem na alçada do juiz	30\$000
3º De accusação ou defesa perante o jury, perante a relação, ou perante o supremo tribunal de justiça	60\$000
4º De arbitramento de fiança ou multa.....	3\$000
Art. 87. De assistirem á inquirição e reinquirição de testemunhas ou a qualquer acto do processo. ⁷⁵	5\$000

CAPITULO II.

Dos Solicitadores.

Art. 88:

1º De cada causa que agenciarem no juizo de primeira instancia perceberão, por mez.....	6\$000
Descontar se-ha, porém, toda a interrupção excedente a oito dias que a causa tiver em seu andamento.	
2º Das appellações e revistas até o primeiro accórdão..	12\$000
3º Até cada um dos outros accordãos, inclusive o de revista	12\$000

Art. 89:

⁷⁵ Estes emolumentos dos advogados em materia crime, por assistirem á inquirição e reinquirição de testemunhas, podem ser extensivos a cada uma destas, como se tem entendido por illação do disposto no n. 1 do art. 82?

O governo respondeu que, na conformidade do art. 82 n. 1, os emolumentos marcados no art. 87 são devidos ao advogado pela inquirição de cada testemunha, em materia crime. (Av. de 31 de Outubro de 1874, questão 9ª).

1º De cada citação que accusarem, ou requerimento que fizerem em audiencia \$700

2º Da inquirição e reinquirição de cada testemunha3\$000

3º De assistirem a qualquer acto judicial fora da cidade ou villa, o mesmo que vai marcado para os escrivães.

CAPITULO III.

Dos Curadores Geraes dos Orphãos ⁷⁵.

Art. 90:

1º Respostas em petições das partes, por uma só vez3\$000

2º Respostas em autos⁷⁶4\$000

3º Este emolumento se repetirá todas as vezes que lhes competir officiar, segundo os termos do processo; porém, se sobre os mesmos termos do processo tiverem de dizer mais de uma vez, nada mais venceráõ.

CAPITULO IV.

Dos Promotores Fiscaes de capellas e residuos.

Art. 92:

1º Resposta em requerimentos de parte.....3\$000

2º Officios ou promoções nos autos, por uma só vez4\$000

⁷⁵ Os curadores geraes só perceberão emolumentos pelos actos que praticarem como advogados, quando os menores fõrem vencedores e houver parte vencida, não se cobrando neste caso outros emolumentos senão os taxados para os advogados. (Av. de 31 de Outubro de 1876, questão 10 e 11).

⁷⁶ Nos termos do art 90 § 3º cabem ao curador geral os emolumentos do art. 90 § 2º, quando officiar sobre a partilha, embora já os tenha percebido pela descrição e avaliação dos bens. (Av. de 10 de Fevereiro de 1875).

3º Sendo, porém, sobre contas de testamenteiros e administradores de capellas, por uma só vez.....5\$000

Art. 93. É applicavel aos promotores fiscaes de capellas e residuos a disposição do art. 91.

CAPITULO V.

Dos Solicitadores dos residuos.

Art 94:

1º Das citações e lançamentos que fizerem ou accusarem em audiencia, o mesmo que se marcou para os procuradores judiciaes.

2º Pelas notificações contra os testamenteiros, que depois de notificados mostrarem ter cumprido em tempo o testamento.....5\$000

3º e não o tendo cumprido, 2 1/2 % do residuo.

CAPITULO VI.

Dos Promotores Publicos.

Art. 95:

1º Pelas respostas nos autos sobre requerimentos de fiança5\$000

2º Pelo libello de accusação6\$000

3º Razões de recurso, appellação ou revista..... 10\$000

4º Resposta nos autos sobre a desistencia da accusação, prescripção ou perempção da acção.5\$000

Art. 96:

1º Da sustentação da accusação

— perante o jury 10\$000

— em qualquer outro juizo 5\$000

2º De assistirem á formação da culpa ou qualquer outro acto do processo que exija a sua presença..... 5\$000

PARTE IV.

TABELLA DOS OFFICIAES JUDICIAES.

TITULO I.

DOS TABELLIÃES.

CAPITULO I.

Dos Tabelliães de Notas.

Art. 97. De cada escriptura que fizerem nos livros de notas, inclusive o primeiro traslado:

1º Até 1:000\$ 8\$000

2º De 1:000\$ a 2:000\$ 10\$000

3º E dahi para cima mais 1\$000 em cada conto de réis, não excedendo porém o emolumento de..... 50\$000

4º De cada escripto que lançarem em suas notas ou registros, além da rasa ⁷⁷ 2\$000

(Art. 126 e seguintes).

⁷⁷ Pelas escripturas lavradas no cartorio, quando as partes são representadas por procurador, percebe o tabellião, além dos emolumentos do art. 97 §§ 1º, 2º e 3º, a taxa do § 4º, relativa a cada procuração que aquelle serventuario transcrever no livro de notas. (Av. de 19 de Janeiro de 1876).

Art. 98:

1º Das procurações, as quaes de ora em diante só podem ser feitas no livro das notas, independente de distribuição, e incluido o primeiro traslado ⁷⁸5\$000

2º Para facilidade do expediente deste serviço, poderão os tabelliães ter livros abertos, numerados, rubricados e encerrados pelo juiz competente, com folhas impressas e claros precisos para as procurações, podendo tambem dar os traslados em folhas semelhantes ⁷⁹.

3º Destas procurações impressas o emolumento será.....2\$000

4º Se, porém, houver mais de um autorgante, pagará cada um delles mais.....1\$000

Exceptuão-se as procurações de marido e mulher, irmãos e co-herdeiros para o inventario e herança commum, universidade, cabido, conselho, irmandade, confraria, sociedade commercial, scientifica ou artistica, que pagarão como um só outorgante.

⁷⁸ O parecer do conselho de Estado de 13 de Junho de 1874, tratando da innovação relativa á prohibição de procurações avulsas, devendo, da data do novo regimento em diante, ser todas feitas nas notas, diz que para facilitar esta providencia, que não é senão a execução da Ord. Liv. 1º Tit. 78 § 4º, o regimento permite que os tabelliães tenham livros com folhas impressas.

⁷⁹ *Sello dos livros*. Temos a este respeito a seguinte Ord. n. 395 de 27 de Outubro de 1874:

Tendo o ministerio da justiça, que neste caso é o competente, declarado em Av. de 16 do corrente, que são de notas os livros com folhas impressas e claros precisos para as procurações que nelle se hão de lançar, na conformidade do art. 98 do novo regimento de custas, cumpre que o Sr. administrador da recebedoria os admitia como taes, para serem sellados com a taxa de cem réis por folha, de que trata o art. 13 § 2º do Decr. n. 4505 de 9 de Abril de 1870.

Desta intelligencia não resulta prejuizo á Fazenda Publica, nem violação do citado art. 13 § 1º, que manda cobrar 200 réis de sello por procuração ou *apud-acta*; porquanto pagão esta mesma taxa os traslados das procurações lavradas nos ditos livros, os quaes são os instrumentos exhibidos pelas partes para produzir effeito, ao passo que os instrumentos originaes permanecem nas notas.

5° Por substabelecimento ou outorga em procuração já feita perceberão do mesmo modo de cada outorgante, com as excepções supra declaradas ⁸⁰ \$500

Art. 99:

1° De cada testamento ou codicillo que fizerem no livro de notas..... 10\$000

2° Da aprovação de testamento ou codicillo6\$000

3° Do reconhecimento de cada firma \$400

E nada mais de 50\$, qualquer que seja o numero das firmas.

4° Sendo a aprovação do testamento ou codicillo fora do cartorio, mais 10\$000

5° E sendo a aprovação de noite, o dôbro do que está marcado.

Art. 100. Dos exames que fizerem em livros, documentos ou firmas para verificação de falsidade ou de qualquer outro facto, ainda que seja fóra do cartorio6\$000

Art. 101:

⁸⁰ O Av. de 13 de Janeiro de 1876 estabeleceu o seguinte :

1° Que os substabelecimentos das procurações devem ser feitos nos livros de notas, conforme se deduz dos ns. 1 e 2 do art. 98 do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 5737 de 2 de Setembro de 1874.

2° Que o substabelecimento deve conter, além do logar, data e nome do official publico que houver passado a procuração, o resumo desta, de modo a distingui-la de qualquer outra, o que se obterá pela menção dos nomes dos outorgantes e outorgados, fim ou negocio, poderes especiaes e restricções.

3° Que os tabelliães só percebem quinhentos réis pelos substabelecimentos, como é expresso no n. 5 do citado artigo.

4° Que póde substabelecer, por seu proprio punho, ou sómente com sua assignatura, as procurações quem tem direito de passa-las de um ou de outro modo, ainda quando sejam ellas feitas por tabellião.

1º Dos instrumentos que derem de posse que se tenha tomado.....6\$000

2º Das certidões que derem de seus livros de notas ou registros, assim como das publicas-fórmulas que tirarem, perceberão o mesmo que vai marcado para os escrivães do civil pelas certidões e traslados, com igual numero de letras e linhas.

Art. 102:

1º Do ponto de uma letra de cambio ou da terra, escripto á ordem ou nota promissória, cujo protesto lhes fôr requerido.....1\$000

2º De cada instrumento de protesto inclusive o registro .2\$000

3º De cada intimação que fizerem para o aceite ou pagamento dos ditos titulos, bem como de cada notificação de protesto, o mesmo que têm os escrivães do civil pelas citações.

4º E terão metade pela certidão de não intimação e não notificação nos casos acima.

5º Quando a notificação ou intimação fór feita pela imprensa, perceberão mais as despesas com a impressão dos editaes.

Art. 103. De cada instrumento fóra das notas que lhes fôr requerido, além dos acima mencionados.....2\$000

Art. 104:

1º Das buscas nos livros de notas ou registros, o mesmo que têm os escrivães do civil pelas buscas nos livros dos seus cartorios; assim como também terão o mesmo que esta marcado para estes, quando fôrem exercer os actos de seu officio fóra de seus cartorios.

2º Pelos actos que lhes é permittido praticar de noite, e fôrem para elles chamados ou requeridos, terão mais..... 10\$000

Art. 105. Os tabelliães são obrigados a declarar nas escripturas e mais papeis lançados nas notas, assim como nos traslados, certidões e publicas-fórmias, a importancia da paga ou salario que receberem, em conformidade e sob as penas da Ord. liv. 1º tit. 78 e as deste Regimento, qual couber ⁸¹.

Art. 106. São tambem obrigados a rubricar pessoalmente os traslados ou publicas-fórmias e certidões em cada uma de suas folhas, quando tenham mais do que uma folha, sem que levem pela rubrica salario algum ⁸².

CAPITULO II.

Dos Officiaes do Registro de hypothecas.

Art. 107:

1º De cada inseripção ou transcripção.....3\$000

(Art. 94 do Regulamento hypothecario.)

⁸¹ É uma medida, que não estava no Regimento de 1856, e que não entende simplesmente com a taxa de emolumentos ou remuneração de serviços judiciaes.

Nada tem ella de má, e será optima, se for cumprida, pois que a diffculdade das medidas novas está em terem prompta e permanente execução, falta que deprecia as melhores refórmias.

Muito conveniente é que cada um saiba quanto lhe foi exigido e pagou, maximè quando serve a terceiro, a quem deve dar boas contas; assim é muito preciso que cada um só exija o que a lei marca, e que bem paga e remunera o seu trabalho.

Nada mais incommodo e prejudicial, origem de duvidas e desconfianças, do que ser alguém forçado a pagar uma taxa que não é marjada, e não poder provar que exactamente pagou-a, ou não poder, com segurança legal, recebe-la do adversario que for condemnado a lh'a pagar.

Igualmente, nada é mais contrario á moralidade e avesso á justiça do que a exigencia que excede á taxa da lei, excesso que esta severamente pane, e para o que muito recommenda a attenção e energia dos Juizes competentes.

Será por isso, para acautelar interesses legitimos, e prevenir complicações e desvios, que o novo Regimento aponta as penas da Ord. liv. 1º tit. 78, que trata dos tabelliães de notas, que estatue o modo por que devem exercer o seu cargo, os prazos em que devem dar os traslados dos contratos que lavrarem, e outras recommendações e providencias que muito folgariamos se fossem cumpridas religiosamente, em proveito do paiz e dos proprios notarios publicos. (*Do Jornal do Commercio.*)

⁸² Vide nota 81.

2º De averbação (Regulamento citado.)1\$500

3º De cada referencia aos numeros de ordem e paginas do mesmo livro em que fizerem a inscripção ou transcripção \$500

(Regulamento citado, art. 95.)

4º De cada referencia aos numeros de ordem e paginas dos outros livros1\$000

5º De cada indicação no indicador real ou pessoal, comprehendidas todas as referencias1\$500

(Regulamento citado, art. 95.)

6º Pelas certidões e buscas lerão o mesmo que os tabelliães de notas. (Regulamento citado, art. 94.)

7º Quando as partes, além da transcripção por extracto, quizerem a transcripção de *verbo ad verbum*, os emolumentos serão duplicados. (Regulamento citado, art. 96.)

TITULO II.

DOS ESCRIVÃES DE 1ª E 2ª INSTANCIA.

CAPITULO I.

Dos Escrivães de 1ª instancia no civil.

Art. 108: ⁸³

1º De cada pessoa citada ou notificada, quando as citações ou notificações fôrem feitas em audiencia \$500

⁸³ As intimações de despachos judiciaes ás partes, seus advogados e procuradores não estão comprehendidas na disposição do art. 108 que é restricto ás citações e notificações. (Av. de 13 de Janeiro de 1876).

2º Quando fôrem por Carta ⁸⁴2\$000

3º Quando fôrem feitas pessoalmente.....1\$000

E além deste salario, terão mais o que está marcado para as diligencias fora dos seus cartorios ⁸⁵.

Art. 109. De autuação feita no cartorio ou em virtude de accusação em audiencia \$500

Art. 110. De mandado e precatoria que passarem..... 13\$000

Art. 111. Das procurações e substabelecimentos *apud acta*.....2\$000

Se, porém, houver mais de um outorgante, pagará cada um delles, guardadas as excepções do art. 98, mais..... \$500

Art. 112. Dos termos que lavrarem nos autos, exceptuados sómente os do artigo seguinte ⁸⁶. 13\$000

Art. 113. De cada termo de ⁸⁷:

⁸⁴ Consultado o governo sobre a retribuição devida aos escrivães do commercio pelas actas que lavrão da reunião dos credores, decidiu que esse trabalho é compensado pelo emolumento que provém da citação destes por carta. (Av. de 31 de Outubro de 1874, questão 4ª).

— As citações por cartas sómente se devem fazer ás pessoas egregias, como os bispos, fidalgos, doutores, juizes, advogados e outras pessoas semelhantes. (*Moraes Carvalho* \$ 183 e nota 332.)

⁸⁵ Ao presidente da provincia do Espirito-Santo foi dirigido, em 16 de Setembro de 1875, o seguinte Aviso:

Illm. e Exm. Sr. — As castas que competem aos tabelliães e escrivães pelas citações, feitas pessoalmente fora da villa, estão expressas nos arts. 108 n. 3, parte final, 121 e 122, combinado com o art. 24 do respectivo Regimento; portanto abusivamente procederão os escrivães do juizo municipal do termo da Serra, cobrando, além daquellas custas, as que marca o art. 117 n. 4, e infundada foi a decisão do juiz de direito, determinando que os mesmos escrivães só recebessem as do art. 192, estabelecidas para os officiaes de justiça.

⁸⁶ Este artigo foi alterado pelo Decr. n. 5902 de 24 de Abril de 1875, que no art. 2º dispõe o seguinte:

— “De cada termo de data, vista, juntada, conclusão, publicação, remessa e recebimento, terão os escrivães de 1ª instancia no civil 200 rs.”

⁸⁷ O Decr. cit. na nota antecedente diz no art. 3º:

Desistencia;

Transacção;

Fiança;

Cessão de hypotheca;

Quitação;

o mesmo que vencerem os tabelliães pelas escripturas.

Art. 114. De cada pregão de bens que têm de andar em praça..... \$500

Art. 115:

1º Das provisões de *opere demoliendo*, e das que passarem para o exercicio de qualquer officio3\$000

2º Das cartas de legitimação ou adopção, das insinuações de doação.....6\$000

Art. 116. De cada rubrica que fizerem nos autos, livro, documento ou papel, a requerimento de parte, e despacho que assim o determine \$080

Art. 117:

1º De cada guia que passarem nos autos ou fóra delles, para pagamento de imposto ou para deposito..... \$300

2º Se, porém, as guias contiverem o calculo feito nos autos para pagamento do imposto, e as declarações exigidas pelo art. 43 do Decreto de 15 de Dezembro de 18601\$000

— “Dos outros termos que lavrarem nos autos, incluidos os de desistencia, transacção, fiança, cessão de hypotheca, e quitação, 1\$000; guardada neste, e no caso do artigo antecedente, a disposição geral do art. 196 do Regimento de custas.”

294

3º Da certidão que passarem nos autos do desentranhamento de papeis, comprehendida a nota lançada nos mesmos papeis..... \$800

4º Das mais certidões *verbo ad verbum*⁸⁸ \$600

5º De certidões narrativas, ou que consistem no relatorio dos autos.....1\$000

6º De informações a requerimento de parte.....9\$000

Nada, porém, receberão das informações determinadas pelos Juizes, e das que deverem prestar em razão de seus officios, ou para evitarem a responsabilidade.

Art. 118:

1º De auto de penhora, embargo, sequestro, prisão ou detenção, ou de qualquer outro que lavrarem.....3\$000

2º De autos de inventario, do de partilha, inclusive os juramentos que nelle se houverem deferido3\$000

3º Dos de vistoria, exame, posse e arrolamento6\$000

Art. 119:

1º Por escrever o inquerito de cada testemunha produzida em Juizo e depoimento de partes.....2\$000

2º Havendo repergunta ou reinquirição. . 1\$000

3º Não receberão quantia alguma a titulo de estada, quando a inquirição se fizer em casa do Juiz, ou no auditorio.

⁸⁸ Vide nota 85.

4º Durando a inquirição mais de seis horas, terão o dôbro do emolumento devido pelo depoimento ou depoimentos tomados na hora ou horas que excederem o tempo marcado.

Art. 120:

1º Nada receberás pelas buscas de papeis, processos findos, ou parados até seis mezes.

Passados, porém, esse tempo perceberão:

— até um anno1\$000

— de um anno a dous2\$000

— de dous até trinta5\$000

2º Passados trinta annos, perceberão o que convencionarem com a parte que procurar papeis ou processos findos, on parados durante esse tempo ⁸⁹.

3º Se a parte apontar o anno e achar-se o papel buscado, qualquer que seja o tempo decorrido, o emolumento da busca não excederá a 10\$000

4º Das buscas de livros que por lei são obrigados a ter em seus cartorios, perceberão metade do que lhes fica marcado para os processos e papeis.

Art. 121:

1º Em todos e quaesquer actos de sens officios que tiverem de praticar fora de seus cartorios, a excepção dos de audiencia, de praça feita á porta do juiz ou do seu auditorio costumado, e dos termos de

⁸⁹ A Ord. n. 445 de 27 de Novembro de 1872 diz que nenhum cartorio ou archivo publico, ainda o mais privilegiado, póde eximir-se de prestar gratuitamente á Fazenda Nacional os documentos ou informações necessarias aos interesses da mesma Fazenda.

juramento, e das diligencias a que por lei são obrigados *ex-officio*, perceberão, além do que por taes actos lhes fica marcado ⁹⁰6\$000

2º E applicavel a bypotbese deste paragrapho á disposição do art. 26.

Art. 122. Nas diligencias a que fôrem fóra de uma légua da cidade ou villa, terão metade dos emolumentos marcados para o juiz ao art. 24, e a mesma estada fixada no art. 25 ⁹¹.

Art. 123. Quando a diligencia se não effectuar por facto que não seja do escrivão ou do juiz, tendo aquelle sahido do seu cartorio, vencerá a estada como se a diligencia se tivesse effectuado.

Art. 124. A parte que tiver requerido a diligencia, ou que fôr interessada no andamento da causa, fornecerá a conducção necessaria aos escrivães e mais empregados, juniando-se aos autos uma nota da despeza respectiva para se contar a final.

Art. 125:

⁹⁰ O Jornal do Commercio de 21 de Abril de 1876 diz o seguinte:

“Informão-nos que, principalmente fóra da côrte, praticão os escrivães frequentes extorsões, á sombra da letra do art. 121 § 1º do regimento de costas.

Assim, dizem-nos que ha escrivão que não faz uma unica intimação no seu cartorio. Às vezes espera que o individuo saia, e, apenas o vê fora da porta, chama-o, e então ali mesmo, a dous passos de distancia, faz-lhe a intimação para ter direito de cobrar os 6\$000 addicionaes. Ora, parece que, sendo esta quantia ordenada como indemnização de distancia percorrida, deveria marcar-se a distancia que dá direito a ella. Talvez pudesse declarar-se que o limite seria a villa ou cidade da residencia do escrivão, ou mesmo um districto determinado, em cidades grandes como a corte. Alguma declaração, porém, nos parece necessaria, e com ella prestaria o Sr. ministro um bom serviço, tornando a justiça mais accessivel. Se a justiça barata acoroçoa os demandistas por gosto, a cara offerece ao homem endinheirado um meio facil de esbulhar dos seus direitos o pobre, que não tem com que sustenta-los.

Outro ponto, para que nos pedem tambem chamemos a attenção, é para a qualidade dos despachos que devem ser intimados ás partes *ex-officio*. Em rigor deverião ser sómente aquelles dos quaes cabe recurso; alguns escrivães, porém, intimão todo e qualquer despacho, e como procurão fazer a intimação fora da porta do cartorio, sobrecarregão enormemente, e só em proveito proprio, as custas do processo.”

⁹¹ Os escrivães recebem, a titulo de caminho, uma quantia certa, marcada no artigo 122, pelas diligencias feitas fora da cidade ou villa (Av. de 10 de Fevereiro de 1875).

Vide nota 52.

1º Dos termos de arrematação, quer sejam os bens moveis, semoventes ou de raiz, perceberão dos arrematantes ⁹²:

— até o valor de 500\$ \$500

— até o valor de 1:000\$3\$000

E dahi para cima, 1\$ em cada conto de réis, nunca porém excedendo de 25\$000

2º. Se a arrematação não fór feita no lugar do costume, vencerão mais a estada, que será paga pela parte que a tiver requerido (art. 121).

Art. 126. Dos traslados que tirem dos processos no todo ou em parte, das cartas testemunhaveis, citatorias, de penhora, embargo, sequestro, inquirição, rogatoria e de outras quaesquer que passarem em deprecada; das cartas de edictos e editaes de praças, e de todos os mais instrumentos que extrahirem dos autos, perceberão vinte réis por linha ou regra, que não contenha menos de trinta letras cada uma ⁹³.

Art. 127. Das sentenças que extrahirem dos processos ordinários ou summarios e dos inventarios, bem como das cartas de

⁹² Á presidencia de Minas foi dirigido o seguinte Av. de 30 de Julho de 1874:

Illm. e Exm. Sr. — O antecessor de V. Ex. transmittio com officio de 30 de Dezembro do anno passado a consulta de um dos supplentes do juiz municipal do termo de Leopoldina, sobre as custas que competem aos empregados do juizo, quando os bens de um espolio, levado á praça para pagamento de credores, são remidos pelos herdeiros.

Declaro a V. Ex. que, se os bens, fôrem remidos antes da arrematação, deixando esta de verificar-se, devem os ditos empregados perceber sómente as custas relativas aos actos praticados, até ser feita a remissão.

⁹³ Sobre os arts. 126 a 130 o parecer do Conselho de Estado de 13 de Junho de 1874 diz que, entre as innovações propostas, sobreleva a que uniformisa e eleva a 20 réis a rasa devida aos escrivães, e reduz a 25 as 33 linhas ou regras exigidas para cada pagina. Pondera que a uniformidade da rasa é reclamada em muitos pareceres, baseados em que não ha razão plausivel que autorize as differenças constantes dos arts. 113 a 117 do regimento de 1855. Que a reducção proposta é conforme a Ord. Liv. 1º Tit. 78 § 21, e tem por si a lei francesa e portugueza. Com effeito, é preciso muitas vezes sacrificar a presteza do trabalho ao cuidado de conter 33 linhas em uma pagina.

arrematação, perceberão vinte réis de cada regra, contendo não menos de trinta letras, umas por outras.

Art. 128. Da escripta do lançamento das partilhas e sobrepartilhas, das diligencias para medição, aviventação de marcos e limites, perceberás vinte réis por linha, conte não menos de trinta letras, além do que pela estada lhe pertencer.

Art. 129. Das certidões que passarem dos livros ou autos, e papeis a pedido das partes. vinte réis por linha, que não tenha menos de trinta letras.

Art. 130. Á excepção das certidões, todas as mais peças referidas nos artigos antecedentes deverão ter vinte e cinco linhas ou regras escriptas em cada pagina, menos a primeira e a ultima.

Os escrivães que se afastarem deste fórmato oa escripta. augmentando ou diminuindo o numero de linhas e das letras, perderão a metade da rasa que lhes competiria pela escripta regularmente feita.

Art. 131. As sentenças que se extrahirem dos processos ordinarios deverão conter:

- 1º A autoação;
- 2º A petição inicial;
- 3º A fé de citação;
- 4º A conciliação;
- 5º As procurações ^{93 a} ;

^{93 a} Sobre a que autoriza a inserção das procurações nas escripturas publicas e sentenças, eis o que dia o parecer do Conselho de Estado de 13 de Junho de 1874:

— “Esta innovação é uma reclamação bem mudada, porque vem a ser uma garantia das partes nas escripturas publicas, e um meio de prevenir ou resolver duvidas occurrentes sobre a competencia das partes nos processos de que as sentenças são extrahidas.”

6º O libello;

7º Contrariedade;

8º Réplica e tréplica;

9º A sentença e documentos em que ella se fundar.

Sendo estas sentenças embargadas, a sobre-sentença conterà os embargos e a sentença de desprezo dos mesmos, com os documentos a que ella se referir, se fôrem diversos dos já transcriptos nas sentenças. E, se tiverem sido recebidos, conterà mais a contestação.

Art. 132. A sentença de embargos de terceiro senhora possuidor, ou prejudicado, conterà:

1º O auto da penhora;

2º Os embargos de terceiro;

3º A sentença e documentos em que ella se fundar;

4º As procurações.

Art. 133. A sentença de artigos de preferencia deverá conter:

1º Conhecimento do deposito;

2º Auto de penhora;

3º Petições e citação;

4º As procurações;

5º Artigos;

6º Contestação;

7º Sentença e documentos em que ella se fundar.

Art. 134. Se a sentença fôr em causa summaria, conterà:

1º A autoação;

2º A petição inicial e citação;

3º A conciliação;

4º As procurações;

5º A contestação;

6º A sentença e documentos em que ella se fundar. Quanto ás sobresentenças, se procederá como se determina no art. 131.

Art. 135. Em qualquer caso, batendo dente, a carta de sentença deterá tambem conter:

1º Artigos de habilitação;

2º Contestação;

3º As procurações;

4º Sentenças com os documentos em que se fundarem.

Art. 136. As sentenças de fórmal de partilhas conterão:

1º Autoação;

2º Petição e auto de inventario;

3º Declaração de herdeiros;

4º Collação do herdeiro em favor de quem se passa o fórmal;

5º Procurações;

6º As declarações com que se encerra o inventario;

7º Despacho de deliberação de partilha;

8º Citação dos herdeiros para verem proceder á partilha;

9º Auto e calculo da partilha e pagamento respectivo;

10. Sentença que a julgar.

Art 137. As cartas de arrematação conterão:

1º Autoação;

2º Sentença exequenda;

3º Penhora;

4º Avaliação;

5º Declaração do numero de pregões e praças que correrão;

6º Auto de arrematação;

7º Conhecimento do pagamento dos direitos nacionaes;

8º Quitação ou deposito;

9º Procuração.

Art. 138. As cartas de adjudicação, além das peças referidas, conterão:

1º Certidão de não haver lançador;

2º Sentença.

Art. 139. As cartas executórias deverão conter a autoação, sentença exequenda, petição e despacho que a ordena, e procuração, tendo o fôrmató das precatorias.

CAPITULO II.

Dos Escrivães da Provedoria.

Art. 140. Além do residuo e porcentagem de um por cento dos bens do evento, terão pelo registro dos testamentos e termos que nelles se lavrão, de cada lauda dos ditos testamentos e termos1\$000

Art. 141. Do auto de aprovação e reprovação de contas de capellas que se lavra nos livros.3\$000

Art. 142:

1º Dos reconhecimentos que em razão de seus officios fazem nos papeis e documentos das contas de testamentarias e capellas, perceberão o mesmo que se marcou para os tabelliães.

2º Em todas as mais diligencias, autos e termos que em razão de seus officios fizerem, receberão o mesmo que se marcou aos escrivães do civil.

CAPITULO III.

Dos Escrivães do Juizo dos Feitos da Fazenda.

Art. 143. Os Escrivães do Juizo dos Feitos da Fazenda regular-se-hão, na recepção de seus salarios, por tudo qnanto esta determinado para os Escrivães de primeira instancia no civil.

CAPITULO IV.

Dos Escrivães de Orphãos e Ausentes.

Art. 144.:

1º De carta de emancipação ou suplemento de idade ...4\$000

2º De provisão de tutela, alvará de autorização para casamento, ou de supprimento de licença para esse fim3\$000

Art. 145:

1º De cada termo de tutela3\$000

2º De termo de entrada de qualquer quantia ou objecto precioso para o cofre, e de que darão conhecimento á parte.....1\$000

3º De termo de sabida ou levantamento.....1\$000

Art. 146:

1º Da diligencia de tirada de orphão ou menor da casa de seu pai ou tutor para casamento 20\$000

2º Em tudo mais, quer como Escrivães de Orphãos, quer como de Ausentes, regular-se-hão pelo que se marcou para os Escrivães do Cível.

CAPITULO V.

Dos Escrivães de primeira instancia que servem no crime e perante as Autoridades Policiaes.

Art 147. Do juramento de queixa ou denuncia, outro que perante o juiz escreverem, ainda que deferido a mais de uma pessoa..... 2\$000

Art. 148. De cada auto de qualificação, perguntas, accusação, corpo de delicto, sanidade e de outro qualquer3\$000

Art. 149. Do lançamento no rol dos culpados, e recommendação na cadeia nada perceberão.

Art. 150. De responderem ás folhas corridas, de cada pessoa nellas designada, não sendo ex-officio.....1\$000

E nada a titulo de busca ⁹⁴.

⁹⁴ A disposição do art. 150 não é applicavel aos escrivães dos chefes de policia. (Av. n. 379 de 19 de Outubro de 1874).

Art. 151. Dos termos de fiança lavrados nos livros competentes, para os réos se livrarem soltos, perceberão o mesmo que têm os tabelliães de notas pelas escripturas que lavrão nos livros.

Art. 152. Das inquirições de testemunhas e todos os mais actos que praticarem em razão de seus officios, perceberão o mesmo que se marcou para os escrivães no cível.

Art. 153. As sentenças deverão ler o mesmo fórmato que as sentenças civeis, e nellas se transcreverão a autoação, petição ou officio inicial, juramento, corpo de delicto, despacho de pronuncia ou não pronuncia, sustentação ou revogação da pronuncia, libello, contrariedade, sentença e documentos a que ella se referir.

Art. 154. A que se tiver de extrahir dos processos policiaes conterà a autoação, petição, ou officio inicial, juramento, sentença, documentos em que ella se fundar, a interposição da appellação e a sentença.

Art. 155:

1º Nas de recurso se transcreverá a petição de recurso, sentença e documentos a que ella se referir.

2º Nas de infracção de postura, além das peças do artigo antecedente, o auto de infracção.

CAPITULO VI.

Dos Escrivães da Auditoria de Marinha.

Art. 156. Os Escrivães da Auditoria de Marinha, nos actos de seus officios, se regularão pelo que está determinado para os Escrivães de primeira instancia no cível ou no crime, conforme no caso couber.

CAPITULO VII.

Dos Escrivães dos Juizes de Paz.

Art. 157. De cada conciliação effectuada ou não effectuada, ou á revelia, terão o mesmo que está marcado para os Juizes de Paz (art. 1º)⁹⁵.

Art. 158. Pelos mais actos que praticarem no civil ou no crime, perceberão o que está marcado para os Escrivães de primeira instancia no civil ou no crime; e as que praticarem como Tabelliães de Notas, o que se marcou para estes.

CAPITULO VIII.

Dos Escrivães do Jury e das correições.

Art. 159:

1º Da leitura do processo no jury, formação e escripta da acta.....6\$000

2º Em tudo o mais se regularáõ pelo que se marcou aos Escrivães de primeira instancia no civil e no crime, porém não se contará estada pelos actos que praticarem no Tribunal do Jury.

CAPITULO IX.

Dos Escrivães de appellação e de outras Officiaes.

Art. 160:

1º Da autoação..... \$500

2º Das vistas para revisão da numeração das folhas dos autos, de cada folha \$020

⁹⁵ O art. 157 só se refere ao acto da conciliação, mas não ás certidões por termos extrahidos do protocollo, as quaes terão os emolumentos marcados para os escrivães do civil, guardada a clausula do art. 196. (Av. de 31 de Outubro de 1874 questão 3ª.)

3º Em tudo o mais se regularão pelo que se mareou para os escrivães no civil e no crime ⁹⁶.

Art. 161. As sentenças que se extrahirem das causas ordinarias ou summarias, civeis ou crimes, além das peças já designadas para os processos de primeira instancia, conterão mais a interposição da appellação, procurações, accordão final, e os documentos a que elle se referir, não sendo os mesmos em que se fundou a sentença appellada.

E as sobresentenças serão extrahidas com as mesmas peças já designadas nas da primeira instancia.

Art. 162. As de revista, sendo esta negada, deverão conter a interposição da revista, procurações e accordão do supremo tribunal de justiça.

Concedida a revista e confirmada a sentença recorrida pela relação revisora, se já se houver extrahido sentença antes da revista, deverá conter sómente a interposição da revista, procurações, o accordão que a concedeu, e o da relação revisora, com os documentos em que elle se fundar, se fôrem diversos dos já exarados na sentença extrahida.

Não se tendo extrahido sentença, ou tendo esta sido reformada pela relação revisora, conterá, além das peças marcadas para a extracção das sentenças de appellação, a interposição da revista, procurações, sentença do supremo tribunal e o accordão da relação revisora, com os documentos em que se fundar, se fôrem diversos dos que basearão o accordão em gráo de appellação.

⁹⁶ O Av. de 22 de Setembro de 1876, dirigido ao presidente da Bahia, diz o seguinte:
"Illm. e Exm. Sr.— Com o officio n. 128 de 6 deste mez, V. Ex. transmittio, infórmodo pelo presidente da relação, o requerimento dos respectivos escrivães, pedindo que, á vista do Decr. n. 5902 de 24 de Abril do corrente anno, se resolva a duvida de poderem elles continuar a cobrar as custas dos arts. 112 e 113 do novo Regimento. Declaro a V. Ex., para os devidos effeitos, que as disposições dos arts. 2º e 3º do citado Decreto, embora mencionem sómente os escrivães da 1ª instancia no civil, são applicaveis aos de appellação, em virtude do art. 160 § 3º do dito Regimento, conforme decidio o aviso expedido ao presidente da provinda de Minas-Geraes em 25 de Agosto proximo findo."

TITULO III.

DE OUTROS OFFICIAES JUDICIAES.

CAPITULO I.

Dos Secretarios das Relações.

.....

.....

CAPITULO II.

Dos Continuos das Relações.

.....

.....

CAPITULO III.

Dos Distribuidores.

Art. 167:

1º De toda e qualquer distribuição e verba no livro 1\$000

2º Das certidões que passarem e das buscas de livro
perceberão o que têm os escrivães de primeira instancia no civil.

CAPITULO IV.

Dos Contadores.

Art. 168:

1º De contarem as custas em acção ordinaria:

— havendo discussão.....3\$000

— sendo á revelia2\$000

2º De contarem as custas em acção summaria:

— havendo discussão.....2\$000

— sendo á revelia1\$000

3º Se a acção summaria se tornar ordinaria, o mesmo que de contarem as acções ordinarias.

4º De qualquer incidente, seja a causa ordinaria ou summaria.....1\$000

Art. 169:

1º De contarem qualquer capital pedido e julgado, que seja liquido ou certo, e determinado na acção ou na sentença1\$000

2º Não vindo liquido o capital, e podendo e devendo ser liquidado pelos contadores, segundo a natureza da acção e disposição da sentença3\$000

Art. 170:

1º De contarem juros, premios ou rendimentos:

— de cada anno \$500

— não chegando a anno..... \$300

2º Havendo rateio, de cada pessoa por quem tenham de rateiar\$500

3º De contar o rendimento que tiver cada um dos orphãos, qualquer que seja o numero e valor dos bens de cada anno \$500

Art. 171:

1º De contarem as custas nos autos de inventario e rateiar pelos herdeiros4\$000

2º Da conta ou calculo que fizerem nos ditos autos, quando houver um só herdeiro ou para pagamento dos direitos fiscaes:

— até 2:000\$0002\$000

— e dahi para cima mais 1\$000 em cada conto; nunca, porém, excedendo a20\$000

3º Da liquidação nas arrecadações do juizo de ausentes .4\$000

4º É applicavel aos contadores o que está determinado para os escrivães no civil quanto ás informações.

Art. 172. De cada sentença, traslado ou outro papel em que glosarem as custas por infracção deste Regimento quanto ao numero de regras e letras que elle prescreve, terão mais ⁹⁷1\$000

Art. 173. Pela redução de papeis de credito, e demais titulos de divida do Estado á moeda corrente, e vice-versa2\$000

Art. 174. Quando a conta envolver redução de moeda estrangeira á nacional e vice-versa, ou fór muito complicada e exigir arbitramento, poderão require-lo na conformidade da Ord. liv. 1º, tit. 91 § 1º

⁹⁷ A attribuição que ao contador confere o art. 172 é restricta ao objecto ahi especificado, isto é, á glosa do numero de regras e letras além do que prescreve o Regimento, e não se refere aos demais emolumentos. (Av. de 31 de Outubro de 1874, questão 19ª.)

Tendo o contador do geral representado sobre a intelligencia da decisão 19ª do Av. de 31 de Outubro do anno passado, declaro a V. S., para os devidos effeitos, que o novo Regimento de custas só estabelece retribuição pecuniaria para a attribuição que tem o contador de glosar custas no caso do art. 172; mas isto não impede que aquelle serventuario, na contagem dos actos judiciaes, possa notar, á vista do cap. 4º do tit. 3º e art. 201, qualquer excesso de custas, auxiliando assim os juizes e pessoas interessadas no procedimento indicado no cap. 1º, parte 5º do dito Regimento. (Av. de 10 de Fevereiro de 1875.)

CAPITULO V.

Dos Porteiros dos auditorios.

Art. 175. De cada prégão em audiencia ⁹⁸. \$500

Art. 176. De cada citação que fizerem em audiencia de que passarem certidão ⁹⁹ \$600

Art. 177. Perceberão meio por cento sobre o valor dos objectos arrematados até 50:000\$, e dahi para cima nada mais. Quando, por não haver arrematantes, tiver logar a adjudicação com abatimento, o meio por cento será calculado pelo valor da adjudicação.

Art. 178. De pregões nas posses3\$000

CAPITULO VI.

Dos Avaliadores.

Art. 179. Cada um dos avaliadores perceberá:

1º De avaliar uma casa terrea com sotão ou sem elle ¹⁰⁰
.....5\$000

⁹⁸ O porteiro dos auditorios receberá de cada pregão, embora este comprehenda mais de um nome, os emolumentos determinados no art. 175. (Av. de 31 de Outubro de 1874, questão 12.)

⁹⁹ O Av. de 8 de Abril de 1876, dirigido ao presidente da Bahia, diz o seguinte:

“Ilm. e Exm. Sr. — Declaro a V. Ex., em resposta ao officio n. 28 de 16 do mez findo, que a doutrina do Av. de 31 de Outubro de 1884, na parte relativa ao art. 175. é applicavel ao art. 176 do Regimento de custas, e portanto não póde o porteiro dos auditorios perceber mais de 600 réis pela citação feita conjunctamente a diversos interessados na mesma causa.”

¹⁰⁰ Pela avaliação de um predio, tenha elle ou não dependencias, se cobrarão os emolumentos do art. 179 ns. 1 e 2. (Av. de 31 de Outubro de 1874, questão 16.)

As dependencias de uma chacara deverão ser discriminadas na avaliação, mas desta se lavrará um só auto geral, computando-se os emolumentos como em relação a um predio (Cit. Av. questão 17.)

Sendo omisso o antigo Regimento, como o actual, sobre a avaliação de terreno, se cobrará o emolumento do art. 179 § 1º, por ser o minimo quanto aos bens de raiz. (Av. cit. questão 18.)

2º Sendo sobrado com um ou mais andares, com loja ou cocheira7\$000

3º Quando a avaliação fôr de bem feitorias dos predios, a metade dessas quantias.

4º Do rendimento ou aluguel do predio5\$000

5º Do reparo de que elle necessite7\$000

Art. 180:

1º De cada escravo que avaliarem até dez *inclusive*, cada um dos avaliadores1\$500

2º De cada escravo que exceder a este numero..... \$600

3º Excedendo de cem, nada mais.

Art. 181. Dos bens moveis e semoventes, posses e bemfeitorias de predios rusticos, perceberá cada avaliador ¹⁰¹. . . . 5\$000

Art. 182:

1º Das canoas, botes, saveiros, lanchas e mais embarcações miudas de vela ou remos, que navegarem dentro dos portos, perceberá cada um.....3\$000

2º Das embarcações de alto bordo e seus pertences, e de todas as mais que fazem o commercio de barra fora, cada um.....7\$000

¹⁰¹ O Av. de 20 de Setembro de 1875, dirigido ao presidente da Bahia, diz o seguinte:
"Illm. e Exm. Sr. — Foi acertada a decisão, constante do officio n. 133 de 13 do corrente, que V. Ex. deu á consulta do juiz municipal e de orphãos do termo de Carinhanba, declarando que pela avaliação de lotes de terra em um inventario, embora feita em differentes localidades, só compete aos avaliadores a quantia de 5\$, na fórmula do art. 181 do novo regimento de custas."

Art. 183. De prata, ouro, brilhantes e jóias preciosas receberão ambos os avaliadores, até cincoenta contos do valor dado, meio por cento; e dahi para cima, nada mais. E o mesmo se observará a respeito dos relógios.

Art. 184. Quando tenham de fazer nova avaliação por defeito da primeira, nada perceberás, podendo ser compellidos sob pena de desobediencia.

Art. 185. Aos avaliadores se dará conducção, sendo fora da legua da cidade ou villa, e lhes é applicavel o que está determinado para os escrivães do civil, quanto a este objecto.

CAPITULO VII.

Dos Partidores.

Art. 186. Cada um delles, da partilha ou sobrepartilha até 1:000\$0002\$000

E dahi para cima mais 2\$ em cada conto que accrescer até 10:000\$; e do que exceder de 10:000\$ mais 1\$ em cada conto até 20:000\$, e nada mais dahi para cima, vindo a ser o maior salario de cada partidor 30\$000.

Havendo rateio, iguaes quantias até 10:000\$ da somma a rateiar.

De 10:000\$ a 20:000\$ mais 500 réis em cada conto, e dahi para cima nada mais.

CAPITULO VIII.

Dos Peritos¹⁰².

Art. 187. Cada um dos peritos perceberá :

¹⁰² Nada se deve abonar aos peritos a titulo de estada ou caminho (Av. n. 138 de 2 de Maio de 1872.)

1º Do exame, vistoria e corpo de delicto, que não dependerem de exame medico oa cirurgico.6\$000

2º Do corpo de delicto, exame de sanidade ou qualquer outro exame medico ou cirurgico.8\$000

3º Do exame cadavérico physico ou chimico.40\$000

Art. 188. Pelo arbitramento de fiança, multa ou liquidação do valor do objecto sobre o qual se tiver de determinar a multa2\$000

Art. 189. Nos exames de livros commerciaes o Juiz poderá arbitrar o salario de cada perito entre 10\$ e 100\$, conforme a importancia, dificuldade e duração dos mesmos exames.

CAPITULO IX.

Dos Officiaes de Justiça.

Art. 180:

1º De cada citação, ou intimação que fizerem dentro da cidade ou villa2\$000

Porém, se tiverem de ser citados mais de dous litisconsortes, moradores dentro da cidade ou villa, de cada um.....1\$500

2º Da certidão que passarem de não achada e occultação, para ter logar a citação com hora certa \$500

3º Da contra-fé que passarem1\$000

Art. 191:

1º Do auto de penhora, embargo, sequestro, deposito, levantamento, arrombamento, prisão ou outro qualquer, perceberá cada um dos officiaes ¹⁰³.....4\$000

E além disto o que lhes couber pelas citações que fizerem.

2º Do auto de diligencia não effectuada..... \$500

Art. 192. Das citações e mais diligencias fora da légua da cidade ou villa, cujos logares declararáõ nas certidões e autos que passarem ¹⁰⁴.....8\$000

Art. 193. Aos officiaes de justiça tambem se dará conduccão, quando a distancia o exigir; o que será declarado nas certidões, para se contar a final e carregar á parte vencida ¹⁰⁵.

¹⁰³ O Av. de 31 de Outubro de 1874, questão 13, decidio que na execução do art. 191 n. 1 deve prevalecer a intelligencia dada pelo Av. n. 177 de 10 de Julho de 1855 e Ordem n. 198 de 21 daquelle mez.

O Av. n 177 de 10 de Julho de 1855 diz que o salario pelo auto de deposito só deve ser exigido quando este fôr o objecto principal da diligencia, e não consequencia da penhora, embargo ou sequestro, porque em tal caso é acto connexo, e tanto que em muitos juizos é praxe, a que não se oppõe preceito algum de lei, lavrar-se um só auto de penhora e deposito, ficando portanto estabelecido que, além do salario taxado, só poderão perceber o que lhes couber pela intimação que fizerem ao executado ou arrestado.

Versando a penhora sobre alugueis de um predio com varias dependencias e moradores, se lavrará um auto sómente, e delle perceberás os officiaes de justiça emolumentos na fórmula do art. 191 n. 1, além do que couber pela intimação a cada morador, segundo o art. 190 n. 1. (Av. de 31 de Outubro de 1874, questão 14.)

¹⁰⁴ Ao presidente de S. Paulo dirigio o Ministro da Justiça, em 27 de Novembro de 1875, o Av. seguinte:

“Illm. e Exm. Sr. — Em resposta ao officio n. 135 de 20 do corrente, sobre a consulta do juiz de direito da comarca de Taubaté, declaro a V. Ex. que os officiaes de justiça, além da conduccão na fórmula do art. 193 do regimento approved pelo Decreto n. 5,737 de 2 de Setembro de 1874, tem direito ás custas estabelecidas no art. 192, quando a citação é feita fora da legua da cidade ou villa, mas neste caso não as podem accumular ás do art. 190, § 1º que rege hypothese diversa.”

¹⁰⁵ Consultado o governo se aos officiaes judiciaes se levão em conta cavalgadas, quando para o ponto da diligencia houver conduccão em trilhos urbanos ou caminhos de ferro, — decidio-se que a conduccão será contada segundo o meio mais economico estabelecido para ella. (Av. de 31 de Outubro de 1874, questão 15.)

CAPITULO X.

Dos Carcereiros.

Art. 194. De Carceragem:

1º Pela sahida de qualquer preso em geral.3\$000

2º Pela sahida de pessoa recolhida em custodia ou de preso por infracção de postura.....1\$500

3º Por mudança de prisão1\$000

4º Por sahida de escravos2\$000

5º Dos presos pobres nada perceberão.

Art. 195. Pelas certidões que a requerimento de parte passarem dos assentamentos de seus livros..... \$500

CAPITULO XI.

Disposição geral.

Art. 196. As custas judiciaes taxadas nesta quarta tabella serão por metade nas causas até ¹⁰⁶..... 500\$000

PARTE V

DISPOSIÇÕES DIVERSAS

CAPITULO I.

Dos recursos.

Art. 197. Da exigencia oa percepção dos salarios indevidos ou excessivos, feita pelos escrivães e mais empregados e officiaes, poderá a

¹⁰⁶ O governo, por Av. de 13 de Março de 1875, declarou que a disposição do art. 196 comprehende indistinctamente todas as causas de valor até 500\$000.

parte recorrer para o respectivo juiz, por uma simples petição; e este, ouvindo o escrivão ou official de quem a parte se queixar, decidirá sem mais fôrmalidade, nem recurso algum.

E dos empregados do supremo tribunal de justiça e das relações, poderão as partes recorrer para os respectivos presidentes do mesmo modo.

Art. 198. Dos emolumentos e assignatura dos juizes de direito do civil e crime, dos feitos da fazenda, provedores, auditores de marinha e chefes de policia, poderá a parte que se julgar lesada recorrer para o presidente da relação do districto.

E das outras autoridades judicarias e policiaes para o juiz de direito.

Art. 199. Os juizes que exigirem ou receberem por seus actos salarios indevidos ou excessivos serão responsabilizados criminalmente, e além disso obrigados, pelos juizes ou presidentes dos tribunaes, para os quaes a parte recorrer na fôrma do artigo antecedente, a restituir em tresdobro o que demais houverem recebido.

Os escrivães, tabelliães e mais officiaes dos juizos, e tribunaes que exigirem ou receberem costas excessivas ou indevidas, ou por causa dellas demorarem a expedição dos autos, termos ou traslados (art. 200)¹⁰⁷, serão condemnados pelos respectivos Juizes, ou pelos presidentes dos tribunaes, nas penas disciplinares seguintes ¹⁰⁸:

¹⁰⁷ O Av. de 11 de Fevereiro de 1875 diz o seguinte:

“Illm. e Exm. Sr. — Em officio n. 196 de 31 de Dezembro do anno passado communicou V. Ex. que, em solução a consulta do 2º tabellião, e escrivão do crime e civil, do termo de Pio dos Ferros, declarára que, á vista dos arts. 199, 201 §§ 1º e 3º, 203 2ª parte, e 204 do regimento annexo ao decreto n. 5,737 de 2 de Setembro ultimo, e avisos de 3 de Outubro de 1856, 25 de Janeiro de 1856 e 13 de Outubro de 1858, podem os tabelliães, escrivães e outros officiaes judiciais demorar, por falta de pagamento de custas, a expedição dos autos, termos e traslados, salva a excepção do art. 201 § 3º. E o governo imperial, tendo ouvido o procurador da coroa, soberania e fazenda nacional, approva a decisão de V. Ex., já pela combinação do citado art. 199 com os arts. 201 e 204, já por argumento do que se acba disposto em favor dos juizes no art. 203, 2ª parte, do mesmo regimento.”

¹⁰⁸ O Av. de 20 Março de 1876 dispõe o seguinte:

Prisão até cinco dias;

Suspensão até trinta dias;

Restituição em tresdobro do que de mais recebêrão.

Estas penas são independentes da responsabilidade criminal que no caso couber.

Art. 200. Ainda sem recurso da parte, o juiz ou presidente do tribunal que Dotar nos autos ou papeis que lhe fôrem presentes, salarios indevidos ou excessivos, providenciará como determina este capitulo.

CAPITULO II.

Disposições geraes

Art. 201:

§ 1º Os salarios marcados neste Regimento serão pagos logo depois de concluidos os actos respectivos, e os Escrivães e mais officiaes cotarão á margem a importancia delles, declarando de quem os houverão, e rubricando a cota, afim de que na contigem dos autos seja a mesma importancia debitada ou craditada a quem de direito fôr ¹⁰⁹.

§ 2 ° O Escrivão que não colar o salario pelo modo preciso e fórmal prescripto no paragrapho precedente, perderá o mesmo salario, o qual lhe não será contado, e antes deduzido das costas que lhe fôrem devidas e contadas.

"Illm. e Exm. Sr. — Em resposta ao officio n. 45 de 28 do mez findo, sob a duvida proposta pelo juiz de direito da comarca de S. José dos Campos, declaro a V. Ex., de accôrdo com o parecer do conselheiro presidente da relação do districto, que o acto do juiz impondo pena disciplinar ao escrivão, nos termos do art. 199 e 200 do regimento de custas, tem o caracter de sentença, que nem póde ser refórmada por meio de *habeas corpus*, á vista da disposição do § 2º do art. 18 da lei n. 2,033 de 20 de Setembro de 1871, nem está sujeita a recurso algum, como já foi explicado em Aviso de 27 de Outubro ultimo."

¹⁰⁹ Vide nota 107.

§ 3º A disposição do § 1º deste artigo não comprehende quaesquer autos, termos, traslados, diligencias, *ex-officio* ou em cuja expedição fôrem interessados orphãos ¹¹⁰, pessoas indigentes, a Justiça Publica, a Fazenda Nacional, Provincial ou Municipal, a Provedoria de Capellas e Residuos e os ausentes.

Art. 202:

§ 1º O executivo que compete aos Advogados para cobrança dos seus honorarios, comprehende as taxas deste Regimento, ou a importancia certa e liquida dos seus contratos.

§ 2º Estes contratos, qualquer que seja o seu valor, podem ser feitos por escripto particular, assignado pelo Advogado e pelo seu cliente ¹¹¹.

§ 3º Em falta de contrato escripto com a parte, entende-se que o advogado se sujeitou ás taxas do regimento ¹¹².

Art. 203. Os presidentes dos tribunaes e os juizes não poderão receber quaesquer emolumentos directamente das partes, mas por intermedio dos escrivães ¹¹³.

¹¹⁰ O Av. n. 413 de 27 de Setembro de 1860 declarou que os empregados do Juizo só podem receber custas nos inventarios em que são interessados orphãos, depois de concluido o processo.

¹¹¹ As clausulas prohibidas em direito, são excluidas dos contratos a que se refere, o art. 203 (Av. de 13 de Março de 1875).

¹¹² O parecer do Conselho de Estado de 13 de Junho de 1874 diz o seguinte:

“Entre as innovações propostas sobreleva a que supprime os arbitramentos permittidos pelo regimento de 1855 aos advogados, quando não se confôrmação com as taxas legaes.

Esta innovação foi iniciada pelo instituto dos advogados, e não admitte senão ou a taxa legal ou a convenção das partes.

O artigo facilita a convenção, permittindo que qualquer que seja o valor possa ser ella feita por escripto particular,

Nem o artigo restringe essas convenções que ficão livres entre os advogados e seus clientes.

Essa liberdade é uma necessidade em um paiz onde não ha assistencia judicial, e muitos direitos ficão perdidos pela impossibilidade de faze-los valer.”

¹¹³ São dignos de nota os seguintes topicos do já citado parecer do Conselho de Estado:

“Limitada a autorização do governo imperial á simples revisão do regimento das custas, e, por consequencia, restrictamente sujeito a esta mesma condição o encargo da secção, não podia ella tomar em consideração, e attender no projecto a uma innovação suscitada por alguns, respeitaveis magistrados nos pareceres que lhes fôrão presentes. — A fixação de ordenados para os juizes e empregados de justiça substituindo-se as custas por uma só tosa

Para este fim os mandados e outros papeis, que em razão da celeridade dos negocios as partes levão aos juizes, devem conter a nota de pagos no cartorio, ou uma simples referencia ao art. 201, quando os salarios fôrem comprehendidos na excepção desse artigo ¹¹⁴.

Art. 204. Os tabelliães e escrivães, sob as penas do art. 199, são obrigados a entregar ás partes recibo das quantias que dellas receberem para emolumentos, sellose qualquer despeza a sen cargo. ¹¹⁵

Art. 205. Os emolumentos ou honorarios, os salarios e custas continuão a ser cobrados executivamente ¹¹⁶.

Extrahido dos autos o mandado, contendo a sentença ou o despacho que manda pagar as custas, e a conta feita pelo contador, ou o contrato no caso do art. 202, será a parte citada para pagar no prazo de vinte e quatro horas.

Não effectuado o pagamento proceder-se-ha a penhora, que, decididos os embargos oppostos como contestação á acção, será julgada por sentença, proseguindo neste caso a execução até ã excussão dos bens e effectivo pagamento.

devida por cada processo, paga nas repartições fiscaes e proporcionada á quantia demandada.

Em relação aos juizes, pensa a secção que uma providencia neste sentido é reclamada pela dignidade da magistratura, incompativel mesmo com qualquer apparencia de interesse pessoal.

O *desideratum*, quanto aos demais officiaes judiciaes, *desideratum* que ainda não pôde ser realizado na França e outros paizes, encontra um obstaculo invencivel na despeza enorme e incalculavel que pesaria obre o thesouro nacional.

O numero sempre crescente desses officiaes, e ainda mais crescente sendo retribuidos pelo thesouro, se tornaria infinito.

E a administração da justiça ficaria muito prejudicada pela inercia de muitos desses funcçionarios que, sem consciencia do dever, se esquivarião do trabalho; ou os abusos, não obstante a providencia, continuarião por meio de extorsões e simulações.

Todavia, de conformidade com o principio de dignidade da magistratura, a secção propõe a prohibição de receberem os juizes directamente das partes os emolumentos que lhes competem."

¹¹⁴ Vide nota 107.

¹¹⁵ Vi e nota 107.

¹¹⁶ Consulte-se a Ord. Liv. 1º Til. 24 § 41, Tit. 48 § 11, Tit. 79 § 18, Tit. 84 § 30 e Tit. 92 § 18. Liv. 3ª Tit. 2ª § 3º; art. 40 do Reg. de 15 de Março de 1842, e Lobão, *Processo Executivo*, § 130.

O Accordão da Relação da Côrte de 7 de Novembro de 1865 decidiu que o advogado não fôrmado não pode cobrar executivamente os seus honorarios.

Art. 206. É abolida a prisão por custas ¹¹⁷.

Art. 207. Ficção revogadas todas as disposições em contrario.

Palacio do Rio de Janeiro em 2 de Setembro de 1874. —
Manoel Antonio Duarte de Azevedo.

N. 21.

Decreto n. 6582 de 30 de Maio de 1877.

Promulga a convenção sobre attribuições consulares, celebrada em 6 de Agosto de 1876 entre o Brasil e a Italia.

Tendo-se concluido e assignado nesta côrte aos 6 dias do mez de Agosto do anno de 1876, entre o Brazil e o Reino de Italia, uma convenção sobre attribuições consulares, e tendo sido essa convenção mutuamente ratificada, trocando-se as ratificações nesta côrte aos 29 do corrente mez e anno: hei por bem que seja observada e comprida tão inteiramente como nella se contém.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do conselho de Sua Magestade o Imperador, senador do Imperio, ministro o secretario de Estado dos negocios estrangeiros, assim o tenha entendido e faça executar, expedindo os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro,

¹¹⁷ A este respeito assim se manifestou o parecer citado do Conselho de Estado:

“Quando em quasi todos os paizes civilizados a prisão civil tem sido supprimida, é um anachronismo mante-la entre nós, desde que se trata de refôrmar uma lei que a estabelece.

Essa disposição penal é iniqua, porque pode recahir sobre o homem de bôa fé, que outra culpa não tem senão a de demandar ou reivindicar o seu direito, sem ler os meios para fazê-lo.

E os erros da justiça ahi estão para mostrar muitas vezes o triste spetaculo de um homem preso além de ter perdido o seu direito incontestavel.”

Sobre a prisão por Custas vide um artigo do Sr. Desembargador Olegario, no *Direito*, vol. 6º pag. 163, e logo em seguida outro do Sr. Conselheiro Rebouças.

em 30 de Maio de 1877, 56° da independencia e do Imperio. — PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.— *Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.*

Nós a Princeza Imperial, herdeira presumptiva da corôa, Regente em nome de Sua Magestade o Senhor Dom Pedro II, por graça de Deus e unanime acclamação dos povos Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil, etc...

Fazemos saber a todos os que a presente carta de confirmação, approvação e ratificação virem que aos seis dias do mez de Agosto proximo findo se conclui o e assignou nesta côrie do Rio de Janeiro, entre Nós e Sua Magestade o Rei de Italia, pelos respectivos plenipotenciarios, que se achavão munidos dos competentes plenos poderes, uma convenção consular, cujo theor é o seguinte:

Sua Alteza a Princeza Imperial do Brazil, Regente em nome de Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, e Sua Magestade o Rei de Italia, reconhecendo a necessidade de se determinarem e fixarem de uma maneira clara e precisa as attribuições, prerogativas e immunidades de que deverão gozar os agentes consulares em cada um dos dous paizes, no exercicio de suas funcções, resolverão celebrar uma convenção, e para este fim nomearão seus plenipotenciarios, a saber:

Sua Alteza a Princeza Imperial Regente do Brazil ao Sr. João Mauricio Wanderley, Barão de Cotegipe, senador e grande do Imperio, do conselho de Sua Magestade o Imperador, dignitario da imperial ordem do Cruzeiro, commendador da ordem da Rosa, gran-cruz das ordens de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa de Portugal, de Izabel a calholica de Hespanha, e de Leopoldo da Belgica, ministro e secretario de Estado dos negocios estrangeiros, etc, etc, etc.;

E Sua Magestade o Rei de Italia ao Sr. Barão Carlos Alberto Cavalchini Garofoli, commendador da ordem de S. Mauricio e S. Lazaro, grande official da ordem da coroa de Italia, gran-cruz da ordem da Rosa

do Brazil, commendador de numero da ordem de Carlos III de Hespanha, etc, etc., seu enviado extraordinario e ministro plenipotenciario junto de Sua Magestade o Imperador do Brazil;

Os quaes, depois de trocarem seus plenos poderes, e os terem reconhecido em bôa e devida fórma, convierão nos artigos seguintes:

Art. 1º Cada uma das altas partes contratantes terá a faculdade de estabelecer e manter consules geraes, consules, vice-consules e agentes consulares nos portos, cidades ou logares do territorio da outra, onde fôrem precisos, para o desenvolvimento do commercio e protecção dos direitos e interesses de seus respectivos subditos, reservando-se exceptuar qualquer localidade onde não seja conveniente o estabelecimento de taes agentes.

Art. 2º Os consules geraes, consules, vice-consules e agentes consulares nomeados pelo Brazil e pela Italia não poderão entrar no desempenho de suas attribuições, sem que submettão as respectivas nomeações ao *exequatur*, segundo a fórma adoptada em cada um dos paizes.

As autoridades administrativas e judicarias dos districtos para onde fôrem nomeados taes agentes, á vista do *exequatur*, que lhes será expedido gratis, os reconhecerão immediatamente no exercicio dos seus cargos e gozo das prerogativas e immunidades que lhes concede a presente convenção.

Gozarão das mesmas regalias aquelles agentes que, no caso de impedimento, ausencia, ou morte dos consules, vice-consules ou agentes consulares, funcționarem *ad interim* com permissão das autoridades competentes.

Cada uma das altas partes contratantes reserva-se o direito de retirar o *exequatur* á nomeação de qualquer dos ditos funcționarios,

quando assim o julgar conveniente, manifestando os motivos que a isso a determinarão.

Art. 3º Os consules, devidamente autorizados pelos seus governos, poderão estabelecer vice-consules ou agentes consulares nos differentes portos, cidades ou logares do seu districto, onde o bem do serviço, que lhes está confiado, o exigir, salvo a approvação e o exequatur do governo territorial. Estes agentes poderão ser indistintamente escolhidos dentre os cidadãos dos dous paizes, como dentre os estrangeiros, e serão munidos de uma patente passada pelo consul que os tiver nomeado, e debaixo de cujas ordens elles deverão ficar.

Art. 4º Os consules geraes, consules e os seus chancelleres, vice-consules e agentes consulares gozarão das prerogativas e immunidades geralmente reconhecida? pelo direito das gentes, taes como: a isenção de alojamento militar e de todas as contribuições directas, tanto pessoas como de bens moveis e sumptuarias, impostas pelo Estado ou pelas autoridades provinciaes e municipaes, salvo se possuirem bens immoveis, ou exercerem commercio ou qualquer outra industria; porque, nesses casos, ficarão sujeitos aos mesmos encargos e taxas que os nacionaes.

Gozarão, além disso, da immunidade pessoal, excepto pelos actos que a legislação penal da Italia qualifica de crimes, e a do Brazil de crimes graves ou inafiançaveis; sendo negociantes, lhes poderá ser applicada a pena de prisão por factos de commercio.

Não poderão ser obrigados a comparecer como testemunhas perante os tribunaes. Necessitando a autoridade local obter de taes funcionarios alguma declaração, ou informação, deverá requisita-la por escripto, ou dirigir-se ao seu domicilio, para recebe-la pessoalmente.

Quando uma das altas partes contratantes nomear para seu agente consular no territorio da outra um subdito desta, esse agente

continuará a ser considerado como subdito da nação a que pertence, e ficará sujeito ás leis e regulamentos que regem os nacionaes no logar de sua residencia, sem que, entretanto, semelhante obrigação possa, por fórma alguma, coarctar o exercicio de suas funcções.

Não se entende esta ultima disposição com as prerogativas pessoas de que trata o § 3°.

Art. 5° Se fallecer algum funcionario consular sem substituto designado, a autoridade local procederá immediatamente á apposição dos sellos nos archivos, devendo assistir a esse acto um agente consular de outra nação, reconhecidamente amiga, residente no districto, se fôr possivel, e duas pessoas subditas do paiz, cujos interesses o fallecido representava, e, na falta destas, duas das mais notaveis do logar. Deste acto lavrar-se-ha termo, em duplicata, remetendo-se um dos exemplares ao consul a quem estiver subordinada a agencia consular vaga.

Quando um novo funcionario houver de tomar posse dos archivos, o levantamento dos sellos verificar-se-ha em presença da autoridade local e das pessoas que tiverem assistido á sua apposição, e se acharem no logar.

Art. 6° Os archivos consulares serão inviolaveis, e as autoridades locais não poderão, em nenhum caso, devassa-los, nem embarga-los, devendo para esse fim estar sempre separados dos livros e papeis relativos ao commercio ou industria que possam exercer os respectivos consules, vice-consules e agentes consulares.

Art. 7° Os consules geraes, consules, vice-consules e agentes consulares poderão collocar na parte exterior da casa do consulado o escudo das armas de sua nação, com a seguinte inscripção: — Consulado Geral, Consulado, Vice-Consulado ou Agencia Consular do..., e arvorar a respectiva bandeira, nos dias festivos, segundo os usos de cada paiz. Poderá igualmente arvorar a bandeira nos escaleres em que embarcarem

para exercer funcções consulares a bordo dos navios ancorados no porto. Esses signaes exteriores só servirão para indicar a habitação ou a presença do funcionario consular, não podendo constituir, em caso algum, direito de asylo.

Art. 8º Os consules geraes, consules, vice-consules e agentes consulares, ou aquelles que soas vezes fizerem, poderão dirigir-se ás autoridades do seu districto e, em caso de necessidade, na falta de agente diplomatico de sua nação, recorrer ao governo do paiz em que exercerem suas funcções, para reclamar contra qualquer infracção dos tratados ou convenções existentes, ou contra os abusos de que se queixem seus nacionaes.

Art. 9º Os mesmos agentes terão o direito de receber em suas chancellarias, no domicilio das partes e a bordo dos navios do seu paiz as declarações e mais actos que os capitães e homens da equipagem, passageiros, negociantes ou subditos de sua nação quizerem ali fazer, inclusivamente testamentos ou disposições de ultima vontade, partilhas amigaveis, quando os herdeiros fôrem todos maiores e presentes, compromissos, deliberações, e decisões arbitraes, e quaesquer outros actos proprios da jurisdição voluntaria.

Quando esses actos se referirem a bens immoveis situados no paiz, um notario ou escrivão publico competente do lugar será chamado para assistir á sua celebração e assigna-los com os ditos agentes, sob pena de nullidade.

Art. 10. Os referidos funcionarios terão, além disto, o direito de lavrar em suas chancellarias quaesquer actos convencionaes entre seus concidadãos, e entre estes e outras pessoas do paiz em que residirem, assim como quaesquer outros de identica natureza que interessem unicamente a subditos deste ultimo paiz, comtanto que se refirão a bens

situados ou a negocios que tenham de ser tratados no territorio da nação a que pertencer o agente consular perante o qual fôrem elles passados.

Os traslados dos ditos actos, devidamente legalizados pelos consules geraes, consules, vice-consules e agentes consulares, e sedados com o respectivo sello official, farão fé perante qualquer tribunal, juiz e autoridade do Brazil ou de Italia, como se fossem os originaes, e terão respectivamente a mesma força e validade como passados perante notarios e outros officiaes publicos competentes, uma vez que sejam lavrados conforme as leis do Estado a que o consul pertencer, e tenham sido submettidos previamente ao sello, registro, insinuação e a quaesquer outras fórmalidades que reijão a matéria no paiz em que tiverem de ser cumpridos.

Art. 11. Os consules geraes, consules, vice-consules e agentes consulares respectivos poderão servir de interpretes em juizo, traduzir e legalisar quaesquer documentos procedentes das autoridades e funcionarios do seu paiz, e estas traducções terão a mesma força e valor no logar de sua residência, como se fossem feitas por interpretes juramentados ou traductores publicos do territorio.

Art. 12. Será da competencia exclusiva dos consules geraes, consules, vice-consules e agentes consulares a conservação da ordem interior a bordo dos navios de sua nação e a elles pertence tomar conhecimento das desavenças que sobrevierem entre o capitão, officiaes, marinheiros e outros individuos matriculados, sob qualquer titulo, no rol da equipagem, comprehendido tudo o que fór relativo ás soldadas execução dos contratos mutuamente celebrados.

As autoridades locaes só poderão intervir no caso de serem as desordens, que dahi resultarem, de natureza tal que perturbem a tranquillidade e ordem publica em terra ou no porto, e de se achar implicada alguma pessoa do paiz ou estranha á equipagem.

Em todos os demais casos, as ditas autoridades se limitarão a dar auxilio efficaz aos agentes consulares, quando fór por elles requisitado, para mandarem prender e conduzirão cadêa os individuos da equipagem contra os quaes, por qualquer motivo, julgarem conveniente assim proceder.

Art. 13. Para effectuar-se a prisão ou remessa para bordo, ou para seu paiz, dos marinheiros e de todas as outras pessoas da equipagem, que tiverem desertado dos navios mercantes, deverão os consules geraes, consules, vice-consules e agentes consulares dirigir-se por escripto ás autoridades locais competentes, e provar pela exhibição do registro do navio ou do rol da equipagem, ou pela copia autentica de taes documentos, que as pessoas reclamadas fazem realmente parte da equipagem.

Se a deserção fór de bordo de um navio de guerra, deverá ser provada por declaração fôrma do commandante do dito navio ou do consul respectivo na sua ausencia.

Nas localidades em que não houver agentes consulares, essas diligencias serão requisitadas pelos commandantes dos navios e, na falta destes, pelo agente consular do districto mais proximo, observadas as mesmas fôrmalidades.

Em vista da requisição, assim justificada, não poderá ser recusada a entrega de taes individuos; e a autoridade local prestará todo o auxilio e assistencia para a busca, captura e prisão dos ditos desertores, os quaes serão mantidos nas cadêas do paiz, a pedido e á costa dos referidos agentes, até que achem esta occasião de faze-los partir.

Esta detenção não poderá durar mais de tres mezes, decorridos os quaes, mediante prévio aviso de tres dias ao agente consular, será o encarcerado posto em liberdade, e não poderá ser preso pelo mesmo motivo.

Se o desertor tiver commettido qualquer delido em terra, a soa entrega será adiada até que o tribunal competente tenha proferido sentença, e esta tenha tido plena execução.

Os marinheiros e outros individuos da equipagem, sendo súbditos do paiz onde occorrer a deserção, são exceptuados das estipulações do presente artigo.

Art. 14. Todas as vezes que não houver estipulações contrarias entre os armadores, carregadores e seguradores dos navios de um dos dous paizes, que se dirigirem aos portos do outro, voluntariamente ou por força maior, as avarias serão reguladas pelos respectivos consoles geraes, consules, vice-consules ou agentes consulares; salvo se nellas fôrem interessados individuos, subditos do paiz em que residirem os ditos funcionarios ou de uma terceira potencia; porquanto, neste caso, a não haver compromisso ou accôrdo entre todos os interessados, deverão ser reguladas pela autoridade competente.

Art. 15. Quando encalhar ou naufragar um navio pertencente ao governo ou a subditos de uma das altas partes contratantes nas aguas territoriaes da outra, as autoridades locaes deverão immediatamente prevenir do occorrido ao funcionario consular mais próximo do logar do sinistro, e todas as operações relativas ao salvamento desse navio, de sua carga e mais objectos nelle existentes serão dirigidas pelos consoles geraes, consules, vice-consules ou agentes consulares.

A intervenção das autoridades locaes só terá por fim facilitar aos agentes consulares os soccorros necessarios, manter a ordem, garantir os interesses dos salvadores estranhos á equipagem, e assegurar a execução das disposições que se devem observar para a entrada e sabida das mercadorias salvas e a fiscalisação dos impostos respectivos.

Na ausencia, e até á chegada do agente consular, deverão as autoridades locais tomar todas as medidas necessarias para a protecção dos individuos e conservação dos objectos salvados.

Em nenhum destes casos a intervenção das autoridades locais dará lugar á percepção de quaesquer direitos, excepto daquelles a que, em circumstancias iguaes, estiverem sujeitos os navios nacionaes.

No caso de duvida sobre a nacionalidade dos navios, as attribuições mencionadas no presente artigo serão da exclusiva competencia das autoridades locais.

As mercadorias e effeitos salvados ficarão isentos de todo direito de alfandega, menos se fôrem admittidos a consumo interno, e salvo o reembolso das despesas occasionadas pelas operações de salvamento e conservação dos objectos salvados.

Se o navio encalhado ou naufragado e os generos e mercadorias salvados, assim como os papeis encontrados a bordo fôrem reclamados pelos respectivos donos, ou seus representantes, serão a estes entregues, pertencendo-lhes as operações relativas ao salvamento, se não preferirem louvar-se no agente consular.

Quando os interessados na carga do referido navio fôrem subditos do paiz era que tiver togar o sinistro, os generos ou mercadorias que lhes pertencerem, ou o seu producto, quando vendidos, não serão demorados no poder dos funcionarios consulares, e sim depositados para serem entregues a quem de direito.

Art. 16º No caso de morte do subdito de uma das altas partes contratantes no territorio da outra, a autoridade local competente deverá, sem demora, communica-la ao consul geral, consul, vice-conul ou agente consular do districto em que tiver occorrido a morte, e estes por sua parte

a communicaráõ igualmente áquella autoridade, se antes tiverem conhecimento.

Art. 17º Pertence aos funcionarios consulares do paiz do fallecido exercer todos os actos necessarios para a arrecadação, guarda, conservação, administração e liquidação da herança, assim como para a sua entrega aos herdeiros ou seus mandatarios, devidamente autorizados em qualquer dos casos seguintes:

1º Quando os herdeiros são desconhecidos.

2º Quando são menores, ausentes ou incapazes da nacionalidade do fallecido.

3º Quando o executor nomeado em testamento está ausente ou não aceita o embargo.

Art. 18º O inventario, administração e liquidação da herança, corre pelo juizo territorial:

4º Quando ha executor nomeado em testamento que esteja presente e aceite o encargo;

2º Quando ha cônjuge sobrevivente a quem pertença, conforme a lei brasileira, continuar na posse da herança, como cabeça de casal (capo di famiglia).

Reciprocamente, a successão de um brasileiro fallecido na Italia será administrada e liquidada segundo as regras estabelecidas no presente paragrapho, sempre que não contrariem as leis italianas.

3º Quando ha herdeiro maior e presente que, na conformidade das leis dos dous Estados, deva ser inventariante.

4º Quando com herdeiros da nacionalidade do finado, concorrem herdeiros menores, ausentes ou incapazes de diversa nacionalidade.

§ unico. Se, porém, em qualquer destas hypotheses concorrer herdeiro menor, ausente ou incapaz da nacionalidade do finado, o consul geral, consul, vice-consul ou agente consular, requererá á autoridade local competente nomeação para exercer as funcções de tutor ou curador, a qual lhe será concedida. Feita a partilha, o funcionario consular arrecadará a quota hereditaria que couber aos seus representados, e continuará na administração dos bens, assim como das pessoas dos menores e incapazes.

Fica entendido que, finda a partilha e entregues os bens ao consul geral, consul, vice-consul ou agente consular, ou a seu procurador, cessa a intervenção da autoridade local, salvo para os efeitos de que trata a segunda parte do n. 2º do art. 24.

O pai, ou o tutor nomeado em testamento, exercerá as funcções da tutella dos respectivos herdeiros menores, sendo neste caso o consul geral, consul, vice-consul ou agente consular, investido nas attribuições de curador dos ditos menores. Se o pai, ou o tutor declarado, fallecer ou fôr removido, observar-se-ha o que dispõe a primeira parte deste paragrapho.

Art. 19 Aos menores filhos de subdito italiano nascidos no Brasil será applicado o estado civil de seu pai até a sua maioridade, nos termos da lei de 10 de Setembro de 1860, e para os efeitos do que é estipulado na presente convenção. Reciprocamente os funcionarios consulares brasileiros na Italia arrecadarão as heranças de seus compatriotas, quando se verificar a hypolhese do n. 2 do art. 47, ou representarão os menores filhos de brasileiro fallecido, na fórma do paragrapho unico do art. 18.

Art. 20. Os legatarios universaes são equiparados aos herdeiros.

Art. 21. Quando todos os herdeiros fôrem maiores, poderão, por mutuo accôrdo, proceder a inventario, administração e liquidação da respectiva herança perante o juiz territorial ou funcionario consular.

Art. 22. O funcionario consular, nos casos em que pelo art. 17 lhe compete exclusivamente a arrecadação, inventario, guarda, administração e liquidação da herança, deverá observar as seguintes disposições:

1º Se o arrolamento de todos os bens fôr possível em um dia, praticará esta diligencia togo depois do fallecimento, tomando os ditos bens sob sua guarda e administração.

2º Quando o arrolamento não puder ser feito dentro desse prazo, porá incontinenti os sellos nos effeitos moveis e papeis do fallecido, fazendo depois o rol de todos os bens, aos quaes dará o destino declarado nesta convenção.

3º Os actos referidos nos dous numeros antecedentes serão praticados na presença da autoridade local, se esta, depois de prevenida pelo funcionario consular, entender que deve assistir, e do duas testemunhas idoneas.

4º Se depois do fallecimento, observado o disposto no art. 16, a autoridade local, comparecendo na residencia do finado, ahi não encontrar o funcionario consular, limitar-se-ha a appôr os seus sellos.

Chegando o funcionario consular, se estiver presente a autoridade local, serão levantados os sellos, e o dito funcionario procederá, na presença da mesma autoridade, ao arrolamento dos bens, querendo ella assistir.

Se não estiver presente a mencionada autoridade, o funcionario consular a ella se dirigirá por escripto, convidando-a a comparecer em um prazo nunca menor de tres dias, nem maior de oito, para que tenha logar o levantamento dos sellos e demais actos

enumerados. Dado o não comparecimento da autoridade local, o funcionario consular procederá por si só.

5º Se durante as supracitadas operações apparecer um testamento entre os papeis do defunto, ou se existir testamento em qualquer outra parte, a sua abertura será feita, segundo as fórmalidades legaes, pelo juiz territorial, o qual remetterá delle copia authentica, dentro do prazo de quatro dias, ao funcionario consolar.

6º Dentro do prazo de quatro dias o funcionario consular remetterá á autoridade local cópia authentica dos termos, tanto da apposição e levantamento dos sellos, como do arrolamento dos bens.

7º O funcionario consular anunciará o fallecimento do autor da herança nos jornaes do logar do mesmo fallecimenlo, dentro de 45 dias da data em que tiver recebido a noticia.

Art. 23. As questões de validade do testamento serão submeltidas ás autoridades judiciais competentes dos respectivos paizes.

Art. 24. O funcionario consolar, depois de praticar as operações que ficão mencionadas no art. 22, observará na administração e liquidação da herança estes preceitos:

1º Pagará antes de tudo as despesas do funeral, que serão feitas conforme a posição e fortuna do fallecido.

2º Venderá immediatamente, em publico leilão, na fórmula das leis e usos estabelecidos, os bens que se possão deteriorar, ou que sejam de difficil ou dispendiosa guarda.

Para a venda dos immoveis requisitará o funcionario consular autorização do juiz territorial.

3º Cobrará, quer amigavel, quer judicialmente, as dividas activas, rendas, dividendos de acções, juros de inscripções da divida

publica ou apolices, e quaesquer outros rendimentos e quantias devidas á herança, e passará quitação aos devedores.

4º Pagará com as quantias pertencentes á herança, ou com o producto da venda dos bens, tanto moveis como immoveis, todos os encargos e dividas da herança, cumprindo os legados de que ella esteja onerada, conforme as disposições testamentarias.

5º Se, allegando a insufficiencia da herança, o funcionario consular recusar-se ao pagamento de todos ou parte dos creditos, devidamente comprovados, os credores terão o direito de requerer á autoridade competente, se o julgarem conveniente aos seus interesses, a faculdade de se constituirem em concurso.

Obtida esta declaração, nos termos e pelos meios estabelecidos na legislação de cada um dos dous paizes, o funcionario consular deverá immediatamente remetter á autoridade judicial, ou aos syndicos da fallencia, segundo competir, todos os documentlos, effeitos ou valores pertencentes á herança testamentaria ou *ab intestato*, ficando o referido funcionario encarregado de representar os herdeiros ausentes, os menores e os incapazes.

Art. 25. A sapervenienencia de herdeiros de nacionalidade diversa da do fallecido não fará cessar a arrecadação e administração da herança que se effectuar, nos casos de que trata o art. 17, senão quando os mesmos herdeiros se apresentarem com sentença de habilitação passada em julgado, e em cuja acção e processo fosse ouvido competentemente o respectivo funcionario consular.

Art. 26. Se o fallecímiento se der em localidade onde não haja funcionario consular, a autoridade local o communicará immediatamente ao governo, consignando na sua participação todos os esclarecimentos que houver obtido sobre o caso e suas circumstancias; e procederá á apposição dos sellos, arrolamento dos bens e aos actos subsequentes da

administração da herança. Nos mesmos termos, e sem demora, será transmittida aquella participação ao funcckionario consolar competente, o qual poderá comparecer no logar ou nomear, sob sua responsabilidade, quem o represente; e elle ou o seu representante receberá a herança, proseguindo na liquidação, se não estiver terminada.

Art. 27. Se o fallecido tiver pertencido a alguma sociedade commercial, proceder-se-ha na fórmula das leis commerciaes dos respectivos paizes.

§ 1º Se ao tempo do fallecimento os bens, ou parte dos bens de uma herança, coja liquidação e administração é regalada por esta convenção, se acharem embargados, penhorados ou sequestrados, o funcckionario consolar não poderá tomar posse dos ditos bens antes do levantamento do mesmo embargo, penhora ou sequestro.

§ 2º Se durante a liquidação sobrevier embargo, penhora ou sequestro dos bens de uma herança, o funcckionario consular será depositario dos mesmos bens penhorados, embargados ou sequestrados.

O funcckionario consular conserva sempre o direito de ser ouvido e de velar na observancia das fórmalidades exigidas pelas leis, podendo em lodos os casos requerer o que julgar a bem dos interesses da herança; e tanto no juizo commercial como no da penhora, se a execução se effectuar, receberá as quotas liquidas ou os remanescentes que pertença á mesma herança.

Art. 28. Liquidada a herança, o funcckionario consular extrahirá dos respectivos documentos um mappa do monte partivel, e remette-lo-ha á autoridade local competente, acompanhado de uma demonstração da administração e liquidação.

§ 1º Estes dous documentos poderão, se a autoridade local assim o requisitar, ser conferidos com os originaes, que para tal fim serão franqueados no archivo consular.

§ 2º A autoridade local mandará juntar o mappa e demonstração ás cópias authenticas dos termos da apposição e levantamento dos sellos e arrolamento dos bens, e fará a partilha, fórmendo os quinhões e designando as tornas, se houver logar.

§ 3º Em caso nenhum os consoles serão juizes das contestações relativas aos direitos dos herdeiros, collações á herança, legitima e terça; estas contestações serão submettidas aos tribunaes competentes.

§ 4º A autoridade local, depois de proferida a sentença de partilha, remetlerá ao funcionario consular um traslado da mesma e do calculo respectivo.

Art. 29. Se algum subdito de uma das duas altas partes contratantes fallecer do territorio da outra, a sua successão, do que respeita á ordem hereditaria e á partilha, será regulada segundo a lei do paiz a que elle pertencer, qualquer que seja a natureza dos bens, observadas todavia as disposições especiaes da lei local que regerem os immoveis.

Quando, porém, acontecer que algum subdito de uma das altas partes contratantes concorra em seu paiz com herdeiros estrangeiros, terá elle o direito de preferir que o seu quinhão hereditario seja regulado nos termos da lei de sua patria.

Art. 30. O funcionario consolar não poderá fazer remessa ou entrega da herança aos legitimos herdeiros, ou a seus procuradores, senão depois de pagas todas as dividas que o defunto tivesse contrahido no paiz em que falleceu, ou depois de haver decorrido um anno a contar

do fallecimento, sem que se tenha apresentado reclamação alguma contra a herança.

Art. 31. Antes de qualquer distribuição do producto da herança aos herdeiros, deverão ser pagos os direitos fiscaes do paiz onde se abra a successão.

Estes direitos serão os mesmos que pagão ou vierem a pagar os subditos do paiz em casos analogos.

O funcionario consular declarará previamente ás autoridades fiscaes os nomes dos herdeiros e o seu gráo de parentesco, e, pagos os direitos, farão as mesmas autoridades a transferencia do dominio e posse da herança para o nome dos herdeiros, nos termos dessa declaração.

Art. 32. As despesas que o funcionario consular fôr obrigado a fazer em bem da herança ou de parte della, que não estiver sob sua guarda e administração, nos termos desta convenção, serão abonadas pela autoridade local competente, e pagas como despesas de tutoria ou curadoria pelas forças da mesma herança.

Art. 33. Se a herança de subdito de uma das altas partes contratantes, fallecido no territorio da outra, se tornar vaga, isto é, se não houver conjuge sobrevivente nem herdeiro em gráo successivel, será devolvida á fazenda publica do paiz em que se deu o fallecimento.

Tres annuncios serão publicados consecutivamente por diligencia do juiz territorial, de tres em tres mezes nos jornaes do lugar em que a successão se tiver aberto, e nos da capital do paiz. Estes annuncios deverão conter o nome e appellido do defunto, o lugar e data do seu nascimento, se fôrem conhecidos, a profissão que exercia, a data e lugar do fallecimento. Annuncios semelhantes serão publicados, por diligencia do mesmo juiz, nos jornaes da localidade em que nasceu o autor da herança, e nos da cidade mais proxima.

Se, decorridos dons annos, a contar do fallecimento, não se tiver apresentado conjuge sobrevivente ou herdeiro, quer pessoalmente, quer por procurador, o juiz territorial por sentença, que será intimada ao funcionario consolar, ordenará a entrega da herança ao Estado. A administração da fazenda publica tomará então posse da mesma herança, ficando obrigada a prestar contas aos herdeiros que se apresentarem dentro dos prazos em que o direito de petição de herança se pôde tornar executivo a favor dos subditos nacionaes em identicas circumstancias.

Art. 34. Os consules geraes, consules, vice-consules e agentes consulares poderão delegar todas ou parte das attribuições que lhes competem nos termos da presente convenção; e os agentes ou delegados que, sob sua responsabilidade, nomearem para representa-los, procederão dentro dos limites dos poderes que lhes fôrem conferidos, mas não gozarão de nenhum dos privilegios concedidos no art. 4º

Art. 35. As autoridades locaes limitar-se-hão a prestar aos funcionarios consulares todo o auxilio necessario que elles lhes requisitarem para o perfeito cumprimento das disposições da presente convenção, e será nullo tudo quanto em contrario a esta fôr praticado.

Art. 36. Os consules geraes, consules, seus chanceleres e vice-consules, bem como os agentes consulares, gozarão nos deus paizes, e sob a condição de reciprocidade, de todas e quaesquer outras attribuições, prerogativas e iminunidades, que tenham já sido concedidas, ou que para o futuro venhão a sê-lo, aos agentes da mesma categoria da nação mais favorecida.

Art. 37. A presente convenção será approvada e ratificada pelas duas altas parles contratantes, e as ratificações serão trocadas no Rio de Janeiro, no mais carto prazo possivel.

Durará por cinco annos a contar da troca das ratificações; comtudo, se, doze mezes antes de findar o prazo de cinco annos, nenhuma das altas partes contratantes notificar á outra a intenção de faze-la cessar, continuará a convenção em vigor até que uma das altas partes contratantes faça a devida notificação; de modo que a convenção só expirara um anno depois do dia em que uma das altas partes contratantes a houver denunciado.

Em fé do que, os dous plenipotenciarios assignarão em duplicata a presente convenção e a sellarão com o sello das suas armas.

Feita no Rio de Janeiro, aos 6 de Agosto de 1877.— (L. S.) — *Barão de Cotegipe*. — (L. S.) — *A. Cavalchini*.

E, sendo-nos presente a mesma convenção, que fica acima inserida, e bem visto, considerado e examinado por nós todo quanto nella se contém, a approvamos, ratificamos e confirmamos, assim no todo como em cada um de seus artigos e estipulações; e pela presente a damoa por firme e valiosa para produzir o seu devido effeito; promettendo, em fé e palavra imperial, cumpri-la inviolavelmente e faze-la cumprir e observar por qualquer modo que possa ser.

Em testemunho e firmeza do que fizemos passar a presente carta por nós assignada, sellada com o sello grande das armas do Imperio e referendada pelo ministro e secretario de Estado abaixo assignado.

Dada no palácio do Rio de Janeiro, aos 19 de Maio de 1877. — IZABEL, PRINCEZA IMPERIAL REGENTE. — *Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque*.

INDICE DAS
MATERIAS CONTIDAS NO SEGUNDO VOLUME.

Juizo de orphãos.

Capitulo I. Da attribuição de conhecer e julgar administrativamente processos de inventarios, partilhas, tutelas, curadorias, contas de tutores e curadores	2
Inventarios.....	2
Tempo do inventario.....	3
Lugar do inventario	4
Inventario por dependencia	5
Arrolamento	6
Inventariante.....	8
Louvação	12
Juramento.....	12
Descrição	13
Avaliação	13
Encerramento do inventario.....	14
Partilha.....	14
Observações.....	16
Licitação	16

Suspeição	17
Dividas	18
Successão	19
Partidores	25
Usofructo	26
Embargos de terceiro.....	27
Curador Geral dos Orphãos.....	27
Criação de orphãos.....	27
Bens — Dinheiros — Cofre de orphãos.....	29
Cap. II. Da attribuição de conceder cartas de emancipação	41
Cap. III. Idem supprimentos de idade	42
Cap. IV. Idem licença a mulheres menores para venderem bens de raiz, consentindo os maridos.....	43
Cap. V. Idem de dar tutores aos orphãos em todos os casos marcados nas leis.....	44
Tutella testamentaria.....	44
Tutella legitima	45
Tutella dativa	46
Dos que não podem ser tutores.....	47
Escusas	47
Vintena.....	48

Contas de tutela.....	48
Remoção dos tutores	49
Cap. VI. Idem de supprir o consentimento do pai ou tutor para casamento....	49
Cap. VII. Idem de fazer entregar bens de orphãos á sua mãe, avós, tios, etc, e tambem a seus maridos, quando casarem sem licença do juizo	53
Cap. VIII. Idem de dispensar os tutores de obrigarem seus proprios bens á fiança da tutela, para que fôrão nomeados, ainda que os bens estejam fóra do districto onde se obrigão.....	55
Cap. IX. Idem de conhecer das causas que nascem dos inventarios, partilhas, e contas de tutores, e bem assim, as causas que fôrem dependencias de cada uma destas, revogada a Ord. liv. 1º, tit. 88, § 46.....	56
Cap. X. Bens de indios	60
Cap. XI. Disposições diversas. Sello do papel	60
Imposto de transmissão de propriedade	62
Isenções do imposto na transmissão <i>inter-vivos</i>	66
Disposições geraes	70
Tabella annexa ao Reg. de 28 de Março de 1874	75
Decima de heranças e legados	77
Novos e velhos direitos	77
Emolumentos	78
Feriados.....	79
Alforrias pelo fundo de emancipação	81

Juizo de ausentes

Capitulo único. Entrega de bens de ausentes a seus parentes mais chegados. Arrecadação e administração dos bens desta natureza nos termos da ordenação e mais legislação a respeito. Dos bens de defuntos e ausentes e dos bens vagos	84
Da contabilidade e escripturação	89
Da arrecadação e administração dos bens de defuntos e ausentes, e vagos....	92
Dos empregados do juizo, seus vencimentos e penas a que ficão sujeitos.....	106
Decreto de 8 de Novembro de 1851	117

Appendice.

N. 1. Formulario de processos. Inventario e partilha	125
N. 2. Idem de contas de tutela	145
N. 3. Idem de tutorias.....	149
N. 4. Provimento em correição na capital do Pará	154
N. 5. Idem na villa da Serra	160
N. 6. Acta de encerramento de correição na cidade de Campos	164
N. 7. Provimento em correição no termo de Magé	169
N. 8. Idem na villa de Jaguary.....	172
N. 9. Idem no termo de Passos	180
N. 10. Conferencia em correição no Rio de Janeiro	190

N. 11. Provimento geral da correição na capital do Maranhão	203
N. 12. Provimento do juiz de direito no termo de Taubaté	209
N. 13. Idem do juiz de direito na capital das Alagoas.....	216
N. 14. Provimento geral em correição do termo de Codó.....	221
N. 15. Ordem de 27 de Outubro de 1859: sobre a fiscalisação dos direitos devidos ao Estado das heranças jacentes recolhidas aos cofres publicos, etc	231
N. 16. Decreto n. 5,583 de 24 de Janeiro de 1874; convenção consular com a Grã-Bretanha	235
N. 17. Idem n. 5,657 de 6 de Junho de 1874: convenção, consular com o Paraguay	243
N. 18. Aprendizizes marinheiros	249
Decreto n. 1,517 de 4 de Janeiro de 1865.....	250
Idem n. 411 de 5 de Julho de 1845	250
Idem n. 5,950 de 28 de Junho de 1875	251
N. 19. Interdicção requerimento.....	252
N. 20. Regimento de custas. Decreto n. 5,787 de 2 de Setembro de 1874.....	260
N. 21. Decreto n. 6,582 de 30 de Maio de 1877: convenção consular com a Italia.....	321

—

Rio de Janeiro. — Typographia Universal de E. & H. LAEMHERT 71, Rua dos Invalidos, 71.